UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Felipe Alexandre Silva de Souza

**DETERMINAÇÕES ESTRATÉGICAS E ECONÔMICAS DA
DOMINAÇÃO BRITÂNICA NO EGITO (1804-1956)**

MARÍLIA

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Felipe Alexandre Silva de Souza

**DETERMINAÇÕES ESTRATÉGICAS E ECONÔMICAS DA
DOMINAÇÃO BRITÂNICA NO EGITO (1804-1956)**

Dissertação submetida à banca examinadora para Exame de Defesa, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientadora: Professora Doutora Rosângela de Lima Vieira

MARÍLIA

2016

Souza, Felipe Alexandre Silva de.
S729d Determinações estratégicas e econômicas da dominação
britânica no Egito (1804-1956) / Felipe Alexandre Silva de
Souza. – Marília, 2016.
186 f. ; 30 cm.

Orientador: Rosângela de Lima Vieira.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 180-186

1. Grã-Bretanha – Colônias - Administração. 2.
Imperialismo – Historia. 3. Egito – História. 4. Capitalismo.
I. Título.

CDD 325.3410962

FELIPE ALEXANDRE SILVA DE SOUZA

**DETERMINAÇÕES ESTRATÉGICAS E ECONÔMICAS DA
DOMINAÇÃO BRITÂNICA NO EGITO (1804-1956)**

Versão final da dissertação submetida à banca examinadora para Exame de Defesa na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho — UNESP, campus de Marília, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Doutora Rosângela de Lima Vieira

FFC/UNESP — Campus de Marília, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas

Professora Doutora Meire Mathias

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais

Professor Doutor Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

FFC/UNESP — Campus de Marília, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas

Marília, 25 de Fevereiro de 2016

Agradecimentos

À minha família: Lucia, José, Camila, Fabio e Mariana. Sem o suporte e incentivo deles, não seria possível sequer cogitar tomar o rumo da Pós-Graduação.

À Rosângela, que, mais do que uma orientadora, se tornou uma referência — como profissional e como ser-humano — a ser seguida.

Aos professores e amigos Meire, Paulo e Rodrigo, por aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa, contribuindo em muito para o desenvolvimento do meu trabalho.

Aos amigos que me receberam em Marília e me ajudaram inúmeras vezes, facilitando muitíssimo a trajetória da pós-graduação. Rodolfo, Francieli, Alexandre, Dexter, Claudia, Diego, Silvano, Aline, Amanda, Rodrigo Belli.

Aos amigos da Universidade Estadual de Maringá, que com as muitas conversas e convivência contribuíram para a realização do projeto: Carlos Rico, Thais, Camila, Vinícius Spricigo, José Claudio, Pedro Jorge de Freitas.

A todos os trabalhadores de *todas* as categorias que travam a difícil e raramente reconhecida luta cotidiana para manter a UNESP de Marília um ambiente de acolhimento humano e intelectualmente rico meio a um mundo cada vez mais desumano.

Cogitar a possibilidade de *independência* de um país como o Egito, dentro do mercado capitalista mundial, é um *absurdo*.

Mahmoud Hussein, 1969.

Nas colônias britânicas o Sol nunca se põe e o sangue nunca seca.

Ernest Jones, 1851.

Até hoje, fez-se da violência, da guerra, do saque, do latrocínio e assim por diante as forças motrizes da história.

Karl Marx e Friedrich Engels, 1845.

Resumo

Esta pesquisa analisa como a Grã-Bretanha, entre 1804 e 1956, incorporou o Egito à economia mundial capitalista na condição de periferia dominada. Baseada na perspectiva da análise sistêmica, a pesquisa buscou explicitar as necessidades econômicas e estratégicas que levaram a Grã-Bretanha, centro de acumulação capitalista do século XIX, a construir relações de subordinação com o Egito; e delinear como essas relações declinaram na medida em que a supremacia mundial britânica foi substituída pela americana na primeira metade do século XX. Deste modo, explicitaremos alguns determinantes históricos essenciais para a compreensão dos conflitos que se desenrolam no mundo árabe no século XXI.

Palavras-chave: Grã-Bretanha; Egito; Países Centrais; Países Periféricos.

Abstract

This research aims to study how Great Britain, between 1804 and 1956, incorporated Egypt into the capitalist world economy in the condition of dominated periphery. Based in the systemic analysis perspective, the research intends to explicate the economic and strategic needs which lead Great Britain, the 19th Century's core of capital accumulation, to develop relations of subordination with Egypt; and to outline how these relations declined as British world supremacy was substituted for American supremacy in the first half of the 20th Century. This way, we will explicate some essential historical determinations to understand the conflicts which take place in the arab world in the 21st Century.

Keywords: Great-Britain; Egypt; Core countries; Periphery countries.

Sumário

Introdução.....	05
1 Referenciais teóricos.....	23
1.1 Análise dos Sistemas-Mundo.....	23
1.2 O sistema interestatal e os ciclos sistêmicos de acumulação de capital.....	38
1.3 O ciclo britânico de acumulação de capital.....	52
2 A construção da dominação britânica do Egito (1804-1882).....	60
2.1 O Império Otomano e o subcontinente indiano nos momentos finais do CSA holandês.....	62
2.2 O governo de Muhammad Ali Paxá (1804-1848).....	68
2.3 Os sucessores de Muhammad Ali Paxá (1848-1879).....	86
2.4 A consolidação da supremacia britânica sobre o Egito (1880-1882).....	102
3. Dominação em descenso (1882-1956).....	114
3.1 O início do ciclo americano de acumulação de capital (1870-1914).....	116
3.2 Do domínio informal à colônia formal (1882-1922).....	122
3.3 De volta ao domínio informal.....	137
3.4 A consolidação do ciclo americano de acumulação de capital.....	144
3.5 Do fim da Segunda Guerra Mundial à Crise de Suez: o canto do cisne britânico no Egito (1945-1956).....	153
Considerações finais.....	173
Referências bibliográficas.....	180

Introdução

Cidade de Sid Bouzidi, Tunísia, 17 de dezembro de 2010. Em uma das ruas mais movimentadas da cidade, Mohamed Bouazizi, 26 anos de idade, ateou fogo a si mesmo, gerando grande comoção. Às pressas, foi levado ao hospital, onde viria a falecer depois de 18 dias. O doloroso suicídio foi o ponto culminante de uma degradante série de humilhações. Após várias tentativas frustradas de encontrar um emprego, a única forma de auxiliar sua família que restou a Bouazizi foi montar uma barraca para vender verduras e legumes. O jovem, no entanto, não tinha permissão oficial para exercer tal atividade, o que levou a polícia a confiscar sua quitanda. Sem sucesso em adquirir a licença, o desespero levou Bouazizi a seu ato derradeiro. O que nem ele nem ninguém pôde prever na ocasião foi que seu sacrifício seria a fagulha a desencadear uma onda de revoltas por toda a Tunísia — revoltas protagonizadas por vários setores da população, com destaque para as classes dominadas, exauridas pela repressão e corrupção governamental e, principalmente, as periclitantes e declinantes condições de existência. O imediato resultado foi a deposição do presidente tunisiano Zine ben Adidine Ben Ali. O suicídio de Bouazizi entrou para a História não apenas como um momento de desespero individual, mas como um ato que, por sua repercussão, se tornou inegavelmente *político*, como foram, décadas antes, a autoimolação de monges budistas no Vietnã do Sul.

A insurreição tunisiana não demorou a engendrar consequências para além de suas fronteiras. O que ocorreu na Tunísia acabou sendo incentivo para as classes dominadas de outros países da região, que por sua vez generalizaram as condições para o surgimento de rebeliões em lugares mais distantes do Norte da África e do Oriente Médio. Até o final de 2012, em intensidades e durações variadas e com diferentes resultados, levantes ocorreram na Argélia, na Jordânia, em Omã, no Egito, no Iêmen, em Djibout, na Somália, no Sudão, no Iraque, no Barehin, na Líbia, no Kuwait, no Marrocos, na Mauritânia, no Líbano, na Arábia Saudita, na Síria, na província iraniana do Kuzistão e nos Emirados Árabes Unidos. O que ligava os protestos nesses diferentes países era, basicamente a insatisfação generalizada com o aprofundamento do abismo entre as classes sociais, o declínio das condições de vida das classes trabalhadoras e os regimes ditatoriais tão comuns na região conhecida informalmente como *mundo árabe/muçulmano*.

O conjunto dessas sublevações recebeu da imprensa internacional a alcunha de *Primavera Árabe*. Na avaliação do historiador marxista britânico Perry Anderson — feita em

março de 2011 no periódico *New Left Review* —, a chamada *Primavera* pertence a uma classe rara de eventos históricos: uma concatenação de insurreições políticas na qual uma engendra a outra transcendendo as fronteiras nacionais.

Houve apenas três exemplos anteriores — as guerras hispano-americanas de libertação que começaram em 1810 e terminaram em 1825; as revoluções europeias de 1848-49; e a queda dos regimes do bloco Soviético, 1989-91. Cada um desses eventos teve as especificidades históricas de seu tempo e lugar, assim como a cadeia de explosões no mundo árabe. Nenhum deles durou menos de dois anos. Desde que o fósforo foi acessado pela primeira vez na Tunísia em dezembro [de 2010], não passaram mais de três meses para que as chamas se espalhassem pelo Egito, Barein, Iêmen, Líbia, Omã, Jordânia, Síria; e qualquer previsão de suas consequências seria prematura. O mais radical do trio anterior de sublevações terminou em completa derrota em 1852. As outras duas triunfaram, ainda que os frutos da vitória tenham sido amargos [...]. O destino da revolta árabe pode se assemelhar a qualquer um desses padrões. E há a mesma chance de ser *sui generis*. (ANDERSON, 2011, p.5).

Logo ficou claro, nos debates acadêmicos e da imprensa, que a chamada Primavera Árabe detinha grande capacidade de provocar *repercussões internacionais importantíssimas* no médio e longo prazo. O Oriente Médio e o Norte da África — o mundo árabe — compreendem uma população de aproximadamente 400 milhões de pessoas distribuídas por 21 países¹, dos quais 18 são predominantemente árabes; as exceções são a Turquia, o Irã e Israel (HALLIDAY, 2012). Trata-se de um “continente intermediário” (BRAUDEL, 2004, p.76), uma importante zona de passagem entre três continentes — África, Europa e Ásia — herdeira de riquíssimas tradições socioculturais originadas principalmente do Império Islâmico, que nos séculos VII e VIII unificou os povos da região pela força das armas, do comércio e da religião muçulmana (ALI, 2002; HOURANI, 2006). Desde principalmente o século XVIII foi uma região que despertou o interesse do Ocidente europeu, pela sua importância estratégica, por compor a rota do comércio de especiarias com o extremo Oriente e pelo grande manancial de recursos naturais e humanos, entre outras potencialidades que poderiam ser colocadas a serviço da reprodução do modo de produção capitalista nucleado na Europa.

Ao longo do século XX, quando os principais centros de comando do capitalismo atravessaram o Atlântico Norte para se estabelecer nos Estados Unidos da América, a importância do mundo árabe não se desvaneceu. Ao contrário, aumentou, graças à adoção do

¹ No Oriente Médio: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Israel, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia (cuja pequena parte de seu território se localiza na Europa). No norte da África: Egito (a rigor, um país bicontinental) Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia. Embora a ONU tenha reconhecido a Palestina como estado soberano em fins de 2012, grande parte de seu território continua *de facto* sob ocupação israelense.

petróleo como principal recurso energético da economia mundial, a maior parte do qual é extraído do Oriente Médio. Os EUA começaram a penetrar econômica e politicamente na região no início do século XX e consolidaram seu domínio a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com o recuo dos antigos poderes coloniais, especialmente britânico e francês. Os EUA possuem cerca de 5% da população mundial e consomem por volta de 25% dos recursos energéticos disponíveis no planeta (MÉSZÁROS, 2006). Portanto, não podem de forma alguma perder o controle sobre as regiões produtoras de petróleo do Oriente Médio. Tariq Ali é claro: “Não pode haver uma análise adequada das conseqüências no Mundo Árabe hoje sem uma consideração do papel desempenhado pela força militar e diplomática mais poderosa na região, os EUA.” (ALI, 2011, p.65).

Uma classe rara de evento histórico, como disse Perry Anderson — uma concatenação de insurreições sociais — se desenrolando em uma região econômica e estrategicamente importante para a economia capitalista mundial. Não obstante, estaríamos enganados ao supor que o caráter *sui generis* desse processo signifique que ele possa ser levado em consideração a partir de si mesmo, ou que o mundo árabe tenha sido a única região da época a assistir ao aparecimento de movimentos contestando o arrocho das condições de vida da população trabalhadora. Pelo contrário. Em agosto de 2012 o italiano Angelo di Carlo, 54 anos, ateou fogo em si mesmo em frente à Câmara dos Deputados em Roma. Como Bouazizi, di Carlo foi movido pelo desespero de uma luta perdida contra o desemprego e pela incapacidade de viver uma existência minimamente digna. À mesma época, casos semelhantes ocorreram na Espanha e na Grécia. No segundo semestre de 2011, o movimento social que veio a ser conhecido como *Occupy Wall Street* se concentrou no distrito financeiro da cidade de Nova York para protestar contra as crescentes desigualdades sociais que assolam os EUA. Na Espanha, por volta da mesma época, o *Movimento 15-M*, também conhecido como *Los indignados*, saiu às ruas das principais cidades da Espanha para protestar contra os modelos econômicos e políticos naquele país.

Seria tudo isso uma coincidência? Muito improvável, em um mundo que, segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm, desde o século XIX havia sido unificado pela expansão do capitalismo a partir de seu núcleo original na Europa Ocidental e, conseqüentemente, adquirido uma história em comum para toda a humanidade — um mundo onde a expressão *história mundial* signifique não “[...] a soma das histórias das diversas partes do globo, que, de fato, haviam tomado conhecimento uma das outras, porém superficial e marginalmente [...]” (HOBASBAWM, 2007b, pp.80/81), mas sim que acontecimentos em determinado ponto do

globo possam ter consequências para homens vivendo nas mais longínquas regiões, “[...] que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial [...]” (MARX e ENGELS, 2013, p.40). Como aponta Immanuel Wallerstein (2012), as revoltas no mundo árabe, na Europa e nos EUA são manifestações de um mesmo fenômeno, o *acirramento da luta de classes em âmbito planetário*, causado principalmente pela crise geral do sistema capitalista mundial, iniciada na década de 1970. A forma correta de abordar a chamada Primavera Árabe, portanto, é colocá-la dentro do contexto geral do capitalismo mundial, como uma expressão de um processo histórico mais amplo e de larga duração, que abrange todo o globo terrestre.

Temos portanto, um evento com poucos precedentes históricos, que se desenrola em uma região de destacada importância econômica e política mundial e, portanto, passível de causar grandes mudanças no panorama político-econômico do planeta. Um evento que faz parte de um processo simultaneamente mais amplo e mais profundo, de crise generalizada do capitalismo. Levando tudo isso em consideração, torna-se evidente a importância, para o chamado campo das ciências humanas em estudar a chamada Primavera Árabe; estudá-la levando em conta suas implicações internacionais — especialmente em relação aos EUA; mais do que isso, estudá-la dentro de seu devido contexto mundial. Foi essa constatação um dos impulsos iniciais desta pesquisa.

Mas como contribuir para uma compreensão concreta das revoltas árabes? Estando a pesquisa balizada pelo formato, duração e exigências de um curso de pós-graduação em nível de mestrado, evidentemente não seria possível estudar as determinações essenciais e implicações internacionais de um evento histórico envolvendo mais de duas dezenas de países. Essa foi a primeira questão a ser abordada na delimitação de um recorte: apenas um país, dentre todos os inseridos na chamada Primavera Árabe, deveria ser escolhido como objeto de pesquisa.

Pesquisas preliminares logo apontaram o Egito como o mais significativo desses países. É uma nação transcontinental. A maior parte de seus 1.001.450 quilômetros quadrados está na região nordeste da África, e uma pequena parte de seu território, os 60.000 quilômetros quadrados da Península do Sinai, localiza-se na Ásia. O país está entre a Líbia, a oeste, e a Faixa de Gaza, a nordeste; ao norte faz fronteira com o Mar Mediterrâneo; ao sul com o Sudão e a sudeste com o Mar Vermelho. Atualmente a população é estimada em mais

de 88 milhões de habitantes (CIA, s/d). Suas dimensões e sua demografia o fazem o mais populoso entre os países árabes, e o com sexta maior área.

É um país de importância histórica literalmente milenar. A cultura do Antigo Egito está entre as principais influências sob as quais os gregos construíram sua filosofia. Mais adiante, no século IV a.C., foi importante componente na civilização helenística, desenvolvida quando Alexandre da Macedônia expandiu seu império entre a Grécia e o noroeste indiano, unificando a maior parte dos povos dessa região e desenvolvendo consideravelmente as forças produtivas e o patrimônio cultural da área. A tradição cultural egípcia também teve não desprezível influência (com bastantes mediações, é verdade) na formação do pensamento medieval europeu (AMIN, 1989).

Também se destaca a relação do Egito, ao longo dos séculos, com forças externas, com destaque para a conquista do reino helenista Ptolomaico — governado por Cleópatra — por Roma em 30 a.C. Nos séculos seguintes, os egípcios enfrentaram as invasões dos bizantinos, dos persas, dos exércitos islâmicos do profeta Mohamed, e, no século XVI, do Império Turco Otomano. Os otomanos mantiveram o Egito como uma província semiautônoma de 1517 a 1867 (com a exceção do período de ocupação napoleônica entre 1798 e 1801) e depois como estado otomano autônomo de 1867 a 1914, embora estivesse sob ocupação britânica a partir de 1882. Depois dessa data o Egito se transformou oficialmente em um protetorado britânico. E somente em 1952 o Egito seria de fato governado por egípcios desde a conquista de Alexandre da Macedônia em 333 a.C.

A burguesia europeia — especialmente britânica e francesa — e seus agentes começaram a adentrar o Egito ainda na época otomana, sob a forma de investimentos franceses. Na década de 1850, o governo da França concebeu o projeto do Canal de Suez, para ligar o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e facilitar as rotas comerciais, tornando a região um importante ponto estratégico. O Império Britânico também passou a investir no Egito nessa época, especialmente em campos de algodão para o setor têxtil, então a esfera mais importante da economia inglesa. Ao longo da maior parte do século XIX Londres e Paris disputaram o Egito até 1882, quando da ocupação militar do Cairo por forças inglesas. A partir daí os britânicos virtualmente governaram o Egito², mesmo que a dominação não fosse expressa formalmente (HORANI, 2006).

²Ainda que, lembremos, o domínio ainda fosse oficialmente dos turcos-otomanos.

Na Segunda Guerra Mundial, vários movimentos organizados, que aproveitaram o declínio britânico para contestar a condição de protetorado imposta a seu país. A presença britânica no Egito, materializada no controle da zona do Canal de Suez e na propriedade legal anglo-francesa do próprio Canal, era cada vez menos tolerada (HALLIDAY, 2012). O Movimento dos Oficiais Livres tomou o poder do estado em julho de 1952 e proclamou a república, sob o comando do coronel Gamal Abdel Nasser. A partir daí o Egito tornou-se palco de um processo de radicalização política que afetaria todo o Oriente Médio e viria a inserir definitivamente a região na Guerra Fria.

Nasser nacionalizou o Canal de Suez em 1956. Inglaterra e França reagiram atacando o Egito com auxílio israelense e bombardeando o Cairo. Temendo a escalada do conflito, EUA e URSS, que já há algum tempo tentavam atrair o Egito para suas respectivas áreas de influência, intervieram e ordenaram que os países agressores cessassem os ataques. A nacionalização foi bem sucedida e Nasser se tornou uma figura popular e um líder do nacionalismo árabe, colocando seu país na vanguarda da busca árabe por liberdade e unidade em uma grande nação independente do colonialismo, porém com inegável influência soviética.

O prestígio de Nasser começou a fraquejar depois da humilhante derrota na Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, quando diversas questões pendentes culminaram em um conflito entre vários países árabes e Israel. O Egito e seus aliados sofreram significativas perdas territoriais. O país foi tomado por forte sentimento de revanchismo, e quando Nasser morreu, em 1970, foi sucedido por Anwar al Sadat, que ficou a cargo da desforra na Guerra do Yom Kipur. Em outubro de 1973, o Egito e a Síria atacaram as forças israelenses. Os países árabes levaram vantagem no início, mas rapidamente os EUA enviaram carregamentos de armas para Israel e a situação foi revertida. Sem interesse pelo prolongamento da guerra, EUA e URSS intervieram em Israel e no Egito, respectivamente, levando a um equilíbrio de forças e ao acordo de cessar-fogo (HOURANI, 2006).

A partir do cessar-fogo, o Egito passou a se alinhar progressivamente aos interesses americanos. O plano de Sadat era, *a priori*, acabar pragmaticamente com uma sequência de guerras que, segundo ele acreditava, os árabes não tinham chances de vencer. Mas também havia um objetivo mais amplo: caso fosse consolidada a paz com Israel, o Egito teria potencial para se tornar um grande aliado dos Estados Unidos (HOURANI, 2006). A URSS foi paulatinamente afastada do Egito, seu lugar foi substituído pelos EUA e uma das consequências foi o alinhamento egípcio com os israelenses. A consolidação do alinhamento

pró-ocidental egípcio foi em 1979, quando Sadat e o *premier* israelense Menachem Begin assinaram, mediados por Jimmy Carter, o famoso acordo de paz de Camp David entre seus respectivos países. Em outubro de 1981, Sadat foi assassinado durante uma parada militar por soldados dissidentes. Seu sucessor, Hosni Mubarak, não alterou as linhas políticas principais que estavam em curso.

O governo Mubarak foi marcado pelo constante estado policial justificado pelos embates entre as autoridades e grupos islâmicos de oposição (SHARP, 2009) e também pelo progressivo desmonte das estruturas de amparo social — em especial acesso à moradia, educação, saúde e empregos estáveis no setor público — construídas durante o período de Nasser. No início do século XXI, o desmonte estava quase completo, e o Partido Democrático Nacional, base política de Mubarak, teve seus cargos ocupados por membros da alta burguesia egípcia e intelectuais neoliberais (KANDIL, 2011).

Em 2005, as taxas para os grandes industriais foram cortadas pela metade e os impostos para a população em geral aumentaram vertiginosamente (KANDIL, 2011). Em 2008 houve uma disparada no preço dos alimentos, que se somou como fator de descontentamento e foi o estopim de várias manifestações. A escalada nas tensões continuou no início de 2011, quando terroristas islâmicos realizaram um atentado contra uma igreja católica no Cairo, elevando a repressão estatal. Os egípcios se insurgiram, contando com a participação de vários segmentos da população, inclusive da classe operária fabril³, especialmente em Alexandria, em cuja periferia estão instaladas muitas fábricas de grande porte (KANDIL, 2011).

Assim o Egito adentrou o contexto da Primavera Árabe. Em 11 de fevereiro de 2011, Mubarak foi obrigado a renunciar, e o governo do país foi provisoriamente administrado por uma junta militar até junho de 2012, quando Mohamed Mursi, membro da organização fundamentalista Irmandade Muçulmana, foi eleito como presidente. O governo de Mursi não

³ Apesar da repressão exercida pelo governo Mubarak, a classe operária egípcia foi relativamente ativa: quatro dias antes da queda de Mubarak, houve greves no Cairo e em Alexandria. “[Essas greves] foram comuns nos últimos anos: estima-se que cerca de dois milhões de trabalhadores se envolveram em algum tipo de atividade grevista ao longo da última década. Mas as greves foram, em sua grande maioria, apolíticas, restritas a demandas de salário, resistência a demissões, pressão por aposentadorias; e elas foram estritamente locais—nunca houve uma tentativa de qualquer ação industrial em escala nacional. Isso se deu em parte porque a vigilância era tão rígida que os operários apenas organizaram greves com aqueles que eles conheciam e confiavam [...]. E, enquanto as demandas eram apenas por melhorias econômicas modestas, o regime as tolerava. Mas uma vez que a insurreição começou, todas as greves adquiriram força política e deram momentum para a revolta. Nos últimos dias antes da queda de Mubarak, líderes grevistas começaram a clamar pela criação de uma confederação trabalhista nacional independente, em substituição aos sindicatos-fantoches da ditadura.” (KANDIL, 2011, pp.24/5, tradução nossa).

foi popular e suas medidas baseadas em tradições islâmicas revoltaram grande parte da população, que apoiou a deposição de Mursi pelo Exército Egípcio em junho de 2013.

Durante a era do governo de Hosni Mubarak (1981-2011), o Egito estreitou relações com os Estados Unidos, que proporcionaram constante ajuda econômica e militar (HOURANI, 1994). O Egito, depois dos acordos de Camp David, se tornou o segundo maior destino de auxílio econômico dos EUA depois de Israel (SHARP, 2009). Além da ajuda econômica, as relações comerciais entre os dois países são significativas: o Egito é um dos maiores mercados para trigo americano e um grande importador de equipamentos agrícolas; além disso, os EUA são o segundo maior investidor estrangeiro no Egito, principalmente no setor de óleo e gás (SHARP, 2009).

O eixo principal das relações EUA-Egito é a estratégia militar. Levando em conta que um dos principais objetivos dos Estados Unidos no Oriente Médio é a proteção de Israel, o acordo de paz entre Cairo e Tel Aviv transformou o Egito, a partir de 1979, em um satélite americano fundamental. O fato de o Egito fazer fronteira com Israel confere proteção ao estado sionista e proporciona aos Estados Unidos fácil acesso ao Oriente Médio, facilitando a manutenção do fornecimento de petróleo, cujo transporte depende em grande parte da passagem pelo Canal de Suez. Além disso, o Egito foi considerado, pelo menos até 2011, um agente moderador e promotor da estabilidade na região — em várias ocasiões, Mubarak e seu vice, Omar Suleiman, serviram como mediadores nas negociações entre israelenses e palestinos (SHARP, 2009).

Durante a administração de George W. Bush (2001-2008) começaram alguns atritos entre os dois países, em grande parte devido à recusa por parte do Egito em apoiar as invasões americanas no Afeganistão (2001) e Iraque (2003), e pelo fato de Mubarak ter começado a expressar opiniões mais independentes quanto à ocupação sionista na Palestina (SHARP, 2009). Ao mesmo tempo, um dos principais estandartes ideológicos da Guerra ao Terror era a exportação da democracia para o Oriente Médio. Nesse clima, Washington começou a pressionar o Cairo por maior abertura política e mais respeito aos direitos humanos. O Congresso americano começou a discutir a respeito da continuidade do auxílio ao Egito e, em 2008, parte do auxílio militar foi temporariamente bloqueada (SHARP, 2009). No primeiro mandato de Barak Obama (2008-2012) houve sinais de boa vontade das duas partes em

amenizar a tensão. Em 2009 os EUA liberaram para o Egito 1,3 bilhão de dólares em auxílio militar e 250 bilhões de dólares em ajuda econômica⁴.

Desde o início das manifestações contra Mubarak, os Estados Unidos agiam de forma cuidadosa, recusando-se a apoiar ou condenar explicitamente qualquer envolvido no processo.

Durante algumas semanas, o governo de Washington nada disse sobre as sublevações na Tunísia e no Egito. O presidente Barack Obama manteve um *low profile*. E, quando Hillary Clinton viajou para Túnis, dois meses após a derrubada do ditador, houve demonstrações contra sua visita. Porém, quando o levante começou, no Cairo, ela declarou que “*our assessment is that the Egyptian government is stable and is looking for ways to respond to the legitimate needs and interests of the Egyptian people*”. Essa avaliação de que o regime de Mubarak era estável demonstra o grau de hipocrisia e a duplicidade da política dos Estados Unidos *vis-à-vis* do Egito, cujas Forças Armadas, desde o Tratado de paz Egito-Israel (1979), recebiam, anualmente, acima de US\$ 1,3 bilhão a título de ajuda, bem como os mais modernos equipamentos militares. (BANDEIRA, 2013, p.243).

Já há alguns anos os EUA vinham fazendo um jogo dúbio. Em setembro de 2008 a embaixadora americana no Cairo, Margaret Scobey, informou a Washington que grupos de oposição a Mubarak estavam avançando e elaborando planos de mudança de regime. Na época, os EUA haviam começado a financiar ONGs egípcias opositoras, tais como a Freedom Foundation. A ambivalência americana indicava, segundo Bandeira (2013), insegurança quanto à trajetória política egípcia. A queda de Mubarak representaria um risco para os EUA e Israel, posto que seu lugar poderia ser ocupado por grupos fundamentalistas como a Irmandade Muçulmana, que não poderia ser controlada de Washington. O financiamento de alguns grupos de oposição era, basicamente, uma forma de garantir a influência no Egito na eventualidade da derrocada de Mubarak.

Essa brevíssima recapitulação histórica mostra a importância do Egito na estratégia americana para o mundo árabe, especialmente durante o período de Mubarak. Por isso, o projeto de pesquisa inicial, elaborado em fins de 2012 para ingresso no programa de mestrado em Ciências Sociais da UNESP de Marília — intitulado *Um estudo das relações EUA-Egito durante a ascensão e queda de Hosni Mubarak (1981-2013)* — tinha como intenção analisar as relações Estados Unidos-Egito durante o período referido, que abrange a ascensão de Mubarak, a insurreição popular que causou sua queda, a administração da junta militar e a eleição e primeiro ano de governo da Irmandade Muçulmana. O objetivo era comparar o

⁴ Os valores estão em documento divulgado pelo Wikileaks em 2009, intitulado “*President Mubarak’s visit to Washington*”. Disponível em: <http://www.wikileaks.ch/cable/2009/05/09CAIRO874.html>. Acesso em 23 de novembro de 2012.

posicionamento dos Estados Unidos durante o governo Mubarak com a época imediatamente posterior à sua renúncia, detectando possíveis mudanças na interação entre esses dois países e, conseqüentemente, na inserção do Egito no panorama político internacional, contribuindo, assim para refletir sobre as repercussões internacionais da Primavera Árabe.

No segundo semestre de 2013, iniciadas as pesquisas dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a primeira dificuldade a ser percebida foi a proximidade de parte do período a ser analisado, o que levava à falta de acesso a fontes confiáveis e de profundidade, deixando a pesquisa muito dependente de reportagens e artigos veiculados na imprensa internacional. Era necessário alterar o corte temporal e talvez o foco principal da pesquisa.

Enquanto a pesquisa avançava e se elaborava um novo recorte, ficou patente outra dificuldade: a alta complexidade das relações econômicas, políticas e militares do Egito com os Estados Unidos, permeadas por questões referentes a toda a região do Oriente Médio e Norte da África. Essa constatação levou também à redução do objeto de pesquisa a apenas um aspecto das relações Egito/EUA. O fato de nossos estudos indicarem que grande parte das ações americanas no mundo árabe estavam ligadas, com mais ou menos mediações, à necessidade de Washington de defender Israel acabou levando ao novo projeto — *A função geopolítica do Egito nas relações EUA-Israel (1981-2011)*. Dessa vez, o objetivo era estudar como os Estados Unidos, entre 1981 e 2011, construíram uma aliança estratégica e militar com o Egito no sentido de torná-lo um aliado na defesa do Estado de Israel.

Tendo esse novo projeto por norte, demos continuidade à pesquisa, estudando as relações entre EUA e Egito entre 1981 e 2011. Contudo, a complexidade do tema nos mostrou que, ainda que o recorte temporal se iniciasse em 1981, era necessário remeter a vários acontecimentos históricos muito anteriores, sob pena de o período estudado continuar obscuro ou, na melhor das hipóteses, ser abordado de forma superficial. No centro desse problema estava a nossa falta de clareza sobre as raízes da posição periférica, dominada e subordinada do Egito na economia e na política internacional.

Parte da falta de clareza foi agravada por outro problema enfrentado no decorrer da pesquisa: a extrema escassez de referências bibliográficas especializadas na história contemporânea do Egito em língua portuguesa. Parte considerável do tempo da pesquisa foi utilizado na busca por material confiável nas línguas inglesa e, em bem menor proporção,

francesa. Por fim, conseguimos reunir quantidade suficiente de referências de qualidade — geralmente, produções especializadas de historiadores, de origem árabe ou não, atuantes nos meios acadêmicos britânicos.

O estudo da bibliografia recém-adquirida deixou patente que a condição dominada do Egito em relação aos países desenvolvidos do Atlântico Norte tem suas raízes em fins do século XVIII, dentro de um processo de larga escala e longa duração: *a expansão do modo de produção capitalista por todo o planeta a partir de seu núcleo original europeu*. Juntamente — mas não de forma idêntica — ao Império Otomano (do qual fazia parte), do subcontinente indiano e das regiões ocidentais da África, o Egito passou por um longo processo de incorporação, de forma periférica, subordinada, ao funcionamento da economia capitalista mundial.

Por outro lado, atingir os objetivos do projeto exigia algum estudo sobre como os Estados Unidos vieram a ser o país econômica, política e militarmente predominante no cenário internacional. Essa parte da pesquisa deixou claro outro fato: se os EUA, com seu sistema de mercados e empresas transnacionais, consolidaram a conquista do mundo pelo capitalismo, foi porque essa conquista da totalidade do globo foi realizada *primordialmente* pela Grã-Bretanha ao longo do século XIX (ARRIGHI, 2010). O próprio Egito foi transformado em país periférico do sistema capitalista por obra britânica, seguindo necessidades econômicas e estratégicas específicas do centro de comando capitalista localizado em Londres.

As relações entre o mundo árabe e as potências capitalistas ocidentais têm sido, desde o século XVIII, relações de desigualdade, de domínio e de exploração — domínio político e militar como forma de manter e reproduzir uma profunda exploração econômica. Impulsionados pelas necessidades estruturais do capitalismo, os países líderes do chamado Ocidente se lançaram no Oriente Médio em busca do controle dos recursos naturais energéticos e de posições político-militares estratégicas, por meio de pressões bélicas e diplomáticas, bem como acordos e alianças com as elites dos países locais. A transformação do Norte da África e do Oriente Médio em fontes de matéria-prima, força de trabalho e alvo de investimentos para o Ocidente gerou o choque, não entre culturas e civilizações — como tão alardeado na imprensa e no meio acadêmico —, mas entre “expansionismo e resistência” (LOSURDO, 2010, p.196). Em última instância, essas são as raízes históricas da chamada Primavera Árabe. A dominação do Egito, como esperamos que fique claro no decorrer das

páginas desse trabalho, foi uma *síntese* das grandes manobras econômicas e políticas do capitalismo sob o sistema interestatal.

Por isso, convencidos pelo que aprendíamos ao longo da pesquisa, optamos por alterar novamente — desta vez de forma definitiva — o objeto deste estudo. Desta forma, nosso objetivo geral passou a ser estudar *como, e sob quais imperativos econômicos e estratégicos, a Grã-Bretanha transformou, ao longo do século XIX, o Egito em um país econômica e politicamente periférico do capitalismo; e como se desintegrou a dominação britânica no Egito*. Reconstruir e contextualizar esse processo não é, como talvez possa parecer à primeira vista, mero exercício de curiosidade histórica. Ao contrário, trata-se de um *pressuposto essencial* para começarmos a compreender de forma concreta e profunda as complexidades dos conflitos sociopolíticos que se desenrolam no Oriente Médio neste início de século, bem como a participação das chamadas grandes potências nesses conflitos. As raízes da questão das conturbadas relações atuais entre os países árabes e as potências do Atlântico Norte se encontram no lento processo de incorporação dessa região do planeta à economia capitalista por ação dos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa, e pretendemos reconstruir aqui *uma parte* desse processo. Mesmo que nossa intenção agora não seja, ao contrário das versões anteriores do projeto, abranger a análise até os tempos de hoje, espera-se que o trabalho, quando concluído, apresente elementos que contribuam para o maior entendimento dos principais dilemas do mundo árabe.

Se alteramos duas vezes, de forma drástica, o foco do trabalho, o mesmo não aconteceu com as bases teórico-metodológicas que escolhemos enquanto era elaborada a primeira versão do projeto de pesquisa. Logo no início desta introdução, destacamos o fato de que a chamada Primavera Árabe foi desencadeada tanto por fatores internos quanto externos, e que seu desenrolar traria consequências em âmbito internacional. Assim, tornou-se evidente que seria importantíssimo para este trabalho que se destacasse a contextualização do objeto de pesquisa, em suas particularidades, em relação ao todo. Ou seja, na primeira versão do projeto, uma das questões era deixar claro em que medida a política externa americana contribuiu para a eclosão da manifestação egípcia da Primavera Árabe, e em que medida esse acontecimento particular poderia afetar a política americana para o mundo árabe. Agora, na versão definitiva, faz-se necessário explicitar exatamente quais foram os imperativos econômicos e estratégicos que levaram a Grã-Bretanha a procurar exercer influência cada vez maior no Egito, e em que medida esse país contribuiu para a manutenção de seu predomínio sobre os demais países do

planeta. Em suma: seria necessário deixar claras as relações de dominação capitalista que se colocam não apenas entre classes, mas também entre países (WALLERSTEIN, 2012). Por isso, desde o começo fomos à busca de uma perspectiva teórica que permitisse salientar o aspecto global do objeto de pesquisa.

Dentre as várias matrizes teóricas no campo das Relações Internacionais, escolhemos como adequada às nossas intenções a *Análise do Sistema-Mundo*, consolidada em meados da década de 1970 tendo como um dos principais marcos o trabalho do sociólogo americano Immanuel Wallerstein. O primeiro capítulo deste trabalho fará a exposição desta perspectiva. Aqui, basta adiantar que esse modo de análise, basicamente, toma a economia capitalista como um sistema unitário e articulado globalmente, ainda que dotado de inúmeras diferenças regionais, dinâmico, em constante processo de transformação e dotado de uma lógica própria — o sistema-mundo. A análise das relações interestatais deve ser vista como parte integrante desse âmbito, uma vez que a economia capitalista transcende os estados nacionais — ou seja, é uma *economia-mundo* (WALLERSTEIN, 2010). Em suas próprias palavras, a economia-mundo

é uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão do trabalho e, portanto, um intercâmbio significativo de bens básicos ou essenciais, assim como um fluxo de capital ou trabalho. Uma característica definidora de uma economia mundo é que ela não está limitada por uma estrutura política unitária. Ao contrário, há muitas unidades políticas dentro de uma economia-mundo, vinculadas entre si em nosso sistema-mundo moderno dentro de um sistema interestatal. E uma economia-mundo compreende muitas culturas e grupos (que praticam múltiplas religiões, falam múltiplos idiomas e são diferentes em seus comportamentos cotidianos). Isso não significa que não tenham se desenvolvido alguns padrões culturais comuns, que chamaremos de geocultura. Significa que nem a homogeneidade política nem a cultural devem ser esperadas ou encontradas em uma economia-mundo. O que unifica com mais força a estrutura é a divisão de trabalho constituída dentro desta estrutura. (WALLERSTEIN, 2010, p.40).

Nesse processo, a divisão internacional do trabalho assume caráter fundamental, hierarquizando as regiões e países do mundo, cada qual com uma tarefa específica que, no conjunto, auxilia a transferência de recursos para as grandes potências, que funcionam como centros de acumulação de capital, em contraposição aos países menos expressivos econômica e politicamente, os chamados países periféricos. Entre a periferia e o centro do sistema, existem os países intermediários, chamados *semiperiféricos*. E a articulação entre Estado e capitais é necessária para o funcionamento do capitalismo.

Como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas tomadas individualmente, o grande capital ganha uma margem de manobra extremamente ampla: uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e ao mesmo tempo realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de retorno. A própria fluidez do sistema interestatal reforça a tendência à incessante acumulação de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados nacionais que o integram: os Estados do centro lutam para preservar sua posição privilegiada, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas (MARIUTTI, 2004, p.100).

Em períodos históricos determinados, um país específico, entre o grupo de países centrais, adquire predominância econômica, política e militar sobre a totalidade o sistema interestatal, incluindo aí não apenas os países periféricos e semiperiféricos, mas também os demais países centrais. Essa predominância é desenvolvida porque dito país se torna, durante certa época, o *centro principal de acumulação capitalista* do sistema interestatal. Historicamente, o papel de centro foi exercido por Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e, atualmente, os EUA. Estudando esses períodos de predomínio, o sociólogo Giovanni Arrighi (2010), também dentro da análise de sistemas-mundo, desenvolveu a noção de *ciclos sistêmicos de acumulação*. Esse conceito nos será necessário para refletir sobre o papel econômico da Grã-Bretanha, no século XIX, e o porquê de sua necessidade de criar uma estrutura de dominação mundial.

Os fundamentos do moderno sistema interestatal explicitados pela análise do sistema-mundo, sobretudo as relações entre países centrais, periféricos e semiperiféricos, serão nossas ferramenta básicas para a organização dos estudos, das informações e dos dados colhidos, possibilitando assim a sistematização da reflexão sobre as vinculações entre a Grã-Bretanha e o Egito. Ademais, dada a perspectiva de globalidade proporcionada pela análise de sistema-mundo, poderemos captar o contexto histórico geral no qual se inseriu o processo de dominação britânica do Egito.

O recorte temporal escolhido se inicia em 1804 e se encerra em 1956, embora, claro, seja essencial fazer breves menções a eventos anteriores. A escolha de 1804 de início se deu pela necessidade de explicar a *particularidade* da incorporação do Egito aos imperativos econômicos e estratégicos do capitalismo mundial. Como já dissemos, até 1914 o Egito foi oficialmente uma província do Império Turco Otomano, que por sua vez também sofria a incorporação ao capitalismo. Contudo, se até 1804 a totalidade do Império Otomano e o Egito eram incorporados de modo relativamente similar, a partir de 1804 o Egito passou a ser governado pelo paxá Mohammad Ali, que embora oficialmente subordinado ao sultão

otomano, tinha projetos para modernizar economicamente o Egito e lhe conferir maior autonomia políticoeconômica em relação ao sultanato e, simultaneamente, aos interesses dos países centrais europeus. Isso acabou por determinar um processo *diferenciado*, em relação ao Império Turco e suas outras províncias, na incorporação do Egito ao capitalismo. Como veremos, Ali e seus sucessores tentaram, em maior ou menor grau, utilizar os interesses econômicos e estratégicos europeus no Egito a seu favor, para desenvolver economicamente seu país de forma relativamente autônoma, e por isso se esforçaram para evitar que o Egito cedesse totalmente às demandas dos países centrais; por outro lado, a indisposição do Cairo em seguir incondicionalmente os ditames de Constantinopla acabou por provocar não poucos atritos entre império e província, situação que os europeus, em proveito próprio, ora buscaram acirrar e ora buscaram mitigar. O ano de 1956, que encerra a pesquisa, foi marcado pela Crise de Suez, quando britânicos e franceses, com ajuda israelense, atacaram militarmente o Egito depois que o governo militar dos Oficiais Livres nacionalizou o Canal de Suez. Os novos países dominantes do sistema interestatal, EUA e URSS, intervieram e, por uma série de motivos (alguns dos quais abordaremos no terceiro capítulo) garantiram a retirada anglo-francesa, e desde então os britânicos nunca mais foram influência majoritária no Egito.

Os 152 anos a serem analisados entre 1804 e 1956 certamente constituem largo recorte temporal. Mas ele se faz absolutamente necessário para que estudemos a totalidade do ciclo da dominação britânica no Egito, desde o início de sua constituição até seu ato final. Mais especificamente, pretendemos analisar quais foram os *motivos diretamente econômicos* e os *motivos estratégicos* que levaram Londres — na medida em que se consolidava como principal centro de comando global do capitalismo — a construir sua influência sobre o Egito; e pretendemos mostrar como, uma vez consolidada, essa influência começou a desmoronar, segundo a tendência mundial da decadência da Grã-Bretanha como centro de acumulação capitalista. Como explicaremos, a dominação britânica no Egito está intimamente relacionada à ascensão e queda do ciclo britânico de acumulação de capital — este compreendido entre o início do século XIX e o final da primeira metade do século XX — e não pode ser explicada fora desse contexto. O ciclo de acumulação britânico, por sua vez, trouxe profundas mudanças qualitativas para a economia capitalista e o sistema interestatal, e foi um processo histórico de *longa duração*, tal como está entendida pelo historiador francês Fernand Braudel — um período, que extrapola a duração de um século, necessário para que observemos a ocorrência de mudanças profundas e a formação de novas estruturas históricas (VIEIRA, 2011). Diz Braudel: “[...] as verdadeiras mudanças, as que durarão, jamais se improvisam de um dia para

o outro. A história profunda anda em marcha lenta; ela se situa forçosamente sob o signo da paciência [...]” (apud VIEIRA, 2011, p.2). Optamos, portanto, por escolher um recorte temporal amplo⁵. Se por um lado, perdemos em termos de profundidade — especialmente no que tange às questões econômicas, sociais e políticas internas do Egito —, por outro, esse recorte nos permitirá apreender do início ao fim um processo histórico e suas determinações essenciais em uma análise sistêmica.

O trabalho — em consonância com o recorte da longa duração — terá *fundamentalmente* caráter de *pesquisa histórica*. Nosso objetivo geral é *reconstruir o processo histórico* da dominação britânica no Egito entre 1804 e 1956, desde seus primeiros passos até seu ato derradeiro. Sejamos mais específicos. Pretendemos analisar como, na medida em que a Grã-Bretanha ascendia econômica, política e militarmente ao topo do sistema interestatal, passou a enfrentar necessidades econômicas e estratégicas específicas, e buscou criar e aprofundar uma relação de dominação e subordinação com o Egito; e como essa relação veio a declinar na medida em que o domínio mundial britânico entrava em descenso e era paulatinamente substituído pela supremacia dos Estados Unidos.

Isso implica em quatro objetivos específicos. Primeiramente, estudar como Londres incorporou o Egito à sua economia ao transformá-lo em pólo exportador de algodão, a matéria-prima necessária para a indústria têxtil — o setor economicamente mais importante da segunda metade do século XIX. Em segundo lugar, estudar como, simultaneamente, o Egito se tornou uma peça na estrutura construída pela Grã-Bretanha para otimizar a circulação de mercadorias em escala planetária e a defesa de suas possessões coloniais — e nessa questão será necessário conceder atenção especial à construção do Canal de Suez por iniciativa francesa e em como Londres eventualmente toma o controle do Canal. Em terceiro lugar, já adentrando o declínio da relação de subordinação Grã-Bretanha/Egito, abordar a transição da supremacia mundial britânica pela americana. Finalmente, em quarto lugar, estudar o enfraquecimento da posição britânica no Egito dentro do contexto do fortalecimento da influência americana no mundo árabe e o surgimento de movimentos nacionalistas anti-

⁵ Uma característica fundamental da Análise de Sistemas-Mundo é justamente o estudo histórico de longa duração. Segundo Rosângela de Lima Vieira (2002), para Braudel, tempo é sinônimo de *movimento*. Em um caderno de anotações publicado no livro *Les ambitions de l'histoire*, Braudel aborda a questão da longa duração ao invocar o estudo de uma “*grande e profunda história*”, pontuando que esse estudo deve ser feito colocando em foco a “[...] evolução *lenta* das *estruturas* segundo a expressão da moda hoje em dia: estruturas dos Estados, das economias, das sociedades e das civilizações [...]” (BRAUDEL, apud VIEIRA, 2002, p.102). Em sua obra *O Mediterrâneo*, Braudel coloca a histórica compreendida na longa duração como “[...] uma história, quase imóvel, que é a do homem nas suas relações como o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados [...]” (BRAUDEL, apud VIEIRA, 2002, p.103).

britânicos no Egito. O estudo desses quatro objetivos específicos será permeado, sempre que necessário, pela abordagem das questões internas do Egito e de outros eventos históricos não relacionados diretamente às relações Londres/Cairo.

A pesquisa será totalmente bibliográfica. Em busca do cumprimento de nossos objetivos, faremos uma síntese dos estudos de historiadores especializados na história do Egito dos séculos XIX e XX com estudos históricos acerca da ascensão e queda do Império Britânico. Essa síntese será organizada e analisada segundo a perspectiva da Análise dos Sistemas-Mundo. Para a nossa matriz teórica, as referências principais serão a obra em 4 volumes de Immanuel Wallerstein, *The Modern World System*, e a obra do sociólogo italiano Giovanni Arrighi, *O longo século XX*. Com os livros de Wallerstein, poderemos compreender o moderno sistema interestatal como uma rede de estados centrais, periféricos e semiperiféricos, ancorados na economia capitalista mundial, que abrange todos esses estados ao mesmo tempo em que necessita da interação destes para seu funcionamento. Da obra de Arrighi, retiraremos elementos que possibilitem a compreensão da ascensão da Inglaterra como centro principal de acumulação capitalista no século XIX. Também usaremos na contextualização geral da expansão do Império Britânico os trabalhos de historiadores conhecidos pela qualidade e abordagem crítica de seus temas, tais como Eric Hobsbawm, com destaque para *A era do capital* e *A era dos impérios*; John Newsinger, autor de *The blood never dried: a people's history of the British Empire*; K. M. Panikkar, autor de *A dominação ocidental na Ásia*; e Jean Chesneaux, autor de *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. No tocante à história do mundo árabe em geral, vale destacar aqui a ampla utilização dos trabalhos de Fred Halliday, autor de *The Middle East and International Relations*; Albert Hourani, autor de *Uma história dos povos árabes*; e Vladimir Borisovich Lutsky, autor de *Modern history of the arab countries*. O estudo específico sobre o Egito foi feito quase em sua totalidade com base nos trabalhos de historiadores especializados que permanecem inéditos no Brasil, dos quais destacamos Arthur Goldsmith, Afaf Marsot, Mahmoud Hussein, Khaled Fahmy, F. Robert Hunter e M. W. Daly.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro traz os elementos teóricos que nos servem de base e norte para os estudos. Nele, faremos a exposição da Análise dos Sistemas-Mundo, sua trajetória e principais características e conceitos. Em seguida, abordaremos os estudos de Giovanni Arrighi sobre a história do sistema interestatal e seu conceito de ciclos sistêmicos de acumulação. Fechando o capítulo, faremos uma discussão preliminar sobre o ciclo britânico de acumulação de capital.

No segundo capítulo, daremos início à reconstrução do processo histórico da dominação britânica no Egito. Esse capítulo abordará os eventos ocorridos entre a subida ao poder de Muhammad Ali Paxá em 1804, e a ocupação militar britânica do Cairo em 1882, evento que marca de forma definitiva a completude da incorporação subordinada do Egito à economia capitalista chefiada pela Grã-Bretanha. Esse capítulo pretende cobrir os dois primeiros objetivos específicos: explicar como Londres transformou o Egito em pólo periférico de exportação de algodão para a indústria têxtil britânica, e explicar como, na medida em que era construído o Império Britânico, o Egito se tornou estrategicamente importante para a circulação de mercadorias e a defesa das possessões coloniais. Essas questões serão expostas e desenvolvidas ao longo de uma narrativa em ordem cronológica, cujo fio condutor é o desenrolar das tentativas por parte dos governos de Mohammad Ali e seus sucessores de colocar o Egito no caminho da modernidade econômica e da autonomia política. Com isso, pretendemos que o texto articule com clareza a relação dialética entre política externa britânica e política nacional egípcia.

O terceiro e último capítulo se inicia temporalmente onde termina o segundo, em 1882, e termina em 1956, quando da Crise de Suez, e pretende encerrar os dois últimos objetivos específicos: tratar a decadência britânica e a ascensão americana em relação ao posto de supremacia mundial, e, a partir daí, a lenta retirada da influência de Londres no Egito, na medida em que os EUA estendem sua presença pelo Oriente Médio e passam a apresentar crescente interesse pelo Egito. Como no segundo capítulo, essas questões se apresentarão ao longo da narrativa das questões internas do Egito — desta vez, focando no crescimento e fortalecimento dos movimentos nacionalistas anti-britânicos, contexto que permitirá o surgimento do Movimento dos Oficiais Livres, que por sua vez tiveram importantíssimo papel no encerramento da presença britânica no Egito.

O conjunto desses capítulos farão o quadro integral do ciclo das relações de dominação/subordinação da Grã-Bretanha e no Egito, que retomaremos e faremos uma síntese na seção das considerações finais.

1. Referenciais Teóricos

Antes de entrar no tema da pesquisa, faremos a exposição dos referenciais teóricos que nortearão nossa análise. Primeiramente abordaremos a *Análise dos Sistemas-Mundo*, perspectiva analítica desenvolvida principalmente por Immanuel Wallerstein. Em seguida, o foco será deslocado para os estudos de Giovanni Arrighi sobre o desenvolvimento histórico do sistema interestatal capitalista, que o levaram, também baseado na perspectiva dos sistemas-mundo, a desenvolver a noção de *ciclos sistêmicos de acumulação de capital*. Fechando o capítulo, faremos uma abordagem preliminar do *ciclo britânico de acumulação de capital*, cujo entendimento é necessário para iniciarmos a reconstrução do processo histórico da dominação do Egito pela Grã-Bretanha.

1.1 Análise dos Sistemas-Mundo

A *Análise dos Sistemas-Mundo* (ASM) será o referencial teórico que norteará a pesquisa. De acordo com Samir Amin (2005), economista egípcio, marxista e adepto da abordagem dos sistemas-mundo, essa perspectiva requer principalmente que se destaquem as *relações de subordinação/dominação, de concorrência e de complementaridade que existem entre os diversos estados e regiões que compõem o sistema global*. É precisamente o enfoque na complexidade dessas relações de subordinação e dominação entre países que torna a perspectiva dos sistemas-mundo pertinente para o estudo do processo de dominação do Egito pelo Império Britânico.

Neste subitem pretendemos fazer um bosquejo do surgimento da ASM e de seus principais elementos conceituais. A intenção não é fazer uma explanação de todas as questões e conceitos levantadas pela ASM, mas explicitar os elementos que mais serão utilizados ao longo de nossa reconstrução histórica da dominação britânica do Egito.

A ASM começou a tomar forma nos meios acadêmicos na década de 1970, tendo como um dos principais nomes o sociólogo americano Immanuel Wallerstein — é quase consenso que a publicação do primeiro volume de sua monumental *The modern world-system* em 1974 é um marco inicial da ASM. Todas as variações da ASM estão em maior ou menor grau vinculadas à obra de Wallerstein (MARIUTTI, 2004). Começemos por destacar que a ASM pretende, em primeiro lugar, rejeitar a segmentação do estudo do mundo dos homens em disciplinas compartimentadas, segmentação essa que se dá desde a segunda metade do

século XIX, em íntima relação com a expansão e intensificação da dominação econômica, política e cultural do Ocidente capitalista sobre o restante do planeta (WALLERSTEIN, 2012).

O modelo organizacional das ciências sociais baseado da diferença epistemológica radical entre o Ocidente e o resto levou a uma clara segmentação disciplinar no modo de estudar cada um desses espaços. Emergiu uma clara divisão do trabalho acadêmico. A pesquisa sobre o passado das sociedades ocidentais foi atribuída à História. As sociedades ocidentais contemporâneas se tornaram o foco do trio de disciplinas nomotéticas — a Economia estudando o mercado, a Ciência Política estudando o estado, e a Sociologia estudando a sociedade civil. O estudo do mundo não ocidental foi dividido entre a antropologia, que estudava os pequenos grupos, as assim chamadas “tribos”, e os estudos orientais, investigando as grandes, mas consideradas congeladas “altas” civilizações. Este padrão de estudo teve problemas para lidar com as novas realidades pós-1945. (WALLERSTEIN, 2012, pp.18/9).

O que se tornou evidente a partir de 1945, época vencida pela consolidação da posição dominante dos Estados Unidos da América no plano internacional, seguidos pela rival União Soviética, foi a considerável força dos movimentos contrários à dominação ocidental nos países colonizados (WALLERSTEIN, 2012) — e aqui vale destacar Vietnã, Argélia, Angola, Moçambique e o próprio Egito durante a época dos Oficiais Livres. Foi nesse quadro que, segundo Mariutti (2004), os cientistas sociais da Europa Ocidental e dos EUA passaram a prestar mais atenção às questões do então chamado Terceiro Mundo e a inadequação da estrutura das ciências sociais herdada do século XIX para estudar essas amplas regiões do mundo. Uma primeira tentativa de superar a inadequação foi a emergência dos chamados “estudos de área”, cujos adeptos afirmavam, baseados em perspectivas já em voga nas ciências sociais, que existem estágios que toda sociedade atravessa, em um caminho de progresso evolucionário. Essa formulação passou a ser denominada como “teoria da modernização”.

De acordo com essa perspectiva, todos os Estados apresentam simultaneamente um conteúdo geral e singular: o caráter geral reside na seqüência de estágios a serem atravessados, enquanto o particular é definido pelo estágio em que cada Estado se encontra no momento, por suas diferenças em relação aos Estados desenvolvidos (que representam a unidade de referência) e pelo tempo que se leva para passar de um estágio a outro. (MARIUTTI, 2004, p.90).

Um dos objetivos principais da ASM é criticar essa interpretação. Primeiramente, criticar a ideia de que os Estados representam a unidade operacional da sociedade e atuam de forma autônoma, sem nenhuma influência de fatores externos. Em segundo lugar, criticar a noção de uma lei geral de desenvolvimento que, através de estágios, eventualmente levaria os países atrasados ao mesmo estágio das nações desenvolvidas (MARIUTTI, 2004). Por isso, a

ASM se coloca como uma perspectiva de estudos dos processos históricos em *larga escala*. Nas palavras de Wallerstein:

[...] o elemento chave na análise dos sistemas-mundo é a ênfase na unidade de análise — um sistema-mundo ao invés do estado/sociedade/formação social. A palavra “mundo” de modo nenhum é sinônimo de global ou planetário, mas simplesmente se refere a uma unidade relativamente grande (em termos de área e população) no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho. (WALLERSTEIN, 2012, p.22).

O segundo elemento chave, ainda segundo Wallerstein (2012), é a efemeridade dos “sistemas-mundo”. Eles se desenvolvem de acordo com um arcabouço de regras que o governam e definem, e “[...] finalmente se afastam tanto do equilíbrio que o sistema entra em crise estrutural terminal. Portanto, a questão crucial aqui é o argumento de que todos os sistemas são históricos e sistêmicos [*i.e.* dotados de uma lógica interna própria]” (WALLERSTEIN, 2012, p.23).

O terceiro elemento é a recusa em separar, como se costuma fazer, as esferas política, econômica e sociocultural. Para a ASM, as três esferas estão intimamente conectadas, definindo umas às outras mutuamente. “Consequentemente, a análise dos sistemas-mundo é inerentemente unidisciplinar [...] em relação às ciências sociais históricas.” (WALLERSTEIN, 2012, p.23).

Por fim, a análise dos sistemas-mundo recusa a institucionalização ocorrida durante o século XIX do conceito de duas culturas e defende a superação desta falsa (e historicamente muito recente) divisão epistemológica. A divisão idiográfico-nomotética entre filosofia e ciência data somente da segunda metade do século dezoito. Com a invenção, no século XIX, das “ciências sociais” como uma categoria intermediária, esta divisão foi incorporada nas ciências sociais como a divisão entre a história idiográfica e as três ciências sociais nomotéticas [Economia, Ciência Política e Sociologia]. A análise dos sistemas-mundo afirma que esta divisão epistemológica entre a história e as ciências sociais nomotéticas sempre foi falsa e agora é obsoleta. (WALLERSTEIN, 2012, p.23).

Ao pontuar o primeiro elemento chave da ASM, Wallerstein salienta que um *sistema-mundo* é uma unidade geográfica e populacional relativamente grande perspassada por uma divisão axial do trabalho. Mas é necessário que adensem a explicação desse conceito. Novamente, remetemos a Wallerstein:

A análise dos sistemas-mundo significa antes de tudo uma substituição da unidade costumeira de análise, que havia sido o estado nacional. Em seu conjunto, os historiadores haviam analisado histórias nacionais, os economistas economias nacionais, os politicólogos estruturas políticas nacionais e os sociólogos sociedades nacionais. Os analistas de sistema-mundo ceticamente se questionaram se esses objetos de estudo existiam na realidade [*i.e.* como esferas autônomas] [...]. Em lugar dos estados nacionais como objetos de estudo, os substituíram por “sistemas históricos”

que, argumentava-se, haviam existido em três variantes: os minissistemas e sistemas-mundo de dois tipos (economias-mundo e impérios-mundo). (WALLERSTEIN, 2010, p.32).

Os *minissistemas* são denominados dessa forma por serem espacialmente pequenos e de duração breve, de não mais que algumas gerações. Têm alto grau de homogeneidade cultural e de estruturas de governo. Os *impérios-mundo* são, pelo menos em seu ápice, vastas estruturas políticas unitárias com ampla variedade cultural, cuja lógica é a extração de tributos dos produtores diretos. As *economias-mundo*, que nos interessam em especial, são cadeias de processos produtivos integrados seccionados por muitas e variadas estruturas políticas (WALLERSTEIN, 2006). Torna-se claro agora que não é por mero recurso estilístico que existe o hífen nas expressões *sistema-mundo* e suas duas subcategorias, *economia-mundo* e *império-mundo*. Com ele pretende-se evitar possíveis compreensões equivocadas, e assinalar que os referidos sistemas, economias e impérios não se referem, como já mencionado de passagem, a estruturas que abrangem a totalidade da esfera terrestre, mas sim a unidades que são *um mundo coerente em si mesmas*. O *sistema-mundo* é uma zona espaçotemporal que atravessa múltiplas unidades culturais, uma zona integrada de atividades e instituições organizadas segundo certas regras sistêmicas (WALLERSTEIN, 2010).

Agora, examinemos mais detidamente a ideia de *economia-mundo*. O conceito de sistema-mundo foi aplicado primeiramente para se analisar o mundo capitalista contemporâneo, ou o *sistema-mundo moderno*, mais especificamente, uma *economia-mundo capitalista*. *Economia-mundo* é um conceito utilizado pelo historiador francês Fernand Braudel em sua obra *O Mediterrâneo* e herdado pela ASM. Uma economia-mundo é um grande zona geográfica dentro da qual existe a divisão social do trabalho e considerável intercâmbio de bens, assim como fluxo de capital e trabalho. Um aspecto que diferencia o *império-mundo* da *economia-mundo* é o fato de que está não é um sistema delimitado por uma única estrutura política.

Ao contrário, há muitas unidades políticas dentro de uma economia-mundo, tenuamente vinculadas entre si em nosso sistema-mundo moderno dentro de um sistema interestatal. E uma economia-mundo compreende muitas culturas e grupos (que praticam múltiplas religiões, falam múltiplos idiomas e são diferentes em seus comportamentos cotidianos). Isso não significa que não tenham se desenvolvido alguns padrões culturais comuns, que chamaremos de geocultura. Significa que nem a homogeneidade política nem a cultural deve ser esperada ou encontrada em uma economia-mundo. O que unifica com mais força a estrutura é a divisão do trabalho constituída dentro desta. (WALLERSTEIN, 2010, p.40).

Não cabe aqui adentrar a controversa questão a respeito do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Todavia, para maior entendimento de nosso objeto de estudo, faz-se necessário pontuar, ainda que de forma genérica, alguns fatores determinantes que em última instância direcionam o funcionamento da *economia-mundo* capitalista. É sempre pertinente começar por salientar o óbvio, como faz Samir Amin (1991) em seu ensaio “*Os sistemas-mundo antigos versus o moderno sistema mundo-capitalista*”: a produção capitalista pressupõe a propriedade privada dos meios de produção, que por sua vez leva a uma divisão da sociedade em duas classes fundamentais — a burguesia e o proletariado, sendo este submetido àquela pelo regime de trabalho assalariado. Ademais, tais relações de produção devem ser orientadas para a acumulação e apropriação privada pela burguesia das riquezas socialmente produzidas, parte importante das quais deverá ser reinvestida na produção — tornando-se capital — de modo a possibilitar acumulação ainda maior, e assim por diante, em um processo que, devido a sua própria lógica interna, é necessariamente infinito. O sistema-mundo moderno, portanto, por ser uma economia-mundo capitalista, tem como princípio nuclear que lhe orienta e confere sentido a *acumulação incessante de capital como um fim em si mesmo* (MARIUTTI, 2012). Mais do que isso: dentro da economia-mundo capitalista, não é possível agir na esfera diretamente produtiva contrariando essa lógica. Wallerstein (2010, p.41) explica: “Se dizemos que um sistema ‘dá prioridade’ a tal acumulação incessante, significa que existem mecanismos estruturais mediante os quais aqueles que atuam com alguma outra intenção são, de alguma maneira, castigados e eliminados eventualmente da cena social [...]”.

De acordo com Mariutti (2012), essa *divisão social do trabalho — entre detentores e não-detentores dos meios de produção — orientada pela acumulação de capital como fim em si mesmo é o eixo com o qual coincide o escopo espacial do moderno sistema-mundo*. Concretamente, o referido eixo consiste em uma complexa cadeia de mercadorias (incluindo como mercadoria a força de trabalho) e processos produtivos vinculados, formando uma rede interdependente de valorização do capital. A economia capitalista foi a mais bem-sucedida em unir sob seus imperativos os mais diversos povos, culturas e áreas geográficas (embora existam muitíssimas controversas acerca da temporalidade e da extensão desse processo). Em 1848, no Manifesto Comunista, Marx e Engels reconheciam abertamente o dinamismo e as potencialidades do capitalismo:

A burguesia, ao explorar o mercado mundial, dá à produção e ao consumo de todos os países um selo cosmopolita. Meio aos lamentos dos reacionários destrói os cimentos nacionais da indústria. As velhas indústrias nacionais caem por terra, substituídas por

outras novas, cuja instauração é problema vital para todas as nações civilizadas; por indústrias que já não transformavam como antes as matérias primas de seu país, mas sim as trazidas dos climas mais distantes, e cujos produtos encontram saída não apenas dentro das fronteiras, mas em todas as partes do mundo. [...] Já não reina aquele mercado local e nacional que bastava a si mesmo e onde não entrava nada de fora; agora, a rede de comércio é universal e nela entram, unidas por vínculos de interdependência, todas as nações. (MARX e ENGELS, 2008, pp.85/6, tradução nossa).

Foi mencionado acima que o regime de trabalho assalariado é uma das pressuposições do capitalismo. Isso significa, mais especificamente, que o trabalho assalariado é a forma de trabalho *predominante* desse sistema, o que não implica, de forma alguma, que seja a *única*. Como nos aclara Mariutti (2012), os mecanismos de acumulação de capital, em sua fabulosa expansão, subsumem aos seus ditames as mais diversas formas de trabalho e remuneração, tais como o trabalho escravo ou a servidão. Isso se tornará claro nos capítulos posteriores: ao percorrer o processo de dominação do Egito pelo Império Britânico, poderemos constatar que, mesmo quando Londres integra a economia egípcia à economia-mundo capitalista, persistem em grande extensão, no Egito, um regime de trabalho que muito se assemelha à corveia do feudalismo europeu.

A hierarquia do capitalismo existe não apenas no que toca às relações de produção. Elas também se expressam *espacialmente*, no sentido de que nas cadeias produtivas globais, determinadas regiões do sistema-mundo moderno se submetem a outras, determinando, *grosso modo*, a transferência de mais-valia das áreas subordinadas para as áreas dominantes. Em busca da compreensão desse aspecto do funcionamento da economia-mundo capitalista, a ASM incorporou em seu arcabouço o trabalho do economista argentino da CEPAL, Raúl Prebisch, que toma a economia capitalista como um todo como uma unidade centro-periferia. Desta forma, considera-se a economia-mundo capitalista uma totalidade marcada pela divisão axial do trabalho entre os processos produtivos centrais e os processos produtivos periféricos que acaba resultando em processos de intercâmbios desiguais. Processos centrais e periféricos tendem a se agrupar em países específicos que podem ser considerados como estados centrais ou periféricos, ou, em seu conjunto, em zonas centrais e periféricas. *Centro e periferia*, na ASM, são conceitos *relacionais*, e não têm sentido separadamente (WALLERSTEIN, 2010).

Já dissemos que o que difere uma economia-mundo de um império-mundo é o fato de que, diferentemente do império-mundo, a economia-mundo contém uma variedade de unidades políticas nominalmente independentes. Portanto, as zonas centrais e periféricas da economia-mundo capitalista assumem concretamente a forma de *estados centrais e*

periféricos. Contudo, antes de abordar as relações interestatais (aproximando-nos, assim, de nosso objeto de estudo), faz-se necessário um bosquejo do papel fundamental do Estado na produção capitalista — *i.e.* as relações do conjunto dos aparatos administrativos, legislativos, judiciários e repressivos de um país com as classes sociais que, organizadas de forma capitalista, compõem sua população.

A intenção não é desenvolver uma discussão sobre o caráter de classe intrínseco ao Estado capitalista, mas apenas evitar o comum equívoco de apresentá-lo como um ente homogêneo, apenas um componente *neutro* de um sistema de estados, desprovido de dinâmicas e contradições internas. Essa suposta neutralidade é inexistente. Em que pese suas contradições, complexidades, diferentes fases históricas e diversos regimes⁶ segundo os quais estão organizados os estados, trata-se, em última instância, um aparato político, jurídico, policial e militar desenvolvido pelas classes dominantes para auxiliar na manutenção do *status quo* econômico⁷, *i.e.* organizar material e culturalmente a população de um espaço geográfico delimitado com vistas a, nos marcos desse espaço, garantir a acumulação de capital. Portanto:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LENIN, 2012, p.27).

Como detentor do monopólio da elaboração e execução de leis, a principal tarefa do Estado é, segundo Wallerstein (2010), regular e preservar os direitos à propriedade privada — uma peça central do sistema capitalista, uma vez que “[...] não há modo de acumular capital incessantemente a menos que se possa manter o capital já acumulado” (WALLERSTEIN, 2010, p.70). Ademais, o Estado auxilia na regulação da produção e trânsito de capital, mercadorias e força de trabalho; e arca com parte dos custos logísticos das atividades econômicas privadas.

Estruturados de modo a favorecer uma classe específica dentro dos países que governam, os estados são *soberanos* dentro do círculo de estados em que existem, círculo que chamaremos de *sistema interestatal*. Segundo Wallerstein (2010), os antecedentes do sistema interestatal podem ser encontrados na diplomacia renascentista da Península Itálica, e é quase

⁶ *E.g.* repúblicas presidencialistas como os EUA ou parlamentares como a Itália, monarquias constitucionais como o Reino Unido, monarquias absolutas islâmicas como a Arábia Saudita, *etc.*

⁷ Existe amplo debate acerca das funções imediatamente econômicas do Estado, que o tornam, em certas ocasiões, agentes diretos da acumulação de capital. Destacamos aqui Mészáros (2002), que analisa o papel estatal, principalmente nos Estados Unidos da América depois de 1945, de garantir os lucros do complexo militar industrial — um setor-chave do capitalismo de hoje — por meio de vultuosas encomendas de material bélico

consenso que sua institucionalização se deu na Paz de Westfalia de 1648. Esse tratado, do qual participou a maioria dos estados europeus, codificou certas leis de relações internacionais que garantiam relativa autonomia aos signatários. “Essas leis foram elaboradas e posteriormente expandidas sob a rubrica da lei internacional.” (WALLERSTEIN, 2010, p.64). Faremos uma exposição mais pormenorizada da história do sistema interestatal no próximo subitem deste capítulo.

Para as monarquias que surgiam em fins do século XV (*e.g.* Espanha e França), a soberania era não apenas uma afirmação da autoridade interna do monarca, mas também da autoridade *vis-à-vis* outros estados. Por isso mesmo a afirmação de soberania não significa nada se não for reconhecida pelos demais estados. O reconhecimento recíproco é um dos fundamentos do sistema interestatal. Sem o reconhecimento, a entidade que se declara soberana acaba por se encontrar em situação precária — mesmo que de fato detenha o controle sobre determinado território (WALLERSTEIN, 2010).

Antes de tudo, a soberania foi a afirmação de fronteiras fixas claramente demarcadas, dentro das quais determinado estado era soberano e, por definição, nenhum outro estado tinha o direito de exercer qualquer tipo de autoridade executiva, legislativa, judicial ou militar. Na prática, a afirmação de fronteiras foi útil em limitar consideravelmente o grau de ingerência externa, embora não tenha conseguido eliminá-lo. Mas, mais do que isso, a soberania é uma proclamação legal que acarreta em importantes consequências políticas e econômicas (WALLERSTEIN, 2010).

É por conta dessas consequências que os assuntos ligados à soberania são centrais à luta política, tanto internamente para os estados como externamente entre eles. Do ponto de vista dos empresários operando em uma economia-mundo capitalista, os estados soberanos exercem a autoridade sobre pelo menos sete arenas principais de interesse direto para eles: 1] Os estados impõem as regras sobre o intercâmbio das mercadorias, o capital e o trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras. 2] Criam as leis referentes aos direitos de propriedade dos estados. 3] Criam as leis referentes ao emprego e à compensação dos empregados. 4] Decidem os custos que as companhias devem assumir. 5] Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados e até que ponto. 6] Cobram impostos. 7] Por último, quando as companhias estabelecidas dentro de suas fronteiras correm o risco de ver-se afetadas, os estados podem usar seu poder no exterior para afetar as decisões de outros estados. Essa é uma lista grande, e apenas de observá-la é possível se dar conta de que, do ponto de vista empresarial, as políticas estatais são cruciais (WALLERSTEIN, 2010, pp.68/9, tradução nossa).

Estando inseridos nos marcos do sistema interestatal, é em relação a esse sistema que se verifica o relativo grau de soberania real dos estados. Em teoria, todos os estados são soberanos, mas na prática existem estados mais fortes, e essa maior força se mede justamente

pela maior ou menor capacidade de interferir em assuntos internos de outros estados, e também pela maior ou menor capacidade em impedir a ingerência externa em seus próprios assuntos internos. Os estados mais fortes pressionam os mais fracos para que mantenham suas fronteiras abertas para o fluxo de fatores de produção que são úteis às empresas capitalistas instaladas nos estados fortes. Ao mesmo tempo resistem a qualquer exigência de reciprocidade nessa questão (WALLERSTEIN, 2010). Um exemplo:

Nos debates sobre o comércio mundial, os Estados Unidos e a União Europeia exigem constantemente que os estados do resto do mundo abram suas fronteiras ao fluxo de produtos manufaturados e serviços que eles possuem. Todavia, resistem com notável tenacidade a abrir completamente suas próprias fronteiras para o fluxo de produtos agropecuários ou têxteis de estados periféricos. (WALLERSTEIN, 2010, p.80, tradução nossa).

As pressões econômicas também se dão de outras formas, conferindo grande agilidade para o grande capital e uma base estrutural de manobra para aperfeiçoar os processos de acumulação de capital (MARIUTTI, 2004; WALLERSTEIN, s/d).

[...] uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e ao mesmo tempo realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de retorno. A própria fluidez do sistema interestatal reforça a tendência à incessante acumulação de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados nacionais que o integram: os Estados do centro lutam para preservar sua posição privilegiada, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas (MARIUTTI, 2004, p.100).

Certamente, as pressões não são apenas diretamente econômicas. Os estados mais fracos também estão mais suscetíveis a serem coagidos a se adaptar às necessidades políticas dos países fortes.

Os estados fortes se vinculam aos fracos mediante pressões para que se instalem e se mantenham no poder, nestes estados, indivíduos considerados aceitáveis [...]. [Os estados fortes também] se vinculam aos fracos mediante pressões para que aceitem práticas culturais — políticas linguísticas, educacionais [...] — que reforcem entre eles os vínculos a longo prazo. Os estados fortes se vinculam aos fracos os pressionando para que sigam sua liderança na arena internacional (tratados, organizações internacionais). E enquanto os estados fortes podem comprar a cooperação de líderes individuais de estados fracos, os estados fracos compram a proteção dos fortes mediante o arranjo de fluxos de capital apropriados. (WALLERSTEIN, 2010, p.80).

Torna-se então claro porque os conceitos *centro* e *periferia* devem ser entendidos de forma relacional. A formação de *países centrais* se dá em *contraposição necessária* à formação de *países periféricos*: *o centro não pode existir sem ter uma periferia, e a periferia não pode existir sem ter um centro*. As classes dominantes dos países centrais dominam o processo de acumulação, dentro, é claro, dos limites das coações exteriores (em especial a

competição entre países centrais, que abordaremos mais adiante). Não obstante, nesse caso, “[...] essas coações são intensamente relativizadas pela sua própria capacidade [das classes dominantes centrais] de reagir à sua ação [das coações exteriores], e até mesmo, de participar em sua elaboração” (AMIN, 2005, p.83). As periferias, por sua vez, se definem negativamente: são as regiões do capitalismo mundial que não são constituídas como centros. São os países que não dominam localmente o processo de acumulação de capital, pois não conseguem resistir de forma consistente às coações externas⁸ (AMIN, 2005).

Detentoras de maior capacidade de ganho e acúmulo no processo produtivo, as burguesias centrais, por meio de suas indústrias onde concentram os meios de produção, são capazes de fazer com que se produzam (para consumo interno e exportação) mercadorias de maior valor agregado. Fazendo uso da força de seus respectivos estados, conseguem colocar seus produtos no cenário internacional de maneira favorável, provocando “[...] um fluxo constante de mais-valia dos produtores de produtos periféricos para os produtores de produtos centrais” (WALLERSTEIN, 2010, p.46).

Os recursos centrais tendem a agrupar-se em uns poucos estados e a constituir a maior parte da atividade produtiva nesses ditos estados. Os processos periféricos tendem a estar espalhados em um grande número de estados e constituem a maior parte das atividades produtivas de ditos estados. Portanto, para abreviar, podemos falar de estados centrais e periféricos, sempre e quando recordemos que estamos falando de uma relação entre processos produtivos. (WALLERSTEIN, 2010, p.47).

Estados centrais e periféricos se imbricam em complexas relações de poder e alianças na dinâmica da acumulação de capital dentro da economia-mundo. Esse tipo de interação trans-estatal pode ocorrer das mais variadas formas, conferindo grande agilidade para o grande capital e uma base de manobra para aperfeiçoar os processos de acumulação de capital (MARIUTTI, 2004; WALLERSTEIN, s/d).

[...] uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e ao mesmo tempo realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de retorno. A própria fluidez do sistema interestatal reforça a tendência à incessante acumulação de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados nacionais que o integram: os Estados do centro lutam para preservar sua posição privilegiada, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas (MARIUTTI, 2004, p.100).

⁸ Mesmo que haja nesses países burguesias nacionais que detenham o controle do estado e certa acumulação de capital, esses países continuam periféricos se o que predomina no desenvolvimento desses países são imperativos externos (AMIN, 2005).

Não obstante, focar apenas nas relações entre países centrais e periféricos tornaria nossa capacidade de análise muitíssimo debilitada. Na economia-mundo capitalista são cruciais os vínculos que os países centrais estabelecem *entre si*. Conformados às determinações da produção capitalista, os países fortes são inevitavelmente rivais. Cada um desses estados tem sob sua responsabilidade os interesses de grupos capitalistas que no sistema interestatal se chocam com os planos de outros grupos. Todavia, a rivalidade entre estados de tal porte geralmente é apaziguada pelo compartilhado interesse em manter o sistema interestatal e a totalidade da economia-mundo capitalista funcionando (WALLERSTEIN, 2010).

Nessa luta contraditória, são importantes os chamados *estados semiperiféricos*.

Estes, de força intermediária, despendem sua energia para ao menos tentar manter seu status intermediário, mas com a esperança de ascender no escalão. Fazem uso do poder estatal no âmbito interno e interestatal de forma consciente para elevar o status de seu estado como produtor, como acumulador de capital e como força militar. Em última instância, sua trajetória é simples: ou têm êxito em ascender na hierarquia (ou ao menos manter sua posição) ou são empurrados para baixo. (WALLERSTEIN, 2010, p.82).

Combinando elementos centrais e periféricos, os estados semiperiféricos atuam como zonas periféricas em relação aos estados centrais ao mesmo tempo que atuam como centro em relação aos estados periféricos. Desse modo, contribui para preservar o sistema-mundo moderno na medida em que reduz a tensão entre extremos (MARIUTTI, 2004). Por isso, de acordo com Wallerstein (s/d), a semiperiferia é um elemento estrutural necessário para a economia-mundo capitalista.

Essas zonas áreas intermediárias [...] desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam noutro caso dirigir contra os estados do centro e os grupos que operam no interior e através de seus aparelhos de Estado. Por outro lado, os interesses localizados basicamente na semiperiferia, e é-lhes difícil prosseguir os seus fins através de coligações políticas que poderiam estar aberta para eles se estivessem na mesma arena política. (WALLERSTEIN, s/d, p.339).

A competição entre estados centrais e o empenhos de estados semiperiféricos para ascender gera uma rivalidade interestatal constante, que por sua vez leva ao que se chama *equilíbrio de poder* do sistema interestatal, *i.e.* uma situação em que não existe nenhum estado que possa automaticamente alcançar seus objetivos na arena internacional. Obviamente, todavia, os estados mais fortes entre os centrais via de regra tentam se aproximar o máximo possível do controle total do sistema interestatal. Segundo Wallerstein (WALLERSTEIN, 2010), esse objetivo de se tornar dominante tem sido buscado de duas formas. Uma delas é

transformar a economia-mundo em *império-mundo*. A segunda é construir a hegemonia no sistema-mundo.

Como já mencionado, o império-mundo consiste em uma única estrutura política que abrange todo o sistema-mundo. Nos últimos quinhentos anos, houve algumas tentativas nesse sentido: Carlos V no século XVI, Napoleão nos albores do século XIX e Hitler em meados do século passado. Todas essas tentativas fracassaram. Por outro lado, a economia-mundo capitalista assistiu ao sucesso de três países em estabelecer a hegemonia. O primeiro foram as Províncias Unidas — que hoje conhecemos como Países Baixos — em meados do século XVII, o segundo foi o Reino Unido em meados do século XIX e o terceiro foram os Estados Unidos a partir de 1945. Voltaremos a abordar esses ciclos hegemônicos no próximo subcapítulo. Por ora observamos que esses países podem ser considerados hegemônicos pela sua capacidade de estabelecer as regras do sistema interestatal; de dominar a produção, o comércio e as finanças da economia-mundo; de alcançar seus objetivos políticos com o uso mínimo de força militar e de conseguirem se tornar, em maior ou menor grau, referência cultural (WALLERSTEIN, 2010).

A duração limitada da hegemonia dos estados que alcançaram essa posição é grande amostra do dinamismo das disputas intercapitalistas dentro do sistema-mundo moderno. Um estado com vistas a tornar-se hegemônico no sistema interestatal deve necessariamente concentrar a eficiência produtiva, e manter sua posição com o auxílio das funções políticas e militares. Uma vez que é questão de tempo até que outros estados melhorem sua eficiência econômica, a superioridade do pode ora hegemônico tende a diminuir, levando com ela sua influência política e deixando-a cada vez mais dependente de ameaças e ações militares para manter seu domínio (WALLERSTEIN, 2010).

Quando o poder hegemônico declina, sempre existem outros que tentam substituí-lo. [...] Por isso a hegemonia é crucial, repetida e sempre relativamente breve. A economia do mundo capitalista necessita dos estados, necessita do sistema interestatal e necessita da aparição periódica de poderes hegemônicos. Mas a prioridade dos capitalistas nunca é a manutenção e muito menos a glorificação de nenhuma dessas estruturas. A prioridade é sempre a acumulação incessante de capital, e essa se logra da melhor maneira com um quadro de domínios políticos e culturais que sempre mude, dentro do qual as empresas capitalistas possam manobrar, obetendo apoio dos estados mas buscando escapar de sua tutela. (WALLERSTEIN, 2010, p.85).

Além das mudanças na hierarquia do moderno sistema-mundo, a incessante busca pela acumulação de capital engendra o desenvolvimento das forças produtivas e com isso a necessidade e capacidade de expandir os limites da economia-mundo, dilatando-a

progressivamente. Por isso, dada a sua necessidade de intensificar e expandir sua produção e com isso suas próprias fronteiras espaciais, o próprio processo de reprodução da economia-mundo acaba por incorporar a seus limites regiões exteriores, que a ASM denomina como *arena externa* (MARIUTTI, 2004). As áreas externas são as sociedades que não fazem parte constitutiva do moderno sistema-mundo, embora com ele estabeleçam ligações comerciais, militares, *etc*⁹. Incorporadas, as áreas externas via de regra se convertem em periferias ou semi-periferias da economia-mundo (WALLERSTEIN, s/d; MARIUTTI, 2004).

Ao contrário de fronteiras políticas, não é tarefa simples demarcar os limites da economia-mundo capitalista e por conseguinte as áreas exteriores a ela, uma vez que a incorporação de zonas geográficas à produção capitalista que historicamente teve início na Europa sempre se deu mais ou menos gradualmente. Evidentemente, é necessário cuidado para não confundir as regiões periféricas da economia-mundo com as áreas externas. Vale a pena ressaltar a diferença:

A periferia de uma economia-mundo é aquele setor geográfico dessa economia onde se produzem principalmente bens de ranking baixo (isto é, bens cujo trabalho de produção é menos recompensado), mas trata-se de uma produção que é parte integral do sistema geral da divisão do trabalho [da economia-mundo], pois os produtos envolvidos são essenciais para uso diário. A arena externa de uma economia-mundo consiste naqueles outros sistemas-mundo com os quais dada economia-mundo tem algum tipo de relação comercial, baseada primariamente na troca de produtos preciosos, o que às vezes se chamava de “comércio de luxo”. (WALLERSTEIN, 1974, pp.301/2).

O segundo capítulo deste trabalho tem como objetivo principal reconstruir historicamente como o Egito, ao longo do século XIX, se converteu de área externa a parte periférica integrante da economia-mundo capitalista, em um processo intimamente relacionado à ascensão do Reino Unido à posição de estado central dominante da economia-mundo e à construção do Império Britânico, em ferrenha disputa com outros estados que almejavam tal posição, em especial a França. Por isso, faz-se necessário dispensarmos aqui maior atenção à questão das áreas externas e sua incorporação aos processos de acumulação de capital do moderno sistema-mundo.

Segundo Wallerstein (2011), a *incorporação* consiste em um período de transição no qual uma região que até então estava na área externa da economia-mundo se torna uma zona

⁹ Importante ressaltar que as áreas externas devem necessariamente ter algum tipo de ligação consistente com a economia-mundo. As regiões que não as possuem são consideradas por Carlson (2012) como *zonas de ignorância*.

periférica da dita economia-mundo. Historicamente, a incorporação ao moderno sistema-mundo jamais foi realizada por iniciativa das sociedades que eram incorporadas, mas sim pela necessidade da economia-mundo de expandir suas fronteiras.

Incorporação significa fundamentalmente que ao menos alguns processos produtivos significativos em dada localização geográfica se tornam integrais às várias cadeias mercantis que constituem a divisão de trabalho da economia-mundo capitalista. E como saberemos se um processo produtivo é “integral” a essa divisão de trabalho? Um processo produtivo pode ser considerado assim integrado apenas se a sua produção responde em alguma medida às sempre mutantes “condições de mercado” da economia-mundo (quaisquer que sejam a fonte dessas mudanças) em termos de esforços por parte dos que controlam esses processos de maximizar a acumulação de capital dentro desse “mercado” — se não a curtíssimo prazo, pelo menos a médio prazo. Se isso não acontece em extensão considerável, se os percalços desses processos produtivos podem ser abordados de outra forma que não em vistas da acumulação de capital na economia-mundo, então a zona em que estão localizados esses processos produtivos devem ser consideradas como arena externa da economia-mundo, a despeito da existência de ligações comerciais, não importando o quão extensivo ou lucrativo esse “comércio” pareça ser. (WALLERSTEIN, 2011, p.130).

Desta forma, podemos dizer que uma zona externa incorporada à economia-mundo passa por três fases. Primeiramente, a da condição de área externa. Em segundo lugar, o período de incorporação. Por último, o período de *periferização*. Para diferenciar o período de incorporação do de periferização, Wallerstein (2011, p.130) lança mão de uma analogia: “[...] incorporação envolve ‘ancorar’ a zona na órbita da economia-mundo de modo que ela não possa mais escapar, enquanto periferização envolve a contínua transformação das miniestructuras da área de modo a aprofundar o desenvolvimento capitalista [da referida área]”. Em seu ensaio sobre a incorporação do Império Otomano ao moderno sistema-mundo, Wallerstein, Hale Decdeli e Resat Kasaba (2004) são mais claros: enquanto no processo de incorporação os processos produtivos de uma região se integram à divisão de trabalho da economia-mundo capitalista e passam a responder aos imperativos da acumulação de capital — o que via de regra requer alterações maiores ou menores à estrutura produtiva e relações de produção da região incorporada —, a periferização é o período em que as alterações são mantidas e aprofundadas de modo a manter e reproduzir a condição periférica da região.

Sendo o objeto de estudo da ASM a totalidade do mundo capitalista em seu dinamismo e contradições, o modelo *área externa/incorporação/periferização* não é uma fórmula estanque, e os processos históricos reais mostram que as fases de incorporação e periferização em dado momento se sobrepõem e não são passíveis de separação. Com respaldo de Carlson (2012), podemos dizer que *incorporação* e *periferização* se referem a

dois movimentos intrínsecos e interconectados do capitalismo: respectivamente, sua tendência a *ampliar e aprofundar* suas relações.

Uma vez que a tendência para expandir e aprofundar o sistema é inerente ao funcionamento do capitalismo, uma área conduzindo qualquer relação comercial com a Europa seria efetivamente “ancorada” [no sistema capitalista], já que a incorporação ao sistema é inevitável. Incorporação é o contínuo alargamento de um sistema-mundo, enquanto a periferização é o aprofundamento das relações sistêmicas. (CARLSON, 2012, p.89).

Uma vez que determinada área do planeta foi incorporada de forma periférica ao moderno sistema-mundo, o processo de periferização nada mais é do que a reprodução das condições necessárias para manter essa condição periférica. Sendo assim, uma vez incorporada, a região passará por um processo de contínua periferização, processo que se altera na medida em que se alteram as condições históricas da totalidade da economia-mundo, mas cujo resultado é sempre a manutenção do papel de periferia.

Importante registrar que estamos cientes de que esse tipo de análise, como as demais formas de análise das Relações Internacionais, corre o risco, mesmo quando considera fatores internos das regiões e países analisados, de “[...] transformar as determinações globais dominantes, que se impõem às dinâmicas internas nacionais e regionais, em ‘distantes da história’, negligenciando, por esse fato mesmo, as possíveis guinadas de percurso produzidas pelas transformações internas [...]” (AMIN, 2005, p.78). Para evitar esse problema, ainda segundo Amin (2005), é necessário não abandonar uma concepção importantíssima da perspectiva do sistema-mundo, que pode ser muito bem sintetizada no adágio de Marx (s/d), segundo o qual os homens, embora limitados pelas condições materiais nas quais estão inseridos, *fazem sua própria história*. Para nosso tema de estudos, isso significa o seguinte: a articulação entre as dinâmicas globais e as dinâmicas locais específicas do período histórico a ser estudado não é uma via de mão única: os contextos locais não estão fadados invariavelmente a se “ajustar o global”; podem levar o global a se “ajustar”, mesmo que em pequena medida, às dinâmicas locais (AMIN, 2005). Ainda que nosso trabalho foque na dinâmica global, buscamos nos deter aos contextos específicos sempre que estes foram capazes de influenciar o contexto geral. A abordagem sistêmica, aliás, leva necessariamente a uma relativização do que podem ser considerados elementos externos ou internos, uma vez que todos são elementos integrantes do sistema-mundo que tomamos como parâmetro (AMIN, 1991).

Tendo explicado *grosso modo* os aspectos principais da ASM, temos agora os elementos necessários para adentrar a discussão feita por Giovanni Arrighi a respeito do sistema interestatal e dos ciclos sistêmicos de acumulação de capital.

1.2 O sistema interestatal e os ciclos sistêmicos de acumulação de capital

Como mencionado no subitem anterior, a economia-mundo capitalista passou, ao longo de sua história, por períodos nos quais um estado dentre os estados centrais exerceu o domínio econômico, político e cultural sobre as demais nações do sistema interestatal. Essa questão é importantíssima para esta pesquisa, posto que para entender a dominação britânica no Egito, é necessário compreender, ainda que de maneira genérica, o papel internacional exercido pela Inglaterra durante boa parte do século XIX e a segunda metade do século XX. Abordaremos nosso tema com a mediação, além da ASM, do conceito de *ciclos sistêmicos de acumulação de capital*, tal como desenvolvido pelo sociólogo italiano Giovanni Arrighi em sua obra mais conhecida, *O longo século XX*.

O conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, ou CSA, foi desenvolvido por Arrighi por meio da análise teórica combinada com o estudo detalhado do desenvolvimento histórico do capitalismo na Europa. Com o intuito de sintetizar com maior fidelidade os aspectos de sua obra que nos serão necessários, este subitem também apresentará, junto à discussão teórica sobre os CSA, uma breve recapitulação histórica das hegemonias pelas quais passou a economia-mundo capitalista, adensando assim, um importantíssimo aspecto do sistema interestatal moderno que no subitem anterior mencionamos apenas de passagem.

Não é possível abordar o sistema interestatal capitalista e os estados que nele são dominantes sem que se mencione a *hegemonia* exercida por esses estados no plano internacional, ou, nos termos de Arrighi (2010), a *hegemonia mundial*. No subitem anterior, o termo *hegemonia* já foi utilizado, no mesmo sentido que ora explanamos:

O conceito de “hegemonia mundial” adotado aqui [...] se refere especificamente ao poder do estado para exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de estados soberanos. Em princípio, este poder pode envolver apenas a administração ordinária de tal sistema do modo como ele foi estabelecido em dada época. Historicamente, porém, o governo de um sistema de estados soberanos sempre envolveu algum tipo de ação transformativa, que alterou o modo de operação desse sistema de forma fundamental. (ARRIGHI, 2010, p.28).

Esse tipo de poder é diferente da simples dominação. Arrighi se respalda em Antonio Gramsci para definir tal poder como a dominação associada ao exercício da liderança (ARRIGHI, 2010). Sobre a hegemonia — exercida em âmbito nacional —, diz Gramsci:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de duas formas, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina grupos antagônicos, que ele tende a “liquidar”, ou a subjugar, talvez até pela força das armas. Um grupo social pode, e na verdade deve, exercer “liderança” antes de ganhar poder governamental (essa é de fato uma das principais condições para adquirir tal poder); esse grupo subsequentemente se torna dominante quando exerce o poder, mas mesmo que o mantenha firmemente, deve continuar também a “liderar”. (GRAMSCI, apud ARRIGHI, 2010, p.29).

Trata-se de uma reformulação do conceito maquiaveliano de poder como uma combinação de coerção e consenso. A coerção supõe o uso efetivo ou ameaça de força, enquanto o consenso supõe a liderança moral. No que tange às questões internacionais, dominação reside primariamente na coerção, ao passo que a hegemonia supõe, além da dominação, a capacidade de liderança ao apresentar seus interesses particulares como interesses universais. Diz Gramsci — mais uma vez, sobre a hegemonia exercida nacionalmente:

É verdade que o Estado é visto como o órgão de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para a máxima expansão deste grupo. Mas o desenvolvimento e a expansão desse grupo particular são concebidos e apresentados como sendo a força motriz de uma expansão universal, um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. (GRAMSCI, apud ARRIGHI, 2010, p.29).

Arrighi complementa:

A alegação do grupo dominante sobre representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, seguindo Gramsci, nós devemos falar de hegemonia somente quando a alegação é ao menos parcialmente verdadeira e adiciona alguma coisa ao poder do grupo dominante. Uma situação na qual a alegação do grupo dominante em representar o interesse geral é puramente fraudulenta será definida como uma situação não de hegemonia, mas de falência de hegemonia. (ARRIGHI, 2010, p.30).

Como já salientamos duas vezes, Gramsci, ao tratar de hegemonia, o faz tendo como referência os conflitos de classe dentro dos marcos de um único país. Transpor essa parte de seu pensamento para o plano internacional tendo como referência as relações entre estados não pode deixar de trazer problemas, dois dos quais são abordados por Arrighi (2010).

O primeiro deles tem a ver com o significado de *liderança* quando aplicado nas relações interestatais. Um estado dominante desempenha hegemonia quando lidera um sistema de estados na direção desejada e é capaz de retratar esse direcionamento como um

conjunto de ações que visam o interesse geral. Todavia, o estado dominante também pode liderar os outros no sentido de fazê-los imitar seu próprio caminho de desenvolvimento econômico. Isso, com o passar do tempo, pode, ao invés de fortalecer a hegemonia, favorecer a competição pelo poder e assim ameaçar e enfraquecer o estado dominante. “Esses dois tipos de liderança podem coexistir — pelo menos por algum tempo. Mas é apenas a liderança no primeiro sentido que define uma situação hegemônica.” (ARRIGHI, 2010, p.30).

O segundo problema reside no fato de que é mais difícil definir um *interesse geral* em âmbito internacional do que quando estamos discutindo dentro de um único estado. No que concerne os estados tomados individualmente, o aumento do poder do estado frente a outros estados pode ser facilmente considerado uma questão de interesse geral, ou seja, nacional. Mas, por definição, esse tipo de poder não pode aumentar para o sistema interestatal como um todo. Pode aumentar para determinado grupo de estados *vis-à-vis* outro grupo de estados, mas nesse caso a hegemonia do estado líder do grupo favorecido pode ser considerada no máximo *regional*, mas nunca *mundial* (ARRIGHI, 2010).

Hegemonias mundiais como entendidas aqui podem ascender apenas se a busca de poder por estados em relação aos outros não é o único objetivo da ação estatal. De fato, a busca de poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define a estratégia e estrutura de estados enquanto organizações. O outro lado é maximização de poder *vis-à-vis* os súditos dos estados. Um estado pode, portanto, tornar-se mundialmente hegemônico porque pode alegar com credibilidade ser a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes *vis-à-vis* seus súditos. Ou, por outro lado, um estado pode se tornar hegemônico porque pode alegar com credibilidade que a expansão de seu poder relativamente a alguns ou mesmo a todos os outros estados se dá em nome do interesse geral dos súditos de todos os estados. (ARRIGHI, 2010, pp.30/1).

Há mais possibilidade de que esse tipo de alegação tenha sua parcela de verdade e seja crível em épocas de *caos sistêmico*. Neste contexto, *caos* tem significado diverso de *anarquia*.

“Anarquia” designa “ausência de governo central”. Nesse sentido, o moderno sistema de estados soberanos assim como o sistema de governo da Europa medieval, do qual o moderno sistema emergiu, qualificam-se como sistemas anárquicos. Todavia, cada um desses dois sistemas tinham ou tem seus próprios princípios implícitos e explícitos, normas, regras e procedimentos, o que justifica que nossa referência a eles como “anarquias ordenadas” ou “ordens anárquicas”. (ARRIGHI, 2010, p.31).

Por sua vez, *caos* e *caos sistêmico* se referem a quadros de total desorganização. Essas situações geralmente tomam forma por conta da escalção de conflitos, ou por conta de um novo conjunto de regras e normas de condutas que foi imposto sobre um conjunto de regras mas antigos, sem no entanto eliminar esse conjunto antigo, ou por causa de alguma combinação das duas circunstâncias.

Na medida em que o caos sistêmico aumenta, a demanda por “ordem” — a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! — tende a se tornar cada vez mais geral entre os governantes, ou entre os súditos, ou ambos. Qualquer estado ou grupo de estados que esteja em posição de satisfazer essa demanda geral por ordem é, assim, presenteado com a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico. (ARRIGHI, 2010, p.31).

Os estados que historicamente aproveitaram essa oportunidade precisaram reconstruir o sistema de estados em novas fundações para restaurar a ordem em alguma medida. Isso quer dizer que hegemônias mundiais não ascenderam nem declinaram em um sistema mundial de estrutura invariável. Ao contrário, o moderno sistema-mundo foi constituído e expandido por meio de reestruturações levadas a cabo sob a liderança de sucessivos estados hegemônicos. Essa série de reestruturações são fenômeno característico do sistema interestatal que emergiu da desintegração do medievo europeu. O sistema de governo da Idade Média era formado basicamente por cadeias de relações hierárquicas de senhores-vassallos, baseadas em diferentes instâncias jurídicas que não raro se sobrepunham umas às outras. Esse sistema era legitimado em sua totalidade por um conjunto em comum de leis, religião e costumes, oficializados pela cristandade católica romana. O sistema interestatal da economia-mundo capitalista, ao contrário, consiste — como já mencionado no subcapítulo anterior — na institucionalização de autoridades públicas em espaços geográficos mutuamente exclusivos e claramente demarcados. As leis, as religiões e os costumes se tornaram *nacionais*, sujeitos apenas à autoridade do soberano da nação e a mais ninguém (ARRIGHI, 2010).

Arrighi (2010) se respalda em Wallerstein ao também considerar que o desenvolvimento do moderno sistema interestatal está intimamente relacionado — simultaneamente como uma das causas e como um dos efeitos — ao desenvolvimento do capitalismo como um sistema de acumulação em escala planetária. Todavia, Arrighi chama atenção para a estreita conexão histórica entre capitalismo e o moderno sistema interestatal é uma conexão tanto de unidade quanto de contradição, posto que “[...] [o] capitalismo e os estados nacionais cresceram juntos, e presumivelmente dependeram um do outro em alguma medida, e ainda assim os capitalistas e os centros de acumulação não raras vezes ofereceram resistência à expansão do poder estatal” (TILLY, apud ARRIGHI, 2010, p.22). O moderno sistema-interestatal, isto é, a secção da economia-mundo em várias jurisdições políticas em competição umas com as outras, não beneficia *necessariamente* a acumulação de capital. O benefício ou prejuízo estão condicionados à forma e intensidade com que se dá a competição interestatal.

Se, por exemplo, a competição interestatal assumir a forma de conflitos armados longos e intensos, não existe razão alguma para crer que os custos desses conflitos para as empresas capitalistas serão necessariamente menores do que os custos de um hipotético governo centralizado de um império mundial. Ao contrário, esses conflitos prolongados podem muito bem prejudicar o empreendedorismo capitalista por meio do desvio de recursos para o setor militar e pelo rompimento das redes de produção e comércio. Do lado reverso da situação, a competição entre empresas capitalistas não promovem necessariamente a segmentação da esfera política em jurisdições separadas. Isso também está condicionado à forma e intensidade da competição entre essas empresas. Se essas empresas manipulam densas redes transestatais de produção e comércio, a eventual segmentação dessas redes em estados separados pode ter efeitos prejudiciais (ARRIGHI, 2010).

Tanto a disputa interestatal quanto a disputa entre empresas podem tomar diferentes formas, e as formas assumidas acarretam em importantes consequências no funcionamento do modo de produção capitalista em âmbito planetário. Por isso,

[...] não basta enfatizar a conexão histórica entre a competição interestatal e a competição entre empresas. Devemos também especificar a forma que essas competições assumem e como elas mudam com o passar do tempo. Apenas assim nós poderemos compreender a natureza evolutiva do moderno sistema mundial e o papel desempenhado pelas sucessivas hegemonias na construção e reconstrução do sistema, levadas a cabo para resolver a recorrente contradição entre a “infundável” acumulação de capital e uma comparativamente estável organização do espaço político. (ARRIGHI, 2010, p.34).

Para avançar no entendimento dessa questão, Arrighi (2010) traz à tona a distinção entre as *lógicas capitalista e territorialista* de alcançar o poder. Os governantes territorialistas identificam poder com a extensão e massa populacional de seus domínios, e concebem o capital como um meio ou um dos resultados da expansão territorial. Governantes capitalistas identificam poder com seu comando sobre recursos e consideram a expansão territorial como um meio e um resultado da acumulação de capital. Governantes territorialistas tendem a aumentar seu poder por meio do alargamento do perímetro de seus domínios, ao passo que governantes capitalistas tendem a acumular recursos em um perímetro pequeno e aumentar o perímetro apenas se a acumulação de capital assim o exigir.

Capitalismo e territorialismo como aqui definidos [...] representam estratégias alternativas de formação estatal. Na estratégia territorialista, o objetivo é o controle sobre territórios e populações, e o controle sobre capital móvel são os meios, meios para se fazer guerra e para se construir o estado. Na estratégia capitalista, a relação entre fins e meios é invertida: o controle sobre o capital móvel é o objetivo, e controle sobre territórios e populações são os meios. (ARRIGHI, 2010, p.35).

Historicamente, afirma Arrighi (2010), as lógicas capitalista e territorialista atuaram não de forma isolada, mas de forma complementar uma à outra. Desta forma, os resultados desses processos diferiram consideravelmente do que pode se inferir de cada lógica considerada de forma abstrata. A mais forte tendência em direção à expansão territorial surgiu da Europa — o berço do capitalismo. Para Arrighi, estudar a questão da expansão europeia exige necessariamente — mas não apenas — uma investigação das origens, estruturas e evolução do moderno sistema interestatal.

O elemento crítico desse sistema foi a constante oposição das lógicas capitalista e territorialista de poder e a recorrente resolução de suas contradições por meio da reorganização do espaço político-econômico mundial pelo estado capitalista líder de cada época. Essa dialética entre capitalismo e territorialismo precede o estabelecimento, no século XVII, de um sistema interestatal pan-europeu. Suas origens residem na formação, dentro do sistema medieval de governo, de um subsistema regional de cidades-estado capitalistas no norte da Itália. (ARRIGHI, 2010, p.37).

Inicialmente um enclave capitalista dentro da Europa feudal, as cidades-estado do norte da Península Itálica paulatinamente adquiriram, à medida que avançava a decadência do feudalismo, jurisdições políticas independentes e separadas, unidas pelo princípio de equilíbrio de poder e uma densa rede diplomática. Essas cidades-estado — Veneza, Florença, Gênova e Milão — anteciparam em dois séculos muitas das características principais do sistema interestatal moderno, principalmente em quatro aspectos (ARRIGHI, 2010).

Primeiramente, o subsistema norte-italiano pautava a condução de suas guerras e a construção de seus estados por uma lógica essencialmente capitalista. Veneza, o estado mais poderoso, constituiu um protótipo do estado capitalista, a começar pelo fato de que era comandado pela classe dominante mercantil. As conquistas territoriais eram levadas a cabo apenas depois que análises de custo e benefício determinassem que tais conquistas contribuiriam para o aumento de lucratividade e a facilitação da circulação de mercadorias em favor da classe que controlava o estado (ARRIGHI, 2010).

Em segundo lugar, o equilíbrio de poder foi fundamental para o desenvolvimento desse enclave capitalista. O equilíbrio de forças entre as autoridades máximas do feudalismo — Papa e Imperador — foi instrumental na emergência do enclave no norte italiano. O equilíbrio de poder entre as próprias cidades-estados foi essencial para que cada uma preservasse sua autonomia. Finalmente, o equilíbrio de poder entre os estados da Europa Ocidental que ora começavam a se formar impediu que a lógica territorialista fizesse com que algum deles avançasse sobre as cidades-estado (ARRIGHI, 2010).

O equilíbrio de poder foi, portanto, sempre parte integrante do desenvolvimento do capitalismo [...]. De fato, o equilíbrio de poder pode ser interpretado como um mecanismo pelo qual os estados capitalistas podem, separadamente ou em conjunto, reduzir os custos de proteção tanto absoluta quanto relativamente frente a seus competidores e rivais. Para que o equilíbrio de poder se torne tal mecanismo, o(s) estado(s) capitalista(s) deve(m) estar em posição de manipular o equilíbrio em vantagem própria em vez de se tornar(em) engrenagens em um mecanismo controlado por ninguém ou outrem. Se o equilíbrio de poder pode ser mantido apenas por meio de guerras repetitivas e custosas, então o objetivo do(s) estado(s) capitalista(s) não se realizou, porque os custos pecuniários de tais guerras inevitavelmente tendem a exceder seus benefícios pecuniários. O segredo do sucesso capitalista é fazer com que outros lutem a sua guerra, de preferência sem custos, ou ao mesmo com o menor custo possível. (ARRIGHI, 2010, p.39).

Terceiro lugar: o desenvolvimento de relações de trabalho assalariado nas esferas estatal e militar permitiu que as cidades-estado transformassem considerável parte dos custos dessas estruturas em fontes de lucro. Segundo McNeill (apud ARRIGHI, 2010), havia quantidades suficientes de dinheiro circulando nas cidades italianas mais ricas a ponto de possibilitar que os cidadãos pagassem impostos para comprar os serviços de mercenários, o que em última instância devolvia o dinheiro à circulação, intensificando as trocas comerciais.

[...] as cidades-estado italianas estavam praticando uma espécie de “keynesianismo militar” em pequena escala—a prática segundo a qual os gastos militares impulsionam a renda dos cidadãos do estado que fez tais gastos, aumentando assim os recursos vindos dos impostos e a capacidade de financiar novos ciclos de gastos militares. Assim como em todos os tipos de keynesianismo militar, todavia, a “auto-expansão” dos gastos militares era estritamente limitada pelos vazamentos permanentes de recursos para outras jurisdições, pela inflação e por outros efeitos redistributivos dos sempre crescentes gastos militares, o que diminui a disposição da classe capitalista a ser taxada. (ARRIGHI, 2010, p.39).

Quarto lugar: a classe dominante norte-italiana, com destaque para Veneza, desenvolveu uma densa rede diplomática, através da qual se adquiriam informações acerca das ambições e capacidades de outros governantes, inclusive os governantes territorialistas do mais amplo sistema medieval europeu. Tal conhecimento era essencial para que a manipulação do equilíbrio de poderes e a subsequente redução dos custos de proteção. A eficiência e lucratividade das longas rotas de comércio também dependiam do controle quase monopolista das informações (BRAUDEL, apud ARRIGHI, 2010). Por isso, em comparação a governantes territorialistas, os governantes adeptos da lógica capitalista tinham motivações mais fortes para promover o desenvolvimento das redes de informação. O desenvolvimento da diplomacia proveu o modelo para a formação, dois séculos depois, do sistema europeu de estados-nação (MATTINGLY apud ARRIGHI, 2010).

A acumulação de capital via comércio de longa distância e altas finanças, a administração do equilíbrio de poder, a comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia promoveram por mais de um século, combinados, uma extraordinária concentração de riqueza nas mãos das oligarquias que comandavam as cidades-estado do norte da Itália. Na década de 1420, essas cidades tinham grande influência na política europeia e mais recursos do que os mais bem sucedidos estados dinásticos do oeste e noroeste da Europa (BRAUDEL, apud ARRIGHI, 2010). Isso deixou claro que mesmo territórios diminutos podiam acumular riqueza e poder sem a aquisição de territórios e súditos. Todavia, as cidades-estados nunca tentaram, individual ou coletivamente, levar o sistema de governo medieval a uma transformação. Seriam necessários dois séculos — de 1450 a 1650 — para que um novo tipo de estado capitalista tivesse a oportunidade de metamorfosear o sistema europeu de forma adequada às necessidades da acumulação de capital em escala planetária (ARRIGHI, 2010).

Essa nova situação emergiu como o resultado de um salto nas disputas de poder europeias, precipitado pelas tentativas de governantes territorialistas de incorporar em seus domínios, ou prevenir que outros incorporassem, a riqueza e poder das cidades-estado italianas. A conquista não foi possível, principalmente por conta da competição entre os próprios governantes territorialistas. Todavia, nessa luta pelo impossível, alguns estados territoriais — Espanha e França em particular — desenvolveram novas técnicas de guerra (o *tercio* espanhol, exércitos permanentes profissionais, canhões móveis, novos sistemas de fortificação, e assim por diante), o que deu a eles decisiva vantagem *vis-à-vis* outros governantes, inclusive as autoridades supraestatais e subestatais do sistema de governo medieval. (ARRIGHI, 2010, p.41).

À intensificação da disputa intra-europeia se seguiu a expansão geográfica, na medida em que alguns governantes territorialistas procuraram contornar a incapacidade de conquistar as cidades-estado italianas conquistando a *fonte* da riqueza e do poder dessas cidades: as rotas comerciais de longa distância. Os recursos de Veneza e das outras cidades advinham do controle monopolista de um elo crucial na cadeia comercial que ligava a Europa Ocidental à Índia e a China por meio do mundo árabe/islâmico. Nenhum estado territorialista deu conta de desintegrar esse monopólio, mas trabalharam no sentido de estabelecer uma conexão mais direta com o Oriente e assim desviar o fluxo de riquezas dos venezianos para outros circuitos. Portugal e Espanha receberam auxílio dos genoveses — rivais dos venezianos — na busca das novas rotas. Portugal alcançou seu objetivo e a Espanha foi de encontro ao que viria a ser uma nova fonte de riqueza e poder: as Américas. A retroalimentação da expansão global europeia e suas disputas intestinas engendrou a escalada das lutas pelo poder com cada vez mais recursos e técnicas cada vez mais caras e avançadas de se conduzir guerras e se estruturar estados (ARRIGHI, 2010). Essas novas técnicas e recursos passaram a ser utilizados para subjugar

territórios e populações fora da Europa, em conquistas que geravam cada vez mais riqueza e poder, que por sua vez eram aplicadas nas disputas europeias, e assim por diante (McNEILL, apud ARRIGHI, 2010).

A Espanha foi o primeiro estado a se beneficiar desse contexto, em grande parte por conta da exploração do continente americano. O poder e recursos acumulados, no entanto, em vez de impulsionar a modernização no sentido das relações capitalistas, foram utilizados pelos Habsburgo e pelo papado para tentar manter — sem sucesso — o sistema feudal em franca decomposição. Já em meados do século XV o feudalismo se desintegrava de forma irreversível graças ao desenvolvimento econômico e político causado pelas disputas mencionadas acima. Enquanto os dirigentes espanhóis desperdiçavam suas oportunidades de modernização, alguns estados no noroeste da Europa conseguiram subsumir a lógica capitalista de poder à lógica territorialista.

O resultado foi a formação de mini-impérios compactos, melhor exemplificados pelos estados dinásticos francês, inglês e sueco, que individualmente não eram páreo para a Espanha, mas, coletivamente, não podiam ser subordinados a nenhuma antiga ou nova autoridade política central. A tentativa da Espanha, em conjunção com o papado e a Casa Imperial dos Habsburgo, de desfazer ou subordinar essas novas realidades de poder não apenas falharam, mas se traduziram em uma situação de caos sistêmico que criou as condições para a ascensão da hegemonia holandesa e a liquidação definitiva do sistema feudal de governo. (ARRIGHI, 2010, p.42).

A rápida escalada dos conflitos passou, então, a ameaçar a estabilidade da maioria dos principais governantes europeus e também a drenar a riqueza que tinham amealhado até então. As classes dominadas, que via de regra arcavam com os custos das disputas europeias, começaram a varrer o continente com insurreições rurais e urbanas em escala sem precedentes, direcionadas não raramente contra as classes dominantes e as próprias estruturas estatais. Emblemática foi a Revolução Puritana na Inglaterra, mas os governantes de toda a Europa se viam ameaçados pela instabilidade social. Tal intensificação dos conflitos sociais foi resultado direto da escalção dos conflitos armados intra-europeus. Entre 1550 e 1640, mais do que dobrou o número de soldados mobilizados; entre 1530 e 1630 o custo de manutenção de um soldado individual no campo de batalha cerca de quintuplicou. “Essa escalção dos custos de proteção levou a um aumento agudo na pressão fiscal sobre os súditos, o que por sua vez engatilhou muitas das revoltas do século XVII.” (ARRIGHI, 2010, p.43).

Outra consequência nefasta para as classes dominantes europeias foi a ruptura das redes de comércio trans-europeias causada pela escalção dos conflitos. Movimentar mercadorias através de diferentes jurisdições políticas se tornou cada vez mais custoso e

arriscado. Como resultado dessas tendências, ficou claro entre os governantes europeus um interesse compartilhado na volta da estabilidade. Como disse o rei inglês James I, passou a existir uma ligação implícita entre os reis que os obrigou a colaborarem entre si para que pudessem se sobrepor a seus súditos (HILL apud ARRIGHI, 2010). Estado a autoridade coletiva dos estados europeus ameaçada pelas classes subalternas, prevaleceu o interesse geral de recuperar e fortalecer essa autoridade.

Foi dentro desse quadro que as Províncias Unidas — atual Holanda — lideraram uma grande e poderosa coalisão de estados rumo ao estabelecimento do moderno sistema interstatal e assim se tornaram hegemônicas. Os holandeses já na década de 1560 haviam estabelecido forte liderança sobre os estados avançados do noroeste europeu quando de sua luta de independência contra a Espanha (ARRIGHI, 2010; LESSA, 2005). A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) assinalou a falência definitiva do projeto espanhol de preponderância no cenário europeu: os Habsburgo da Espanha, aliados a seu ramo familiar austríaco, teve de enfrentar uma coligação contra todos os estados protestantes da Europa. O fim dessa guerra se deu oficialmente no Congresso de Westphalia em 1648, e marca

[...] um capítulo crucial na história das relações internacionais, sendo confundido com a própria consolidação do sistema de estados europeus, porque permitiu o reconhecimento do equilíbrio religioso e político na Europa e confirmou a supremacia do princípio da independência e da soberania dos estados, em assuntos internos e externos [...]. (LESSA, 2005, p.20).

Durante o caos sistêmico da Guerra dos Trinta anos, as redes diplomáticas foram se reorganizando em torno de Haia, e foram os holandeses os protagonistas das propostas por uma grande reorganização do sistema de estados, angariando cada vez mais adeptos à custa do progressivo isolamento da Espanha até que o projeto foi finalmente formalizado em Westphalia.

A ideia de uma autoridade ou organização sobre estados soberanos não tinha mais lugar. Foi substituída pela noção de que todos os estados formam um sistema político em nível mundial ou, mas exatamente, que os estados da Europa Ocidental foram um único sistema político. Esse novo sistema se baseia na lei internacional e no equilíbrio de poder, uma lei operando entre os estados, e não sobre os estados, e um poder operando entre os estados, e não sobre os estados. (GROSS, apud ARRIGHI, 2010, p.44).

Enquanto os governos legitimavam o controle absoluto sobre seus respectivos territórios, também ficou estabelecido que os súditos não deveriam fazer parte das disputas entre estados. Na prática isso significava que as rotas comerciais seriam restabelecidas e os bloqueios comerciais erguidos ao longo da Guerra dos Trinta Anos seriam revogados. Leis

foram elaboradas e postas em prática para *proteger a propriedade privada* e as atividades comerciais da população civil. A defesa estatal da facilitação da circulação de mercadorias — típica das cidades-estado italianas — conseguiu então se generalizar no continente europeu. Desta forma, as estruturas do novo sistema interestatal cuidava para que eventuais guerras minimizassem o andamento das relações mercantis (ARRIGHI, 2010).

O caos sistêmico do início do século XVII foi, portanto, transformado em uma nova ordem anárquica. A liberdade considerável garantida à iniciativa privada para mesmo em tempos de guerra organizar pacificamente o comércio através das jurisdições políticas refletiu não apenas o interesse geral de governos e súditos em suprimentos constantes de meios de guerra e meios de vida, mas também os interesses particulares da oligarquia capitalista holandesa na acumulação desimpedida de capital. A reorganização do espaço político segundo os interesses da acumulação de capital marca o nascimento não apenas do moderno sistema interestatal mas também do capitalismo como sistema mundial. (ARRIGHI, 2010, p.45).

Os holandeses, todavia, não chegaram a governar o sistema criado em grande parte por eles. Por cinquenta anos depois de Westphalia as Províncias Unidas conduziram o sistema interestatal rumo à expansão comercial ultramarina, apoiada pelo poder naval e pela formação de companhias *joint stock*. A hegemonia holandesa acabou por corroer suas próprias bases, uma vez que acabou por beneficiar seus antigos aliados — França e Inglaterra — a ponto de ambos os países ameaçarem a posição de Amsterdam. A partir da eclosão da Guerra Anglo-Holandesa em 1652 — apenas quatro anos depois do Congresso de Westphalia — o sistema interestatal foi palco da disputa pela supremacia entre Londres e Paris. A disputa terminou apenas ao fim das Guerras Napoleônicas em 1815, com a vitória britânica (ARRIGHI, 2010).

Essas diferentes hegemonias pelas quais passou a Europa — a holandesa e depois a britânica — não foram, obviamente, um conjunto fortuito de eventos. Tendo apresentado o panorama histórico dessas mudanças, faz-se necessário agora abordarmos os movimentos estruturais conectados a esses eventos, que Arrighi (2010) chama de *ciclos sistêmicos de acumulação*, ou CSA.

O objetivo principal de Arrighi em *O longo século XX* (2010) era analisar a crise capitalista que se desenrolou com mais força a partir do início da década de 1970. Sua tese é de que a crise que se iniciou nas últimas décadas século XX — e que até hoje não foi solucionada — é um período histórico decisivo para o capitalismo mundial, *embora não seja sem precedentes*.

Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização, em suma, de mudança descontínua, têm sido bem mais típicos da história da economia-mundo capitalista do que os breves momentos de expansão generalizada acompanhada de um caminho de

desenvolvimento definido, como por exemplo aconteceu nas décadas de 1950 e 1960. (ARRIGHI, 2010, p.1).

E o que significam esses períodos de transição? Pôde-se constatar, principalmente nos EUA, que a partir do final dos anos 1960 as classes capitalistas reduziram o investimento na produção industrial propriamente dita para realocar capitais para o setor bancário, investindo, por exemplo, em ações e no mercado especulativo. Baseado em Braudel, Arrighi argumenta que esse movimento não é inédito; pelo contrário, o capital se apresentou, ao longo da totalidade da história do capitalismo, mais em forma *flexível* do que em forma *tangível*.

Deixe-me enfatizar o que me parece ser uma característica essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade para mudança e *adaptação*. Se existe, como eu acredito, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII ao Ocidente de hoje, é aqui [nessa capacidade para mudança e adaptação, na flexibilidade] que ela deve ser observada. (BRAUDEL, apud ARRIGHI, 2010, pp.4/5).

Em certos períodos, observa Arrighi (2010), o capital assume formas específicas, como no século XIX, quando foi espetacularmente investido na indústria. Todavia, esses períodos se esgotam e então os recursos a serem investidos se deslocam do setor *diretamente produtivo*. Para entender esse movimento, Arrighi volta não apenas a Braudel, mas também a Marx (1985, p.175), mais especificamente à sua *fórmula geral do capital*, conforme este aparece na circulação de mercadorias: $D - M - D'$, sendo *D*, *dinheiro*, e *M*, *mercadoria*. Não pretendemos aqui adentrar as complexas questões — em especial o papel do *trabalho na criação de valor* e o caráter especial da força de trabalho como mercadoria capaz de produzir um valor maior do que o seu próprio — que permeiam essa fórmula. Basta lembrar, como já mencionamos, que a força motriz do capital na economia-mundo capitalista é sua própria reprodução, i.e. seu acúmulo; o esquema ora mencionado trata de sintetizar o caminho percorrido pelo capital em seu processo de reprodução e acumulação. Em *D* o capital assume a forma dinheiro; em *M* assume a forma específica de mercadorias; e *D'* representa seu retorno à forma dinheiro, *em maior quantidade de dinheiro do que no início da equação*. Diz Marx:

À primeira vista [a fórmula D-M-D] parece vazia de conteúdo, por ser tautológica. Ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Ambos são dinheiro, sem as diferenças qualitativas dos valores-de-uso, pois dinheiro é a forma transfigurada das mercadorias na qual seus valores-de-uso particulares desaparecem. Primeiro, trocar 100 libras esterlinas por algodão e depois o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, fazendo um rodeio para permutar dinheiro por dinheiro, uma coisa por si mesma, afigura-se uma operação sem finalidade e sem sentido. Uma soma de dinheiro só pode distinguir-se de outra soma de dinheiro por sua quantidade. O processo D-M-D, portanto, não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa entre seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas à diferença quantitativa entre esses extremos. No final,

se retira mais dinheiro da circulação do que se lançou nela, no início. O algodão comprado a 100 libras esterlinas será vendido, por exemplo a 100 + 10 libras esterlinas, 110 libras esterlinas portanto. A forma completa desse processo é por isso $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, isto é, igual à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo chamo de mais valia (valor excedente). O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o em capital. (MARX, 1985, pp.169/170).

E ainda:

O valor [na fórmula $D - M - D'$] passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. O valor em expressão tem formas alternadas de manifestar-se no ciclo de sua vida; examinando-as, chegamos às proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como valor excedente se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor. Costuma parir ou pelo menos põe ovos de ouro. (MARX, 1985, pp.173/174).

Essa é a fórmula, portanto, com que Marx *sintetiza o movimento do capital*. Ao elaborá-la, tinha em mente o capital manejado pelo capitalista individual. Arrighi faz uma releitura dessa fórmula, aplicando-a ao *movimento da economia-mundo capitalista como um todo*. Segundo Arrighi (2010), D (dinheiro) é liquidez e flexibilidade, e M (mercadoria) significa capital investido em uma combinação específica de mercadorias, ou seja, rigidez. D' é liquidez expandida, flexibilidade expandida. Entendida desse modo, a fórmula de Marx nos indica que agências capitalistas não investem dinheiro em combinações de mercadorias específicas — com toda a rigidez e perda de liberdade de escolha que isso acarreta — como um fim em si mesmo. Isso é feito como um meio para atingir a finalidade de alcançar maior flexibilidade e liberdade de escolha no futuro, situação que permite mais oportunidades de maior acúmulo de capital. Essa leitura da fórmula também mostra que quando as perspectivas de acumular capital por meio do investimento na indústria são reduzidas — ou seja, em crises de superprodução, quando a mais-valia não consegue mais se realizar pela produção e venda das mercadorias —, o capital tende a se reverter para formas mais flexíveis de investimento, especialmente a forma monetária. “Em outras palavras, agências capitalistas ‘preferem’ liquidez, a uma parte extraordinariamente grande de seu fluxo de dinheiro tende a permanecer na forma líquida.” (ARRIGHI, 2010, p.5).

Para Arrighi (2010), essas conclusões advindas da leitura da fórmula de Marx como síntese do movimento total do capital estão implícitas nos estudos de Braudel sobre a

expansão financeira como sintoma da maturação de um determinado desenvolvimento capitalista. Analisando o recolhimento dos holandeses do comércio no meio do século XVIII para se tornarem os “banqueiros da Europa”, Braudel chegou à conclusão de que esse movimento era uma tendência mundial sistêmica, que já havia se evidenciado na Itália do século XV com a oligarquia capitalista de Gênova. Na esteira dos holandeses, a mesma tendência foi reproduzida pelos ingleses no final do século XIX e início do XX (BRAUDEL, apud ARRIGHI, 2010).

A fórmula geral do capital de Marx (DMD') pode, portanto, ser interpretada como descrevendo não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também como um padrão recorrente do capitalismo histórico como um sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alteração das épocas de expansão material (as fases DM da acumulação de capital) com as fases de renascimento e expansão financeira (as fases MD'). Nas fases de expansão material o capital em forma de dinheiro “coloca em movimento” uma massa cada vez maior de mercadorias (incluindo força de trabalho mercantilizada e recursos naturais); e nas fases de expansão financeira uma massa cada vez maior de capital em forma de dinheiro “se liberta” de sua forma mercadoria, e a acumulação continua por meio de transações financeiras (como na fórmula resumida de Marx, DD'). (ARRIGHI, 2010, p.6).

A combinação dessas duas fases, ou a totalidade de DMD', constitui o que Arrighi chama de um *ciclo sistêmico de acumulação* (CSA). O autor italiano identificou, na história do capitalismo, quatro ciclos de acumulação, cada um deles caracterizado pela unidade da estrutura dos processos de acumulação em escala planetária e a agência primária que lidera a maioria desses processos. O primeiro foi o ciclo de Gênova, do século XV até inícios do século XVII. O ciclo holandês durou do final do século XVI até finais do século XVIII. O ciclo britânico se iniciou na segunda metade do século XVIII e foi até o início do século XX. O ciclo dos EUA, que começou no final do século XIX, está agora em sua fase de expansão financeira, iniciada na década de 1970. Como se pode notar, os sucessivos CSA se sobrepõem uns aos outros e se tornam progressivamente mais breves, ainda que todos tenham durado, até agora, mais de um século (ARRIGHI, 2010).

É necessário, contudo, salientar que se os CSA são um padrão recorrente na história do capitalismo, isso não quer dizer de forma alguma que esses ciclos são idênticos entre si. Pelo contrário, cada ciclo tem suas peculiaridades e reproduz a economia-mundo capitalista de modo diferenciado. Para Arrighi (2010), as fases de expansão financeira (MD') são longos períodos de transformação dos processos de acumulação de capital em escala planetária. Para destacar essa característica de mudança, Arrighi cita o historiador Henri Pirenne quando este discorre sobre o desenvolvimento do capitalismo:

[...] o grupo de capitalistas de certa época não surge do seio do grupo capitalista da época anterior. Em cada mudança na estrutura econômica, encontramos uma brecha de continuidade. É como se os capitalistas que estivessem ativos no momento reconhecessem sua incapacidade de se adaptar a condições evocadas por necessidades até então desconhecidas, que clamam por métodos até então não empregados. Eles se retiram da luta e se tornam uma aristocracia, que se continua a desempenhar um papel no curso dos acontecimentos, o faz de maneira passiva, assumindo o papel de parceiros silenciosos. (PIRENNE, apud ARRIGHI, 2010, pp.87/88).

Cada grupo capitalista que assume protagonismo planetário em determinada época leva, ao buscar a acumulação de capital e a autoreprodução de sua posição na economia-mundo, o sistema capitalista a novo patamar de desenvolvimento. Portanto,

Nossa sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação constituem “uma série de impulsos para cima”, cada impulso sendo o resultado das atividades de um complexo particular de agências governamentais e de negócios, dotadas de levar a expansão da economia-mundo capitalista um passo além do que puderam levar os promotores e organizadores da expansão precedente. Cada passo adiante envolve a mudança de guarda dos altos postos de comando da economia-mundo capitalista e uma “revolução organizacional” concomitante no processo de acumulação de capital — uma mudança de guarda e uma revolução organizacional que, historicamente, sempre ocorreram durante as fases de expansões financeiras. Expansões financeiras são dessa forma vistas como anunciantes não apenas da maturidade de um particular estágio de desenvolvimento da economia-mundo capitalista, mas também do início de um novo estágio. (ARRIGHI, 2010, p.88).

Tendo feito o esboço conceitual dos CSA e delineado os ciclos precedentes, é possível agora reservarmos atenção ao *CSA britânico*, que nos interessa particularmente. Posto que nos próximos capítulos abordaremos eventos históricos importantes desse ciclo, nossa exposição aqui será breve.

1.3 O ciclo britânico de acumulação de capital

Como dito no tópico anterior, tanto a França quanto a Inglaterra chegaram tarde na disputa pelo poder global, e por incrível que pareça, isso lhes garantiu algumas vantagens. A mais importante delas foi o fato de que, segundo Arrighi (2010), a chamada “administração científica” das colônias extra-europeias desenvolvida por Maurício de Nassau já havia se generalizado, levando os exércitos europeus a uma gigantesca vantagem em relação aos seus contrapartes asiáticos e africanos. Essa superioridade adquiriu peso decisivo apenas no século XIX, quando se traduziu em gigantescas conquistas no subcontinente Indiano. Mas já no século XVIII, foi possível que a França e especialmente a Inglaterra conquistassem alguns dos mais ricos territórios orientais.

De qualquer forma, o crescente abismo entre as capacidades militares ocidentais e não-ocidentais era de pouca ajuda para os recém-chegados [França e Inglaterra]

retirarem os portugueses, os espanhóis e principalmente os holandeses de suas posições estabelecidas nos cruzamentos do comércio mundial. Para alcançar e ultrapassar os antigos protagonistas, os recém-chegados tiveram que reestruturar radicalmente a geografia política do comércio mundial. Isso foi alcançado com uma nova síntese de capitalismo e territorialismo trazida pelo mercantilismo francês e britânico no século XVIII. (ARRIGHI, 2010, p.50).

Essa síntese se deu pelo interlaçamento de três componentes principais: o colonialismo de povoamento, a escravidão capitalista e o nacionalismo econômico. Tudo isso foi essencial para a reorganização do espaço político-econômico mundial, com o possível protagonismo do colonialismo de povoamento, do qual os britânicos em especial faziam muito uso (ARRIGHI, 2010). Longe de poder competir com os holandeses em termos de eficiência das frotas navais e da capacidade de controlar a esfera financeira, os ingleses começaram a fundar colônias extensas, sob controle direto da Coroa Britânica, e não apenas portos em pontos estratégicos da rota para as Índias (NADEL e CURTIS, apud ARRIGHI, 2010).

A escravidão capitalista foi ao mesmo tempo condição e resultado do sucesso do colonialismo de povoamento. A expansão das colônias acabou por tornar comum a escassez de força de trabalho, que não conseguia ser remediada pela escravização das populações nativas nem pelo estímulo à transferência de trabalhadores europeus. Essa escassez acabou por se tornar fonte de lucro para as empresas capitalistas envolvidas na aquisição e transporte de escravos (ARRIGHI, 2010).

O escravismo e colonialismo foram condições necessárias, mas insuficientes, para que o mercantilismo franco-britânico reestruturasse a economia política global. O terceiro ingrediente chave, o nacionalismo econômico, teve dois aspectos principais. O primeiro foi a acumulação de excedentes monetários no comércio interestatal e colonial. O segundo foi o que Arrighi (2010) chama de *national economy-making*.

National economy-making levou à perfeição, em escala muito maior, a prática de fazer com que as guerras paguem por si mesmas convertendo custos de proteção em lucros, no que as cidades-estado italiano haviam sido pioneiras três séculos antes. Em parte por meio de comandos às burocracias estatais e em parte por meio de incentivos à iniciativa privada, os governantes da França e do Reino Unido internalizaram em seus domínios o máximo possível de atividades que, direta ou indiretamente, contribuíam para a atividade da guerra e da construção dos aparatos estatais. Desse modo eles conseguiram converter em impostos uma parte muito maior dos custos de proteção do que conseguiram as cidades-estado italianas ou as Províncias Unidas. Gastando esses recursos provenientes de impostos na economia doméstica, eles criaram novos incentivos e oportunidades para estabelecer novas conexões entre as atividades e assim fazer com que as guerras pagassem por si mesmas cada vez mais. (ARRIGHI, 2010, p.51).

Já na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) a vitória britânica encerrou a disputa com a França pela supremacia mundial. Mas a vitória não transformou a Inglaterra em país hegemônico — como mencionamos no subitem anterior, isso foi realizado apenas em 1815. Isso porque o que se seguiu à Guerra dos Sete Anos foi o caos sistêmico, resultado — assim como no início do século XVII — da generalização dos conflitos sociais e da encarniçada luta pelo poder dos governantes, com destaque, neste caso, para uma autonomia muito maior das classes dominadas. A onda de insurreições e revoluções, compreendidas entre 1776 e 1848, acabou por resultar, como veremos em mais alguns detalhes no próximo capítulo, em uma transformação nas relações entre súditos e governantes por toda a América e por grande parte da Europa, e no estabelecimento de um novo tipo de hegemonia — o imperialismo britânico de livre comércio — que conseguiu reorganizar o sistema interestatal de acordo com seus interesses (ARRIGHI, 2010).

O Reino Unido tornou-se hegemônico primeiramente ao liderar uma grande aliança de forças, grande parte delas dinásticas, na luta contra as infrações de seus direitos absolutistas deflagradas pela Revolução Francesa e pela restauração do Sistema de Westphalia — o Congresso de Viena de 1815 marcou o alcance desses objetivos. O núcleo do sistema de Westphalia foi expandido pela adesão de novo estados que haviam ganhado independência de impérios, e para manejar o equilíbrio de poder de forma mais eficiente, a Grã-Bretanha tomou a iniciativa de adensar um frouxo sistema de consultas entre as grandes potências da Europa, que estava em operação desde a Paz de Westphalia. Disso resultou o Concerto da Europa, que desde o início foi um instrumento britânico para governar o equilíbrio de poder continental.

Em segundo lugar, houve uma expansão dos impérios coloniais no mundo não europeu. No início do século XIX os estados europeus controlavam 35% das áreas secas do planeta; em 1878 a proporção havia subido para 67%; e em 1914, 85%. A Grã-Bretanha tomou a maior parte da conquista territorial, ressuscitando o governo imperial em escala jamais vista até então.

Essa ressurgência do governo imperial é de fato a principal razão para designar a hegemonia mundial britânica do século XIX com a expressão *imperialismo* de livre comércio — uma expressão que usamos para salientar não apenas o governo britânico do sistema mundial por meio da prática e ideologia do livre comércio [...], mas também e especialmente as fundações imperiais do regime britânico de livre comércio e acumulação em escala planetária. (ARRIGHI, 2010, p.55).

Como veremos com mais detalhes no próximo capítulo, parte dos recursos (força de trabalho, tributos e recursos naturais) era utilizada por Londres para manter seus aparatos

repressivos ao redor do planeta, e outra parte era aplicada na reprodução de capital. Esse processo é o mais bem acabado caso do cruzamento e retroalimentação das lógicas *territorialista* e *capitalista* de poder (ARRIGHI, 2010).

Em terceiro lugar, sob comando britânico, o sistema de Westphalia foi, depois de expandido, paulatinamente ultrapassado. O sistema de Westphalia foi baseado no princípio da não existência de uma autoridade operando acima do sistema interestatal. O imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis operando dentro de e entre estados deveriam estar sujeitas à autoridade suprema de uma nova entidade — o mercado mundial e suas leis intrínsecas. O mercado e sua supremacia eram encarados, nos discursos oficiais, de forma metafísica, praticamente sobrenatural. Apresentando seu domínio sobre o planeta como a materialização e cumprimento das leis da entidade mercado, a Grã-Bretanha teve sucesso em expandir seu poder no sistema interestatal de forma mais eficiente do que conseguiria se contasse apenas com o apoio de seu aparato repressivo. Esse poder, segundo Arrighi (2010), foi resultado da adoção unilateral por parte do Reino Unido da ideologia e prática do livre comércio. Entre meados dos anos 1840 e o início dos anos 1930, Londres manteve unilateralmente seu mercado doméstico aberto para produtos de todo o planeta. Essa política, combinada com a expansão territorial extra-europeia e o desenvolvimento de uma forte indústria doméstica de bens de capital, tornou-se eficiente instrumento para governar a economia-mundo.

A colonização dos espaços vazios [sic], o desenvolvimento da indústria movida por maquinário dependente de carvão e a abertura de redes de comunicações globais por meio de ferrovias e transporte marítimo caminharam rapidamente sob a liderança britânica, e estimularam em todos os lugares a emergência e o desenvolvimento das nações e das consciências nacionais; e a contraparte dessa “expansão da Inglaterra” foi o livre mercado proporcionado pela Grã-Bretanha a partir da década de 1840 para produtos naturais, alimentos e matérias primas do resto do mundo. (CARR, apud ARRIGHI, 2010, p.56).

Abrindo seu mercado doméstico, a Grã-Bretanha criou grandes redes de aliança e dependência da expansão de sua riqueza e poder. O controle do mercado mundial aliado ao controle do equilíbrio mundial de poder e uma relação de proximidade com a *haute finance* habilitaram os ingleses a governar o sistema interestatal como um império. Essa situação refletia as capacidades hegemônicas britânicas. Seu aparato coercivo — especialmente sua frota naval e seus exércitos coloniais — e sua posição insular sem dúvidas lhe conferiram grande vantagem em relação a seus rivais. Mas essa vantagem não é de forma alguma a única responsável pela capacidade de reestruturar o mundo de acordo com seus próprios interesses.

Essa extraordinária capacidade era uma manifestação de hegemonia — isto é, da capacidade de alegar com credibilidade que a expansão do poder do Reino Unido servia não apenas aos interesses nacionais britânicos mas também a um interesse “universal”. Era central para essa hegemonia a distinção entre o poder dos governantes e a “riqueza das nações” sutilmente delineada na ideologia liberal propagada pela intelligentsia britânica. Nessa ideologia, a expansão do poder dos governantes britânicos em relação aos outros governantes era apresentada como a força motriz da expansão geral da riqueza das nações. O livre comércio poderia solapar a soberania dos governantes, mas ao mesmo tempo iria expandir a riqueza de seus súditos, ou pelo menos dos súditos proprietários. (ARRIGHI, 2010, p.57).

Todos esses fatos históricos que narramos estão intimamente relacionados à decadência da Holanda como centro de acumulação capitalista. Já ao longo do século XVIII Londres foi paulatinamente ocupando o espaço de Amsterdã como centro das altas finanças, na medida em que a classe capitalista holandesa cada vez mais transferia seu capital em forma de dinheiro para a Inglaterra. A ascensão de Londres na época foi resultado tanto da vitória na luta contra os franceses pelo controle sobre o comércio com o mundo extra-europeu quanto da transferência de capital excedente holandês para empresas britânicas (ARRIGHI, 2010).

Durante as décadas de 1780 e 1790, a liderança holandesa nas altas finanças coexistiu de forma atritiva com a emergência britânica. Durante todos os períodos de transição entre CSA, o centro de acumulação corrente perde cada vez mais a habilidade de regular e liderar o sistema-mundo ao passo que o centro rival ganha força sem ainda poder se estabelecer como hegemônico. Historicamente, esse dualismo foi solucionado com a escalação do conflito até o ponto da deflagração de guerras — sucessivamente, a Guerra dos Trinta Anos para a consolidação holandesa; as Guerras Napoleônicas para a britânica e a Segunda Guerra Mundial para a americana. Esses períodos de transição via de regra marcaram a fase final — MD’ — dos CSA. Quando dos confrontos decisivos, o velho regime de acumulação cessa de existir, e depois que cessam esses confrontos, estabelece-se um novo regime em uma nova fase de expansão material — DM (ARRIGHI, 2010).

Durante as guerras francesas, a posição recém adquirida dos britânicos nas altas finanças europeias se traduziu em um virtualmente ilimitado crédito para suas buscas por poder. Basta mencionar que em 1783, os £9 milhões pagos anualmente pelo governo britânico para juros de dívidas absorveram não menos do que 75 por cento do orçamento e era equivalente a mais de um quarto do total anual do comércio britânico. Ainda assim, entre 1792 e 1815, os gastos públicos na Grã-Bretanha puderam ser aumentado quase seis vezes, de £ 22 milhões para £123 milhões, em parte por meio da inflação doméstica indiretamente induzida mas principalmente por meio de novos empréstimos que, em 1815, aumentaram a soma anual necessária para pagar os juros da dívida para £30 milhões. (ARRIGHI, 2010, p.164).

O mais significativo resultado dessa injeção de capitais foi a fenomenal expansão e inovação da indústria de bens inglesa. A generalização da mecanização na indústria têxtil e

das inovações especialmente da indústria do ferro transformaram o parque industrial britânico em um motor poderoso e autônomo da expansão capitalista. A partir dos anos 1820, empresas britânicas especializadas em produzir bens de capital já procuravam novos mercados para seus produtos. Nos anos 1840, já diminuía os lucros do setor de bens de capital, porém, a liberalização unilateral do comércio britânico criou as condições para um grande boom na produção e no comércio planetários. Bens de capital britânicos encontraram demanda entre organizações privadas e estatais ao redor do mundo. Por sua vez, essas organizações buscavam acelerar o fornecimento de produtos primários para os britânicos para conseguir os meios necessários para pagar os bens industriais importados (ARRIGHI, 2010).

Esse processo acelerou mundialmente o ritmo com o qual capital em forma monetária se transformava em mercadorias concretas, particularmente em novos meios de transporte marítimos e terrestres. Entre 1845 e 1875 triplicaram as exportações britânicas de peças de ferro e aço para ferrovias, ao passo que a exportação de maquinaria aumentou em nove vezes. Nesse período, exportações inglesas para a América Latina, Oriente Médio, Ásia e Oceania aumentaram em seis vezes. Eram claros o adensamento e o alargamento das redes que conectavam o sistema-mundo ao centro britânico. Essa expansão material resultou na tomada de todo o planeta pela economia-mundo capitalista (ARRIGHI, 2010). Segundo Hobsbawm (2007a), o auxílio dos novos meios de transporte e comunicação — a estrada de ferro, o vapor e o telégrafo — permitiram a rápida multiplicação do espaço geográfico da economia capitalista na medida em que se multiplicavam as transações comerciais.

O mundo inteiro tornou-se parte dessa economia. Essa criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do nosso período. Olhando retrospectivamente meio século depois, H. M. Hyndman, simultaneamente homem de negócios vitoriano e marxista [...], comparou corretamente os dez anos de 1847 a 1857 com a era das grandes descobertas geográficas e das conquistas de Colombo, Vasco da Gama, Cortés e Pizarro. Apesar de nenhuma descoberta drástica ter ocorrido e (com exceções relativamente menores) e de poucas conquistas formais terem sido realizadas por novos conquistadores militares, por razões práticas, um mundo econômico inteiramente novo acrescentou-se ao antigo e a ele se integrou. (HOBSBAWM, 2007a, p.59).

A partir de 1870, o estágio da expansão material DM se encerrou e iniciou-se a fase de expansão financeira MD'. A chamada Grande Depressão de 1873-1896 teve como uma das razões principais a expansão da produção e comércio na Grã-Bretanha até um ponto em que tornava-se cada vez mais difícil manter as taxas de lucro. Foi também nessa época que tornou-se notável o crescimento industrial dos futuros rivais britânicos, a Alemanha e os EUA. Essa expansão material de meados do século XIX levou a uma intensificação, por todo o sistema-

mundo, da pressão competitiva sobre as agências de acumulação de capital (empresas privadas e Estados). Cada vez mais empresas de localidades variadas se colocavam cada vez mais no caminho umas das outras na competição por mercados. O acirramento da competição capitalista foi aqui, como nos ciclos anteriores, sintoma claro de que a expansão material estava chegando a seus momentos finais, embora a escalação não tenha levado logo de início a uma guerra interestatal. Isso pode ser explicado, segundo Arrighi (2010), por duas características próprias do ciclo britânico de acumulação: o *imperialismo* e o *livre comércio*.

Quanto à primeira circunstância [o imperialismo], basta dizer que na época do encerramento da expansão comercial do meio do século XIX, o poder britânico no sistema mundial estava em seu pico. Na Crimeia a Rússia czarista havia sido colocada em seu lugar, e a França, que havia participado da Guerra da Crimeia, foi por sua vez colocada em seu lugar pela Prússia. O manejo britânico do equilíbrio de poder foi suplementado e complementado pela consolidação do império territorial na Índia depois do assim chamado Grande Motim de 1857. O controle sobre a Índia significava o controle sobre recursos materiais e financeiros—inclusive poderio militar—que nenhum estado, e talvez nenhuma combinação de estados, podia enfrentar, e que nenhum grupo governante podia, na época, desafiar militarmente. (ARRIGHI, 2010, p.169).

Concomitantemente, o regime de livre comércio britânico conectou o mundo inteiro à Grã-Bretanha, que se tornou a mais eficiente arena de produção de meios de produção, de concentração de recursos naturais. A totalidade do sistema interestatal estava presa em uma divisão global do trabalho nucleada no Reino Unido, e isso restringiu de sobremaneira as capacidades de declarar guerra tanto uns contra os outros quanto, principalmente contra o estado capitalista líder. Todavia, as empresas capitalistas não se encontravam sob restrição tão rígida, e puderam praticar acirrada competição no final do século XIX — uma escalação da disputa intercapitalista que eventualmente acabou assumindo a forma de uma guerra interestatal (ARRIGHI, 2010).

A intensificação da competitividade, como já dissemos, marcou o início da mudança na qual a classe capitalista britânica passou a transferir parte significativa de seu capital da produção para as finanças. A segunda parte do século XIX foi caracterizada não apenas por grandes ondas de exportação de capital para fora da Grã-Bretanha, mas também da expansão da rede bancária britânica. Esse quadro sugere uma ligação entre a intensificação da competição intercapitalista e a expansão financeira. Enquanto a produção e comércio proporcionavam taxas de lucro crescentes, a função principal das redes bancárias britânicas consistia em transferir recursos monetários (geralmente na forma de crédito) de empresas com excesso de liquidez para aquelas que porventura estivessem sofrendo com escassez. Porém,

quando as indústrias e instituições comerciais passaram a se expandir rápido demais para absorver capitais excedentes, os capitalistas, em vez de reinvestir na produção, o que se mostrava cada vez menos vantajoso, passaram a manter seu capital líquido e permitir que as redes bancárias inglesas administrassem esse capital em qualquer que fosse a forma e em qualquer que fosse a localidade da economia-mundo que promettessem lucros mais altos e seguros (ARRIGHI, 2010).

Esses são os determinantes principais do CSA britânico. Ao longo dos dois próximos capítulos, acrescentaremos mais elementos que nos auxiliarão a compreender a hegemonia britânica sobre o sistema interestatal ao longo do século XIX e sua decadência a partir dos albores do século XX, relacionando esse processo geral ao processo particular de incorporação periférica do Egito — principalmente pela Grã-Bretanha — à economia-mundo capitalista.

Passemos agora ao objeto do trabalho, para dar início à reconstrução histórica da dominação britânica do Egito.

2. A construção da dominação britânica do Egito (1804-1882)

Este capítulo tem como objetivo fazer a reconstrução histórica da dominação britânica do Egito, *i.e.* de sua conversão de área externa à parte periférica integrante da economia-mundo capitalista. O processo de incorporação esteve intimamente relacionado ao desenvolvimento do ciclo sistêmico de acumulação capitalista nucleado no Reino Unido, em ferrenha disputa com outros estados que almejaram dominar o sistema interestatal, em especial a França. Ao longo da reconstrução histórica, pretendemos aclarar quais foram as determinações específicas que impulsionaram a incorporação do Egito ao moderno sistema-mundo.

A incorporação em condição periférica de povos e regiões ao moderno sistema-mundo é movida, como mencionado no capítulo anterior, pelos imperativos da acumulação de capital. Em cada caso esses imperativos assumem formas específicas. Pretendemos mostrar nesta parte do trabalho que o interesse britânico pelo Egito teve dois determinantes: seus recursos agrícolas e sua posição estratégica. Devido a seus recursos agrícolas, o país foi convertido em um pólo de exportação agrária, fornecedor de trigo e principalmente algodão ao mundo capitalista. Sua posição estratégica o transformou essencialmente em um componente do sistema transnacional construído por Londres para proteger a Índia colonial (HOBSBAWM, 2006, 2007a). A reconstrução do processo histórico da incorporação do Egito à economia-mundo capitalista torna possível expor as raízes das complexas questões econômicas, políticas e estratégicas que no início do século XXI ainda permeiam esse país.

Importante salientar, de início, que a importância estratégica do Egito para a Grã-Bretanha aumentava, no século XIX, na medida em que aumentava a importância imediatamente econômica das posses coloniais no subcontinente indiano. Por isso, o texto deste capítulo fará não poucos desvios do objeto central para delinear a disputa entre os países centrais pela conquista do subcontinente indiano e da Ásia Oriental. Outros desvios serão feitos para que foquemos em como se deram dentro da Europa as disputas entre os países centrais — o que influenciou com diferentes graus de mediações as áreas periféricas ou em vias de incorporação à economia-mundo. Sem esses interlúdios não é possível entender a complexidade da dominação britânica no Egito.

Como já foi destacada no capítulo anterior, a eficiência da ASM em mostrar como se construiu historicamente as relações de subordinação, dominação e complementaridade entre diferentes países e regiões da economia capitalista se alcança apenas se nos atentarmos à

complexa concatenação da dinâmica interna do país a ser analisado às dinâmicas externas a ele, levando em conta que todos esses processos são parte integrante da economia-mundo capitalista (SAMIN, 1991, 2005). Longe de pretender aprofundar na complexidade da dinâmica social egípcia e seus conflitos de classe, intencionamos, neste e no próximo capítulo, delinear os processos políticos e econômicos próprios do Egito sempre que estes forem significativos o bastante para influenciar o modo como esse país foi incorporado à economia-mundo.

A incorporação se deu ao longo do século XIX, quando o Egito era uma província do Império Turco Otomano¹⁰ e foi resultado da convergência de dois processos. No plano interno, o estabelecimento de uma dinastia de governantes egípcios norteadas pelo projeto de transformar sua província em um país economicamente desenvolvido, administrado com a mínima interferência do sultanato otomano — fato que vincou as relações entre o Cairo e Constantinopla por variados graus de antagonismo. No plano externo, a paulatina submissão do Império Turco decadente aos imperativos da acumulação de capital empreendida pelos estados centrais europeus — fato que colocou entre esses estados os conflitos próprios da expansão capitalista. Abordaremos neste capítulo os principais nexos do entrelaçamento desses dois processos: como as fissuras deixadas pelo conflito Cairo/Constantinopla foram aproveitadas para concretizar os projetos de dominação dos países centrais europeus.

A incorporação do Egito, portanto, fez parte do processo de incorporação do Império Otomano ao moderno sistema-mundo, que por sua vez fez parte de um processo maior de integração de vastas zonas externas à economia-mundo capitalista entre meados do século XVIII e meados do século XIX: além do Império Otomano, o Império Russo, o subcontinente Indiano e a região Oeste da África. A partir da segunda metade do século XIX, o processo de integração de acelerou e na virada para o século XX *todo o planeta* já estava incorporado à economia-mundo capitalista e adequado aos seus processos de acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2011).

O texto seguirá, sempre que possível, a ordem cronológica dos eventos. Eventuais saltos e retrocessos temporais serão feitos apenas com o intuito de facilitar a compreensão das relações entre certos acontecimentos históricos. Iniciaremos com um preâmbulo abordando a disputa entre os países centrais pelo comando da incorporação das zonas externas da economia-mundo, e em seguida lançaremos foco ao Egito, a começar pela invasão

¹⁰ Status oficial que se manteve de 1517 a 1922.

napoleônica de 1798, que marca o início da disputa desse país pelos estados centrais — em especial Inglaterra e França. Foi a invasão de 1798 que abriu a possibilidade para que, em 1804, o oficial otomano Muhammad Ali tomasse o poder da província egípcia e desse início a um projeto de desenvolvimento socioeconômico e político diferenciado do restante do Império Otomano — e isso, obviamente, causará influência direta no processo de dominação do Egito pela Grã-Bretanha. Consideramos que é somente a partir do início da trajetória *sui generis* em 1804 que faz sentido falar da especificidade da incorporação egípcia à economia-mundo capitalista dentro do contexto mais amplo do processo duplo de desintegração e incorporação do Império Otomano.

Feito esse prelúdio, daremos início à reconstrução da dominação britânica do Egito a partir de 1804.

2.1 O Império Otomano e o subcontinente indiano nos momentos finais do CSA holandês

As ligações da Europa com o Norte da África e o Oriente Médio têm raízes históricas muito mais longínquas e não cabe aqui retomá-las. Para nossos objetivos, basta mencionar que até o final da Idade Média o mundo árabe e a Europa Ocidental eram comparáveis em termos de níveis de desenvolvimento econômico, muitas vezes com os árabes estando à frente em numerosos campos. A Europa Ocidental¹¹ começou a ganhar vantagem em relação ao mundo árabe-muçulmano a partir do século XV, com o desenvolvimento do mercantilismo (AMIN, 1986; DEL ROIO, 2008), dentro do processo amplo de acumulação originária que marcou os albos da época capitalista, na qual se iniciaram as Grandes Navegações, a “descoberta” das Américas e a extração suas fontes de ouro e prata, a escravização e exploração dos povos indígenas, a conquista e a pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África em manancial de escravos. (MARX, 1985).

Foi também nessa época, entre o fim do século XV e o início do século XVI que o Império Turco — surgido no final do século XIII na Anatólia — conquistou e colocou sob sua égide o Oriente Médio e o Norte da África (DEL ROIO, 2008; BRAUDEL, 2004). Essas

¹¹ É importante ressaltar que, embora tenham se intensificado na medida em que se solidava a era capitalista, os impulsos expansionistas europeus rumo aos povos árabes já existiam na Baixa Idade Média — lembremo-nos das Cruzadas (1095-1270), expedições militares que, em seu conjunto, tomaram aos árabes o controle do espaço mercantil do Mar Mediterrâneo (BRAUDEL, 2004). Para Marcos Del Roio (1998), esses impulsos estão relacionados ao próprio processo histórico de formação do que conhecemos hoje como Ocidente, que começa a se constituir e moldar o mundo à sua imagem e semelhança a partir do século XI.

regiões foram reorganizadas de acordo com a estrutura socioeconômica centralizada otomana. Não havia propriedade privada individual do campo, toda ela era concentrada no sultão e governada em seu nome pelos vizires e pela burocracia estatal centralizada, com a ajuda de um exército profissional (ALI, 2002; DEL ROIO, 1998). Essa estrutura se manteve estável e capaz de sustentar expansões territoriais fins do século XVI. A partir de então, crescentes revoltas internas, ora de camponeses de regiões longínquas, ora do exército, assinalaram o fim do zênite otomano. O fim da expansão turca se deu em 1683, quando seus avanços pela Europa foram contidos nas portas de Viena (DEL ROIO, 1998). Com o intuito de apaziguar esses conflitos e recuperar alguma estabilidade, o sultanato promoveu reformas administrativas. Parte do poder foi transferida do sultão para uma oligarquia de funcionários públicos, e surgiram capitais provinciais, cujos governantes podiam controlar os recursos fiscais locais, formar seus próprios exércitos e até mesmo fazer negócios independentes com outros países (HOURANI, 2006). Assistiu-se assim a certa descentralização do Império e à construção de um novo equilíbrio de forças que, ainda que precário, conseguiu manter uma aliança de interesses entre as províncias e o governo central, ainda que o Estado não tenha deixado de exercer sua autoridade sobre as províncias (HOURANI, 2006).

Desde o século XVI, portanto, o Império Otomano se configurava como um *império-mundo*, que ao longo dos séculos seguintes passou a fazer fronteira e desenvolver relações com a *economia-mundo capitalista europeia*, na medida em que esses dois *sistemas-mundo* se desenvolviam e se expandiam. Eram muitas as interações entre esses dois sistemas: diplomática, militar e comercial. Por isso, se tomarmos a economia-mundo capitalista como ponto de referência, faz-se correto considerar o mundo Otomano uma *área externa* do mundo capitalista europeu (WALLERSTEIN, DECDELI E KASABA, 2004).

Segundo Wallerstein, Decdeli e Kasaba (2004), o debate a respeito do momento exato em que se iniciou a incorporação otomana à economia-mundo capitalista ainda não foi resolvido, em especial porque diferentes partes do Império foram incorporadas em épocas diferentes e em ritmos diferentes. Todavia, é seguro afirmar que a partir do século XVIII, aproveitando tanto os conflitos do Império Otomano quanto ao crescimento de sua vantagem econômica e tecnológica, a Europa passou a exercer maior penetração econômica no Império. As transações comerciais entre Turquia e França, país central economicamente mais presente no mundo otomano durante o século XVIII, quadruplicaram na segunda metade do século, com destaque para a exportação de cereais e algodão turcos. Nas vésperas do século XIX, o Império Otomano era a principal fonte de matérias primas da indústria algodoeira francesa

(WALLERSTEIN, 2011), ao mesmo tempo em que também se tornava um importante mercado consumidor. Um exemplo significativo:

Por volta de 1730, mercadores franceses começavam a produzir café nas Antilhas em quantidades suficientes para tomar o lugar do café mocha, do Hijaz¹², e afetar o fluxo de riqueza derivado do comércio de café. Ainda que o café antilhano não fosse tão bom quanto o café mocha, era consideravelmente mais barato e logo se assenhorou do mercado europeu. Até mesmo os otomanos, que em primeira instância proibiram a venda de café antilhano em seus domínios, começaram a comprá-lo. [...] [O mesmo ocorreu com] os têxteis egípcios, que no começo do século XIX chegou a formar 60% das exportações egípcias para a Europa. Esses têxteis foram substituídos por bens franceses, que inundaram o mercado, enquanto a França baixou um edito proibindo a importação de tecidos estrangeiros (MARSOT, 2007, p.54).

A importância do Império Otomano para a classe capitalista francesa foi bem traduzida no comentário de um dos membros da Câmara de Comércio de Marselha, em 1792: “[...] o destino do Levante é ser uma fonte de fornecimento [de matérias-primas] para a indústria francesa” (MASSON, apud WALLERSTEIN, 2011, p.141). Se ainda corre o debate acadêmico sobre o início da subordinação otomana ao capitalismo, não há dúvidas de que nos últimos anos do século XVIII o processo de incorporação já era acelerado e consistente em parte considerável do Império.

O adensamento das relações econômicas entre França e Império Otomano fazia parte de um quadro maior: o descenso do ciclo holandês de acumulação de capital, que abria espaço para o surgimento de rivais capazes de desafiar Amsterdã. Como mencionado no capítulo anterior, desde meados do século XVII, dois de seus antigos aliados — Grã-Bretanha e França — vinham desafiando o domínio holandês e disputavam entre si quem tomaria seu lugar como centro de acumulação no sistema interestatal (ARRIGHI, 2010; WALLERSTEIN, 2011a). O status dos holandeses era sustentado principalmente pelo seu sistema comercial marítimo — com presença particularmente acentuada no Oceano Índico por meio de entrepostos comerciais — que o transformaram, a partir do século XVI nos grandes intermediários no comércio das especiarias, o fator essencial da expansão europeia na Ásia para os países do norte da Europa (PANIKKAR, 1969). A Companhia Holandesa das Índias Orientais foi a ponta de lança da construção desse sistema comercial. Ao receber de Amsterdam a concessão para o monopólio do comércio de especiarias em 1602, a Companhia Holandesa também recebeu o direito da conquista militar de terras longínquas. O Oceano

¹² Região no Oeste da atual Arábia Saudita.

Índico era então marcado pela presença lusitana¹³, que pouco a pouco foi escoraçada, a começar pela Indonésia, quando os holandeses conquistaram Jacarta¹⁴ em 1619. Em 1654, os portugueses foram expulsos do Ceilão¹⁵, e em 1660 perderam o importante entreposto em Cochim, no sul da Índia. A Companhia estabeleceu uma base de operações em Colombo, maior cidade de Ceilão, e a partir dela conseguiram despojar os portugueses do que lhes restavam de pontos de apoio importantes, e a partir de então puderam encetar relações comerciais com a China e o Japão (PANIKKAR, 1969).

Nesse meio tempo, a Grã Bretanha já se preparava para disputar as rotas do Oceano Índico com os Países Baixos¹⁶. Em 1601, um ano antes da fundação da Companhia Holandesa, a Rainha Elizabeth concedeu à Companhia Inglesa das Índias Orientais o monopólio do comércio de especiarias. Os agentes britânicos tentaram agir na Indonésia mas de lá foram expulsos. Não obstante, conseguiram se firmar na Índia e aos poucos se sobrepôr à influência holandesa no subcontinente, especialmente depois de tomarem posse de Bombaim em 1665 (PANIKKAR, 1969). A França, por sua vez, não foi tão bem sucedida no concerto asiático. Em 1664 foi fundada a Companhia Francesa das Índias Orientais, com o objetivo de conquistar o Ceilão. Em 1670 Paris enviou considerável frota para a empreitada, mas os holandeses conseguiram manter sua posição. Apesar disso, os franceses conseguiram fundar alguns entrepostos na Índia, dos quais o principal era Pondichéri; nenhum deles, contudo, chegou perto de ter o peso internacional dos entrepostos holandeses e ingleses (PANIKKAR, 1969).

No continente europeu os conflitos também se acirraram. Em 1651, por meio do Ato de Navegação, Londres decretou que toda e qualquer mercadoria que entrasse na Grã-Bretanha deveria ser transportada por navios britânicos ou navios do país no qual foram produzidas as mercadorias. Foi uma grave provocação a Amsterdam (WALLERSTEIN, 2011a). Após duas guerras entre o Commonwealth Britânico e as Províncias Unidas dos Países Baixos (1652-1654 e 1665-1667), os mares ao redor das ilhas britânicas passaram de fato ao controle londrino. Em 1667 a França invadiu os Países Baixos Espanhóis e suscitou a

¹³ Lembremos que foi a chegada de Vasco da Game em Calicute, em maio de 1498, assinalou o início do adensamento das relações entre europeus e indianos (PANIKKAR, 1969).

¹⁴ Na ocasião da conquista holandesa e expulsão dos portugueses, Jacarta foi rebatizada de Batávia.

¹⁵ Atual Sri Lanka.

¹⁶ O estopim para o início da disputa se deu em 1599, quando os holandeses aumentaram o preço da pimenta de três para oito xelins a libra.

aliança entre Inglaterra, Holanda e Suécia¹⁷, que obrigou os franceses a recuar. Cinco anos depois Amsterdam se viu travando duas guerras simultâneas: contra Londres, novamente (1672-1674), e também contra Paris (1672-1678).

Se entre 1651 e 1672 Londres e Paris enxergavam Amsterdam como o principal inimigo, a partir de então voltaram suas atenções um para o outro, com Amsterdam assumindo posição coadjuvante (WALLERSTEIN, 2011a). Pode-se dizer que ao longo do século XVIII três processos interligados, ocorridos em diferentes partes do mundo, contribuíram sobremaneira para que Londres assumisse uma posição dominante em âmbito global, em detrimento de Paris.

Em primeiro lugar, entre 1730 e 1750 o *Oceano Índico* foi palco de uma áspera rivalidade entre a França e a Inglaterra, enquanto os holandeses se recolhiam na Indonésia. Novamente a França não foi bem-sucedida na região. Enquanto os britânicos cada vez mais faziam os holandeses recuar, as tentativas de Paris de invadir o Golfo de Bengala e a partir dali minar o crescente poderio inglês fracassaram (PANIKKAR, 1969), mas em 1746, tropas francesas conseguiram tomar Madras¹⁸ aos britânicos (WALLERSTEIN, 2011a).

Em segundo lugar, a partir da década seguinte, nas *ilhas britânicas*, começaram a se desenvolver de forma consistente os germes da Revolução Industrial que entre 1780 e 1840 impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas da Inglaterra e consequentemente sua expansão colonial, deixando a França consideravelmente atrás (HOBSBAWM, 2014).

Em terceiro lugar, enquanto nascia a Revolução Industrial, milhares de quilômetros de distância na direção Oeste, a vitória britânica na Guerra dos Sete Anos (1754-1763) levou ao recuo das posições francesas na *América do Norte* (ARRIGHI, 2010). O Tratado de Paris de 1763 obrigou os franceses a abdicarem, dentre outros territórios, do Canadá e de suas posições na Índia — e, portanto, virtualmente eliminando a presença francesa no Oceano Índico. Auxiliar financeiramente a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América (1776-1783) foi uma forma que Paris encontrou de onerar o Império Britânico. O sucesso da independência americana foi um contundente golpe. As Treze Colônias constituíam o núcleo do que se costuma chamar *primeiro Império Britânico* — composto basicamente pelas colônias da América do Norte, a Irlanda e as colônias de *plantation* nas Índias Ocidentais (MAGDOFF, 1979).

¹⁷ A Suécia era na época o quarto país militarmente mais forte da Europa.

¹⁸ Cidade no extremo sul da Índia.

Foi dentro desse quadro que Napoleão Bonaparte invadiu o Egito em 1798, inaugurando a primeira grande incursão europeia contemporânea em um país árabe. Tendo perdido espaço para Londres no resto do mundo, Paris decidiu voltar-se para os territórios otomanos, onde tinha mais influência, e buscava meios de causar danos ao Império Britânico, que desde a Revolução Francesa havia se aliado às monarquias reacionárias da Europa continental que procuraram restituir os Bourbon. No ano anterior, em 1797, o Ministro do Exterior francês, Talleyrand, elaborou diversos memorandos advogando uma campanha egípcia como parte de uma política colonial contínua. Os franceses haviam acabado de tomar aos turcos as Ilhas Jônicas, e Napoleão pediu ao Diretório que estendesse as incursões no Império Turco. O Egito chamava a atenção tanto por dar acesso ao Mar Vermelho como pelo fato — que facilitaria a invasão — de que Constantinopla não possuía forte controle dessa província, que há muito vivia à mercê de tribos mamelucas (DYKSTRA, 2008). No início de 1798 a ideia de um ataque direto às ilhas britânicas foi descartada como inviável e substituída pela ideia de ocupar o Egito, para ameaçar um componente essencial do poder econômico britânico — o comércio a Índia —, forçar os britânicos a desviarem recursos que de outro modo seriam utilizados para apoiar as monarquias continentais, e recuperar as posições francesas na Índia que foram perdidas com o Tratado de Paris de 1763 (DYKSTRA, 2008; GOLDSCHMIDT, 2008).

Carentes de posições fortes no Índico, os franceses pretendiam marchar para o leste a partir do Egito¹⁹, ocupar a Síria e avançar até chegar ao Reio de Mysore (no leste da Índia atual) e se unir a seus governantes muçulmanos antibritânicos (ALI, 2002). Também era intenção transformar o Egito em uma colônia francesa oficial (GOLDSCHMIDT, 2008; MARSOT, 2007; DYKSTRA, 2008). À época, a Grã-Bretanha já ocupava, por meio da Companhia das Índias Orientais, três importantes regiões no subcontinente indiano — Bombaim, Calcutá e Madras — e estava começando a criar diversos sistemas de arrecadação fiscal (CHESNEAUX, 1976), que se juntaram à extração de força de trabalho e matérias-primas para concentrar quantidades massivas de capital, do qual parte era reinvestido nos meios técnicos e coercitivos necessários para manter e ampliar as colônias, enquanto o

¹⁹ A ocupação francesa do Egito foi marcada pela barbárie. Para conter as revoltas populares que estouravam em resposta à invasão, Bonaparte “[...] enviou ao local seu ajudante Crouazier para que sitiasse a população rebelde, exterminasse todos os habitantes do sexo masculino sem exceção e levasse ao Cairo as mulheres e as crianças, incendiando a aldeia. A ordem foi cumprida à risca. Muitas mulheres e crianças morreram durante a longa caminhada até o Cairo. Algumas horas depois da expedição punitiva, a praça principal do Cairo mostrava o estranho espetáculo de longas filas de asnos carregados de sacos. Os sacos foram abertos e na praça rolaram as cabeças dos homens da tribo insurgida, justicados” (TARLE, apud LOSURDO, 2010, p.32).

restante era transferido para as classes dominantes em Londres (ARRIGHI, 2010). Não era possível aceitar, portanto, qualquer ameaça à Índia, por mínima que fosse. Em 1801, os britânicos intervieram no Egito e a França foi obrigada a recuar (ALI, 2002; HOURANI, 2006).

2.2 O governo de Muhammad Ali (1804-1848)

O resultado da invasão e retirada francesa no Egito foi a instauração do caos na província otomana. Meio a linchamentos de supostos colaboracionistas, problemas de disciplina e na estrutura do exército local, assim como a falta de pagamento dos salários de seus integrantes, deu ensejo à formação de várias facções de soldados que quebravam as leis abertamente, sob a impotência do *wali*²⁰ egípcio. No Cairo, roubos, estupros e falsificações de moedas eram constantes, enquanto na zona rural e nas vilas, soldados atacavam camponeses em busca de dinheiro e alimentos. A situação piorou quando tribos beduínas se juntavam às facções militares em disputa (FAHMY, 2008). Muhammad Ali, oficial do exército otomano que havia sido enviado ao Egito em 1801 para combater os britânicos, viu na crise uma oportunidade de ascensão política. Apoiado pelas tropas albanesas que liderava, e costurando alianças entre as camadas urbanas, conseguiu executar um golpe de estado em 1804 e se declarar *wali* de uma das províncias mais ricas do Império Otomano. Ali, que viria a ser conhecido, assim como seus sucessores, pelo título de *Paxá* entre os egípcios e *vice-rei* entre os europeus, havia percebido a decadência do Império no fato de que Constantinopla não logrou derrotar os franceses sozinha e pediu auxílio de Londres (ALI, 2002). Todavia, tinha consciência de que o sultão poderia depô-lo a qualquer momento, uma vez que o alcance de seu poder estava circunscrito apenas ao Cairo e imediações, e o exército albanês, a base de sua força, não era confiável. Foi essa situação que levou Ali a trabalhar, até o fim do seu governo em 1848, no sentido de centralizar e expandir o aparato administrativo egípcio e reestruturar o exército (FAHMY, 2008).

Seu primeiro ato foi reestabelecer a ordem no Cairo, o que lhe permitiu aumentar sua base de apoio, especialmente entre os comerciantes caiotas. Enquanto isso, Salim, o sultão de Constantinopla, o convocou a liderar uma expedição militar na Península Arábica contra os wahabitas, que capturaram Meca e Medina em 1803 e 1804. O plano do sultão era enfraquecê-lo na batalha, para que sua remoção fosse facilitada. Alegando não dispor de recursos para tal empreitada, Ali não cumpriu a ordem. Em 1806, optando por uma

²⁰ *Wali* era o título designado aos governadores das províncias do Império Otomano.

abordagem mais direta, Salim mandou Musa Paxá, *wali* de Salônica, ao Cairo para cumprir um edito do sultanato de depor Ali. Musa, ao se deparar com o imenso apoio que estava a ser acumulado pelo *wali* egípcio, se deu conta que as forças militares a seu dispor não seriam suficientes, e recuou. Em maio de 1807, Salim foi deposto por um golpe de estado e seu sucessor, Mahmud II, não encontrou muito espaço de manobra a curto prazo, diante da crescente força do Paxá, e sustou os requerimentos de uma expedição na Arábia (FAHMY, 2008).

Nos anos seguintes, para assegurar seu cargo, Ali, com a ajuda de sua base aliada, buscou eliminar a oposição, centralizar o poder político e impor as leis e a ordem por toda a província. Isso foi feito por meio da distribuição de cargos administrativos entre seus parentes e amigos de confiança, e também pela incorporação das castas mamelucas no corpo de funcionários de governo e a eliminação das castas que se recusavam à submissão (MARSOT, 2007). Em 1811, tendo fortalecido suas bases, o Paxá tentou se reconciliar com o sultanato. No Egito, continuou-se a utilizar moedas otomanas, o nome do sultão era mencionado nas preces de sexta feira, e o Cairo não deixava de pagar o tributo anual a Constantinopla. Ademais, tentando se colocar como um *wali* confiável e eficiente, Ali finalmente mandou tropas à Península Arábica, em março de 1811²¹.

A estabilização da província facilitou o desenvolvimento do comércio e permitiu que se formulasse um projeto de desenvolvimento econômico para o Egito. Ali e sua equipe mais próxima eram mercantilistas e desejavam expandir, por meio da construção de sistemas de irrigação, a agricultura com vistas à exportação, e também introduzir a industrialização na província, para aproveitar as matérias primas locais e torná-lo auto-suficiente (MARSOT, 2007). A primeira grande oportunidade comercial surgiu ainda em 1811. Graças à destruição na Europa causada pelas forças napoleônicas, as bases britânicas em Malta e na Espanha sofriam de falta de grãos. O Paxá passou a lhes fornecer alimentos cultivados no delta do Nilo, e na ocasião, decretou o monopólio estatal sobre a exportação de grãos em Alexandria. Essa seria uma característica essencial de seu regime: estabelecer o controle sobre a comercialização interna e externa de produtos agrícolas (FAHMY, 2008).

²¹ A campanha na Península Arábica também serviu para Ali se livrar de parte de seus soldados indisciplinados e não confiáveis, mandando-os para a morte ao longe. Para a festa de abertura da expedição, foram convidados os restantes mamelucos indomados. No meio do caminho, foram emboscados por homens de Ali e assassinados, findando-se assim uma preocupante fonte de dissidência (FAHMY, 2008).

Enquanto isso, o governo buscou fortalecer seu controle sobre os *fellahin* — os trabalhadores rurais locais —, os principais produtores de riqueza do Egito, ou seja, tomar o controle sobre a própria produção agrícola e maximizar os lucros (FAHMY, 2008). Instaurou a taxaçaõ direta dos *fellahin*²² e confiscou grande número de terras e as redistribuiu à sua família e a alguns funcionários públicos mamelucos, além de disponibilizar terras incultas a qualquer um que fosse capaz de cultivá-las e pagar o imposto territorial (MARSOT, 2007). A eficiência era gritante: entre 1805 e 1812, a arrecadação de impostos triplicou (FAHMY, 2008).

A derrota de Napoleão na Rússia em 1812 e a subsequente abertura das rotas do Mar Negro reduziram a demanda por grãos egípcios. Concomitantemente, a campanha na Península Arábica estava dando ao Cairo mais gastos do que o previsto. Em um esforço para contrabalancear o impacto econômico, o vice-rei aumentou o número de terras passíveis de impostos e intensificou o controle sobre a zona rural. O cotidiano dos *fellahin* e também dos habitantes das cidades se via cada vez mais cerceado pela burocracia estatal (FAHMY, 2008). Estabeleceu-se o monopólio estatal e o controle sobre a produção no campo: devia-se cultivar o que fosse determinado pelo governo, em épocas também determinadas, e vender a colheita por um preço fixo apenas ao Estado, que por sua vez a transportava para os portos de Alexandria, de onde era embarcada rumo à Europa. Os *fellahin* eram obrigados a trabalhar uma média de 250 dias por ano nas terras irrigadas, além de trabalhar nos sistemas de irrigação, cavando valetas e construindo canais, e não raro também eram convocados a trabalhar por alguns dias ao ano nas terras particulares da elite do Estado, em um sistema que se assemelhava, *mutatis mutandis*, à corveia europeia (MARSOT, 2007).

À mudança na administração das terras somavam-se as obras públicas de infraestrutura com intuito de desenvolver as forças produtivas no campo, sendo destaque nesse caso as obras de irrigação²³. Durante todo o reinado de Muhammad Ali, os canais de

²² Durante sua ocupação, os franceses não demoraram a perceber que o sistema de leis e taxaçaõ de terras egípcias era completamente ineficiente. Os *fellahin* pagavam os impostos aos funcionários do governo, chamados *tax-farmers*. Além de esses funcionários serem corruptos e muitas vezes embolsarem a maior parte do que deveriam remeter ao governo, muitas terras eram consideradas não-taxadas, e alguns grupos de pessoas, especialmente membros de algumas organizações religiosas, por exemplo, estavam isentos de taxas. Os franceses planejavam diminuir o número de terras e pessoas isentas de taxaçaõ, abolir os *tax-farmers* em favor da taxaçaõ direta e reconhecer os *fellahin* como proprietários privados das terras em que trabalhavam. Não tiveram tempo de implantar as alterações, mas o Paxá as tomou em conta e começou a executá-las, sem, no entanto, ceder aos camponeses a propriedade das terras, que continuaram a pertencer ao Estado (FAHMY, 2008).

²³ A principal obra de irrigação foi o Projeto Mahmudiiya, iniciado em abril de 1817. Tratava-se da reconstrução do antigo canal que ligava Alexandria ao Nilo. Concluído no início de 1820, o canal de 72 quilômetros trouxe um suprimento constante de água para Alexandria e melhorou o sistema de comunicações com as terras do

irrigação passaram de 686 para 1200 milhas, que permitiram que as águas do Nilo irrigassem terras relativamente distantes, inclusive nas épocas de seca. A área total cultivável do Egito cresceu, entre 1818 e 1830, cerca de 18% (FAHMY, 2008).

Controle econômico e administrativo à parte, também era necessário administrar as relações com Constantinopla. Quando finalmente conquistou a Península Arábica em 1813, Ali mandou delegados à Constantinopla para entregar ao sultão as chaves de Meca e Medina, reconquistadas em favor do Império. Esperava-se que essa prova de fidelidade e utilidade garantisse que o Paxá não seria mais ameaçado pelo sultão. Todavia, chegou ao conhecimento do governo egípcio que Mahmoud II estava encorajando uma conspiração para trocar o wali egípcio por meio de um golpe de estado. Embora Ali tenha conseguido evitar o golpe, estava claro que sua posição ainda era instável. Havia a carência de um corpo militar forte, confiável e disciplinado que conseguisse defender a província de seu próprio império. Tendo expandido seu controle para a Arábia em nome do sultão, o Paxá ordenou, em 1820, que o chefe da campanha arábica, seu filho Ibraim, se deslocasse de lá para o Sudão. O motivo oficial da excursão reportado a Constantinopla, era suposta necessidade de perseguir tribos mamelucas remanescentes que apresentariam possíveis ameaças ao Cairo. O real objetivo era expandir rotas comerciais, buscar ouro e — principalmente — escravos. Ibraim recebeu ordens expressas de capturar pelo menos cinco mil homens que fossem potencialmente adequados às atividades militares. O Sudão foi conquistado em 1822, mas a expedição foi desastrosa²⁴.

Em busca de uma solução, Ali instaurou o alistamento obrigatório e passou a recrutar soldados entre os *fellahin*. O comando foi unificado, as armas antigas substituídas por equipamentos atualizados, e oficiais franceses foram contratados para treinar o novo exército que no início da década de 1830 chegaria a mais de 100.000 homens, divididos em dois

interior, permitindo que vários fellahin se instalassem ao redor das margens do canal. A construção foi executada por meio da coerção de literalmente centenas de milhares de pessoas que eram trazidas de regiões longínquas para trabalhar no canteiro de obras (FAHMY, 2008). “O Canal Mahmudiyya exemplifica o grau de profundidade a que chegou o Paxá em sua busca para controlar o país, e é prova de sua habilidade em empreender projetos estruturais em uma escala que nenhum dos governadores Otomanos antes dele havia conseguido executar. O projeto também mostra o preço pago pela população egípcia (nesse caso, geralmente camponeses do Egito Meridional) ao executar os planos do Paxá; certos dados colhidos na época chegaram a afirmar que as mortes de trabalhadores na construção chegou na casa dos 100.000! A maioria dos homens, mulheres e crianças que morreram na corveia pereceram devido à precariedade das condições de trabalho no canal.” (FAHMY, 2008, pp.152/3).

²⁴ Vários soldados morreram devido a doenças e ferimentos, enquanto outros tantos desertaram. O ouro encontrado era de baixa qualidade e, devido à falta de transporte adequado, milhares de escravos morreram antes de chegar ao Egito. Grande parte dos que conseguiram fazer a viagem morreriam em pouco tempo devido à falta de adaptação à alimentação e clima egípcios. Em 1824, apenas 3 mil dos 20 mil escravos trazidos a Aswan estavam vivos (MARSOT, 2007; FAHMY, 2008).

grupos de acordo com a etnia: enquanto o grosso dos combatentes eram camponeses retirados a força de suas aldeias, os cargos oficiais eram ocupados por turcos, que receberam ordens de não deixar, sob hipótese alguma, que os egípcios chegassem a cargos acima do ranking de *yuzbashi* (capitão). Isso refletia o aparato administrativo criado por Ali: as posições mais altas da burocracia civil eram ocupadas por turcos, enquanto as mais baixas eram reservados aos árabes. Esse sistema tinha por objetivo negar que as massas egípcias chegassem a cargos importantes o bastante que as tornassem capazes de desafiar a ordem do Paxá.

É necessário levar em conta a delicadeza da situação do governo. Armar milhares de camponeses foi um ato perigoso em uma época em que se executavam políticas particularmente rígidas. Durante os anos 1820, o vice-rei havia estendido seu monopólio a quase todos os produtos do campo. Assim, os camponeses eram forçados a cultivar safras a serem vendidas apenas a armazéns do governo, e depois tinham que comprar o que eles mesmos produziam a preços consideravelmente mais altos do que os da venda original. Além disso, os projetos governamentais requeriam um uso cada vez maior do trabalho de corveia e também consideráveis aumentos de impostos (MARSOT, 2007; FAHMY, 2008). Não foi por nada que os anos de 1823 e 1824 foram marcados por grandes revoltas, respectivamente nas regiões setentrional e meridional do Egito, todas elas eficientemente reprimidas²⁵.

Bem sucedido ao criar um corpo de tropas obediente, eficiente e disciplinado, Ali pôde de fato expandir seu controle por toda a província egípcia. Novamente mandou excursões para aumentar a influência sobre o território do Sudão, consolidando-o como uma colônia. Também montou uma força de ocupação permanente na Arábia e estendeu sua influência até o Iêmen, assegurando assim o controle do Mar Vermelho. Diante do quadro que se desenhava, o sultanato se via cada vez mais ameaçado. As tentativas por parte do Cairo de uma relação amistosa nada mais significavam diante do fato de que, dentro do Império Otomano, Ali, na prática, não importando qual fosse seu projeto pessoal, havia construído uma alternativa à decadente Constantinopla. Embora os recursos econômicos do Império Otomano controlados pelo Cairo fossem pequenos em comparação ao total, essa pequena parte era administrada

²⁵ A última revolta chegou a reunir mais de 30.000 pessoas que saquearam e incendiaram muitas vilas, além de atacar oficiais do exército que estavam na região. Ali mandou o novo exército para reprimir a rebelião — um movimento arriscado, posto que grande parte dos soldados até pouco tempo atrás eram camponeses que vinham das mesmas vilas para as quais estavam sendo enviados. O resultado provou que Ali estava no caminho certo. A cidade de Quina, centro da revolta, foi pacificada em duas semanas, mediante o assassinato de mais de 4 mil pessoas. Ainda em 1824, o exército foi bem-sucedido em derrotar uma pelotão wahabita no Hijaz e, no Cairo, subjugar antigos soldados albaneses suspeitos de explodir um depósito de pólvora e matar 4 mil pessoas (FAHMY, 2008).

com cada vez mais eficiência, em contraste cada vez maior com o sultanato, que enfrentava outro sério desafio à sua autoridade, desde 1821: a revolta dos gregos nas ilhas do Mar Egeu.

Mais do que uma questão interna do Império Otomano, a Guerra de Independência Grega (1821-1832) abalou significativamente a aliança monárquica europeia firmada no Congresso de Viena em 1815 (DROZ, 1988). Tendo presenciado revoluções e guerras ininterruptas desde fins do século XVIII, as classes dominantes europeias viram na derrota da França napoleônica o momento para estabelecer e preservar a paz. Era uma necessidade urgente, posto que na avaliação dos estadistas europeus mais proeminentes, uma guerra europeia de grandes proporções quase certamente desencadearia revoluções e a consequente destruição dos velhos regimes. O mapa da Europa foi então redelineado com vistas a garantir o equilíbrio das chamadas Grandes Potências²⁶: três países principais — Grã-Bretanha, França e Rússia — e dois menos expressivos — Áustria e Prússia. Como já mencionamos, esse sistema de cooperação, conhecido como o Concerto da Europa, tinha como essência o objetivo de equilibrar as forças entre as potências e estabilizar a Europa sob a hegemonia britânica. Os acordos de 1815 foram bem sucedidos: com exceção da Guerra da Crimeia (1854-1856), até 1914 não houve uma guerra em que mais de dois países centrais estivessem envolvidos²⁷ (HOBSBAWM, 2007a), e, até lá, apenas os levantes revolucionários de 1848 ameaçaram a hegemonia britânica. Contudo, a posição de *maestro do Concerto Europeu* não livrou Londres de ser alvo de rivalidades, especialmente, na época, de São Petesburgo. No início do século XIX a Rússia estava firmada como potência dotada de grande força terrestre. Havia chegado até o Oceano Pacífico por meio da colonização por terra, e durante grande parte do século XIX²⁸, o embate russo-britânico foi o mais significativo (WIGHT, 2002).

Londres não tinha grandes interesses territoriais no continente europeu, embora mantivesse presença ou proximidade de alguns pontos de influência marítima — Malta, as Ilhas Jônicas e a Heligolândia, a Sicília e a região do Mar Báltico. A maior potência militar

²⁶ Importante ressaltar que nos referimos a esses países como Grandes Potências porque é assim que eles passaram a ser referidos na literatura diplomática e nos meios de comunicação na época do Congresso de Viena, graças especialmente às suas capacidades militares (HOBSBAWM, 2007a). No nosso entendimento, ser uma grande potência não implica necessariamente em ser um país-central na perspectiva da ASM, no sentido de ser um pólo de acumulação capitalista e detentor do controle de parte considerável das cadeias produtivas da economia-mundo. O Império Russo, ainda que considerado uma potência, era na época uma região externa em vias de incorporação periférica à economia-mundo capitalista.

²⁷ Além da Guerra da Crimeia, também houve uma guerra entre França e Áustria em 1859 e as guerras de unificação alemã nos anos 1860. “Por outro lado, as guerras de conquista em regiões afastadas, travadas, em geral, contra populações menos desenvolvidas para dar espaço à expansão global europeia, caracterizaram melhor os conflitos militares no grande período da ordem de Viena.” (LESSA, 2005, p.57).

²⁸ Pelo menos até os EUA e a Alemanha começarem a despontar no cenário internacional a partir dos anos 1870.

terrestre, a Rússia, também não tinha ambições territoriais significativas no continente. Havia adquirido a Finlândia, (às custas da Suécia), a Bessarábia (às custas da Turquia) e a maior parte da Polônia, além de exercer influência sobre todos os principados absolutos a leste da França, sendo que seu principal interesse era evitar a revolução (HOBSBAWM, 2007a). Era fora da Europa, na lenta desintegração do Império Otomano — a chamada “Questão Oriental” —, que residia uma constante fonte de atrito para o Concerto Europeu. Enquanto diminuía a influência francesa, cresciam as ambições antagônicas de Londres e São Petesburgo no Mediterrâneo Oriental, no atual Oriente Médio e na área entre a fronteira leste da Rússia e a fronteira oeste do império Britânico na Índia (HOBSBAWM, 2007a; 2007b).

A insurreição grega foi a primeira grande crise da Questão Oriental. A Rússia via potenciais benefícios no movimento de um povo ortodoxo no qual ela poderia intervir — por tratado, os russos tinham o direito de intervir na Turquia em defesa de cristãos ortodoxos. Temendo uma intervenção unilateral russa, Londres reverteu sua hostilidade inicial para uma intervenção informal a favor dos helenos, aproveitando para estreitar laços comerciais com mercadores locais e dificultar a influência russa (HOBSBAWM, 2007a; MARSOT, 2007). Recusando-se a ceder às pressões europeias e conceder independência à Grécia, Mahmoud II, buscando tirar proveito do novo exército egípcio e ao mesmo tempo enfraquecer esse vice-reino, ordenou a Ali que enviassem tropas para auxiliar a subjugar os gregos. Tratava-se de uma campanha muito mais complicada do que a da Península Arábica, devido aos interesses particulares dos países centrais europeias na questão grega (FAHMY, 2008). Mesmo ciente da situação desfavorável, Ali concordou em mandar 17 mil soldados que desembarcaram no Peloponeso em 1825. Depois de dois anos de batalhas e crescente vantagem das forças europeias, o Paxá contrariou as ordens do sultão, assinou sozinho um tratado de rendição com os europeus e se retirou da guerra²⁹.

Em 1829 a Grécia conquistou sua independência, com auxílio britânico e russo, e foi transformada em um reino. Entrementes, a Questão Oriental transformou os Balcãs e o

²⁹ Em junho de 1827, Atenas foi ocupada pelas forças egípcias. Em que pese o sucesso, os militares egípcios receberam com grande ansiedade a informação de que uma frota combinada de navios britânicos, franceses e ingleses havia chegado ao local e estava próxima da frota turca, na Baía de Navarino, na Grécia. Enquanto o sultão interpretou o movimento como mera tentativa de intimidação, o Paxá sabia que partir para um embate com as forças europeias seria ter seu exército destruído sem a mínima chance de vitória. Dada a situação em tela, o Cairo mandou representantes à Constantinopla para tentar convencer o sultão a aceitar negociar a independência grega, com mediação austríaca. Irredutível, Mahmoud ordenou que prosseguissem a repressão à resistência helênica. No dia 20 de outubro de 1827, em menos de 3 horas, as forças armadas europeias conseguiram afundar ou queimar a maior parte dos navios otomanos e egípcios. Como nem esse golpe demoveu o sultão de manter a Grécia, o Paxá tomou a decisão de se render separadamente (FAHMY, 2008).

Oriente em um campo de batalha das potências, notadamente a Rússia e a Grã-Bretanha. Os russos tinham como principal objetivo diplomático conquistar o controle dos estreitos entre a Europa e a Ásia Menor, que condicionavam seu acesso ao Mediterrâneo. Tratava-se de uma questão diplomática, militar e cada vez mais econômica, posto que cresciam as exportações de cereais ucranianos. A Grã-Bretanha, por sua vez, tinha como prioridade impedir as tentativas russas de aproximação da Índia (HOBSBAWM, 2007a). Por isso, sua política era escorar a Turquia contra a expansão russa, ou seja, utilizá-la como um *estado tampão* entre os impérios Britânico e Russo. Segundo Wight (2002), estados tampão são peças importantes nas configurações de poder nas relações internacionais. Trata-se de países mais fracos entre dois ou mais países centrais mais fortes, cuja posição evita que os ditos países centrais entrem em conflito. Mais do que isso, o Império Otomano era parte integrante de uma *zona tampão*. Uma zona tampão consiste em uma concatenação de países separando potências potencialmente belicosas. No século XIX, a zona tampão mais importante era justamente aquela que dividia o Império Britânico da Rússia. O território russo estava acima das possessões britânicas, disposto ao longo de toda a curva descrita pelas colônias de Londres. Contudo, os dois impérios estavam separados “[...] por uma camada de estados fracos que se estendia do Oriente Próximo ao Extremo Oriente: a Turquia, a Pérsia, o Afeganistão e a China, com seu território dependente do Tibet e sua província de fronteira da Manchúria” (WIGHT, 2002, p.161).

A grande inquietação britânica, durante o século XIX, era no sentido de manter essa camada intacta. Havia quatro pontos ao longo dela onde a Grã-Bretanha temia uma incursão russa: através da Turquia até os estreitos do Mar Negro e o Mediterrâneo; através da Pérsia até o Golfo Pérsico e o Oceano Índico; através do Afeganistão até o Punjab; e através da Manchúria até os mares da China. Essa zona contém uma grande variedade de estados-tampão. A histórica política britânica na Questão do Oriente foi realizada para preservar a independência da Turquia como uma defesa contra a Rússia; em consequência disso, ocorreram a Guerra da Criméia (1854-1856) e a crise que foi resolvida pelo Congresso de Berlim (1878). (WIGHT, 2002, p.161).

Não raro os estados³⁰ e zonas tampão são definidos como áreas de *vácuo de poder*. Todavia, a política, assim como o mundo natural, detesta e não aceita vácuos (WIGHT, 2002),

³⁰ “Estados-tampão podem [...] ser mais ou menos divididos em oportunistas, neutros e satélites. Os oportunistas são aqueles cuja política consiste em prudentemente lançar seus poderosos vizinhos uns contra os outros. [...]. Os estados satélites são aqueles cuja política externa é controlada por outra potência. Se o estado mais fraco formalmente concedeu esse controle por um tratado, de maneira que tanto por lei quanto de fato ele entregou parte de sua soberania, ele é então chamado de protetorado. A gradação de oportunista a neutro, de neutro a aliado, de aliado a satélite, é obscura e incerta. Flutuações de poder tornam a maioria das zonas-tampão instáveis e ambíguas. Uma política adotada por uma grande potência para preservar a neutralidade do estado-tampão pode ser vista por seu rival como sendo a redução do estado-tampão a um satélite; e um estado tampão pode ser considerado pelo mesmo estadista, em circunstâncias diferentes, tanto uma Linha de defesa quanto um trampolim para futuras expansões.” (WIGHT, 2002, p.159). Considerando essa classificação de Wight, nos

e por isso, invariavelmente os países centrais da região têm vital interesse em impedir que suas rivais tomem controle da área tampão, tentando, de acordo com a relação de forças, ou manter a área neutra, ou impor seu controle sobre ela, podendo chegar a anexá-la no longo prazo (WIGHT, 2002). O período que agora abordamos é o perfeito exemplo de como nem os países centrais europeus nem o vice-rei egípcio permitiram que a decadência do sultanato deixasse vacância³¹. Segundo a avaliação de Hobsbawm (2007a), eram as questões internas que apresentavam maior risco de desestabilizar a região. As próximas duas crises da Questão Oriental (1831-1833 e 1839-1841) foram justamente causadas pelo tensionamento das conturbadas relações de Muhammad Ali com o sultão — situações agravadas pela França, que apoiou o *wali* na tentativa de restaurar e ampliar sua influência econômica e diplomática no oriente (HOBBSAWM, 2007a).

Ao governante do Cairo, a experiência na insurreição grega mostrou que, ainda que tenha avançado, o treinamento do exército egípcio — especialmente entre os oficiais — era insuficiente perante tropas mais preparadas. Além disso, era necessário recuperar os equipamentos perdidos, desde armas pequenas, até, principalmente, os navios que afundaram. Deu-se então início a um processo de modernização do exército e, principalmente, a um projeto de criação de um parque industrial — a primeira tentativa de industrialização do Egito — voltado para a produção bélica, que permitisse ao Egito fabricar seus próprios equipamentos militares e deixar de depender de importações. Armamentos importados (rifles, mosquetes, canhões, pólvora e outras armas menores) passaram a ser copiados nas novas

parece razoável dizer que se Constantinopla tentou praticar o oportunismo, por exemplo, ao buscar auxílio dos russos em ocasiões como a Guerra da Independência Grega, seus planos foram malogrados, visto que isso não ajudou, no médio prazo, a barrar a crescente influência europeia e a conter forças desagregadoras internas.

³¹ Constantinopla não foi uma exceção: outros estados da zona tampão entre os Impérios Britânico e Russo viriam a ser alvo de disputas nas próximas décadas. “[A] Pérsia foi partilhada em esferas de influência pela Rússia e a Grã-Bretanha por um acordo de 1907 — um modelo repetido quando essas duas grandes países centrais ocuparam a Pérsia durante a Segunda Guerra Mundial. O Afeganistão, um posto avançado do Império Indiano, tornou-se um protetorado britânico em virtude da Segunda Guerra Afegã (1878-1880), concedendo assim à Grã-Bretanha o controle sobre sua política externa; isto somente foi abandonado pela Grã-Bretanha após a Terceira Guerra Afegã (1919), num momento em que a Rússia havia deixado de ser uma grande potência. A China era uma região demasiadamente vasta e importante para que fosse absorvida ou para que dela fosse feito um protetorado por uma única potência e, nesse caso, a rivalidade anglo-russa era complicada pelas reivindicações das outras países centrais — a França, a Alemanha e o Japão — com os Estados Unidos como atento moderador. Os interesses da Grã-Bretanha na China tomaram a forma de comércio e investimentos, e sua política tradicional era de manter a integridade chinesa lado a lado com a política de "portas abertas" para o comércio de todas as nações, mas o ciúme mútuo no final reduziu a política chinesa de todas as grandes países centrais a uma corrida por concessões, que teria talvez levado a uma partilha caso não tivesse surgido a Primeira Guerra Mundial. As dependências afastadas da China já se encontravam mais ou menos desligadas. O Tibet, normalmente sob a suserania chinesa, foi neutralizado por um acordo entre a Grã-Bretanha e a Rússia em 1907, segundo o qual as duas países centrais se comprometiam a não enviar representantes diplomáticos a Lhasa, a capital tibetana. Cumpre ressaltar que o Tibet tornava-se assim um estado-tampão sem mesmo possuir uma fronteira comum com a Rússia.” (WIGHT, 2002, pp.161/162).

fábricas, em quantidades consideráveis. Esse processo, por sua vez, criou a demanda por um corpo de engenheiros, médicos para tratar os soldados feridos e outros cargos que exigiam formação especializada. Por isso, escolas foram abertas por todo o país e missões eram mandadas ao exterior — principalmente para a França — para estudar os últimos avanços da tecnologia militar e de outros campos da ciência em geral. (MARSOT, 2007).

Nessa mesma época, foram feitos investimentos em outros setores industriais, como fábricas de curtume, moinhos de arroz e refinarias de açúcar (FAHMY, 2008). O setor a mais receber investimentos, depois do militar, foi o têxtil. Fundaram-se fábricas nas quais eram utilizados algodão e linho cultivados localmente. Ademais, importava-se bichos-da-seda do Líbano e cabras-da-caxemira³² da Índia, com o intuito de diversificar a produção (MARSOT, 2007). As forças produtivas eram baixíssimas. Madeira e carvão eram escassos, e por isso não foi possível utilizar o vapor: durante todo o governo do Paxá, não houve mais do que 10 máquinas de vapor em todo o Egito. Por isso, a maior fonte de força era a tração animal (bois e mulas) e, em casos extremos, seres humanos, que eram trazidos à força para trabalhar nas fábricas, tendo o nome do local de trabalho tatuado no braço, para facilitar a recaptura em caso de fugas. O financiamento da industrialização foi captado dos lucros do setor agrícola, especialmente das plantações de algodão de fibra longa, descoberto em 1820 e desde então muito utilizado na confecção de tecidos de alta classe. Grandes extensões de terra foram reservadas e transformadas em gigantescas plantações desse algodão para exportação à Europa. Os lucros de sua venda, monopolizada pelo Paxá, chegaram a contribuir em até 25% do financiamento dos projetos industriais e militares (FAHMY, 2008). A exportação de algodão foi o exemplo mais importante, mas não o único. Na busca de financiamento à industrialização, o governo de Ali acabou por acelerar um processo que estava em curso desde meados do século XVIII: transformar a exportação de produtos agrícolas na principal atividade econômica egípcia, focando no crescente mercado consumidor europeu, sobretudo britânico, em expansão por conta da Revolução Industrial (MARSOT, 2007).

A industrialização, o crescimento de demanda por matérias primas e o exército fortalecido forneceram a demanda e os meios para que o Cairo procurasse expandir a área territorial sobre seu controle. Claro estava que isso muito provavelmente levaria a um confronto com o sultão, mas na avaliação de Ali e seu séquito, suas forças bélicas seriam

³² Linhagem de cabras criadas na região da Caxemira (no norte do subcontinente indiano, dividida entre a Índia e o Paquistão), notórias pela qualidade de sua pelagem, muito utilizada na fabricação de tecidos (como a famosa lã de caxemira).

suficientes para que um eventual conflito tivesse resultado favorável. Durante o ano de 1829, o consulado-geral da França no Egito encorajou o Paxá a anexar Trípoli, Túnis e Argel. Na ocasião, os interesses do capitalismo francês despertaram o interesse de Paris em expandir sua influência na região do Mediterrâneo. Temeroso de ter de arcar com grandes prejuízos caso empreendesse uma campanha de conquista própria que muito provavelmente resultaria em uma represália britânica, o governo francês garantiu que ofereceria algum apoio logístico e compensaria Ali por eventuais perdas militares caso ele realmente colocasse seu exército rumo ao Magreb. O Cairo, todavia, considerou mais segura e proveitosa uma expedição a nordeste, rumo à Síria, e não promoveu incursões rumo a Oeste (FAHMY, 2008). No ano seguinte, os franceses realizaram o que vinham tentando convencer o Egito a fazer: invadiram a Argélia e travaram uma guerra que terminou em 1847, com a primeira grande conquista *de fato* de um país árabe por europeus³³ (HOURANI, 2006).

O território da província síria era extremamente rico em madeira, na época em alta demanda no Egito devido às frotas navais e mercantes que se pretendia construir e à necessidade de energia para o funcionamento das novas fábricas. A Síria também poderia prover força de trabalho extra a ser utilizada nos grandes projetos do Paxá, bem como um mercado em potencial para os monopólios comerciais do estado egípcio e uma possível fonte de renda extra. Do ponto de vista estratégico, Ali sabia que, no caso de uma eventual tentativa do sultão de derrubar o governo do Egito à força, os homens encarregados para a tarefa seriam enviados da Líbia. Por isso, se ocupada, a Síria poderia servir de *estado tampão* entre o Egito e as terras centrais do Império Otomano.

Ao segundo dia de novembro de 1831, sob o pretexto de precisar capturar alguns milhares de camponeses que haviam fugido de território egípcio para evitar pagar as taxas, o exército de Ali se colocou em marcha rumo à Síria. As forças egípcias, contabilizadas em 30 mil homens — o que fez com que observadores europeus começassem a ficar um tanto quanto alarmados quanto ao Egito —, conseguiram com relativa facilidade derrotar as tropas

³³ Em 1865 a Argélia foi oficialmente anexada pela França e, por meio do confisco de terras e multas a revoltosos e “foras da lei”, os colonos franceses, os *pidnoirs*, em poucos anos se apossaram de cerca de 70% das propriedades dos nativos e desestruturaram a economia argelina tradicional. (YAZBEK, 2008). Ademais, também coube à Argélia ser a primeira região ocupada pelos franceses no século XIX, um empreendimento compensador do ponto de vista econômico — para os franceses. O custo humano para os argelinos foi altíssimo: “[...] nas terras onde antes eram cultivados cereais para alimentação, os colonizadores trataram de plantar videiras para a produção de vinhos para a Europa. Como característica dessa economia, [Jean Paul] Sartre afirmava que o Estado francês entregava a terra árabe aos colonos, dando-lhes, desse modo, um poder de compra que permitia aos industriais franceses vender-lhes seus produtos. E os colonos vendiam aos mercados da metrópole os frutos dessa terra que Sartre sempre chamou de roubada.” (YAZBEK, 2008, p.18).

otomanas e conquistar cidades estratégicas pelo caminho. Ibrahim, o filho de Ali, chegou a movimentar suas tropas até uma distância de um dia de marcha de Constantinopla. O Paxá, contudo, não permitiu que seu exército invadisse Constantinopla e declarasse independência, temeroso quanto às possíveis reações dos países centrais europeus frente a um ato de tal magnitude. Quando foi derrotado pelos egípcios na batalha de Konya (cidade da Anatólia Central, região da atual República da Turquia), em dezembro de 1832 (cerca de um ano depois do início da expedição de Ali na Síria), o sultão imediatamente buscou auxílio de Londres. Tendo Londres recusado, Mahmoud pediu auxílio russo, que enviou uma força naval a Constantinopla e um agente ao Cairo com a mensagem de que se Ali persistisse no caminho para a capital otomana, teria de enfrentar tropas russas. Os franceses enviaram mensagens de apoio a Ali. Quanto ao Império Britânico, embora tivessem recusado auxílio aos Otomanos, expressaram desaprovação às ações de Ali.

Acima de tudo, não estavam nos planos de Ali desmembrar o Império, ou sequer dele se desvincular. O que se buscava era tão somente a garantia de que seu governo no Egito não fosse mais ameaçado por Constantinopla. Quando se iniciaram as negociações, em janeiro de 1833, Ali não chegou a tocar na questão da independência. Seu pedido principal foi que o sultão lhe perdoasse e lhe reconhecesse oficialmente o direito de propriedade das terras recém conquistadas. Nos acordos de paz de Kutahia, em maio de 1833, Ali foi reconhecido como *wali* da Síria, além de lhe ser conferida a Ilha de Creta, em reconhecimento dos novos territórios conquistados. Porém, tal reconhecimento devia ser renovado anualmente pelo sultão. Como resultado, o fim desse conflito bélico deixou ambas as partes insatisfeitas. Os países centrais europeus, por sua vez, estavam incomodados com o ensejo que o conflito deu aos russos de adentrarem Constantinopla. Em troca do auxílio, os russos forçaram o sultanato a assinar o Tratado de Hunkar Iskelesi em julho de 1833, que conferia aos navios russos exclusividade de entrada no Mar de Marmara, o que desagradou Londres.

Depois de cinco anos de relativa estabilidade, Ali finalmente começou, em 1838, a expressar, em conversas com diversos cônsules europeus, o desejo de finalmente ser reconhecido como um governante independente e romper todas as relações de subordinação com o sultanato. Isso colocou os países centrais sob alarme. Se, em um novo confronto, Ali conquistasse a independência, o Império Otomano ficaria seriamente prejudicado, correndo o risco de se esfacelar, o que, por sua vez, levaria a uma corrida europeia pelo controle dos despojos. De sua parte, o sultão mais uma vez buscou assistência britânica. A Inglaterra passava por uma forte crise econômica durante a década de 1830, e para remediá-la,

implantou uma política agressiva de exportações. O Oriente Médio já era um importante mercado para os britânicos, e ao adentrar a Síria — uma área que vinha se estabelecendo como mercado britânico —, Ali procurou comercializar bens egípcios naquele país, assim como explorar os recursos naturais sírios em proveito próprio, causando um antagonismo econômico com o Império Britânico. Os porta-vozes de Londres, porém, declararam que só iriam mandar auxílio a Constantinopla se Ali atacasse primeiro ou declarasse independência. A partir daí, a estratégia do sultanato foi provocar as forças militares egípcias estacionadas na Síria, bem como tentar instigar a população síria a se sublevar contra o governo de Ali.

Não apenas Constantinopla falhou em espalhar a subversão pelo território sírio, como em 24 de junho de 1839, em Nezib (atual Turquia, próxima à fronteira síria), o exército egípcio — apoiado diplomaticamente pela França — impôs pesada derrota às forças otomanas. Mahmoud II faleceu antes que a notícia lhe chegasse aos ouvidos. Nesse meio tempo, toda a frota naval otomana desertou, navegou até Alexandria e declarou apoio ao governo egípcio. Em menos de um mês, enquanto os otomanos perdiam seu exército, sua marinha e seu sultão, Muhamad Ali ascendia como o homem mais poderoso do Império Otomano, agora na posse de um gigantesco aparato bélico resultante da agregação das forças otomanas ao exército egípcio; bem como muitos seguidores em Constantinopla, prontos para pressionar, a favor de Ali, o novo sultão, Abid al Majid, um garoto de 16 anos.

Todavia, o esperado pedido de rendição, que Ali compreensivelmente esperava dos otomanos, nunca veio. Ao invés, ele recebeu um ultimato do grão-vizir Khusrav Paxá exigindo que Ali abandonasse todas as terras que havia conquistado militarmente. O que havia por trás do movimento do grão-vizir era um apoio que, ainda que temporário, foi decisivo. Em 27 de julho de 1839, uma delegação de representantes das cinco potências europeias (Inglaterra, França, Rússia, Prússia e Áustria) emitiu à Constantinopla um pedido de que não se cedesse ao Paxá sem prévia concordância desses cinco países. O grande articulador desse acordo europeu foi Londres. O governo britânico monitorava de perto o Egito desde 1833, quando a vitória de Ali acabou por permitir a entrada russa no Império Otomano pelo Tratado de Hunkar Iskelesi. Além da embaixada britânica de Constantinopla estar alertando o perigo de uma possível aliança Egito/Rússia, agentes britânicos na Índia e no Golfo Pérsico há tempos estavam chamando a atenção para a expansão de Ali na Península Arábica. Na época, com o advento da navegação a vapor, os britânicos buscavam rotas mais rápidas e seguras para a Índia. Durante a década de 1830, era esperado em Londres que as comunicações navais de passageiros e correios com a Índia pudessem explorar a nova

tecnologia do vapor e usar a rota do Mar Vermelho, mas o problema era que Ali havia convertido o Mar Vermelho em um lago egípcio.

O conflito Cairo/Constantinopla acabou por criar o ambiente para uma possível aliança entre o czar Nicolas I e o sultão. A partir de informações reunidas pelos agentes britânicos no Cairo, o governo britânico deduziu que o poder de Ali e sua poderosa máquina militar tinham uma base material clara: a política de monopólios que permitiu que ele concentrasse recursos da agricultura para construir sua máquina administrativa/militar. Para derrotar Ali, portanto, era necessário derrotar sua política agrícola, e foi isso que Londres se determinou a fazer. Não foi por nada que o Tratado Balta Liman — também conhecido como *Anglo-Turkish Commercial Contention* (ATCG) — foi assinado entre Constantinopla e Londres em 1838. Tratava-se de um acordo banindo os monopólios ao longo do Império Otomano, elaborado pelos ministros de relações exteriores de ambos os impérios com o intuito específico de enfraquecer a base de poder do Paxá e o objetivo geral de facilitar a influência econômica inglesa por todo o império. Como era de se esperar em um acordo assinado por partes desiguais, o maior beneficiário de Balta Liman foi o Império Britânico, pois sob o Império Otomano caiu o efeito colateral de ficar em sua totalidade (e não apenas no Egito) aberto à influência econômica estrangeira.

O ápice da tensão Ali/sultanato foi em 1839. Mustafá Rashid, o ministro de relações exteriores otomano, apresentou ao jovem sultão al-Majid o projeto do Edito Gulhane, que pretendia introduzir princípios liberais de igualdade jurídica, liberdade religiosa e reformas legislativas, educacionais e econômicas (FAHMY, 2008). O edito também previa a criação de um novo exército treinado por europeus, formado por serviço militar obrigatório, por meio do qual seria possível reforçar o controle direto sobre algumas áreas das províncias na Europa e Anatólia, Iraque e Síria, e Trípoli na África (HOURANI, 2006). Esse projeto, na prática, tentava manter a coesão, pela força, do Império Otomano, e a reformulação do exército o deixaria mais preparado para enfrentar as forças egípcias. Sendo assim, o Edito de Gulhane foi apoiado pelo governo britânico. Acreditava-se em Londres que um eventual desmembramento do Império Otomano seria inconveniente na ocasião, uma vez que os russos seriam grandes beneficiários disso e poderiam mais facilmente se expandir rumo ao sul e se aproximar demasiadamente das possessões indianas. Os britânicos precisavam enfraquecer o Egito para poderem penetrar em seu território e facilitar a comunicação com a Índia, e ao mesmo tempo precisavam retardar o desmembramento do Império Otomano justamente para que os russos, já localizados em Constantinopla, não pudessem chegar à Índia.

Com a pressão londrina por trás de Constantinopla, Ali teve de ceder às exigências otomanas. A Convenção para a Pacificação do Levante, realizada em Londres em julho de 1840 determinou que o Paxá se retirasse da Síria, Península Arábica e Ilha de Creta. Como os egípcios se recusaram, tropas britânicas foram enviadas a Beirute, onde derrotaram o exército egípcio. Sem escolha, o Egito se recolheu, tendo sido permitido, porém, manter suas forças de ocupação no Sudão. Em 1841, buscando estabilizar a situação, o sultão emitiu um decreto nomeando Ali governador vitalício do Egito, e garantindo que seus filhos teriam direito hereditário a ocupar o cargo. A partir daí e até o afastamento de Ali de seu cargo por motivos de saúde em 1848, as relações com o sultão se estabilizaram, uma vez que o Paxá conseguiu a garantia de que não seria destituído e o sultão, por sua vez, viu-se livre da ameaça de desintegração do Império vinda do Cairo.

As realizações de Muhammad Ali residem no que sobreviveu aos anos finais de seu reinado. As novas instituições burocráticas e militares do Egito, desconectadas daquelas do Império Otomano, deram a seus herdeiros espaço de manobra e liberdade reconhecida pelas potências europeias — com apenas pequenas restrições de Constantinopla. Egípcios, otomanos e ocidentais se acostumaram a se referir ao Egito como um estado autônomo. Mesmo que nos últimos anos do governo de Ali, as escolas fundadas por ele tenham sido fechadas ou sofrido com a redução do número de alunos, o Egito não deixou de ter um corpo de oficiais militares e burocráticos treinados, alguns dos quais eram comprometidos com a autonomia e modernização ocidentalizante do Egito. As fundações do moderno Egito estavam firmemente assentadas. (GOLDSCHMIDT, 2008, pp70/71).

Era claro, porém no início da década de 1840, que o projeto de industrialização não havia alcançado o desenvolvimento esperado, devido ao mercado interno pequeno, a escassez de energia e a falta de qualificação técnica da força de trabalho. O setor têxtil foi o que mais avançou, chegando-se inclusive a realizar-se alguma exportação de tecidos prontos. Além de enfraquecer o governo de Ali, o Tratado de Balta Liman também teve objetivos econômicos imediatos. Uma das preocupações do Império Britânico era a política industrial agressiva de Muhammad Ali, que se colocava como obstáculo aos interesses dos mercadores britânicos. Apenas alguns poucos mercadores estavam autorizados (entre os quais alguns britânicos) a comprar e vender no país, e essas compras e vendas eram feitas do e para o Estado, que na prática se tornou o único mercador egípcio. Protecionista, Ali baixava embargos em produtos importados que representavam concorrência potencial com produtos nacionais, como forma de proteger o parque industrial incipiente até que este se tornasse competitivo.

Tais políticas entravam em conflito com o movimento em prol do livre comércio, que tinha muita força na Inglaterra precisamente porque era conveniente para a economia britânica, que buscava impor o livre comércio em outros países, por força, se

necessário — como nas guerras do ópio na China — mas na esfera doméstica mantinham tarifas protecionistas [...]. (MARSOT, 2007, p.75).

A pressão inglesa via Balta Lyman fez com que o governo de Ali abrisse mão do monopólio da venda de algodão e outros produtos para o mercado interno (HOURANI, 2006). Assim que o monopólio estatal do comércio e os embargos foram quebrados, grande parte das fábricas não demorou a fechar suas portas, incapazes de concorrer com produtos manufaturados europeus mais baratos e de qualidade superior. Nos anos 1840 o experimento de industrialização foi suspenso por um século, empurrando o Egito consideráveis passos adiante na direção do que as países centrais tentavam transformá-lo desde meados do século XVIII: uma economia agrária, cuja principal função era fornecer matérias-primas baratas à Europa e importar produtos industrializados a preços determinados pelo mercado mundial (HOURANI, 2006; MARSOT, 2007).

O desmonte dos monopólios enfraqueceu sobremaneira o controle que Ali mantinha sobre o Egito e sua população, fortalecendo por sua vez a elite ligada ao estado, a quem o Paxá havia concedido a propriedade de boa parte das terras nas quais trabalhavam os camponeses, uma vez que, sem precisar seguir imperativos do estado, essa elite se viu com maior independência. Em que pese o enfraquecimento do poder centralizado e o fracasso do processo de industrialização, o reinado de Ali legou ao Egito seu estado e sua estrutura social modernas. O corpo burocrático administrativo e o exército por ele elaborados permitiram derrotar as tribos guerreiras mamelucas que há séculos comandavam o país na prática. Também foi por meio do aparato administrativo-repressivo que se puderam executar medidas coercitivas — monopólios, corveia, alistamento obrigatório, taxas — que ajudaram a organizar as classes sociais, a força de trabalho e os meios de produção egípcios de uma forma que facilitaria no restante do século — não importa aqui se essa foi realmente a intenção do governo — a incorporação do Egito ao sistema interestatal capitalista na posição periférica de exportador de matérias-primas.

Esse processo, como dizemos, já existia nas últimas décadas do século XVIII e continuou durante o período de Ali. Foram impostas medidas protecionistas para tentar criar um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial local, mas o setor agrícola, que constituía a maior parte das atividades econômicas egípcias, continuou a exportar para a Europa, principalmente trigo e algodão para os britânicos. Durante seu governo, as exportações para a Grã-Bretanha aumentaram cerca de dez vezes (OWEN, 1984; apud FAHMY, 2008).

Faz-se oportuno retomar agora a questão da incorporação de zonas externas à economia-mundo capitalista: “O que queremos dizer com incorporação é que os processos produtivos de uma região se tornam parte da divisão de trabalho integrada da economia-mundo capitalista, respondendo aos imperativos da acumulação de capital como princípio norteador” (WALLERSTEIN, DECDELI e KASABA, 2004, p.89). Ora, o que vimos até então foram grandes tentativas promovidas pelo governo egípcio para desenvolver sua economia *não de forma isolada*, mas com relativa autonomia dos centros de decisão da economia-mundo, então alocados em Londres. Contudo, essas tentativas não conseguiram evitar a progressiva incorporação *de forma subordinada — e é assim que todas as incorporações têm historicamente se mostrado — à economia-mundo capitalista*. O fato de o Cairo não conseguir resistir, no longo prazo, às pressões de Londres para que abandonar medidas protecionistas e quaisquer outras medidas que potencialmente abrissem espaço para uma relativa autonomia econômica, somado ao fato de o Egito estar progressivamente se configurando como fornecedor de matéria-prima para o parque industrial britânico e simultaneamente como mercado consumidor de produtos manufaturados, atestam a natureza *periférica* da incorporação em processo.

As tentativas de seguir por um caminho alternativo ao imposto pela Grã-Bretanha, porém foi forte o bastante para impedir que a incorporação fosse imediata. Ao contrário, o Egito foi capaz de atrasar consideravelmente o processo. Devido ao monopólio e controle da produção e venda de *commodities* exercido pelo estado, o Egito manteve um grau significativo de poder decisivo comercial. Como não poderia deixar de ser, esse poder de decisão estava muito longe de ser ilimitado, posto que influenciado por questões externas e pelas ações dos países centrais, e esses fatores de peso não deixavam se ser considerados pelo governo egípcio — tome-se como exemplo a já mencionada decisão do Paxá em aproveitar a escassez de grãos na Europa durante o início da década de 1810 para aumentar as exportações.

Outra prova cabal de que Ali — mesmo que jamais tenha tido pretensões nacionalistas e nunca tivesse se oposto a comercializar com os europeus ou a modernizar seu país seguindo padrões europeus — pretendia evitar a submissão do Egito aos países centrais foi, além das tentativas de manter tarifas protecionistas e de impedir que os europeus quebrassem seu monopólio, sua recusa a financiar projetos com empréstimos de dinheiro europeu, e também sua recusa em construir um canal que ligasse o Mar Vermelho ao Mediterrâneo, como algumas organizações saint-simonianas francesas tentavam convencê-lo. Ele sabia que tal canal aumentaria sobremaneira os interesses estratégicos europeus no Egito, como também

sabia que empréstimos são uma forma de aprofundar a dependência econômica (HOBSBAWM, 2007b; GOLDSCHMIDT, 2008).

O passar dos anos mostrou que essa limitada autonomia haveria de ser erodida, e que o projeto de Muhammad Ali de manter a autonomia — ou ao menos parte dela, a longo prazo — era uma *impossibilidade histórica*. O acordo de Balta Lyman que começou a pressionar pelo desmonte dos monopólios em 1838 marca um ponto importante na incorporação periférica do Egito à economia-mundo. Foi a partir de Balta Lyman que o limitado poder de decisão egípcio começou a ser erodido. Veremos que essa erosão não se deu sem resistência, mas Balta Lyman foi o passo inicial de um processo de expansão — cujas diretrizes essenciais eram determinadas em Londres — da economia de expansão agrária que “[...] levou o comércio egípcio decididamente para dentro do sistema internacional (britânico)”³⁴ [...]” (HOBSBAWM, 2007a, p.183).

O acordo de Balta Lyman esteve em perfeita consonância com a natureza expansionista da economia-mundo capitalista. Todavia, como a quebra dos monopólios também foi uma forma de enfraquecer o regime de Ali e impedir que ele desestabilizasse irreversivelmente o Império Otomano, podemos dizer que, mais do que uma ação econômica, tratou-se de uma medida estratégica, o início do processo no qual o Império Britânico integrou o Egito não apenas ao sistema capitalista do qual era centro de acumulação, mas também ao seu projeto estratégico de preservar suas colônias. Tal projeto também era, em última instância, econômico, ainda que provido de maior número de mediações. Segundo FAHMY (2008), o grande receio britânico se devia ao fato de que as políticas de Ali tinham o potencial de desestabilizar o Império Otomano a ponto de que ele se desfizesse ou, no mínimo, ficasse vulnerável à Rússia, o único império capaz de apresentar ameaças significativas às possessões britânicas na Ásia.

Vimos neste subitem do capítulo, pois, que a incorporação do Egito na condição de periferia à economia-mundo capitalista nucleada na Inglaterra teve início no governo de Muhammad Ali Paxá. A incorporação foi parte de um processo mais amplo de incorporação não apenas do Império Otomano, mas de outras zonas externas ao moderno sistema-mundo — com destaque para o subcontinente indiano. Na medida em que a Índia foi se tornando cada vez mais importante para a Inglaterra, posto que era grandíssima fonte de riqueza essencial para a reprodução e acumulação de capital, foi-se colocando a questão da proteção do

³⁴ Em parênteses no texto original.

subcontinente. O Egito por sua posição geográfica teve cada vez mais explícito sua potencial serventia nessa necessidade estratégica.

No próximo subitem deste capítulo, veremos como, durante os governos dos herdeiros de Muhammad Ali, teve completude a incorporação do Egito à economia-mundo e, ao mesmo tempo, esse país foi adequado às necessidades estratégicas britânicas.

2.3 Os sucessores de Muhammad Ali Paxá (1848-1879)

De 1848 até 1879, o Egito foi governado pelos herdeiros do Paxá: Abbas (1848-1854), Said (1854-1863) e Ismail (1863-1879). Foi um período em que a administração burocrática continuou a crescer, embora a elite fundiária ligada ao estado passasse e se tornar mais independente dos paxás e ter mais espaço para desenvolver interesses particulares, desde o início da quebra dos monopólios durante o governo Ali, o que fez com que elas pudessem negociar a venda de produtos agrícolas sem a mediação do estado. Esse período também viu o crescendo da penetração dos interesses europeus no Egito, mantendo a relação de importação e exportação de produtos agrícolas e manufaturados, aprofundando as relações estratégicas e lançando mão de um novo meio de dominação: as dívidas por empréstimos. Não à toa, os consulados estrangeiros se tornaram muito mais influentes nos assuntos internos egípcios do que na época de Ali (HUNTER, 2008).

A chave para compreendermos o adensamento da penetração econômica, diplomática e estratégica no Egito está no avanço da expansão britânica no planeta. Para maior entendimento, voltemos por alguns momentos ao século XVIII.

De acordo com Magdoff (1979), a década de 1760 delineou uma nova fase no expansionismo europeu³⁵ em geral e da Grã-Bretanha em particular. A eliminação da ameaça francesa entre 1763 e 1815 deixou o caminho livre de obstáculos significativos para que Londres avançasse na conquista da Índia a ampliasse a colonização no Canadá. Ademais, a posição dominante nos mares deu aos britânicos os meios para buscar novos mercados na Ásia e na África, além de procurar quebrar o monopólio comercial espanhol na América do Sul. Pode-se dizer que a perda das Treze Colônias marcou um ponto de viragem no

³⁵ Para Magdoff (1979), a fase anterior de expansão europeia vai de fins do século XV a fins do século XVIII, época na qual as lutas entre países centrais coloniais resultaram no triunfo da Grã-Bretanha sobre a Holanda e a Espanha. O novo período é caracterizado pela disputa entre Londres e Paris, esta finalmente derrotada depois das décadas napoleônicas, depois das quais o capitalismo global esteve sob hegemonia britânica. Ainda segundo Magdoff, pode-se dizer que esse período vai até cerca de 1875, quando, entre outras mudanças no cenário internacional, o domínio britânico passa a ser ameaçado pelo recrudescimento da corrida colonial e o surgimento de novas países centrais (*i.e.* EUA e, à época, principalmente a Alemanha).

delineamento do Império Britânico, posto que um de seus resultados foi o desvio de interesses imperiais britânicos para outras áreas, geralmente ao leste geográfico da Europa, como por exemplo na colonização da Austrália e principalmente na continuação da ocupação no subcontinente indiano. Já em 1815, o *segundo* Império Britânico abarcava o mundo, do Canadá e das Antilhas, no Hemisfério Ocidental, em volta do Cabo da Boa Esperança até a Índia e a Austrália.

A expansão do Império esteve acompanhada por mudanças operacionais intimamente conectadas às metamorfoses nas bases materiais da própria sociedade britânica, próprias do período de expansão material (DM) do terceiro CSA. A maior fonte de lucros passou das empresas mercantis às industriais, as políticas nacional e colonial foram readequadas de forma compatível à nova hierarquia de interesses. As orientações comerciais restritivas e os privilégios monopolistas, que até então haviam sustentado a explosão comercial orientação comercial restritiva e os privilégios monopolistas³⁶ que haviam sustentado a explosão comercial até o final do século XVIII deixaram de ser eficientes na medida em que avançava o desenvolvimento fabril. Os monopólios, diante da supremacia manufatureira britânica, não raro tornaram-se prejudiciais³⁷ à necessidade de mercados mundiais em infindável expansão e de fontes de matérias primas baratas (MAGDOFF, 1979). A indústria britânica já era então extremamente dependente desse comércio internacional. Com exceção do carvão, o restante de seus suprimentos próprios de matérias primas era insuficiente. A partir de meados do século XIX, o país não produzia, com sua própria agricultura, alimentos o suficiente para toda a população. Além disso, mesmo que estivesse crescendo depressa, a população britânica era muito pequena e por si só não dava conta de manter a gigantesca máquina industrial e comercial de seu país, especialmente porque a maior parte dessa população — a classe trabalhadora — era demasiado pobre para prover quaisquer mercados que não fossem de primeira necessidade (alimentos, habitação e peças básicas de vestuário) (HOBSBAWM, 2014).

³⁶ Privilégios monopolistas baseados, via de regra, no tráfico de escravos, nas grandes plantações das colônias e em companhias comerciais monopolistas (MAGDOFF, 1979).

³⁷ “A desejada reestruturação de política ocorreu durante décadas de intenso conflito: as questões nem sempre foram claramente delineadas, grupos de interesses com frequência se superpunham, e o equilíbrio de poder entre interesses adquiridos rivais mudava de tempos em tempos. Os problemas eram claramente demarcados em alguns casos, como, por exemplo, a questão da manutenção do monopólio de comércio da Companhia das Índias Orientais. As exportações de seda, musselina e artigos de algodão pela companhia eram consideradas como obstáculos à criação de mercados para bens manufaturados concorrentes britânicos. Embora a oposição a tal monopólio fosse acirrada em fins do século XVIII, o passo de gigante na estrada para o comércio livre só foi dado nas primeiras décadas do século XIX: a extinção do monopólio do comércio indiano em 1813 e do monopólio comercial chinês em 1833.” (MAGDOFF, 1979, p.27).

Por isso, intensificou-se a dependência do mercado externo, e conseqüentemente a economia britânica criou um padrão característico e peculiar de relações internacionais, nesse aspecto baseada na troca de suas manufaturas e serviços (capital fretes, operações bancárias, seguros, etc) por produtos primários estrangeiros (matérias-primas e alimentos). O papel do mercado externo era particularmente importante nas atividades essenciais, *especialmente o setor algodoeiro*, que exportava mais da metade do valor total de sua produção no começo do século XIX e quase 4/5 dela no fim do século, e a siderurgia, que a partir de meados do século XIX exportava 4/5 de sua produção (HOBSBAWM, 2014). O desenvolvimento das redes globais de comércio, dos serviços bancários no exterior, a exportação de capitais e o progresso técnico acabaram por consolidar a influência britânica em lugares onde Londres não dispunha de poder político. Houve assim um *alargamento do Império por meios informais*, *i.e.* por métodos não necessariamente atrelados à conquista e incorporação oficial de territórios (MAGDOFF, 1979). Como veremos até 1882 a incorporação do Egito à esfera de influência londrina se deu dessa forma.

O sistema britânico tinha o respaldo militar de uma poderosa e avançada marinha (MAGDOFF, 1979). Antes do advento da aviação, o poder marítimo era em grande parte o que determinava a força militar de uma potência. A superfície do globo é composta por 71% de água, e um país com acesso ao mar tem a capacidade de estabelecer contato com a maior parte do planeta, enquanto Estados terrestres, com pouca saída ao mar, dependem da travessia de territórios controlados por outros países. A capacidade de fazer circular mercadorias e tropas sobre os mares e evitar que os inimigos façam o mesmo permitia a uma potência pressionar qualquer país que possuísse costa, além de possibilitar o desembarque e manutenção de forças militares em território inimigo. Ademais, o poder marítimo permite àqueles que o possuíam bloquear o comércio marítimo dos inimigos e privá-los de recursos essenciais³⁸ (WIGHT, 2002). Por conta do grande peso da força naval os britânicos precisavam controlar as rotas marítimas. Por conta disso, como veremos, a construção do Canal de Suez atrairá atenção dos estrategistas britânicos.

Grande foi o aumento da importância da Índia para o Império Britânico. 1848, ano da renúncia de Ali Paxá, também foi o ano em que a última região independente da Índia, o reino

³⁸ “De todos os instrumentos de matança em massa, escreveu um alemão depois da guerra, a frota marítima é o mais sofisticado. A força de ataque, a resolução e a capacidade de destruição de nações inteiras estão concentradas em alguns cascos gigantesco. Milhões de guerreiros podem aniquilar províncias, mas terão muito mais dificuldade em destruir uma nação inteira: doze couraçados cinzentos, sitiando um país e invisíveis à distância, podem espalhar a miséria e a fome por todo um continente.” (WIGHT, 2002, p.56).

de Panjab³⁹, foi anexado pela Grã-Bretanha, completando o processo da conquista da Índia. O povo indiano empreendeu um último grande esforço para se livrar dos britânicos, na Grande Revolta de 1857. Dirigida pelas velhas e reacionárias classes dominantes indianas, a rebelião foi esmagada em 15 meses (PANIKKAR, 1969). Essa era a época em que a hegemonia britânica no sistema interestatal estava no auge. O fechamento da Guerra da Crimeia havia colocado a Rússia em seu lugar, e a consolidação do Império Britânico na Índia depois da Grande Revolta complementou a posição britânica. O controle sobre a Índia significava o controle sobre recursos financeiros e materiais — incluindo aí força de trabalho — que nenhum estado, e nem mesmo a combinação de estados, podia fazer frente (ARRIGHI, 2010).

De 1858 até 1947, a Union Jack tremulou sobre território indiano. Durante esse período, a totalidade da economia indiana passou a ser controlada pela Inglaterra de acordo com as necessidades de sua expansão industrial. A indústria de algodão de Lancashire, então o maior pólo fornecedor de tecido, tinha na Índia um mercado quase inesgotável. Quando começou a se desenvolver uma indústria indiana de tecidos, Londres a esmagou por meio de impostos elevados (PANIKKAR, 1969). Paulatinamente a Índia foi se tornando mercado cada vez mais importante para o principal produto de exportação britânica, o algodão. Em metade do século XIX, cerca de 60% do total da exportação de algodão ia para o extremo asiático, e 45% para a Índia em especial (HOBSBAWM, 2006; 2014).

As linhas férreas indianas eram construídas por empresas britânicas que garantiam grandes taxas de lucros. As enormes plantações de chá, borracha, café e anil também foram financiadas pelo capital britânico, em regimes de *plantation* nos quais os trabalhadores indianos eram, para todos os efeitos, objetos do proprietário: os europeus podiam assassiná-los impunemente (PANIKKAR, 1969). A monta dos investimentos na Índia já na década de 1850 equivalia a 20% do total do investimento britânico, a maior parcela (HOBSBAWM, 2014). Em suma: “[...] durante a segunda metade do século XIX o capital britânico, explorando sem concorrência os recursos indianos, auferiu enormes lucros e [...] para tanto foi ajudado pelas medidas econômicas aprovadas pelas autoridades britânicas de Londres” (PANIKKAR, 1969, p.151).

Ademais, a Índia controlava o comércio do Extremo Oriente, através de seu superávit comercial. Nessa parte do mundo, as exportações consistiam basicamente no comércio de ópio, produto sob monopólio estatal apoiado pelos britânicos desde o começo da ocupação na

³⁹ Mais comumente conhecido como Punjab. Optamos por manter a grafia utilizada por K. M. Panikkar.

Índia (HOBSBAWM, 2014). Desde 1775 a Companhia das Índias Orientais detinham o monopólio, concedido por Londres, para produzir e vender ópio em território indiano. A exportação desse produto para a China começou a aumentar especialmente a partir de 1820: em 1824, mais de 12.000 baús de ópio foram contrabandeados para a China, aumentando para 19.000 em 1830, para 30.000 em 1835 e para 40.000 (equivalente a 2.500 toneladas) em 1838 (NEWSINGER, 2010). Em 1870, esse narcótico correspondia a cerca de metade das importações chinesas (HOBSBAWM, 2014).

O comércio de ópio era um vértice de um triângulo comercial no Oriente. [...] Seu contrabando transformou um grande déficit comercial para com a China em uma substancial fonte de lucros, pagando pela importação britânica de chá e seda, pela exportação de bens manufaturados para a Índia e por uma considerável porção dos custos do domínio britânico na Índia. De acordo com uma autoridade, o comércio de ópio foi absolutamente crucial “para a expansão do Império Britânico no final do século XVIII e no século XIX”. (NEWSINGER, 2013, p.57).

Somavam-se aos lucros extraídos das atividades comerciais indianas os sistemas de taxaço, com destaque para as *home charges*, impostos que os indianos eram obrigados a pagar para a manutenção do aparato colonial, e a dívida pública indiana. Não foi por nada que a Índia era considerada a joia da coroa britânica. Ela proporcionava os recursos para investimento na própria Índia, e também parte do total dos rendimentos de investimento oriunda do exterior. No final do século XIX, era a Índia que dava à Grã-Bretanha superávit no balanço de pagamentos internacionais. (BROW, apud HOBSBAWM, 2014). Até então, não se tinha registros na História de uma região do mundo da qual tivessem sido extraídos tantos recursos — em taxas, força de trabalho e recursos naturais — quanto a Índia (ARRIGHI, 2010).

Parte desse tributo era utilizado para sustentar e expandir o aparato coercitivo por meio do qual mais e mais súditos não-ocidentais eram adicionados ao império territorial britânico. Mas outra parte igualmente grande era canalizada de uma forma ou de outra para Londres, para ser reciclada nos circuitos de riqueza através dos quais o poder britânico se reproduzia e expandia. (ARRIGHI, 2010, p.55).

Finalmente, é necessário apontar para os aspectos estratégicos do subcontinente indiano. A Índia tinha a posição geográfica privilegiada no sistema colonial: a partir dela, as forças britânicas poderiam se irradiar para o restante da Ásia. Mesmo antes de 1858, a Índia inglesa representava papel significativo nas transações comerciais com países vizinhos, com destaque para a Birmânia e o Afeganistão. Quando o governo indiano se consolidou, os homens de estado britânicos se deram conta de que, com um exército e uma máquina administrativa local eficaz, seria possível ter voz preponderante nos negócios asiáticos. A

Índia teve papel estratégico importante na Primeira Guerra do Ópio contra a China (1839-1842), e foi a partir dela que os britânicos intervieram no Xinjiang, região noroeste da China, quando estouraram as revoltas étnicas lideradas por Yakub Beg, em 1862, tentando aproveitar a situação para criar um estado-tampão satélite escorado contra o Império Russo. Também foi a partir da Índia que os britânicos invadiram duas vezes o Afeganistão (1838-1842 e 1878-1880), também com o intuito de constituir um protetorado que limitasse os russos. Foi graças à Índia que os ingleses anexaram a Birmânia em 1886, intervieram na Pérsia em 1900 e, de modo geral, estabeleceram o controle da Península Arábica e do Golfo Pérsico, no início do século XX. Tratava-se de um estado-chave de todo o sistema econômico, político e estratégico britânico na Ásia do Sul (PANIKKAR, 1969).

Devido a esses aspectos, torna-se claro porque o cerne da estratégia global britânica era a preservação da Índia, que exigia o controle das rotas marítimas curtas (Oriente Médio, Egito, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Arábia do Sul) e longas (Cabo da Boa Esperança e Cingapura) (HOBSBAWM, 2006). Foi por esses interesses estratégicos, além dos imediatamente econômicos, que o interesse britânico no Egito cresceu.

A oportunidade de maior influência europeia surgiu dos objetivos principais dos três governantes egípcios que seguiram Muhammad Ali: consolidar o poder da família, transformando-a em uma dinastia e o Egito em uma monarquia, já que o acordo de 1841 ainda dava espaço para intervenções otomanas; e dar continuidade à modernização iniciada por Ali, finalidade que foi buscada com mais afinco por Ismail. Para isso, eram necessários recursos, de que o Egito estava cada vez mais carente desde a destruição dos monopólios, que impossibilitou o estado de concentrar grandes quantidades de dinheiro. A solução encontrada foi pedir empréstimos aos países europeus e proporcionar maior abertura para seus objetivos estratégicos. Esse era o conflito da dinastia egípcia: dispor de auxílio europeu e ao mesmo tempo tentar manter as rédeas da administração do país. Apesar das várias estratégias utilizadas para se equilibrar nessa corda bamba, o fracasso ficou claro nos últimos anos da década de 1870, quando organizações financeiras europeias instaladas no Egito tinham mais prerrogativa decisória do que o próprio estado.

Já no terceiro ano do governo de Abas, o estado egípcio viu sua autonomia ameaçada pelo Império Otomano, que dava continuidade aos planos do Edito de Gulhaune de 1839, entre os quais estava restaurar a força do governo (HOURANI, 2006). O ponto de conflito foi a tentativa do sultão de fazer com que o Egito deveria cumprir *ipsis litteris* o Código Penal

Otomano de 1851. Particularmente conflitante era a determinação de que as execuções de prisioneiros deveriam ser sancionadas pelo sultão, prerrogativa que foi exercida por Ali durante seu tempo de governo. Depois de complicada disputa diplomática, Abas saiu vitorioso e conseguiu manter o direito de autorizar execuções. Para garantir a vitória, precisou não apenas concordar em pagar um valor maior como contribuição anual a Constantinopla, mas também, principalmente, teve de buscar apoio diplomático de Londres. Em troca da pressão britânica em Constantinopla, Abas cedeu aos ingleses a concessão para construir a primeira linha férrea do Egito, ligando o Cairo a Alexandria (HUNTER, 2008; GOLDSCHMIDT, 2011).

O Império Britânico tinha interesse, então, em desenvolver as linhas de comunicação e transporte do Egito, como forma de propiciar um alvo para a exportação de capitais e ao mesmo tempo assegurar uma área cuja potencial importância estratégica cresceu com o advento da navegação a vapor. As rotas egípcias eram importantes para a proteção da base indiana. (HUNTER, 2008). Cresciam muito a circulação de mercadorias e pessoas entre a Europa e a Índia, mas a rota mais comum da época, pelo Cabo da Boa Esperança a navio de velas, tinha cerca de quatro meses de duração. A linha férrea egípcia reduziu o caminho entre Londres e Bombaim para cerca de seis semanas: a partir de então poder-se-ia ir da capital inglesa a Alexandria de navio, de Alexandria ao Cairo de trem, e de lá pegar uma diligência até Suez para embarcar em outro navio (GOLDSCHMIDT, 2008). Visando conter a influência britânica, Abas autorizou a linha férrea desde que esta fosse financiada e administrada pelo estado egípcio. Fornecendo os meios de produção e força de trabalho especializada, os ingleses tiveram lucro excepcional com a rota Cairo-Alexandria (HUNTER, 2008).

A linha férrea foi um aspecto da rivalidade entre o Império Britânico e a França, que na época estava elaborando o projeto da construção de um Canal no istmo de Suez⁴⁰, uma cidade portuária no nordeste do Egito, para ligar o Mar Vermelho ao Mar Mediterrâneo, o que possibilitaria aos europeus viajar à Ásia Oriental em curto espaço de tempo sem precisar trocar de navios, como no caso da linha férrea Cairo-Alexandria. Quando Said substituiu Abas em 1854, abriram-se diálogos entre o governo egípcio e a embaixada francesa, representada pelo cônsul Ferdinand de Lesseps, em torno do projeto da construção de um canal em Suez. Ficou acordado que a empreitada seria executada por uma empresa francesa — a Companhia

⁴⁰ A ideia do canal existia desde o final do século XVIII, quando o governo francês incumbiu às forças de Napoleão que adentraram o Egito de estudar as possibilidades de tal empreitada (GOLDSCHMIDT, 2011).

do Canal de Suez, fundada pelo próprio Lesseps —, porém com financiamento binacional, francês e egípcio; e a força de trabalho utilizada seria egípcia (MARSOT, 2007).

O sultão de Constantinopla, porém, dentro do contexto da Guerra da Crimeia, recusou-se a emitir o consentimento para o início das obras, deixando Said de mãos atadas. Ainda assim, de forma irregular e abertamente desafiadora, Lesseps foi em frente e conseguiu com que as obras começassem em 1859, respaldado por sua prima, a Imperatriz Eugênia de Montijo (esposa de Napoleão III), que passou a pressionar o sultão para que ele concedesse a permissão. Por outro lado, Londres se opôs à construção do canal por dois motivos: primeiramente, temia que Paris pudesse usar o canal como base para tomar o controle das rotas para a Índia; e a linha-férrea Cairo-Alexandria, construída pelos britânicos, certamente sofreria com a concorrência de uma rota alternativa. O Parlamento e o lobby da linha férrea tiveram sucesso em pressionar magnatas britânicos para que estes deixassem de comprar ações da Companhia do Canal e assim prejudicar a entrada de recursos da empreitada. Ao mesmo tempo, em Constantinopla, pressionavam o sultão para que ele continuasse sem dar a permissão, colocando-o, deste modo entre Londres e Paris. Quando finalmente foi dado o aval, quase metade do Canal já havia sido construída (GOLDSCHMIDT, 2011; MARSOT, 2007).

Em 1869, o Canal foi inaugurado, à custa da morte de mais de cem mil egípcios, devido às péssimas condições de trabalho⁴¹. O canal seria de propriedade franco-egípcia, através de ações, mas os termos do acordo assinado por Said eram extremamente desfavoráveis. Assim que assumiu o posto de Said, Ismail, seu sucessor, se viu obrigado a contrair empréstimos estrangeiros para comprar sua parte — 64 mil ações. Quando as obras estavam pela metade e os recursos da Companhia estavam ficando escassos, Lesseps convenceu Said a comprar uma leva adicional de ações.

O canal foi a mais espetacular de uma série de fontes de endividamento criadas durante o governo Said. Quando assumiu, o vice-rei já havia encontrado os cofres públicos

⁴¹Os trabalhadores egípcios sofriam com a má nutrição, estafa e doenças. A Companhia do Canal de Suez se recusou a oferecer ferramentas adequadas e sequer abrigo e alimentação. Em média, 60 mil pessoas trabalhavam diariamente construindo o canal — muitas vezes o cavando com as próprias mãos — em três turnos diários de 20 mil trabalhadores cada. A força de trabalho era alistada e retirada compulsoriamente do campo para trabalhar no Canal, ainda que um decreto otomano de 1841 tivesse ilegalizado a prática de trabalhos forçados. Quando nos anos primeiros anos da década de 1860, Constantinopla começou a pressionar pelo fim do trabalho forçado e, mundo afora o trabalho escravo estava sendo abolido, fazendo com que círculos liberais europeus questionassem os métodos da construção do Canal, o governo egípcio forneceu recursos à Companhia para a compra de escavadeiras, e passou-se a fazer algum esforço para prover aos trabalhadores alimento, assistência médica, abrigo e uma compensação razoável no fim do trabalho (MARSOT, 2007; GOLDSCHMIDT, 2011).

quase vazios, e teve que lidar com a crescente pressão para que se abrisse o país para estrangeiros, devido à grande demanda por trigo egípcio, grão que havia entrado em escassez por causa da Guerra da Crimeia (HUNTER, 2008). Ao contrário do moderado Abas, Said tinha um ambicioso projeto de retomar o desenvolvimento econômico do país, e resolveu aproveitar o aumento da demanda por grãos egípcios para colocar um fim definitivo no que restava dos monopólios de Ali, facilitando a livre negociação e circulação de mercadorias entre a classe proprietária fundiária do Egito e as importadoras europeias. Para dar conta do aumento no dinamismo econômico, o governo investiu na melhora e ampliação da infraestrutura — novos canais de irrigação, telégrafos e expansão da linha férrea, com destaque para a rota Cairo-Suez. Para a execução desses projetos, incentivou-se a vinda de força de trabalho especializada para o Egito, e foi necessário contrair grandes somas de empréstimos estrangeiros. No final do governo de Said, o montante da dívida externa egípcia era de 6 milhões de libras esterlinas (HUNTER, 2008; GOLDSCHMIDT, 2011).

O caso egípcio não constituía em exceção regional. A incorporação à economia-mundo capitalista seguia em todo o Império Otomano, acelerada desde o acordo de Balta Linan em 1838. A quebra dos monopólios otomanos e o declínio de suas fábricas transformaram o Império Turco no quarto maior cliente britânico, e também prejudicaram seriamente as fontes de renda do estado, obrigando Constantinopla a se voltar para os empréstimos estrangeiros (WALLERSTEIN, 2011). Entre 1854 e 1879, o governo otomano tomou emprestada a larga quantia de 256 milhões de libras turcas (cada libra turca equivalia a 0,9 da libra esterlina) em condições desfavoráveis: recebeu apenas 139 milhões e o resto foi descontado (HOURANI, 2006). O endividamento tampouco era “privilégio” do mundo otomano. O desenvolvimento do capitalismo nos principais países europeus havia gerado uma grande monta de capital ocioso, que primeiramente foi investido em território europeu. Na Grã-Bretanha, por exemplo, investiu-se em obras de infraestrutura, especialmente na malha ferroviária, que já havia revelado se não apenas de grande eficiência logística adequada ao nível de desenvolvimento industrial da época, mas também um lucrativo alvo de investimentos. Todavia, no final da década de 1840, essas obras se mostraram insuficientes para absorver todo o capital excedente⁴². *“O mais óbvio escoadouro disponível que havia*

⁴² “[...] o excedente anual que assim clamava por ser investido era estimado em 60 milhões de libras, ou quase o dobro do valor estimado do capital total da indústria algodoeira na década de 1830. A economia simplesmente não tinha como absorver um investimento industrial dessa magnitude, e na verdade a crescente disposição de empresários calculistas em meter as mãos nos bolsos para fazer despesas em nada lucrativas (como por exemplo, os gigantescos, medonhos e caríssimos edifícios de prefeituras que as cidades do norte começaram a usar como armas em suas guerras de rivalidades, depois de 1848) atesta não só uma crescente riqueza, como também suas

para esse excedente de capital era o investimento no exterior [...]”. (HOBSBAWM, 2014, p.103, *itálico nosso*).

A exportação de capitais dos países centrais para o Egito deram-se de duas maneiras principais. Por meio de investimento em obras de infraestrutura, como o Canal de Suez e a linha-férrea Cairo-Alexandria. Além dos altos lucros imediatos por conta dos termos favoráveis dos contratos, as classes dominantes europeias também colhiam lucros indiretos a médio e longo prazo, posto que as obras eram construídas visando em primeiro lugar não as necessidades logísticas internas do país, mas sim conferir maior eficácia à movimentação das cadeias mercantis europeias e vantagens estratégicas. Os empréstimos também geravam lucros imediatos graças às inúmeras taxas, comissões e juros estratosféricos, e passaram a ser utilizadas como poderosa ferramenta de dominação. O endividamento sempre crescente e na prática impossível de ser pago é usado como meio de coerção pelos países centrais para que o país devedor ceda ao aprofundamento dos imperativos estratégicos e econômicos do país credor. Na segunda metade do século XIX o núcleo do sistema financeiro já estava firmado em Londres, e tinha papel significativo em seu governo do sistema interestatal (ARRIGHI, 2010).

Os elementos estrangeiros, principalmente os ligados ao setor bancário, encontraram no Egito terreno propício para oportunidades lucrativas. Após 1854, os veículos principais de penetração europeia eram os consulados estrangeiros e o capital bancário europeu. Além de suas atribuições políticas próprias do cargo, os cônsules tinham influência informal sobre o governo, por meio de contatos dentro da burocracia egípcia, influência que se alargou na medida em que se adensavam as relações entre seus países e o Egito, e na medida em que crescia o número de estrangeiros residentes (HUNTER, 2008). Os europeus radicados em território egípcio eram beneficiados pelos Contratos de Capitulação que, que vigoravam no Império Otomano desde o século XV e os eximiam de pagar impostos e obedecer às leis locais, estando submetido às legislações de seus países de origem. Desde então os países ocidentais vinham utilizando as Capitulações para proveito próprio, como por exemplo para abrir estabelecimentos comerciais sem pagar taxas (GOLDSCHMIDT, 2011). Isso se agravou quando Said começou a incentivar a imigração para o Egito, e os cônsules no país utilizavam suas prerrogativas para atender às demandas de seus compatriotas, não raro às custas dos egípcios nativos, como por exemplo em casos nos quais estrangeiros eram acusados de fraude

poupanças cada vez maiores, em excesso ao que as indústrias locais necessitavam para reinvestimento.” (HOBSBAWM, 2014, p.103).

em contratos de serviços firmados com o governo egípcio — somados, esses casos acarretavam em significativo prejuízo para os cofres públicos (HUNTER, 2008).

O segundo meio de penetração, o endividamento, era mais eficiente. Na esteira da maior abertura do governo de Said ao mercado externo, numerosos bancos europeus foram fundados no Egito com o intuito nominal de auxiliar a promover e facilitar as transações comerciais em ascendência. Com o passar do tempo, todavia, essas instituições passaram a concentrar a maior parte de suas atividades na especulação financeira. Ao mesmo tempo, transitavam pelo Egito europeus apoiados pelos seus respectivos países, cuja atividade profissional era justamente encontrar o máximo de artimanhas possíveis para — geralmente por meio da elaboração e propostas de projetos — fazer empréstimos ao governo. Inicialmente, os europeus compravam ações de títulos públicos emitidos por Said, dando origem à dívida flutuante do Egito. *A priori* não transferíveis, essas ações se tornaram negociáveis, gerando considerável lucro para seus portadores. Em seguida, bancos europeus começaram a fazer empréstimos privados ao estado egípcio. Em 1860, por exemplo, agências francesas emprestaram 21 milhões de francos ao governo. Depois, surgiram os empréstimos públicos, amealhados na Europa e oferecidos por sindicatos financeiros (grupos de bancos), em que ações do mercado eram vendidas a milhares de investidores pequenos. O primeiro empréstimo público egípcio foi feito em 1862 pelo grupo Oppenheim & Nephew, para pagar parte da dívida flutuante que aumentava progressivamente, e vendido em sua maioria no mercado inglês. Apenas 65% do valor nominal do empréstimo chegaram aos cofres egípcios, o restante tendo sido tomado pelos intermediários nas formas de taxas e outras cobranças (HUNTER, 2008). Nada mais sintomático do que o crescimento da exportação de capitais para o Egito com destino a serem reinvestidos na especulação: trata-se de um período histórico que se aproxima da década de 1870, assinalada por Arrighi (2010) como o encerramento da fase do CSA britânico na qual predomina a expansão material (DM) e o início da fase de expansão financeira (MD’).

Quando Ismail, o sucessor de Said, subiu ao cargo em 1863, as finanças estavam relativamente boas por conta do *boom* da exportação de algodão. A Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) havia rompido com o fluxo de algodão das *plantations* dos estados sulistas para a Europa, levando o Império Britânico a incentivar a expansão de campos algodoeiros no Egito, o que ocupou o espaço de cultivo de outros produtos e empurrou o Egito ainda mais longe na direção da monocultura. Os canais de irrigação foram modernizados e vários novos foram construídos. Grande parte do algodão colhido nas

fazendas dos grandes proprietários rurais era exportada, e entre 1861 e 1865 a exportação aumentou 4 vezes, de 500.000 pés para 2 milhões de pés (LUTSKY, 1969). Porém, com o fim da guerra americana, caíram tanto o preço do algodão quanto a demanda, o que colocou um freio na economia egípcia e diminuiu o fluxo dos cofres públicos.

Em 1864, o governo de Napoleão III emitiu de Paris um decreto segundo o qual o Cairo, para garantir seus direitos sobre o Canal de Suez (uma vez que o acordo anterior havia expirado com o fim do governo de Said), deveria pagar 84 milhões de francos à Companhia de Canal. Face à nova dívida, Ismail foi obrigado a pegar outro empréstimo público, novamente com a Oppenheimer & Nephew, no valor de 4.864.063 libras esterlinas, pelo qual ele se comprometeu a pagar 9.304.000 libras. Até 1873, foram feitos mais seis empréstimos desse tipo, em termos cada vez mais desfavoráveis, obrigando Ismail a hipotecar o lucro líquido das terras estatais, das ferrovias e de outros setores. Do total de empréstimos contraídos entre 1862 e 1873, 32% do valor nominal (21.876.000 libras esterlinas) foi amealhado por taxas e comissões. O dinheiro que de fato chegou aos cofres egípcios (46.621.000 libras esterlinas), a maior parte voltou para a Europa em forma de pagamentos de juros (HUNTER, 2008).

Com a soma do que sobrava dos empréstimos e o dinheiro proveniente das taxas agrícolas, Ismail tentou retomar os projetos modernizadores de Ali e Said. Construiu mais escolas, com o objetivo de formar quadros para a burocracia e o exército em expansão; abriu algumas fábricas; e investiu na construção e ampliação de portos, estradas, linhas férreas e pontes, melhorando a infraestrutura no sentido de conferir maior eficiência à exportação de matérias primas (MARSOT, 2007). Em 1858, baixou um decreto determinando que doravante as propriedades agrárias, qualquer que fosse seu tamanho, poderiam ser vendidas e herdadas por quem estivesse de posse delas (antes disso, as terras eram concedidas pelo estado e a ele poderiam voltar). A corveia e todo tipo de trabalho forçado a que estavam submetidos os *fellahin* foram formalmente abolidas. Em 1866, emulando as monarquias europeias, Ismail estabeleceu a Casa dos Representantes (*Mejliss Nyiab*), versão egípcia de um parlamento, aqui com as funções de consultoria e de revisar o orçamento do estado (LUTSKY, 1969).

Ismail também avançou no aprofundamento da autonomia em relação ao Império Otomano. Tirou vantagem do fato de que o Império passava por uma situação análoga de endividamento e progressiva perda de autonomia e, em troca do aumento do tributo anual

pago pelo Cairo a Constantinopla, o sultão permitiu que Ismail usasse o título de *quediva*⁴³ e que a partir de então os herdeiros ao trono fossem os filhos mais velhos do governante predecessor, como era feito na Europa, e não mais o sistema otomano que dá o direito de sucessão ao homem mais velho da família. Em 1873, mediante mais compensações financeiras, o sultão foi por ele induzido a baixar um decreto determinando a autonomia financeira do Egito. Se até então, negociações de empréstimos precisavam ser autorizadas por Constantinopla, isso já não era mais necessário. O duplo efeito desse decreto foi maior independência em relação ao sultanato e ao mesmo tempo uma maior facilidade de contrair empréstimos com bancos estrangeiros e assim aprofundar os laços de dependência com os países centrais europeus (GOLDSCHMIDT, 2011; LUTSKY, 1969). Na época, a dívida externa havia crescido a tal monta que o governo sequer conseguia pagar os juros. Os integrantes da Casa dos Representantes aconselharam o *quediva* a aumentar os impostos da população em geral. Sendo essas medidas insuficientes, Ismail ofereceu aos proprietários de terra um abate perpétuo de 50% dos tributos se eles se dispusessem a pagar seis anos de tributo adiantados.

Pari passu, o Império Otomano se via embrenhado em dificuldades crescentes com seus credores. Em 1874, cerca de 55% do orçamento anual do governo otomano se destinou ao pagamento da dívida externa. No final de 1875, Constantinopla determinou o não-pagamento dos juros da dívida, e em 1876 foi obrigada a decretar falência⁴⁴. A falência da Turquia logo no início chamou a atenção dos credores da dívida egípcia, que previam que o Cairo em breve seguiria o mesmo caminho de Constantinopla. De fato, em 1875, o Império Otomano já não conseguia arcar com os juros e pagamentos de suas dívidas, e o Egito caminhava para a mesma situação (LUTSKY, 1969; HOURANI, 2006; HUNTER, 2008). A partir de então, a Europa passou a utilizar ostensivamente a crise da dívida para destruir o poder econômico e político do governo e tomar o controle do estado. Foram criadas instituições administradas por estrangeiros com o objetivo de tomar e administrar os recursos que haviam sido hipotecados pelo governo ao contrair os empréstimos.

⁴³ Um termo persa que significa “monarca”, aproximadamente.

⁴⁴ Em 1879, por meio de um acordo, o sultanato entregou às instituições bancárias para as quais devia (com destaque para o Banco Imperial Otomano, uma *joint venture* otomana/franco/britânica, com destaque para os dois últimos) o controle de seis fontes de lucro: os monopólios da produção de comercialização de sal e tabaco, e as taxações sobre a pesca, destilarias, seda e selos (CHOTZIDS, s/d). Em dezembro de 1881, pressionado pelos credores britânicos e franceses, o sultão baixou o Decreto de Mouharrem, determinando a criação da Administração da Dívida Pública Otomana. Essa instituição, administrada por representantes europeus dos portadores dos títulos da dívida otomana, passaram a administrar a maior parte dos recursos do Império, tendo na prática mais autoridade que o sultão (CHOTZIDS, s/d; HOURANI, 2006).

A empreitada foi bem sucedida graças à cooperação, ainda que tensa, entre Inglaterra e França, e o apoio de seus respectivos bancos. Quando se tornou claro que o governo não tinha mais nenhuma condição de pagar as dívidas e a moratória se tornou iminente, deu-se início a conflitos entre grupos financeiros a respeito de quem conduziria o acordo com o governo. A disputa era entre os franceses, que possuíam a maioria dos débitos flutuantes do país, e os britânicos, detentores da maior parte da dívida pública. Apoiados pelo seu governo, um grupo de capitalistas franceses começou a pressionar Ismail a aceitar um esquema de administração francesa da dívida flutuante. O quediwa foi eximido de se submeter a essa proposta porque a mesma não era de agrado dos britânicos, que se recusavam a aceitar um acordo que deixaria os recursos do estado egípcio diretamente em mãos francesas (HUNTER, 2008).

No final do ano, Ismail decidiu vender as ações egípcias do Canal de Suez. Fez propostas de venda à França e à Inglaterra. Enquanto os franceses hesitaram, o primeiro ministro britânico Benjamin Disraeli, percebendo a urgência da situação, sem consultar o Parlamento nem os membros de seu gabinete, fez um empréstimo de 4 milhões de libras esterlinas com seu amigo, o Barão de Rotschild, e comprou em nome de seu governo 176 mil ações do canal. Quatro milhões de libras por um Canal que havia custado ao estado egípcio, no total, cerca de 300 milhões de libras esterlinas. Além da transação extremamente lucrativa para os britânicos, a venda das ações do Canal foi um grande passo para o Império Britânico em direção ao controle total do Egito. Os britânicos, na ocasião, eram os maiores importadores de algodão egípcio, os maiores exportadores de produtos manufaturados, e os banqueiros londrinos possuíam quase todos os títulos da dívida pública egípcia. A compra das ações do Canal foi um duro golpe nos interesses da França. A maior parte dos títulos e cadeiras no Conselho Administrativo da Companhia ainda pertenciam aos capitalistas franceses, e o Canal ainda era administrado de Paris. Mas as ações francesas estavam divididas entre portadores individuais, e o governo britânico sozinho possuía aproximadamente 45% das ações, o que o transformou no maior acionista do Canal (LUTSKY, 1969).

Em abril de 1876, Ismail sustou os pagamentos e declarou a falência de seu país (LUTSKY, 1969). Diante da nova influência britânica na Companhia do Canal, os franceses acabaram por aceitar a proposta inglesa de unificar todas as dívidas do Egito, a ser administrada em conjunto por Paris e Londres (HUNTER, 2008). Para a administração da dívida foi criada uma instituição chamada Caisse de la Dette Publique, composta de quatro

comissários representando a Inglaterra, França, Áustria e Itália. Os comissários francês e inglês foram designados por Ismail (e por ele poderiam ser destituídos) para supervisionar as finanças egípcias e garantir que as parcelas da dívida fossem pagas a tempo, em um sistema que ficou conhecido como Controle Dual (MARSOT, 2007). Em maio, o *quediva* anunciou a consolidação das dívidas, que foram unificadas em uma única dívida a ser paga em 65 anos com juros de 7% anuais.

Quando a Caisse de la Dette se colocou em atividade, os comissários não tardaram a constatar que a capacidade do Egito de pagar a dívida havia sido superestimada. Sob grande pressão, Ismail foi obrigado a ceder à Caisse 435.729 *faddans*⁴⁵ das terras de sua família (HUNTER, 2008). Para se realizar o pagamento da parcela de janeiro de 1877, o estado passou a exigir da população, especialmente dos *fellahin*, o pagamento antecipado de valores equivalentes a até 12 meses em impostos. Não raro, as taxas eram extraídas por meio da tortura — geralmente açoitamento —, realizada por agentes do governo enviados às vilas junto com os cobradores de impostos. Para arcar com o pagamento de vários meses de taxas cobrados simultaneamente, a única saída para os *fellahin* era recorrer aos agiotas locais, geralmente cristãos coptas e gregos, que compravam suas terras por preços irrisórios. No verão do mesmo ano, uma baixa no nível do Nilo arruinou as safras de grãos da época, acarretando no alastramento da fome e doenças por subnutrição entre a população camponesa. O número de mortes chegou à casa dos milhares nos meses seguintes, enquanto muitos dos sobreviventes famintos começaram literalmente a comer a grama do solo e as folhas de árvores. Não obstante, Londres e Paris continuaram a pressionar o governo no Cairo para honrar as parcelas da dívida. Em abril de 1878, coletores de impostos e torturadores novamente foram mandados à zona rural para extrair pagamentos adiantados de taxas. Graças aos *fellahin*, o estado egípcio por ora estava conseguindo pagar as parcelas e os juros aos banqueiros franceses e britânicos (LUTSKY, 1969).

Com o passar do ano, fez-se patente que sequer os métodos repressivos dariam conta de garantir a solvência do Egito por muito tempo. Em agosto, foi criado, por pressão dos governos britânico e francês, um novo conselho de ministros dentro do estado egípcio, composto por um ministro das finanças britânico e um ministro de obras públicas francês. Esse conselho — cuja participação em suas sessões era vedada ao *quediva* — passou a administrar o Estado.

⁴⁵ *Faddan* é uma unidade de medida de área. Um *faddan* equivale a cerca de 175 metros quadrados.

O sucesso dessa operação foi possível não apenas pela pressão anglo-francesa, mas também pela deserção de três oficiais reformistas, que possuíam laços com a Europa e ideais [de moldar o Egito segundo modelos econômicos e políticos europeus] que esperavam concretizar colaborando com os estrangeiros. Um desses homens, Nubar Paxá, tornou-se presidente do conselho de ministros, onde formou uma aliança com o ministro inglês de finanças, Rivers Wilson. [...] Por décadas a força autocrática do quediva foi mantida pela dependência que a elite tinha dele, mas essa força havia sido minada pela penetração europeia na administração e intervenção direta. Sem o apoio de pessoas dentro do governo, a Europa precisaria impor sua vontade pela força das armas. (HUNTER, 2008, p.196).

Esse “gabinete europeu”, como era chamado pelos egípcios, privou o Egito de qualquer traço de independência e transferiu todo o governo do país aos banqueiros anglo-franceses ligados ao gabinete. Este gabinete, juntamente ao Controle Dual, acabou por causar a piora nas condições de vida de todas as classes egípcias. Os *fellahin*, que já arcavam com a maior parte da dívida, passaram a pagar quatro vezes mais impostos e taxas, e para pagarem no prazo, vendiam a agiotas suas colheitas, antes mesmo que as sementes fossem plantadas, por preços que não raro chegavam a um terço do valor de mercado. Os altos funcionários estatais — tanto os pertencentes a cargos administrativos quanto os oficiais do exército de cargos médios — viram cessar o pagamento de seus salários, por ordem do Gabinete. Sinais de descontentamento também começaram a aparecer entre os grandes proprietários rurais, por conta do aumento das taxas.

O crescente clima de descontentamento deu o ensejo para a formação de sociedades secretas oposicionistas e o fortalecimento de grupos já existentes. O primeiro desses grupos havia surgido em 1876, liderado pelo tenente-coronel Ahmed Arabi. Primeiramente faziam oposição a Ismail ao lutar por questões particulares do exército. Na medida em que a influência estrangeira se intensificava, a luta adquiriu caráter de libertação nacional. Foram os primeiros a divulgar o mote “o Egito para os egípcios”. Esse grupo, os *Wateneun*⁴⁶, com se autointitulavam, procuravam tornar o Egito uma nação livre de influências externas. Sua base de apoio era formada na maior parte por oficiais do exército e pelos *fellahin*.

Em fevereiro de 1879, como medida de economia, o Gabinete destituiu do cargo 2.500 oficiais do exército (de um total de 36.000) e cortou pela metade o salário dos membros restantes. Isso alastrou a já grande revolta entre os oficiais. No dia 18 daquele mês, uma multidão de oficiais sequestrou Nubar Paxá e Rivers Wilson⁴⁷. Ismail conseguiu a libertação

⁴⁶ *Wateneun* se traduz aproximadamente como “nacionalistas”.

⁴⁷ Os reféns foram mantidos no Ministério das Finanças. Ismail, sob pressão do Consulado Britânico, ordenou que os militares revoltosos dispersassem. Tendo eles se recusado a obedecer, Ismail chamou as tropas e ordenou que elas abrissem fogo, mas elas se recusaram a atacar, atirando para o alto.

dos reféns apenas depois de prometer cumprir as exigências dos militares — e não demorou a executá-las: destituiu os membros do Gabinete Europeu (podia fazer isso oficialmente), restituiu parte dos oficiais demitidos e, depois de um empréstimo do Banco Rotschild, voltou a pagar os salários integralmente (LUTSKY, 1969; REID, 2008).

Com o apoio de uma base leal, Ismail publicou um manifesto demandando que o próximo Gabinete aceitasse um plano de pagamento da dívida que fosse menos rigoroso com os recursos egípcios. O manifesto teve apoio de deputados da Câmara dos Notáveis, oficiais do exército e dos Wataneun de Arabi (REID, 2008). Apesar disso, Ismail não desfrutava de apoio amplo entre a população egípcia, e por isso facilmente os governos britânico e francês pressionaram o sultão de Constantinopla a destituir Ismail e substituí-lo por seu filho, Tawfiq. Em 1880 ele negociou com os países centrais europeus a Lei de Liquidação, que destinava a maior parte do orçamento egípcio para a Casse, com o intuito de pagar a dívida com juros de 4% em vez dos anteriores 6%, e deixava o restante para despesas administrativas do país (HUNTER, 2008; REID, 2008).

2.4 A consolidação da supremacia britânica sobre o Egito (1880-1882)

Em 1880 não restavam dúvidas de que os interesses britânicos eram maiores do que os franceses sobre o Egito. Os britânicos compravam 80% das exportações egípcias e forneciam 44% das importações, além do controle sob o Canal de Suez. Nesse ano, cerca de 90 mil europeus residiam no país, e graças às Capitulações respaldadas pelos países centrais, conseguiam fundar e administrar lucrativas empreitadas na construção, comércio e finanças com as quais os egípcios nativos não podiam competir. Ao mesmo tempo, crescia nas forças armadas a animosidade contra Londres e Paris. As já mencionadas reduções no tamanho do exército e das demissões de oficiais começaram a ser vistas no exército — especialmente entre os simpatizantes e seguidores Wataneun de Arabi — como não apenas uma forma de garantir o pagamento da dívida, mas também como um desmonte visando deixar o país indefeso para uma iminente invasão de tropas franco-britânicas.

Maior daquele ano foi o mês em que os países centrais se deram conta sem sombra de dúvidas que o exército egípcio havia se tornado uma força opositora a ser levada a sério, quando Arabi e os Wataneun lideraram um grande protesto no Cairo contra o não pagamento dos soldos (LUTSKY, 1969; NEWSINGER, 2013). Em fevereiro de 1881, Arabi e mais dois coronéis que estavam à frente da manifestação de maio passado foram convocados ao Ministério da Defesa, que, sob ordens do Controle Dual, pretendia encarcerá-los e julgá-los

em corte marcial por traição. Os planos foram rapidamente descobertos e provocaram motim aberto no Cairo⁴⁸. Tawfiq não teve escolha a não ser destituir o Ministro da Defesa e se comprometer a revisar algumas questões referentes às demissões e cortes de salários, que não haviam sido atendidos na manifestação de maio do ano anterior (LUTSKY, 1969).

Os Wataneun saíram vitoriosos e levando vantagem em relação ao desmoralizado governo de Tawfiq. Primeiramente estavam confinados a questões puramente corporativistas — os salários e as demissões em especial. Isso mudou quando o quediva procurou se livrar dos regimentos rebeldes do Cairo e baixou um decreto determinando que os regimentos que participaram do cerco ao Ministério da Defesa fossem transferidos para as províncias. No mesmo dia do decreto, 9 de setembro de 1881, os Wataneun conseguiram mobilizar cerca de 2.500 soldados e estacionar em frente ao palácio do quediva. Lá foram apresentadas as demandas: aumento do contingente do exército, a destituição dos ministros europeus e sua substituição por um governo nacionalista responsável pela Câmara dos Notáveis e a criação de uma constituição (LUTSKY, 1969; NEWSINGER, 2013). A partir daí os Wataneun deixaram de ser um grupo ocupado de questões estritamente militares e se tornaram de fato portadores de pautas referentes à toda a população. As negociações foram travadas não com Tawfiq, mas com um dos integrantes do Controle Dual, o britânico Auckland Colvin. Foi acordado que o Primeiro Ministro (líder da Câmara dos Notáveis) seria substituído e que as demais exigências seriam negociadas assim que o sultão de Constantinopla fosse colocado a par dos acontecimentos (LUTSKY, 1969). Embora a vitória imediata tenha sido extremamente parcial, o episódio de 9 de setembro angariou em curtíssimo espaço de tempo grande massa de apoio aos Wataneun.

Nesse meio tempo, a França e a Grã-Bretanha se colocaram em movimento para realizar uma intervenção armada e retirar definitivamente os Wataneun de circulação. Frotas navais anglo-francesas foram despachadas para Alexandria em maio de 1882, em uma tentativa de intimidação. No mesmo mês, os britânicos e franceses pressionaram Tawfiq a prender Arabi e mandá-lo ao exílio. Quando o quediva tentou fazer isso, em junho, as ruas do Cairo foram tomadas por uma grande manifestação popular. Mesmo recuando, o quediva não conseguiu evitar que protestos eclodissem também em Alexandria. A fúria pela presença nas frotas europeias levou considerável parte dos manifestantes a atacar os europeus que viviam

⁴⁸ Nesse episódio, dois regimentos caiotas e mais um regimento de fora da cidade cercaram o Ministério da Justiça, que foi invadido, e os três coronéis foram resgatados. Mais do que isso, foram carregados nos ombros de seus colegas, e levados, juntamente a mais de dois mil soldados, até o palácio do quediva.

no Egito⁴⁹. Quando as multidões se acalmaram, 250 egípcios e 50 europeus haviam sido mortos (NEWSINGER, 2013). A partir de junho teve início uma fuga em massa de europeus do Egito — na casa dos milhares —, seguidos dos agiotas e latifundiários locais. No dia 13 de junho, o próprio quediva Tawifq fugiu do Cairo e se abrigou em um dos navios da frota britânica. Arabi e os Wataneun ocuparam o governo, e um de seus primeiros atos foi confiscar as propriedades de todos que haviam saído do Egito (LUTSKY, 1969).

Os britânicos pressionaram o Império Otomano a intervir no Egito, mas sua posição foi ambígua. Constantinopla se encontrava extremamente enfraquecida pela derrota na Guerra Russo-Turca (1877-1878), na qual São Petesburgo capturou boa parte dos Balcãs, e, no tratado que encerrou a guerra, tomou parte da Anatólia Oriental. Esse tratado também permitiu à Áustria tomar a Bósnia, os britânicos Chipre, e a França, em 1881, a Tunísia. “Em 1882, o governo otomano [...] se opunha à qualquer expansão europeia adicional às suas custas” (GOLDSCHMIDT, 2008, p.88). Porém, sem quaisquer condições de fazer frente a Londres e Paris, Constantinopla passou a apoiar diplomaticamente uma invasão no Egito, enquanto internamente conclamava Arabi a resistir aos europeus até as últimas consequências.

Em junho de 1882, as então chamadas Grandes Potências — Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália — se reuniram em Constantinopla e lá se debruçaram sobre a questão egípcia para encontrar uma solução. Neste mesmo ano formou-se a tríplice aliança militar entre Alemanha, Itália e Áustria. Tendo que lidar com essa coligação entre seus rivais, os franceses não podiam arcar com os prejuízos de desgastes com os britânicos. Todavia, não era interesse francês permitir que Londres ocupasse sozinha o Egito. Foi ideia do governo francês realizar a Conferência de Constantinopla, como um meio de sobretudo impedir a invasão britânica. A delegação francesa conseguiu emplacar entre os presentes o compromisso de não utilizar a crise egípcia para angariar, naquele país, possessões territoriais e privilégios comerciais ou de qualquer outro tipo. Os enviados britânicos conseguiram adicionar uma cláusula: *exceto em caso de “força maior”* (LUTSKY, 1969).

Quando o exército egípcio deu início a obras de reforma nos fortes da costa de Alexandria, os britânicos usaram esse pretexto para executar a cláusula de força maior,

⁴⁹ Para o historiador Juan Cole, o clima político instaurado à época é perfeitamente traduzido pela comum imagem de “[...] furiosas multidões egípcias tentando virar de ponta cabeça carruagens de cónsuls europeus que passavam nas ruas” (apud NEWSINGER, 2013, p.99).

alegando que os fortes apresentavam riscos à frota britânica⁵⁰. No dia 11 de julho, pouco depois dos franceses terem retirado suas tropas, os navios ingleses começaram a bombardear não apenas os fortes, mas toda Alexandria⁵¹. A agressão⁵² levou o governo de Arabi a declarar guerra ao Reino Unido. As tropas britânicas não demoraram a ocupar o Canal de Suez. A derrota decisiva ocorreu em 13 de setembro de 1882, na batalha de Tel-el-Kebi, onde as forças egípcias foram massacradas⁵³ (NEWSINGER, 2013).

No dia seguinte, a cavalaria anglo-indiana ocupou o Cairo e Arabi se rendeu aos britânicos. Dez dias depois o quediwa Tawfiq retornou à capital e assumiu nominalmente o governo. Os conquistadores impuseram uma indenização de 9 milhões de libras esterlinas a serem pagas pela população na forma de impostos. Em dezembro, Arabi e seus associados mais próximos foram condenados ao exílio perpétuo no Ceilão. Grande parte dos rebeldes foi condenada à morte ou torturada por agentes britânicos (LUTSKY, 1969). Em novembro, o Controle Dual foi abolido e substituído por um único conselheiro financeiro britânico. Uma comissão inglesa foi convocada para estudar o Egito e recomendar reformas a serem adotadas pelos britânicos.

O exército egípcio foi dissolvido e reorganizado com muito menos homens e um pequeno grupo de oficiais, em sua maioria britânicos. A burocracia foi severamente reduzida. Muitas escolas foram fechadas ou reduzidas em tamanho. Embora o sistema de irrigação da nação precisasse de reparos críticos, não havia fundos para isso. Eram essas as medidas necessárias na luta do Egito contra a falência. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.89).

Parte considerável das terras estatais foram vendidas, os residentes estrangeiros passaram a pagar impostos e um novo empréstimo foi contraído pelo estado egípcio, no valor

⁵⁰ Isso era mentira, posto que essas bases militares, construídas durante o tempo de Muhammad Ali, estavam totalmente defasadas tecnologicamente e sucateadas (LUTSKY, 1969; GOLDSCHMIDT, 2008).

⁵¹ O bombardeio durou cerca de 10 horas, e a resistência do exército egípcio foi inútil: enquanto cinco britânicos morreram e 28 ficaram feridos, o total de casualidades egípcias foi de cerca de 2.000 pessoas. “Quando o bombardeio terminou, grande parte de Alexandria estava em ruínas.” (NEWSINGER, 2013, p.101).

⁵² As hostilidades causaram rebuliço entre as Potências. Em protesto, a Rússia retirou seus delegados da Conferência de Constantinopla. A Alemanha e a Áustria apoiaram as ações britânicas. O grupo francês divergiu entre si. Gambetta, que advogava a expansão colonial francesa na África, apoiou uma intervenção conjunta. Clemenceau argumentava que a política externa francesa deveria concentrar forças nas preparações para uma vingança contra os alemães, por conta da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). O primeiro-ministro De Freycinet propôs despachar tropas francesas para o Egito, mas com o único objetivo de proteger o Canal de Suez. A Câmara dos Deputados se recusou a votar os créditos para uma campanha contra o Egito e no final de julho de 1882, Freycinet resignou. Duclerc, que o sucedeu, partilhava da visão de Clemenceau, e por isso garantiu aos britânicos virtual liberdade de ação.

⁵³ “As casualidades britânicas foram de 57 mortos e 382 feridos. As estimativas do lado egípcio, como é de praxe em guerras coloniais, variam entre 2.000 e 10.000 mortos. Ninguém contou. De acordo com um oficial britânico, o Coronel William Butler [...], os egípcios resistiram bravamente em uma batalha sem esperanças, contra um ataque britânicos que caiu sobre os egípcios ‘como um relâmpago’.” (NEWSINGER, 2013, p.52).

de 9 milhões de libras esterlinas. A França, perdendo rapidamente espaço desde a abolição do Controle Dual, concordou, em 1885, a aceitar as medidas britânicas com a condição de que se, dentro de um prazo de três anos, a Inglaterra não conseguisse equilibrar o orçamento egípcio, as finanças daquele país passariam a ser controladas por uma comissão internacional. Para manter sua posição, Londres aumentou inúmeros impostos e deu continuidade aos cortes nos gastos públicos. Em 1888 o orçamento deixou de ser deficitário e a França perdeu a oportunidade de interferir nas finanças egípcias. Em 1889, foi fundado o Banco Nacional do Egito, que a despeito do título tratava-se de um banco privado britânico instalado em território egípcio. Diferentemente dos outros bancos estrangeiros no Egito, o Banco Nacional tinha todas as prerrogativas de um banco central: emitia notas da moeda egípcia (a libra egípcia) e guardava o dinheiro do estado egípcio. A administração britânica ia, obviamente, ao encontro dos interesses dos bancos estrangeiros.

Por meio da dívida pública, dinheiro chegava regularmente aos cofres estrangeiros. A soma da dívida foi estabelecida em cerca de 100 milhões de libras esterlinas. Os credores financeiros receberam 4,5 milhões anualmente. Ademais, o Egito pagava a Constantinopla entre 600 mil e 700 mil libras esterlinas de tributos por ano, que o sultanato, por sua vez, usava como garantia para fazer mais empréstimos de agências europeias. No total, o Egito pagou aos bancos estrangeiros mais de 5 milhões de libras anuais, o que queimava, todos os anos, entre 30% e 50% do orçamento egípcio. (LUTSKY, 1969, sp).

Em paralelo à invasão britânica no Egito, na Europa as tensões entre as Grandes Potências se acirravam, impulsionadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e a crescente necessidade de acumulação, particularmente no que se referia aos interesses coloniais — não à toa a criação da Tríplice Aliança data de 1882. A coligação austro-italo-germânica para uma muito possível guerra contra a França levou a uma aproximação entre franceses e russos, esses ameaçados pela disputa com o Império Áustro-Húngaro pela influência nos Balcãs. A Grã Bretanha, por sua vez, adotou uma política de neutralidade, com óbvio pendor, no entanto, pela Tríplice Aliança e hostilidade ao bloco franco-russo (HOSBAWM, 2006). Isso se devia à rivalidade anglo-russa quanto aos territórios próximos à Índia e, quando à França, o antagonismo não apenas quanto ao Egito, mas quanto à exploração econômica da África em geral⁵⁴. Essas tensões entre as Potências influenciaram suas reações quanto ao Egito. Alemanha, Itália e Áustria-Hungria apoiaram a ocupação

⁵⁴ “Por volta de 1870, os franceses pouco haviam contribuído para a imensa obra de exploração do continente; essa prosseguiria sob a égide dos ingleses, principalmente. Eles tinham descoberto, longe das costas e além do cinturão florestal, difícil de penetrar, Estados islamizados e organizados, que, doanel do Nilo ao Tchad concorriam e comerciavam entre si. Eles exploraram as correntes do Níger e do Zambeze e se lançaram à procura das fontes do Nilo.” (BRUNSCHWIG, 1974, p.15.)

britânica, enquanto a França e a Rússia apoiavam o sultão otomano em suas demandas pela retirada das tropas do território egípcio (LUTSKY, 1969).

A ocupação não tinha nenhuma legalidade baseada nas leis internacionais, nem reconhecimento formal por outros países europeus e muito menos reconhecimento formal por parte do senhor formal do Egito, o Império Otomano (GOLDSCHMIDT, 2008). O Primeiro Ministro francês inquiria constantemente o governo britânico a respeito de suas intenções no Egito. Londres assegurou que a ocupação britânica era temporária e terminaria assim que a situação econômica no Egito fosse estabilizada. Oficialmente, o Império Britânico não anexou o Egito. Na leitura de Londres, tal ação certamente despertaria forte oposição franco-russa. Em 1884, o governo francês pressionou os britânicos a evacuarem do Egito, ao que o Ministro das Relações Exteriores, declarou publicamente que a evacuação não se estenderia para além de 1888. Em 1885 iniciaram-se negociações entre Londres e Constantinopla para que se chegasse a um acordo quanto à evacuação, mas a atitude britânica foi sempre a de oficialmente declarar intenções de desocupar o Egito em breve e na prática alongar ao máximo sua estadia. Só saíram oficialmente em 1922 (LUTSKY, 1969).

O ano de 1882 marcou a consolidação do domínio do Império Britânico sobre o Egito e o quase total recuo das ações de seus rivais franceses. Durante a ocupação militar, as políticas econômicas britânicas para o país concluíram o longo processo de adequação da base socioeconômica egípcia às necessidades da acumulação capitalista nucleada em Londres. O país continuou a ser alvo de investimento do capital ocioso de matriz britânica.

Os novos investimentos de capital foram relativamente pequenos nos primeiros anos da ocupação. Entre 1883 e 1897, o montante foi de 6.600.000 libras esterlinas (excluindo-se os investimentos na Companhia do Canal). A partir daí, o aumento foi significativo. Durante o boom financeiro de 1897-1907, que precedeu a crise econômica internacional de 1907, os investimentos de capital estrangeiro no Egito chegaram à soma colossal de 73.500.000 libras esterlinas. Depois da crise, os investimentos se reduziram e em 1907-1914, estavam na casa das 13.000.000 libras esterlinas. (LUTSKY, 1969, sp).

Insignificante foi a parcela desse capital investida no setor industrial. Se entre 1883 e 1897 29% dos investimentos foram para as indústrias, entre 1897 e 1907 a parcela foi de apenas 9%. A maioria dos capitais britânicos era destinada ao comércio, bancos, companhias de terra, companhias de seguro e empresas concessionárias que trabalhavam em obras públicas⁵⁵ (LUTSKY, 1969; HUSSEIN, 1969). O único ramo da economia egípcia que teve

⁵⁵ Em 1914, por exemplo, do total de 210 milhões de libras esterlinas (a soma total dos investimentos estrangeiros no Egito), 79% foi destinada a setores não produtivos (pagamento da dívida pública e bancos,

desenvolvimento de forças produtivas graças ao capital estrangeiro foi o algodoeiro. Embora no começo da ocupação os fundos para reforma, manutenção e ampliação do sistema de irrigação tenham sido drasticamente reduzidos, como vimos anteriormente, entre 1890 e 1914 várias represas e redes de irrigação foram construídas — com força de trabalho egípcia comandada por inspetores britânicos —, com destaque para a velha Represa de Aswan (1902). O sistema de irrigação permanente foi expandido no Baixo Egito e implantado no Egito Central. Como resultado, a área de terras cultivadas aumentou de 4.472.000 *fedans* em 1877 para 5.503.000 *fedans* em 1913. Uma rede periférica de pequenos canais foi construída, se ramificando dos canais principais. A construção se deu por companhias privadas de irrigação britânicas, e os felahin tinham de pagar pelo seu uso (LUTSKY, 1969).

Os felahin eram os principais produtores. A maior parte do algodão era cultivado em pequenas demarcações de terras preparadas pelos felahin, mas apenas uma parcela insignificante dessas terras eram de sua propriedade. Em 1914, 2.397.000 *fedans*, i.e. 44% das terras sob propriedade privada, pertenciam à 12.500 proprietários, enquanto apenas 1.954.000 *fedans*, ou 35,8%, eram repartidas entre 1.491.000 camponeses (que possuíam, individualmente, no máximo 10 *fedans*). O processo de reduzir as propriedades dos camponeses aumentou rapidamente. Em 20 anos (1893-1913), o número de camponeses que possuía menos de 5 *fedans* triplicou. (LUTSKY, 1969).

A indústria de limpeza e processamento de algodão também era controlada pelos britânicos. O algodão era transportado por linha férrea, fluvialmente, do interior do Egito para Alexandria, em meios de transporte de propriedade britânica. O comércio algodoeiro também estava sob controle britânico. Bancos ingleses tinham departamentos especializados em conceder créditos ao comércio. A compra era feita por mercadores locais que trabalhavam para bancos e companhias de exportação britânicas. A exportação era feita geralmente por firmas britânicas e embarcados para a Grã-Bretanha em navios britânicos. A bolsa de valores de Alexandria estava sob controle britânico. Virtualmente todos os ramos da indústria do algodão, da produção ao processamento e à exportação, estava nas mãos de capitalistas britânicos.

A área de plantio de algodão aumentou de 495.000 *fedans* em 1879 para 1.723 *fedans* em 1913. [...] Entre 1910 e 1914, o algodão ocupava 43% do total da produção agrícola. A exportação de algodão aumentou de 3.500.000 cantares em 1884 para 7.400.000 cantares em 1913, e foi responsável por 85% do valor das exportações egípcias. (LUTSKY, s/s, sp).

especialmente), 12% para transporte e comércio e apenas 5% para o setor industrial e da construção (LUTSKY, 1969).

O desenvolvimento do cultivo de algodão se deu à custa da atrofia de outros cultivos, como o linho, a cana de açúcar e o tabaco. No início do século XX, o Egito foi obrigado a começar a importar grãos e farinha. Também era necessária a atrofia da indústria: as fábricas de desencaroçamento e limpeza de algodão foram as únicas a se desenvolverem significativamente, mas todos os outros estágios do processamento de algodão eram feitos na Grã-Bretanha. O Egito não tinha uma única fábrica equipada com maquinaria de fiação e tecelagem. O algodão era processado em outros países — especialmente na Grã-Bretanha — e os produtos derivados retornavam ao Egito. Sequer havia usinas de energia em território egípcio — o país era carente de carvão, o que tornava a água de suma importância. As represas criavam oportunidades para a construção de usinas hidrelétricas, mas o único projeto para uma construção desse tipo, na área da Represa de Aswan, não saiu do papel (LUTSKY, 1969; HUSSEIN, 1969). Os britânicos cuidaram para que o Egito dependesse do exterior para quaisquer aquisições de meios de produção e técnicas industriais. O país ficou em grande parte limitado à produção agrícola e indústria leve. A totalidade das atividades econômicas do país foi organizada para reforçar a estrutura geral de dependência (HUSSEIN, 1969).

As classes dominantes egípcias — especialmente os grandes proprietários de terra — foram importante mediação na adequação do Egito às necessidades britânicas, posto que elas formaram uma aliança subordinada às classes dominantes inglesas. A parte mais progressista da elite fundiária fazia parte, simultaneamente, da elite urbana, uma vez que investia parte do capital excedente nas atividades econômicas das cidades. As classes dominantes nas cidades também, como não poderia deixar de ser, se adequaram ao terreno preparado pelo domínio britânico. Por isso, suas empresas (das quais a maioria recebia investimentos britânicos) faziam parte, na maioria das vezes, como já mencionado, da indústria têxtil e outras ligadas à atividade algodoeira. A parcela menor das atividades se ligava à produção leve, como papel, couro e vidro.

Graças a Londres e à submissa classe dominante egípcia, a maior parte da economia egípcia passou a girar em torno de um único fio condutor — o algodão —, e a sofrer influência dos monopólios estrangeiros interessados no financiamento, comércio, transporte e tratamento industrial dessa *commodity*. Assim, o Egito foi totalmente formatado para se tornar uma base de fornecimento de algodão para o Império Britânico (LUTSKY, 1969; HUSSEIN, 1969). A dominação britânica, em aliança às classes dominantes locais, organizou a produção, no campo e na cidade, de forma a impor a extrair as maiores taxas de lucro no menor tempo possível. Isso quer dizer que a força de trabalho era explorada até limites extremos, e a isso se

sujeitava porque tanto no campo quanto na cidade havia um enorme exército de força de trabalho de reserva, forçada pela miséria a aceitar as piores condições possíveis.

Nessas condições, não somente uma parte enorme das riquezas produzidas pelas classes trabalhadoras egípcias é apropriada por grupos monopolistas europeus, mas também o próprio destino do Egito, diretamente submisso aos ditames da Inglaterra, foi decidido em Londres. O Egito foi uma zona de influência britânica, a serviço dos interesses estratégicos e econômicos da Inglaterra (HUSSEIN, 1969, pp.23/24).

Os interesses estratégicos britânicos também foram garantidos com a invasão. Segundo o discurso oficial britânico, Arabi não estava ameaçando apenas os interesses imediatamente econômicos, mas também estratégicos do Império Britânico, e uma das razões principais da invasão foi a preservação do controle britânico sobre o Canal de Suez (OGEN, 2008). O Canal revolucionou as rotas de comércio euro-asiáticas. Na década de 1880 o volume e o valor do comércio que passava pelo Canal passou a exceder o volume do Cabo da Boa Esperança, tanto que já em 1875 o Canal era conhecido nos meios diplomáticos britânicos como a coluna dorsal do Império Britânico e a veia jugular do domínio britânico global (OGEN, 2008).

A dominação britânica no Egito foi, portanto, um processo de longo prazo, iniciado nos primeiros anos do século XIX, em que sempre esteve presente a tensão com a França, que disputava com a Grã-Bretanha o controle dessa província otomana que Constantinopla já não tinha mais condições de subjugar. Tratou-se de um longo processo de incorporação à economia-mundo capitalista durante o CSA britânico, incorporação que foi completada em 1882 — quando o terceiro CSA já estava em descenso — com a ocupação britânica e a perda de qualquer traço remanescente de autonomia. A partir daí, o processo de periferização levado a cabo pelos britânicos consolidou a formatação da estrutura socioeconômica do Egito de acordo com os interesses da acumulação de capital.

Como dito no primeiro capítulo, dizer que uma região passa por um processo de incorporação ao mercado capitalista mundial significa dizer que parte considerável dos processos produtivos dessa região se integraram às cadeias mercantis da economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2011). E não dizemos *cadeia mercantil* de forma restrita ou abstrata. Essa cadeia compreende toda a concatenação de processos que se inicia com a extração de recursos naturais, as transformações das matérias primas, nas fábricas ou no campo, por meio das atividades das classes trabalhadoras, a entrada dos produtos do trabalho em circulação como mercadorias até o momento da compra dessas mercadorias, quando se realiza a mais-valia que é apossada pelas classes capitalistas. Determinado processo produtivo

está integrado a essas cadeias mercantis quando responde às determinações de mercado de sua época, sendo direcionadas para a acumulação crescente de capital dentro desse mercado.

Segundo Lessa (2005), um dos fatores que possibilitaram o desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra foi a existência de uma indústria de bens de consumo de baixo custo destinados às classes trabalhadoras.

Uma indústria com essas características presta-se, de maneira especial, à expansão da industrialização se as mudanças tecnológicas tiverem baixo custo e se a sua gestão e operação não forem excessivamente complexas. Quanto mais simples e menos custosas forem as inovações, mais provável será a sua adoção geral. Por tudo isso, parece natural que a *indústria do algodão se tornasse a base do novo sistema fabril, uma vez que já havia experiência acumulada no setor têxtil [...]*. No caso, a introdução dos teares movidos a vapor, em substituição aos teares manuais, juntamente com as máquinas para o processamento do algodão e com as fiandeiras, foram as inovações que deram início ao industrialismo moderno. (LESSA, 2005, pp.60/61, itálico nosso).

Como vimos, ao longo do século XIX o cultivo de algodão para exportação foi paulatinamente se transformando, graças à complexa combinação de ações britânicas, francesas e políticas locais, no cerne da economia egípcia, e após a ocupação de 1882, foram consolidadas a exportação de algodão como eixo econômico do Egito e a adaptação de sua infraestrutura socioeconômica a esse eixo. Ora, isso deixa claríssima a *realidade da incorporação do Egito à economia-mundo capitalista*, e não apenas isso, a sua incorporação ao setor que na época foi fundamental para a economia da Grã-Bretanha, o país que nucleou o ciclo de acumulação de capital do século XIX. Torna-se evidente, pelos dados que apresentamos ao longo desse capítulo, a importância do Egito para o CSA britânico, tanto por ser manancial de matéria-prima para um setor industrial de peso e por ser mercado consumidor para produtos manufaturados quanto, talvez em menor escala, como alvo de exportação de capitais por meio de empréstimos. Dessa forma, o Egito participou tanto das necessidades de expansão material (DM) quanto de expansão financeira (MD') do CSA britânico.

Na concretude da História, *incorporação e periferização* são fenômenos indissociáveis e, ainda que distinguíveis, não possuem entre eles linha divisória clara e, na verdade, se sobrepõem. Diz Wallerstein:

Processos de grande importância e larga escala como a incorporação não são fenômenos abruptos. Eles emergem do fluxo de atividades contínuas. Ainda que possamos datar esses processos retrospectivamente (de forma aproximada), os pontos de viragem raramente são claros e as mudanças qualitativas que eles encarnam são complexas. Ainda assim, eles são reais em seu impacto [...]. (WALLERSTEIN, 2011, p.129).

Portanto, reconhecemos que outro fato que não a invasão militar de 1882 poderia ter sido escolhido como o marco da completude da incorporação do Egito à economia-mundo capitalista. Optamos por essa data para reduzir as margens de erro, uma vez que com a ocupação britânica não há mais espaço para duvidar da completa subordinação do Egito às determinações do capitalismo em geral e do Império Britânico em particular. Amparados em Carlson (2012), julgamos correto afirmar que se a incorporação se refere à expansão da economia-mundo capitalista, esse movimento ocorreu no Egito durante boa parte do século XIX. E, ainda seguindo Carlson, se a periferização se refere ao aprofundamento e reprodução das condições de subordinação, esse processo sem dúvida esteve presente de 1882 em diante.

A incorporação do Egito à economia-mundo também se deu por motivos estratégicos. Evidentemente, as cadeias mercantis do capitalismo precisam de meios físicos para que seja possível a circulação de mercadorias. A evolução dos sistemas de transporte — as ferrovias e especialmente o Canal de Suez — na região a tornava um ponto importante no circuito comercial europeu em geral e para o Império Britânico em especial, posto que o controle do Egito facilitava o acesso das ilhas britânicas às suas possessões no subcontinente indiano — facilitando tanto a sua defesa quanto o envio e remessa de mercadorias —, então a maior fonte de acumulação de capital mantida por Londres. Podemos considerar então a tomada do controle majoritário da Companhia do Canal o ponto inicial a partir do qual os franceses começam significativamente a perder espaço para os britânicos — sem, contudo, se ausentarem completamente da área.

Em termos imediatamente econômicos, a influência britânica se sobrepôs à francesa de forma paulatina, sobretudo por meio do aumento do investimento de capital ocioso inglês no Egito e pela penetração comercial, no sentido de tornar-se Londres a maior parceira comercial do Cairo. No início dos anos 1880 a vantagem inglesa era clara. A invasão britânica de 1882 consolida tanto seu domínio sobre o Egito como a posição secundária — e longínqua — da França.

Nesta reconstrução do processo histórico da dominação britânica do Egito ao longo do século XIX ficaram claras as particularidades e razões da incorporação desse país à economia-mundo capitalista. Já introduzindo o tema do próximo capítulo, é pertinente notar que a consolidação dessa incorporação se deu nos momentos finais do CSA britânico, quando a fase de expansão material (DM) já havia se esgotado e importância cada vez maior tinha, para a Grã-Bretanha, a expansão financeira (MD'). Já na década de 1870 a Inglaterra passou a

enfrentar uma concorrência que em breve se tornaria séria, vinda do desenvolvimento capitalista da Alemanha recém unificada e dos Estados Unidos do outro lado do Atlântico Norte (ARRIGHI, 2010). Não surpreende, portanto, que embora Londres tenha demorado a consolidar seu domínio sobre o Egito, o desafio a esse domínio não tardou a aparecer, tanto interna quanto externamente. No próximo capítulo, abordaremos a decadência do domínio Britânico no Egito e o nascimento da influência americana.

3. Dominação em descenso (1882-1956)

Abordamos no capítulo anterior a incorporação periférica do Egito à economia-mundo capitalista, por meio de dois aspectos principais. Primeiramente, pela sua integração ao complexo de processos produtivos que compõem a totalidade do modo de produção capitalista, mais especificamente, à integração à cadeia mercantil da produção algodoeira, um dos setores de importância primordial para a manutenção e reprodução da supremacia econômica da Grã-Bretanha e consequentemente de sua posição de centro de acumulação capitalista no século XIX; e também como mercado consumidor para produtos manufaturados e *locus* para exportação de capitais. Em segundo lugar, pela sua integração à logística da circulação de mercadorias e à estratégia do Império Britânico para defender sua posse mais preciosa, a colônia indiana. A construção de ferrovias atendia às necessidades econômicas europeias, assim como, de forma mais destacada, a Zona do Canal de Suez. A Zona do Canal não apenas criou um atalho para a circulação intercontinental de mercadorias, mas também se constituiu em grande base militar que dava a seus contingentes fácil acesso ao subcontinente indiano, para uma eventual necessidade de protegê-lo contra a expansão colonial de outros países europeus. Não obstante as muitas tentativas dos governos locais em criar e manter relativa autonomia econômica e política foram essas especificidades que determinaram em última instância o papel internacional a ser exercido pelo Egito no final do século XIX e início do século XX: o de país periférico, fornecedor de matérias-primas e aparato estratégico e logístico para o Império Britânico.

Também apontamos que a consolidação do domínio, em 1882, se deu quando o CSA britânico estava em decadência desde o início da década de 1870, ou seja, em sua fase de expansão financeira (MD'), quando a classe capitalista já não retirava taxas de lucro satisfatórias da produção industrial e por isso passou a dar mais importância ao setor bancário. O descenso britânico está intimamente articulado ao ascenso americano, sendo simultâneo a este. Respaldados em Arrighi (2010), dissemos, no primeiro capítulo, que as fases de expansão financeira dos CSA historicamente têm culminado em conflitos interestatais, que simultaneamente findam o CSA decadente e marcam a consolidação do próximo. Sob esse aspecto, as duas guerras mundiais entre 1914 e 1945, findaram o ciclo britânico e consolidaram o ciclo americano, este iniciado no fim do século XIX (ARRIGHI, 2010). Evidentemente, o Egito — país que ao longo do século XIX foi alvo de disputas entre países centrais — esteve incluído na transição do CSA britânico para o CSA americano.

A presença militar e administrativa britânica no Egito agia fundamentalmente no sentido de reproduzir sua periferização e subordinação às necessidades econômicas e estratégicas britânicas, o que, não surpreendentemente, acabou por impulsionar movimentos políticos contra o domínio de Londres, tentando tirar proveito de seu claro enfraquecimento. É dentre esses grupos de oposição que surge um movimento — o dos Oficiais Livres — que, tomando o poder no início da década de 1950, tem parte ativa na retirada britânica. Paralelamente, a partir dos últimos momentos da Segunda Guerra Mundial os EUA mostravam claro interesse em colocar o Egito sob sua esfera de influência, principalmente como meio de conter o possível avanço da URSS no Norte da África e no Oriente Médio. O entrelaçamento dessas questões tem seu ponto culminante na Crise de Suez de 1956. Esse incidente marca o fim definitivo dos estados centrais europeus como maiores influências no mundo árabe/islâmico e o início do protagonismo americano e soviético.

São esses eventos, que relacionados constituem a decadência do domínio britânico no Egito, que pretendemos reconstruir neste capítulo. Somados aos elementos analisados no capítulo anterior, as questões a serem abordadas adiante completarão o *quadro histórico da dominação britânica no Egito*. Se no capítulo anterior iniciamos com a paulatina entrada da Grã-Bretanha na terra dos antigos faraós, este capítulo se encerrará com sua relutante retirada. Absolutamente sem a pretensão de esgotar em profundidade as dinâmicas entre país dominante e país dominado e menos ainda as dinâmicas das classes internas do país dominado, espera-se que esse quadro aclare as determinações econômicas e estratégicas que impeliram os britânicos a subordinar o Egito, e também as determinações que o retiraram da área de influência britânica.

Faz-se necessário, primeiramente, afastar-nos do Egito para delinear a ascensão do CSA americano no final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Dentro desse bosquejo abordaremos o interesse americano pelo Oriente Médio e pelo Norte da África — em grande parte impulsionado pela adoção, já no início do século XX, do petróleo como principal recurso energético da economia-mundo capitalista. Será preciso também atentar, genericamente que seja, à questão da Alemanha, que se mostrou o principal rival dos EUA na disputa pelo posição antes ocupada pela Grã-Bretanha.

3.1 O início do ciclo americano de acumulação de capital (1870-1914)

Ao falar sobre as mudanças ocorridas em âmbito global durante a segunda metade do século XIX, Lessa sintetiza perfeitamente o que entendemos por fase descendente do CSA britânico:

As relações econômicas internacionais atingiam um novo patamar de complexidade, com o crescimento exponencial dos fluxos de investimentos externos diretos (em ferrovias, portos, serviços de comunicação e *utilities* urbanas—como iluminação pública, transportes etc.), feitos pelas maiores economias industriais (lideradas pela Grã-Bretanha, à qual seguiam os Estados Unidos, a França e a Alemanha), propiciando a inclusão no capitalismo global de regiões inteiras até então desconectadas dos circuitos econômicos. Os fluxos financeiros aumentaram na mesma velocidade dos investimentos diretos no estrangeiro, sendo esta uma das características mais marcantes das transformações que ocorreram na economia mundial no período em tela. Com efeito, a acumulação de capitais proporcionada pela proeminência da produção industrial no comércio internacional da Grã-Bretanha nas décadas anteriores permitiu que Londres se transformasse na maior e mais importante praça das finanças internacionais, fazendo com que a economia britânica deixasse de ser predominantemente industrial. Na mesma proporção em que a concorrência dos novos países industrializados ia corroendo as participações britânicas nas correntes do comércio internacional, crescia a importância do setor financeiro na economia do país, que passara portanto a ser o maior exportador de capitais e de serviços (fretes e seguros) do mundo e a partir de 1870 o mercado financeiro londrino e a marinha mercante inglesa se tornaram verdadeiramente imprescindíveis para a economia mundial. Em poucas palavras, a Grã-Bretanha deixara de ser o motor industrial para ser o dínamo financeiro do mundo. (LESSA, 2005, pp.124/125).

Esse processo está relacionado à ascensão, a partir de 1870, de dois países, devido a seu notável desenvolvimento econômico: a Alemanha, e, do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos. Os britânicos começavam a perder o controle do equilíbrio de poder global em grande parte graças ao recém-unificado estado alemão. Mas o país norte-americano apresentava maior risco a longo prazo.

[...] a capacidade do Reino Unido de se manter no centro da economia-mundo capitalista estava sendo erodida [também] pela emergência de uma nova economia nacional, com tamanho, riqueza e recursos maiores do que o seu. Eram os Estados Unidos, que agiam como uma espécie de “buraco negro” como poder de atração para a força de trabalho, capital e empreendedorismo da Europa com o qual o Reino Unido, e menos ainda os estados europeus menos poderosos, tinha poucas chances de competir. Os desafios alemães e americanos ao poder mundial britânico fortaleceram os EUA e a Alemanha e comprometeram a habilidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal, eventualmente levando a uma nova luta pela supremacia mundial, de violência e perversidade sem precedentes. (ARRIGHI, 2010, p.60).

Como na Grã-Bretanha, as classes dominantes americanas foram pródigas em fundir as lógicas territorialista e capitalista de busca pelo poder na construção de seu estado (ARRIGHI, 2010). Já no início do século XIX, a expansão territorial dos Estados Unidos — a

mitológica Conquista do Oeste — foi propulsionada pelos valores e pela organização do empreendedorismo capitalista auxiliado pela ética protestante (BRAUDEL, 2004). A ampliação do território americano fortalecia o país na medida em que permitia angariar vultuosos recursos humanos e naturais para a acumulação de capital. O salto qualitativo no desenvolvimento econômico se deu com a vitória do Norte durante a Guerra da Secessão (1861-865), o que assegurou uma base maior para a indústria nos EUA e impulsionou um notável surto de desenvolvimento (HARVEY, 2013), criando o ambiente propício para a concentração de capital e a formação de grandes empresas por meio de um processo de integralização verticalizada dos processos produtivos. Gradualmente, na maioria dos setores da economia doméstica americana, empresas agiram no sentido de integrar, dentro de seus domínios organizativos, todos os subprocessos de produção e comercialização, desde a extração da matéria prima até a elaboração do produto final (ARRIGHI, 2010). Desta forma,

[...] no meio século seguinte à Guerra Civil Americana, os negócios americanos passaram por uma revolução organizacional que deu ensejo à ascensão de um grande número de corporações verticalmente integradas e burocraticamente administradas, que começaram a se expandir transnacionalmente logo após completar sua integração continental dentro do território americano. (ARRIGHI, 2010, p.290, tradução nossa).

Pavimentou-se aí o caminho para que, já no final do século XIX, o país apresentasse incontrovertida influência global, materializada em seus trustes, como as agências financeiras de Morgan e Rockefeller, a gigantesca indústria elétrica General Electric e o conglomerado petrolífero Standard Oil Company (LENIN, 2012). O complexo de corporações multinacionais com matriz americana se tornaram força-motriz da dominação mundial americana, padrão que se manteve ao longo do CSA americano (ARRIGHI, 2010), e eixo em torno do qual os EUA fazem girar seu aparato de organizações políticas, diplomáticas, econômicas e militares de alcance global, como veremos mais adiante neste capítulo. Assim que deram início a seu processo de transnacionalização, as empresas americanas se tornaram, para ficarmos com a precisa metáfora de Arrighi (2010), “Cavalos de Troia” para as economias domésticas de outros países, trazendo a promessa de impulsionar o desenvolvimento local em benefício dos países anfitriões, mas na prática mobilizando os recursos materiais e humanos desses países para maximizar lucros e reforçar sua própria expansão⁵⁶. Neste capítulo veremos exemplos de como as companhias americanas agiram no exterior (neste caso, no Oriente Médio).

⁵⁶ Exemplos são numerosos, mas fiquemos com um caso sul-americano. Na mesma época que o ciclo hegemônico britânico dava lugar à hegemonia americana, a extração de cobre ocupou o lugar do salitre como viga mestra da economia do Chile, e não tardou a ser tomada pelos EUA (GALEANO, 2010). “Até a vitória

O crescimento das corporações americanas chegou a tal ponto que sua continuidade exigiu maior presença e agressividade dos Estados Unidos no plano internacional. A Guerra Hispano-Americana (1898) foi expressão nas necessidades econômicas dos monopólios, consórcios e trustes que se fortaleciam nos EUA desde 1880 e precisavam remover, via Estado, os obstáculos para os negócios, seja por meio de guerras de rapina e outras manobras econômicas, militares e político-diplomáticas (LENIN, apud SUÁREZ, 2006). Os interesses da burguesia americana nas ilhas pertencentes à Espanha eram econômicos, ligados à produção de açúcar, café e tabaco, e também estratégicos — Cuba, Porto Rico e as Ilhas Virgens eram fundamentais como postos militares para a proteção das rotas do Golfo do México e para os planos de abertura de um canal no istmo do Panamá (BANDEIRA, 2009). Entrementes, no Oceano Pacífico, o potencial comércio com a China levantou o interesse dos EUA em desenvolver poder naval no Pacífico, o que determinou a anexação do Haváí e a ocupação das Filipinas⁵⁷ em 1898, bem como de Samoa em 1899 (BANDEIRA, 2009). Em 1901, os EUA intervieram política, econômica e militarmente na Guerra dos Mil Dias na Colômbia, causada por polarizações sócio-políticas internas. Facilitando a vitória de grupos separatistas, os norte-americanos estimularam a separação da província do Panamá do resto da Colômbia, criando um ambiente politicamente favorável para a construção do canal que cortaria o continente e agilizaria as rotas comerciais dos EUA (OSPINA, 2010).

Esses acontecimentos marcam o início, no final do século XIX e nos albores do século XX, do início do *ciclo americano de acumulação de capital*, sobrepondo-se, na economia-mundo capitalista ao declinante ciclo britânico. De acordo com Arrighi (2010), o CSA americano é o mais recente elo de uma cadeia de estágios — as partes integrantes dos CSA, de expansão material ou expansão financeira — que parcialmente se sobrepuseram, por meio dos quais a economia-mundo capitalista europeia acabou por incorporar todo o globo terrestre em seu denso sistema de cadeias mercantis.

eleitoral das forças da Unidade Popular, os maiores mananciais do metal vermelho continuavam nas mãos da Anaconda Copper Mining Co. e a Kennecott Copper Co., duas empresas intimamente vinculadas entre si como partes de um mesmo consórcio mundial. Em meio século, ambas deslocaram quatro bilhões de dólares do Chile para suas matrizes [...], e haviam realizado, em contrapartida, segundo suas próprias cifras infladas, uma inversão total que não passava de oitocentos milhões de dólares, quase todos provenientes dos lucros extraídos do país.” (GALEANO, 2010, p.188, tradução nossa).

⁵⁷ “Hoje conhecemos os horrores que significou a repressão [americana] ao movimento independentista nas Filipinas. A guerrilha desencadeada por ele foi enfrentada por meio da destruição sistemática das colheitas e do gado, encerrando a população em massa em campos de concentração, onde morriam de fome e de doenças; em certos casos, se recorria até ao assassinato de todas as pessoas do sexo masculino com idade acima de dez anos.” (LOSURDO, 2010, p.110).

Os estágios [...] se sobrepõem porque, via de regra, as agências e estruturas de acumulação típicas de cada estágio alcançaram proeminência na economia-mundo capitalista durante a fase de expansão financeira (MD') do estágio anterior. Desse ponto de vista, o quarto ciclo sistêmico de acumulação (americano) não é exceção. O processo pelo qual as instituições governamentais e de negócios típicas desse ciclo e estágio foram criadas foi parte do mesmo processo pelo qual as instituições governamentais e de negócios do ciclo e estágio anteriores foram substituídas — uma substituição que começou durante a Grande Depressão de 1873-96 e a concomitante expansão financeira do regime britânico de acumulação de capital. (ARRIGHI, 2010, p.219).

Alguns anos após o início do CSA americano, nas duas primeiras décadas do século XX, o carvão foi gradualmente substituído pelo petróleo como fonte energética da produção industrial (KOLKO, 2006; HALLIDAY, 2012). No Oriente Médio, o petróleo foi descoberto primeiramente no sul do Irã⁵⁸ em 1908⁵⁹, depois no Iraque e em seguida na Arábia Saudita (HALLIDAY, 2012). A Grã-Bretanha era a mais avançada na busca pela nova fonte energética. Em 1901, sete anos antes da descoberta oficial de petróleo no Irã, já se estimava o potencial do subsolo persa. Naquele ano, o financista inglês Willian Knox D'arcy comprou do Xá Muzaffar os direitos exclusivos dos ingleses à prospecção de petróleo em território Persa, e em 1908 foi criada a Anglo-Persian Oil Company (APOC), que não demorou a se tornar poderosíssima força política no Irã até 1950 (KINZER, 2004; COGGIOLA, 2007).

Nos territórios dominados pelo Império Otomano, especialmente na região da Mesopotâmia, travou-se longa disputa entre empresas petroleiras e agências financeiras europeias, auxiliadas por seus respectivos Estados — principalmente Grã-Bretanha, França e Alemanha. A APOC e a Royal Dutch Shell (anglo-holandesa) levaram vantagem nas negociações que criaram, em 1912, a Companhia Turca de Petróleo, cujas ações foram divididas entre a APOC (50%), Shell (25%) e o Deutsche Bank (25%) (FUSER, 2005). Em 1914 a Marinha Britânica substituiu totalmente o carvão pelo petróleo como fonte de abastecimento, e este se tornou prioridade estratégica britânica (HALLIDAY, 2012).

Comprovada a abundância de petróleo no Oriente Médio, os Estados Unidos começaram a marcar presença na região⁶⁰. Em 1911, duas empresas petroleiras, a Standard

⁵⁸ Então ainda conhecido como Pérsia.

⁵⁹ Muito antes disso, não era novidade a existência de petróleo no Oriente Médio. Já na Antiguidade os persas usavam asfalto para cobrir buracos em embarcações; na Mesopotâmia, na região de Mossul, eram conhecidas havia milhares de anos as fendas no solo das quais emanava fluxos de gás natural sempre em chamas (FUSER, 2005). “Mas a exploração desse potencial esbarrava na resistência das monarquias otomana e persa e na falta de capitalistas dispostos a mobilizar recursos suficientes para a empreitada.” (FUSER, 2005, p.84).

⁶⁰ Até então os EUA não tinham interesses significativos no Mundo Árabe (HALLIDAY, 2012).

New Jersey (futura Exxon) e a Standard New York⁶¹ (futura Mobil), se lançaram à prospecção na Venezuela e no México, e em seguida sinalizaram interesse em adentrar o Império Otomano, mas foram legalmente impedidas pelos britânicos (FUSER, 2005). Embora os EUA fossem, na época, o maior produtor mundial de petróleo e dono de vastas reservas, já era claro para os especialistas que a prospecção não cresceria o suficiente nos próximos anos para suprir satisfatoriamente a demanda industrial⁶² (FUSER, 2005).

Nesse meio tempo, em âmbito mundial, as contradições gestadas no próprio desenvolvimento do capitalismo chegavam a seu ponto de ebulição. Questões territoriais e contendas acerca do colonialismo — que ficaram mais ou menos latentes desde os episódios da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e da chamada Partilha da África na Conferência de Berlim (1884-1885) — tensionaram o quadro político europeu e criaram o ambiente propício para a eclosão de uma guerra mundial (HARVEY, 2013).

Em situação particularmente crítica estava a Alemanha. Na mesma época em que os EUA começaram a despontar, a Alemanha entrou em rápida industrialização, graças ao processo da Guerra Franco-Prussiana⁶³ (1870) e da unificação alemã (1871) liderada pelo chanceler Otto von Bismarck (BANDEIRA, 2007). Poucas décadas adiante, em 1913, a Alemanha se tornou a segunda potência industrial do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2007). Porém, graças a suas condições naturais e geográficas — seu porte continental — os EUA conseguiram aumentar sua vantagem econômica (ARRIGHI, 2010; BANDEIRA, 2007). Já a Alemanha, cercada na Europa por vários pequenos países, não podia expandir seu próprio território e tampouco podia buscar colônias consideráveis, posto que partes significativas da África e da Ásia já estavam ocupadas por outras potências europeias. Os germânicos ficaram, portanto, impedidos de estender significativamente o círculo de consumo e a reprodução de seu capital, prejudicando o necessário aumento da acumulação⁶⁴ (BANDEIRA, 2007).

⁶¹ A Standard NY e a Standard NJ foram empresas menores resultantes da quebra do monopólio da Standard Oil nos Estados Unidos em 1911 (FUSER, 2005).

⁶² A título de ilustração: entre 1914 e 1920 a frota norte-americana de veículos saltou de 1,8 milhão para 9,2 milhões (FUSER, 2005).

⁶³ Na qual conquistou à França a Alsácia-Lorena, com suas jazidas de minério de ferro, além de receber dos franceses 5 bilhões de francos-ouros como indenização de guerra.

⁶⁴ Em 1896, quando o kaiser Wilhem II anunciou seu plano de transformar o *Reich* alemão em um *Reich* mundial, já estava sofrendo com o problema de excesso de capital e superprodução industrial, que precisavam ser escoados (BANDEIRA, 2007). Embora o *Reich* tenha conseguido angariar algumas colônias e protetorados na Ásia Menor e África, isso estava longe de ser suficiente diante da enorme expansão das forças produtivas germânicas. A única solução para Estado alemão, impelido pelas necessidades de acumulação de capital, era a guerra (BANDEIRA, 2007).

Segundo Arrighi (2010), a competição intercapitalista se tornou o problema mais grave a ser enfrentado pelo regime britânico de acumulação de capital. Houve uma recuperação das taxas de lucro depois da Depressão de 1873-1896, em parte devido a uma alta generalizada dos preços, e isso trouxe novo impulso de prosperidade para as classes dominantes europeias, principalmente a britânica — na chamada *belle époque* da era Eduardiana (1901-1910), o poder e a riqueza das classes capitalistas haviam atingido patamares sem precedentes. Não obstante, não havia sido solucionada a crise do CSA britânico. Quando a competição intercapitalista passou da esfera das companhias privadas para a esfera interestatal e a escalção levou à Primeira Guerra Mundial, o destino do regime britânico de acumulação de capital foi selado:

A estruturação de acordos multilaterais, que antes de 1914 unificavam a estrutura do comércio internacional, residia em duas bases principais. A primeira era o déficit da balança de pagamentos da Índia para a Grã-Bretanha e os superávits com outros países, com os quais esse déficit era financiado, e a segunda base eram as balanças de comércio entre a Grã-Bretanha, Europa e América do Norte. O quadro de acordos tão gradativamente construído foi violentamente rompido pela Primeira Guerra Mundial, e a Segunda Guerra Mundial completou sua destruição. (MILWARD, apud ARRIGHI, 2010, p.278).

Feito esse breve delineamento das principais mudanças que ocorreram no sistema interestatal entre 1870 e 1914, poderemos voltar nossa atenção à situação do Egito nesse período. No próximo subitem será necessário mostrar as principais forças políticas internas que se ergueram contra o domínio britânico e à contínua periferação que cada vez mais adequava o país à economia britânica, ao mesmo tempo em que a conjuntura internacional levou a Grã-Bretanha a finalmente transformar o Egito em uma colônia formal em 1914. O embate entre Londres e os grupos pró-libertação foi deveras complexificada pelo surgimento, em Constantinopla, de impulsos nacionalistas que buscavam fortalecer a centralização e unificação do Império Otomano, como tentativa de preservá-lo da já muito avançada incorporação periférica à economia-mundo capitalista. Esse elemento também será abordado.

Na finalização do subitem, o foco será na participação egípcia na Primeira Guerra Mundial e na abertura — causada pelo desgaste britânico na guerra — para os movimentos de libertação do Egito lograssem a independência oficial de seu país em 1922, sem, no entanto, conseguirem colocar um fim na presença britânica.

3.2 Do domínio informal à colônia formal (1882-1922)

Quando da ocupação militar de 1882, o aparato estatal ficou egípcio ficou oficialmente sobre controle do quediva Tawfiq até 1892, quando ele foi substituído por seu filho Abbas II Himili, que governou até 1914. Em sua época, o estado era composto por um gabinete de seis ministros, um Conselho Legislativo e uma Assembleia Nacional, além de conselhos provinciais. Em que pese a complexidade desse aparato, todo o poder administrativo estava em última instância nas mãos de um administrador britânico. Esses administradores jamais tinham cargos oficialmente altos, permanecendo como meros representantes diplomáticos, ou cônsules gerais. Mas na realidade o poder estava em suas mãos, apoiado pelo exército de ocupação. Entre 1883 e 1907, o Cônsul Geral foi Lord Cromer. Ele introduziu um conjunto de leis coloniais conhecidas como o *Regime de Cromer*, que na prática levaram o governo egípcio à impotência (LUTSKY, 1969).

O quediva Tawfiq sabia que ele devia a manutenção de seu cargo no trono aos britânicos. Enquanto Tawfiq permaneceu vivo, Cromer governou o país nos bastidores. Algumas dúzias de qualificados assessores britânicos sem alarde administravam as questões mais graves do governo enquanto os ministros egípcios aparentavam estar no comando. Foi mantida a ficção de que o Egito era uma província autônoma do Império Otomano, com o quediva atuando como vice-rei. Ele e seus ministros, juntamente ao conselheiro financeiro britânico, constituíam o gabinete. Cromer aguardava ser consultado em sessões privadas a respeito das escolhas de ministros pelo quediva, e eles em troca deviam acatar os conselhos britânicos pelo tempo em que durasse a ocupação [...]. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.93).

No início de sua administração, Cromer previa uma estadia britânica curta, e não buscou elaborar planos de longa duração, apenas colocar as finanças em ordem e partir. Com o intuito de aumentar a produtividade dos *fellahin*, aboliu alguns impostos que mais pesavam sobre eles, como as taxas sobre o pesamento dos grãos, ovelhas e cabras. Dentro de cinco anos, o governo de Cromer conseguiu abolir o trabalho forçado, com exceção das áreas do Nilo que precisavam de maior soma de força de trabalho durante as enchentes. Além disso, engenheiros britânicos deram conta de reformar grande parte do sistema de irrigação⁶⁵. As reformas proporcionaram, a mínimo custo público, o aumento da produtividade agrícola (GOLDSCHMIDT, 2008).

Quando Tawfiq morreu em 1892 e foi substituído por seu filho Abbas Constantinopla procurava recuperar o controle do Cairo — movimento que fazia parte principalmente de uma tentativa de reagir à influência europeia. Um dos efeitos colaterais à penetração ocidental foi o

⁶⁵ Com destaque para a Barragem do Delta, uma grande estrutura construída para manter a uniformidade do delta do Nilo durante o ano todo.

fortalecimento entre os turcos das correntes políticas ancoradas no nacionalismo. Durante o reinado do sultão Abdulhamid (1876-1909), o nacionalismo ganhou coloração predominantemente islâmica e uma tendência à homogeneização: pregava-se que o Império sobreviveria apenas por meio da união étnica, religiosa e linguística. A tentativa de acentuar o elemento turco perturbou o equilíbrio entre o governo e seus súditos árabes, da parte dos quais também nasciam movimentos nacionalistas contrários tanto ao domínio dos turcos quanto, com algumas exceções, dos europeus (HOURANI, 2006).

A década de 1890 assistiu ao ressurgimento do nacionalismo egípcio como força política de peso, impulsionada primeiramente por profissionais liberais⁶⁶ — jornalistas, professores, advogados —, muitos dos quais receberam educação de forte influência europeia.

Eles viam o Egito como uma nação, a mais antiga do mundo, que acordava depois de séculos de dormência. Eles reconheciam os benefícios que a ocidentalização trouxe para o país. Eles queriam que este se tornasse uma democracia parlamentar com um monarca constitucional. Os direitos de cidadania deveriam ser estendidos a todos que morassem no Egito, fossem eles muçulmanos, cristãos ou judeus, fossem eles descendentes de egípcios étnicos, de imigrantes de outras partes do mundo muçulmano ou de europeus. [...] Sua primeira e principal exigência era que as tropas britânicas se retirassem do Egito. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.95).

Segundo Lutsky (s/d), Mustafá Kamil⁶⁷, foi o líder mais importante na organização dos movimentos de libertação no início do século XX. Kamil era apoiado política e financeiramente por círculos políticos franceses ligados ao governo em Paris, e tinha como plano aproveitar as disputas entre britânicos e franceses para libertar o Egito. Os franceses, obviamente, previam que a saída britânica ia favorecer seus interesses econômicos. O quediua Abbas se aproximou de Kamil em 1904, porque o via como importante aliado potencial para se livrar da Inglaterra. Tanto Kamil quando a cúpula governamental no Cairo buscaram melhorar relações com o novo Sultão de Constantinopla, Abdul Hamid. Em caso de traição francesa, eles calculavam, a proximidade com os otomanos poderia render algum auxílio de seus parceiros da Tríplice Aliança — Alemanha e Áustria-Hungria — para fazer algum contrapeso à Inglaterra.

⁶⁶ Importante notar que à época, os movimentos nacionalistas emergentes não tinham ligação com os *fellahin* e estavam concentrados nas camadas mais baixas das classes dominantes. Acreditavam eles ser impossível um movimento de massas, que mais do que depressa seria violentamente reprimido pelos britânicos. Sendo assim, a maioria deles pregava algumas reformas moderadas.

⁶⁷ Kamil, nasceu em 1874 de uma família de médicos. Em janeiro de 1893 ele liderou um protesto em frente ao jornal pró-britânico al-Muqattan, em apoio ao quediua Abbas em sua contenda com Cromer. Pouco depois se mudou para a França para completar seus estudos de Direito, onde seus panfletos exigindo a saída das tropas britânicas logo chamaram a atenção pelo seu potencial de certos círculos políticos franceses, que abriram espaço na imprensa de Paris para que ele pudesse escrever e estabelecer contatos (LUTSKY, s/d).

Nessa época, no início do século, as medidas de Cromer haviam transformado o Egito num país solvente e, mais do que isso, dado continuidade ao processo de periferização. Foi sua administração adequou a produção agrícola no sentido da monocultura de algodão para alimentar os moinhos de Lancashire. Como sempre, os custos foram arcados pelos *fellahin*. Ao longo do período de Cromer,

Os *fellahin* viram seu modo de vida tradicional substituído por um novo, diferente, onde quase todas as plantações eram cultivadas para exportação, diminuindo assim as utilizadas para consumo próprio; onde novas leis eram passadas sem que eles entendessem ou fossem avisados; e onde a nova economia dominada pelas plantações voltadas ao mercado demandavam um investimento que eles não tinham, levando-os a cair em dívidas e perder suas terras. Por isso, aumentaram nesses períodos os saques nas áreas rurais, e surgiram gangues que usavam a violência para tentar reverter a piora em sua condição de vida. (MARSOT, 2007, pp.93/4).

O Caso Taba e o incidente de Danshawai são marcos importantes desse processo de acirramento das contradições sociais, e contribuíram para o fortalecimento da causa de libertação. Os britânicos há muito tratavam a península do Sinai como parte do Egito, para servir como uma zona tampão entre o Império Otomano e o Canal de Suez. Na medida em que o governo otomano procurava recuperar o controle de suas províncias, inclusive do sul da Síria e do Hejaz, os britânicos e turcos passaram a estudar com mais afincos os movimentos uns dos outros na região. Em 1906, tropas otomanas construíram um forte em Taba, a oeste da fronteira do Egito. Em represália, os britânicos, apoiados pelo governo nominal egípcio, mandaram navios de guerra para o Mediterrâneo Oriental e ameaçaram usar a força contra o Império Otomano, que por isso concordou em demarcar uma fronteira formal, que doravante passou a ser conhecida como a “linha internacional” mantendo grande parte da Península do Sinai no território egípcio.

No que pode parecer uma posição não-patriótica, os nacionalistas — e na verdade a maioria da população egípcia — apoiou a posição otomana contra a de seu próprio governo. [...] a maioria se opôs à tentativa britânica de tornar o Sinai egípcio, já que isso servia principalmente a interesses britânicos. O caso Taba foi uma instância da luta recorrente no Egito moderno entre o nacionalismo territorial e o islamismo entre egípcios politicamente experientes. Muçulmanos de todos os lugares temeram o crescente avanço do imperialismo europeu nas terras do Islã e enxergavam o Império Otomano como seu único defensor. (GOLDSCHMIDT, 2008, pp.101/2).

Preocupados com o nacionalismo egípcio desde que a população pendeu para os otomanos no caso Tabas, o exército britânico resolveu dar uma demonstração de força na busca de reprimir os ânimos e assegurar seu controle sobre o país. A oportunidade veio no mesmo ano, no vilarejo de Dinshaway, quando uma briga grave entre soldados britânicos e *fellahin* foi encarada pelas forças de ocupação como um ataque premeditado por parte dos

camponeses e agiram com força desproporcional, condenando os egípcios envolvidos na briga a graves penas⁶⁸. A revolta popular contra as condenações de Dinshaway não só fez as forças britânicas recusarem e perdoarem os condenados como também levou a demandas por reformas na administração britânica e teve importante papel na saída de Cromer de seu cargo em 1907. A comoção pública criou o clima para que Kamil e o quediva construíssem uma ferramenta contra a ocupação. Por iniciativa deles, o movimento dos Wateneum foi oficialmente transformado em um partido político, o Partido Nacional, aberto para filiação a todos os egípcios que desejassem a saída das tropas britânicas do Egito. Também nessa época foi fundado o Partido da Nação, por iniciativa de grandes proprietários que se opunham à proximidade de Kamil com os otomanos⁶⁹.

Os britânicos a princípio não levaram a sério a emergência de partidos políticos no Egito. Importante notar que nem a esquerda dentro do governo britânico fazia forte oposição à ocupação, embora advogasse uma série de medidas para preparar os egípcios para uma eventual, longínqua, independência. Sir Elgon Gorst, sucessor de Cromer, trabalhou no sentido de colocar mais egípcios nos postos realmente importantes e aumentar gradualmente os poderes do Conselho Legislativo e da Assembleia Geral. O relativo aumento da autonomia do aparato estatal fez com que melhorassem as relações entre o quediva e os britânicos, o que por sua vez causou atritos entre o quediva e o Partido Nacional (GOLDSCHMIDT, 2008).

Apenas quando Kamil morreu, em dezembro de 1907 que os britânicos se deram conta da força do Partido Nacional: em massa, operários deixavam seus postos e estudantes cabulavam aula para comparecer ao primeiro funeral de massa do Egito moderno. Porém, a morte de Kamil acabou por minar a força do partido, pois deixou um vácuo a ser disputado, logo ocupado pelo advogado Muhammad Farid, melhor amigo de Kamil. Porém, as diversas tendências dentro do partido começaram a aparecer: uma parcela queria apoiar o quediva enquanto outra denunciava sua aproximação dos britânicos. O partido continuou a crescer nos

⁶⁸ Danshawai era uma pequena vila no delta do Nilo. No dia 13 de junho de 1906, um grupo de oficiais britânicos chegou à vila para caçar pombos. Correndo atrás dos animais, esses soldados invadiram algumas plantações, a que os *fellahin* solicitaram que os soldados fossem embora. Os ingleses abriram fogo e os camponeses revidaram com pedaços de pau. Um dos ingleses foi levemente ferido e seus companheiros decidiram levá-lo à linha férrea para de lá conseguir tratamento médico. Ele acabou morrendo devido à alta temperatura, e por isso os camponeses foram acusados de assassinato, presos e julgados, sendo que quatro deles foram condenados a morte por enforcamento. O incidente, além de concatenar inúmeras manifestações de protesto ao longo do Egito, ganhou repercussão internacional.

⁶⁹ Outros partidos menos expressivos foram fundados, cada qual buscando pleitear seus projetos a partir da elaboração de alianças com forças políticas internas e externas, procurando tirar proveito da situação de declínio otomano e desgaste da ocupação inglesa (DALY, 2008).

próximos dois anos, abrindo escritórios nas cidades das províncias, além de escolas noturnas para trabalhadores. Essa também era a época do surgimento dos sindicatos de trabalhadores no Egito. A primeira tentativa de fundar um havia sido feita em 1899 durante uma greve de trabalhadores do setor do tabaco, mas falhou. Em outubro de 1908, o Partido Nacional fundou um sindicato de trabalhadores manuais, com escritórios em várias cidades. Em 1911, havia um total de 11 sindicatos egípcios com filiação total na casa dos 7 mil (LUTSKY, 1969).

Em Constantinopla, 1908 foi o ano em que os Jovens Turcos, um grupo reformista pertencente ao partido positivista “Comitê para a União e o Progresso”, tomaram o governo e — com a ajuda de um setor progressista das classes dominantes — procuraram reformar o governo otomano nos moldes das monarquias constitucionais europeias. Sua política, com vistas a preservar a unidade e centralidade do Império, avançou nas tendências nacionalistas, instigando, como reação, o fortalecimento do nacionalismo árabe (HOURANI, 2006).

Alguns oficiais e funcionários árabes, sobretudo sírios de Damasco, que por vários motivos se opunham a esse grupo [aos Jovens Turcos], começaram a apresentar a exigência, não ainda de um Estado árabe independente, mas de uma melhor posição para as províncias árabes dentro do Império, uma descentralização que chegava até a autonomia. (HOURANI, 2006, p.407).

No Egito, todavia, por conta justamente da presença britânica, o governo dos Jovens Turcos foi de início muito bem recebida por amplos setores da população. Isso deu força para novos protestos contra a presença britânica, e todos os partidos em atividade no Egito passaram a exigir que o Conselho Legislativo e a Assembleia Geral fossem substituídos por instituições verdadeiramente representativas e não meros anexos ingleses. O Partido Nacional se ligou aos jovens turcos e liderou o movimento constitucional. Os outros partidos, embora também defendessem a constituição, se opunham à ingerência otomana (LITSKY, 1969). Nessa altura, os britânicos começaram a se preocupar com a força dos partidos. Em 1909, o gabinete inglês ressuscitou uma lei que requeria que todos os jornais fossem licenciados e que os periódicos que veiculassem artigos inflamatórios estivessem sujeitos à suspensão ou supressão⁷⁰.

Em 1909, para levantar recursos para programas de irrigação, o governo ofereceu à Companhia do Canal de Suez uma extensão em 40 anos de sua concessão (ou seja, de 1968 a 2008), por 4 milhões de libras egípcias (o equivalente a 20 milhões de dólares americanos da

⁷⁰ Os jornais anti-britânicos encontraram uma forma de driblar o regulamento: nomeavam como editores estrangeiros, que pelos acordos da Capitulação estavam isentos de seguir as leis.

época). O Partido Nacional se opôs ao acordo porque não queriam o Canal indefinitivamente sob controle estrangeiro. Gorst aconselhou o governo a submeter a questão à Assembleia Geral, que votou contra quase unanimemente. Nesse meio tempo, o primeiro ministro foi assassinado por um jovem nacionalista, que, segundo investigações posteriores, era ligado a uma sociedade secreta que estava formando células ao longo do Egito para intimidar e assassinar egípcios que colaboravam com os britânicos. A descoberta levou os ingleses a implementar novas leis de regulamento da imprensa, atividades políticas estudantis e reuniões públicas. Quando Gorst renunciou em 1911, seu sucessor, Lord Kitchener, endureceu contra os dissidentes, levando alguns nacionalistas ao exílio ou à prisão, o que levou a uma debandada do partido. O próprio líder, Muhammad Farid, se refugiou em Constantinopla, de onde continuou sua atuação política. Por outro lado, Kitchener tinha um projeto sincero em melhorar as condições dos trabalhadores rurais egípcios. Sob sua administração, o Egito ganhou seus primeiros bancos cooperativos agrícolas e seu Ministério da Agricultura. Ele propôs uma nova Lei Orgânica em 1913, que deixou os egípcios elegerem delegados de uma nova e mais poderosa instituição representativa, a Assembleia Legislativa, em 1914.

Se entre 1882 e 1914 a Grã-Bretanha havia exercido no Egito um domínio informal, sem oficializa-lo como uma colônia integrante do Império Britânico, a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o envolvimento de Constantinopla no conflito a levou a mudar a determinação oficial do Cairo. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o domínio europeu nas terras otomanas já era generalizado. A Inglaterra controlava o Egito, o Sudão e detinha grande influência na Península Arábica; a França dominava a Tunísia, a Argélia e influenciava as regiões da Síria e do Líbano; a Itália controlava a Líbia desde 1911 e França e Espanha dividiam o Marrocos (HOURANI, 2006). Quando o conflito mundial foi deflagrado em 1914, o Império Turco se aliou às Potências Centrais, lideradas pela Alemanha e pelo Império Austro-Húngaro, contra a Inglaterra, a França e a Rússia⁷¹.

Até então o Egito continuava a ser, legalmente, uma província otomana, e os egípcios, súditos de Constantinopla. Entre agosto e outubro de 1914 — antes dos otomanos entrarem na guerra — os britânicos cuidaram de fortalecer sua posição no Egito. Relações com inimigos

⁷¹ “Em retrospecto, essa opção [de se juntar às Potências Centrais] parece idiota, mas na época a Porta Otomana viu-a como um movimento hábil para recuperar suas fortunas. Nenhum império gosta de acreditar que seu declínio pode ser terminal. Nem os otomanos nem os hohenzollerns [família da nobreza alemã então no comando do Estado germânico] viam os Estados Unidos como uma potência mundial. E eles não podiam, nem ninguém podia, ter previsto o súbito colapso do czarismo na Rússia e a subsequente vitória de Lenin e dos bolcheviques. Esta último acontecimento teve grande importância para persuadir os Estados Unidos a entrarem na Primeira Guerra Mundial. Como a Alemanha era percebida como o único poder europeu que tinha potencial para ameaçar seus interesses, os Estados Unidos apoiaram a Grã-Bretanha e a França — ainda que só depois de um tempo.” (ALI, 2002, pp.115/116).

britânicos foram proibidas e a lei marcial foi declarada: Londres forçou o governo egípcio, no dia 5 de agosto, a declarar rompidas as relações diplomáticas com todos os inimigos britânicos. Mais do que isso, a declaração proibiu a população egípcia de se corresponder e manter relações comerciais e de qualquer outro tipo com súditos de países hostis à Inglaterra. Navios egípcios também foram proibidos de aportar em países inimigos. (LUTSKY, 1969).

Em outubro, forças britânicas ocuparam a Zona do Canal. Em novembro, a lei marcial foi declarada, e a suprema autoridade sobre o país foi transferida para as mãos do General John Maxwell, comandante das forças britânicas no Egito. Milhares de nacionalistas (entre intelectuais, médicos, professores, oficiais egípcios e estudantes) foram jogados nas prisões ou em campos de concentração, e exilados. Os jornais nacionalistas foram fechados e todos os outros censurados (LUTSKY, 1969).

Em dezembro, um mês depois de Constantinopla oficialmente ter entrado na guerra, os britânicos finalmente declararam o Egito como um protetorado oficial do Império Britânico. O quediwa Abbas foi destituído e Londres o substituiu pelo seu tio, Husayn Kamil, que foi instalado com o título de sultão, para que se rompesse oficialmente os vínculos de subordinação do Cairo a Constantinopla (DALY, 2008). O cônsul britânico foi substituído por um alto comissário no topo da administração britânica, ainda que devido à validade da lei marcial, o alto comissário estivesse na prática submetido ao comandante do exército (LUTSKY, 1969). Com o intuito de evitar que os muçulmanos egípcios apoiassem o sultão otomano, os britânicos prometeram que o protetorado era temporário e que a autodeterminação egípcia estava próxima. Claro estava que o novo status de protetorado tinha o objetivo, em tempos de guerra, de separar definitivamente o Egito do Império Otomano. Para Londres, a prioridade máxima era evitar uma invasão à Zona do Canal⁷² vinda da Palestina. Para isso, numerosas tropas britânicas e imperiais foram deslocadas para o Egito.

[...] em 1915, primeiro uma força expedicionária mediterrânea e depois uma força egípcias fizeram base lá, seguidas de outras forças, e todas deviam ser aquarteladas e ter acesso a suprimentos. Terras e edifícios civis foram requisitados. Uma força tarefa egípcia de trabalho e transporte de camelos foi requisitada; e quando o trabalho

⁷² A Zona do Canal de fato teve papel de destaque nas operações militares no Oriente Médio. Em janeiro de 1915, os turcos lançaram uma grande ofensiva na Zona do Canal, ocupando a Península do Sinai e firmando posições na margem oriental do Canal. Os britânicos defenderam o canal com 50 mil soldados apoiados por navios franceses e britânicos. No dia 2 de fevereiro, os turcos atacaram o canal e foram completamente derrotados, sendo obrigados a recuar para suas bases em Gaza. Depois dessa derrota, as forças turco-germânicas organizaram *raids* no Egito pelo leste e pelo oeste, usando guerreiros beduínos, estratégia que também fracassou. Entre abril e agosto de 1916, os turcos fizeram mais duas tentativas de atacar o Canal, com a participação de tropas austríacas e alemãs e sob a supervisão de oficiais alemães, mas ambos os ataques foram repelidos (LUTSKY, 1969).

voluntário e as vendas de animais se tornaram escassos, os britânicos recorreram ao alistamento obrigatório e ao confisco, que eram executados de forma brusca e sem compensação adequada. A maior demanda britânica por algodão levou a um declínio na produção de alimentos, que por sua vez contribuiu para as dificuldades das massas urbanas na forma da inflação dos preços de alimentos. (DALY, 2008, p.246).

Além disso, centenas de ingleses foram trazidos para ocupar cargos públicos no estado egípcio. Mais de 100 mil egípcios foram obrigados a auxiliar as tropas britânica⁷³. A oposição aberta à ocupação britânica foi totalmente banida. Boa parte dos Nacionalistas, agora no exílio, passaram a aproveitar a situação internacional para angariar recursos, entre o quédiva deposto, o governo otomano e os alemães (GOLDSCHMIDT, 2008).

Todos os portos, meios de transporte, indústria e agricultura egípcios foram utilizados pelos britânicos no esforço de guerra. A economia local teve de sofrer alterações para a nova situação. As autoridades tomaram medidas emergenciais para alimentar tanto a população quanto os 275 mil soldados do Império Britânico instalados no Egito. Foi proibida a exportação de bens essenciais e os preços foram colocados sob controle. A guerra dificultou a importação de trigo e por isso os britânicos estimularam a plantação local de grãos. Em 1915 foi decretada a redução da área de plantio de algodão e o aumento da área de plantio de trigo e arroz. Todavia, o algodão começou a faltar e Londres teve de revogar essas medidas emergenciais. A produção cresceu novamente, e graças ao aumento da demanda por conta da guerra, os preços quase triplicaram. Todos cujo trabalho era relacionado à produção e comercialização de algodão — com exceção dos *fellahin* — enriqueceram com esse boom. A guerra e o rompimento de laços comerciais com os inimigos impulsionou o desenvolvimento da indústria local. Centenas de pequenas empresas foram abertas, nos ramos principalmente têxtil, de couro, sapatos, açúcar e bebidas. Os donos de terra, homens de negócios e mercadores enriqueceram na guerra e o capital nacional egípcio saiu fortalecido. Contudo, as classes dominantes egípcias de forma alguma se libertaram da tutela do capital financeiro britânico e das autoridades coloniais (LUTSKY, 1969).

⁷³ Tal era o fardo carregado pela população egípcia no esforço de guerra que em 1918, a taxa de mortalidade no campo superou a taxa de natalidade pela única vez no século XX (NEWSINGER, 2013). As já mencionadas forças trabalho eram formadas de duas a três vezes ao ano, sempre com mais de 135 mil egípcios sendo convocados, não sem resistência. “Todo o trabalho sujo da guerra era designado [...] [aos trabalhadores egípcios]. Eles cavavam trincheiras, construíam fortificações, instalavam linhas férreas e encanamentos hídricos no deserto e carregavam cargas pesadas nas costas. Eles eram geralmente as primeiras pessoas a serem atacadas pelo inimigo. Quando os britânicos avançaram pelo Deserto do Sinai na Palestina, as forças trabalho egípcias foram junto, pavimentando o caminho tanto com seus cadáveres quanto com seu trabalho. [...] Mortes nas forças trabalho contabilizaram em mais de 30 mil. Mais de um milhão de *fellahin* e trabalhadores urbanos egípcios passaram por esse inferno. O tempo de serviço era de 6 meses, porque os recrutas se exauriam em tal grau que os britânicos preferiam trocá-los em pouco tempo.” (LUTSKY, 1969, sp).

Toda essa situação gerou profundo descontentamento popular, que de início não pôde ser canalizado em uma luta política organizada. As classes dominantes egípcias, que lucravam com a situação da guerra, acabaram por apoiar os britânicos. O governo egípcio e a Assembleia Legislativa se abstinham de qualquer manifestação contra Londres. Os membros do Partido Nacional, no exílio, limitavam suas atividades à propaganda, especialmente em Genebra e Berlim, bem como a organização de alguns atos terroristas contra o sultão Husain Kamil e o primeiro-ministro Hussein Paxá — atentados que não tiveram resultado algum. As manifestações espontâneas de descontentamento, no campo e nas cidades, não encontraram orientação real. Não obstante, o sentimento nacionalista cresceu a ponto de, mesmo desorganizado, preocupar os britânicos na medida em que a guerra chegava ao fim.

Foi para combater o nacionalismo no Cairo que os serviços de inteligência britânicos fundaram o Bureau Árabe, formado por oficiais notórios da inteligência britânica. Ao mesmo tempo em que perseguiram os nacionalistas egípcios, o Bureau Árabe conduziu atividades subversivas na retaguarda turca, por meio de suas conexões com nacionalistas sírios e palestinos (LUTSKY, 1969). No decorrer da guerra, o governo britânico usou, por meio do Bureau, os crescentes movimentos nacionalistas árabes fora do Egito a seu favor, fornecendo apoio financeiro, tecnológico e militar a grupos independentistas⁷⁴, o que acarretou novos golpes ao sultanato otomano e o fortalecimento do movimento de libertação árabe contra os turcos (DECCA, 2000; HOURANI, 2006). A Coroa Britânica prometeu aos rebeldes que após o fim da guerra e a dissolução do Império Otomano, a Inglaterra reconheceria os governos árabes como independentes e autônomos, e garantiria a estes a não interferência estrangeira (FUSER, 2005). Por sua vez, o nacionalismo turco oficial, em reação aos ataques externos e à fragilidade interna, chegou ao ápice do extremismo em sua sanha por homogeneizar o que outrora havia sido um império cosmopolita. Em 1915, centenas de milhares de armênios da região da Anatólia foram massacrados⁷⁵ pelo Estado, acusados de traição por conluio com os russos (ALI, 2002).

Quando o Egito foi declarado protetorado, nos termos da declaração estava o plano de transformar progressivamente o Egito em uma nação autogovernada. Além do mais, a propaganda britânica e francesa de guerra descrevia uma batalha entre democracia e

⁷⁴ Tal empreendimento atrás das linhas inimigas foi executado por agentes secretos britânicos, dos quais o mais famoso foi Thomas Edward Lawrence, membro do Bureau Árabe, mais conhecido como Lawrence da Arábia, imortalizado no cinema pelo clássico de David Lean em 1962.

⁷⁵ O massacre foi o segundo genocídio do século XX, precedido pela matança do povo hereró no Sudoeste Africano Alemão — atual Namíbia. Até hoje o Estado turco não reconhece o genocídio armênio.

autocracia, entre a lei e a barbárie, e os egípcios esperavam ingenuamente que as medidas do pós-guerra fossem coerentes com essa retórica. Porém, a guerra deixou clara para os britânicos a magnitude da dependência militar e econômica das rotas terrestres e marítimas que passavam pelas proximidades do Egito (DALY, 2008).

Enquanto a guerra se desenrolava, contudo, os britânicos cuidaram para não fazer nenhuma alteração que pudesse inflamar a opinião egípcia; quando o sultão Husain Kamil morreu em 1917, foi sucedido por seu irmão Ahmad Fuad, e os debates britânicos sobre o futuro do Egito (e sobre o futuro de todo o Império Otomano) jamais tiveram a participação dos povos dominados. (DALY, 2008, p.247).

Nesse meio tempo, travavam-se nos bastidores debates entre os países da Entente — Grã-Bretanha e França em especial — a respeito de como seriam, literalmente, divididos os despojos do Império Otomano, cujo ocaso era iminente. Em 1916, o acordo anglo-francês de Sykes-Picot, embora acenando positivamente à independência árabe, secretamente dividiu o Oriente Médio em zonas de influência permanentes (HOURANI, 2006). O Tratado de Versalhes, após a vitória dos Aliados, estabeleceu que os países árabes fossem provisoriamente reconhecidos como independentes, desde que Estados europeus lhes prestassem assistência por meio de “mandatos” (HOURANI, 2006).

Em 1922, os mandatos formalmente concedidos pela Liga das Nações acabaram por efetivar Sykes-Picot. A Grã-Bretanha se responsabilizou pelo Iraque e pela Palestina, e a França pela Síria e pelo Líbano (HOURANI, 2006). Partes da Península Arábica permaneceram livres do domínio europeu. O Iêmen se tornou um estado independente em 1918 e o Reino da Arábia Saudita se constituiu em 1926, confrontado a sul e a leste pelos pequenos estados do Golfo Pérsico sob protetorado britânico (HOURANI, 2006).

Desprovido de suas províncias árabes, o Império Otomano ficou reduzido à Anatólia e a uma pequena parcela da Europa, e representantes dos Aliados lotados em Constantinopla mantinham o sultão sob rígido controle, obrigando-o a assinar um tratado em 1920 que impunha tutela estrangeira ao governo (HOURANI, 2006). Não obstante, um forte movimento popular de independência, liderado por oficiais do exército, conseguiu desocupar o país de forças estrangeiras, abolir o sultanato e fundar a república, reconhecida pelos Aliados no Tratado de Lausanne de 1923 (HOURANI, 2006).

No Oriente Médio estava iniciado o tracejar do mapa do Oriente Médio tal como o conhecemos hoje, produto dos interesses econômicos europeus⁷⁶. A Primeira Guerra Mundial assinalou, enfim, a formalização do domínio ocidental sobre o Oriente Médio e o Norte da África (LOSURDO, 2010). Desde o início do século XVIII passando por um processo de incorporação periférica ao sistema-mundo capitalista, o norte da África e o Oriente Médio foram totalmente adequados, em 1919, ao modelo europeu de dominação colonial. Sem o sultanato otomano como entrave, Grã-Bretanha e a França puderam expandir o controle sobre a produção e o comércio da região. Tratava-se de uma grande fonte de matérias primas, e britânicos e franceses faziam vultosos investimentos na área para criar condições para extraí-las (HOURANI, 2006).

[...] o capital francês entrou no Magreb para melhorar a infra-estrutura da vida econômica — irrigação, estradas de ferro, estradas de rodagem, geração de eletricidade (de água onde existia, ou de petróleo ou carvão importados) — para explorar os recursos minerais, em particular fosfatos e manganês, dos quais os países do Magreb vieram a ficar entre os maiores exportadores. O investimento britânico estendeu o cultivo de algodão para exportação no Egito e em partes do Sudão entre o Nilo Azul e o Nilo Branco; na Palestina, desenvolveu o porto de Haifa, e houve uma grande importação de capital por instituições judias interessadas em construir o lar nacional judeu. (HOURANI, 2006, p.422).

Ao mesmo tempo, o conflito também assinalou “o deslocamento do centro de gravitação mundial da Europa para os Estados Unidos” (BANDEIRA, 2009, p.88). Os EUA entraram na guerra em 1917, em parte para defender seus interesses econômicos e vultosos empréstimos à Entente, e foram decisivos, e sua participação foi decisiva para a vitória anglo-francesa (ZINN, 2007; HOBBSAWM, 2010). Depois da guerra, a superioridade econômica americana disparou, não apenas pelas lucrativas transações dos tempos de guerra, que entre outras coisas transformaram os EUA de devedores em credores da Europa, inclusive da Inglaterra (BANDEIRA, 2009; ARRIGHI, 2010), mas também pela destruição dos principais países europeus e a dissolução dos antigos impérios⁷⁷.

⁷⁶A conclusão da troca do domínio otomano pelo domínio europeu não ocorreu diante do silêncio das populações nativas. O resultado de Sykes-Picot foi uma traição aos movimentos nacionalistas recrutados pelos europeus a combater os otomanos, o que acarretou uma série de revoltas anticoloniais (FUSER, 2005). No Iraque, por exemplo, oficiais nacionalistas árabes lideraram uma insurreição popular em 1920 e chegaram a controlar a maior parte do território iraquiano. A rebelião foi reprimida por soldados britânicos e indianos e pela recém-criada Força Aérea Real da Grã-Bretanha, que executou um dos primeiros bombardeios aéreos contra civis, destruindo aldeias inteiras (CHOMSKY, 2004; FUSER, 2005). Pessoas do alto escalão do governo britânico, como Winston Churchill, chegaram a advogar o uso de armas químicas contra os “árabes recalcitrantes” (CHOMSKY, 2004, p.161). Também explodiram revoltas na Síria, contra os franceses (1925) e na Palestina, novamente contra os britânicos (1936). Todos esses levantes foram violentamente reprimidos (ALI, 2002; FUSER, 2005).

⁷⁷“Quando o armistício foi firmado em 1918, havia 21.000 novos milionários nos Estados Unidos, cujas tropas sofreram apenas 116.000 baixas. Porém, ao fim dos quatro anos de guerra, quatro impérios — alemão, russo,

Os projetos de paz proferidos por Wilson em 1918, os *Fourteen Points*, deixaram entrever as necessidades econômicas ianques: liberdade de navegação irrestrita, igualdade de condições comerciais e a remoção do máximo possível de barreiras econômicas (BANDEIRA, 2009). Interessavam-lhes o fim dos impérios e o desmantelamento dos sistemas coloniais europeus, que impediam o caminho para a expansão econômica americana. Por toda a década de 1920, a propagação do *laissez-faire* foi o a força-motriz das políticas interna e externa dos Estados Unidos, para assegurar expansão e a consolidação de sua predominância econômica e política. (BANDEIRA, 2009).

Muito discutida nas organizações nacionalistas árabes era o quinto dos *points* de Wilson:

[Deve-se procurar] Um ajustamento livre, razoável e absolutamente imparcial de todos os clamores coloniais, baseados na estrita execução do princípio segundo o qual os interesses das populações concernidas devem, no lide com todas essas questões, ter peso igual aos clamores dos governos dessas populações (AVALON, 2008, sp).

Os nacionalistas egípcios, com base na confiança ingênua nos *14 points* e em outras promessas dos tempos de guerra, esperavam que com o fim da guerra, seu direito a autodeterminação finalmente seria posto em prática. O próprio governo egípcio, inclusive o sultão Faud (que havia substituído seu irmão Kamil em 1917) e o Primeiro Ministro Hussein Rushdie, esperavam que o fim da guerra trouxesse maior autonomia para seu país (GOLDSCHMIDT, 2008). O governo britânico, por sua vez, triunfante no conflito a um grande custo, e tendo que lidar com seu óbvio declínio no sistema interestatal, avaliou erroneamente que o Egito poderia ser estabilizado por reformas pontuais implementadas gradualmente, e que isso evitaria a perda de seu protetorado.

Em 13 de novembro de 1918, dois dias após o armistício europeu, que o alto comissário britânico, Reginald Wingate, recebeu o pedido de independência do país, proferido por uma delegação de ex-ministros egípcios liderados por Said Zaghlul, um ex-ministro da educação que no início da guerra havia se destacado como proeminente voz contra a ocupação britânica. A delegação (em árabe, *wafd*) de Zaghlul era formada por pessoas qualificadas e com experiência administrativa e legislativa, com ligações à categoria dos advogados das cidades e aos donos das plantações de algodão. A Wafd, em busca de credibilidade, não demorou a adquirir as características de uma organização formal, inclusive enviando

austro-húngaro e otomano — estavam arruinados. [...] A Alemanha perdera 1,8 milhão de homens; a França, 1,6 milhão; a Grã-Bretanha, 800.000.” (BANDEIRA, 2009, p.77).

apoiadores para cruzar o Egito recolhendo assinaturas da população que legitimassem que esta delegação de fato falasse por seu país na Conferência de Paris.

Inicialmente o Foreign Office tentou impedir que os egípcios tivessem voz na Conferência. Em protesto a essa posição, o Primeiro Ministro Rushdi renunciou ao cargo.

Nenhum egípcio estava disposto a assumir o cargo de Rushdi e manifestações populares se espalharam pelo país. Os britânicos tentaram acabar com a comoção antes que ela atingisse maiores proporções, e enviaram Zafhlul e três de seus colegas ao exílio em Malta. Isso enfureceu a população. Estudantes de direito entraram em greve, seguidos por funcionários do governo, juízes e advogados. Dentro de uma semana, alguns egípcios começaram a saquear lojas e atear fogo a edifícios. Seis oficiais britânicos foram assassinados em um vagão de trem. Manifestações de rua, algumas violentas, se tornaram uma ocorrência diária. Dúzias de manifestantes foram mortos, feridos ou presos. Pela primeira vez na história, as mulheres egípcias tomaram parte nas manifestações [...]. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.111).

Eventualmente as autoridades britânicas conseguiram pacificar o país, mas não puderam evitar a derrota política: ficaram sem opção a não ser libertar a delegação Wafd e permitir que esta participasse da conferência de paz e lá advogasse pela independência egípcia.

Em Paris, a Wafd não encontrou ninguém que levasse a sério suas demandas, e foi surpreendida pela emblemática atitude da delegação americana, que reconheceu oficialmente o protetorado britânico sobre o Egito. Retórica à parte, no período entreguerras (1919-1939), os EUA não apenas se recusaram a apoiar os movimentos nacionalistas como forneceram apoio moral (mas não financeiro) ao controle europeu dos novos Estados Árabes (FUSER, 2005). Isso porque esses estados se encontravam estabelecidos sobre bases muito precárias e a pacificação interna e o direito à propriedade privada eram constantemente ameaçados, tornando a região um ambiente ainda pouco favorável à expansão do capital americano (BROMLEY, apud FUSER, 2005). Portanto, a estratégia escolhida pelos americanos foi não forçar o aceleração dos processos de independência⁷⁸, o que poderia criar um caos ainda maior.

Em 1921, o governo britânico constatou que era inviável manter o protetorado. Lord Allenby, o novo alto comissário, conseguiu de Londres a autorização a iniciar conversações com o sultão Faud no sentido de negociar a independência. As negociações se dariam com o

⁷⁸ Ao comentar os Fourteen Points, o coronel Edward House, conselheiro do presidente Wilson, esclarece a respeito da especificidade do quinto ponto: “Existe algum receio na França e na Inglaterra de que isso [o quinto ponto dos 14] envolva a reabertura de todas as questões coloniais. Obviamente não é essa a intenção. [O quinto ponto de Wilson] [...] se aplica claramente às questões coloniais que foram criadas pela guerra. Isso diz respeito [principalmente] às colônias alemãs [...]”. (HOUSE, 1918, sp)”.

novo primeiro-ministro egípcio, Adli Yakan, de confiança do sultão e rival de Zaghlul e seus Wafd. Estes, por sua vez, conseguiram organizar manifestações populares contra as negociações com Adli. Uma vez que as demandas pela independência não foram atendidas, os protestos voltaram a ser cotidianos no Egito, ao mesmo tempo em que os britânicos continuavam sem achar quem assumisse o cargo de primeiro-ministro (GOLDSCHMIDT, 2008). No dia 23 de maio de 1921, multidões entraram em sério choque contra a polícia e o exército em Alexandria, resultando na morte de mais de 40 pessoas. Em dezembro do mesmo ano, tanques britânicos ocuparam as ruas do Cairo e navios de guerra se aproximaram de Alexandria e Port Said (NEWSINGER, 2013).

O governo em Londres queria manter o protetorado pelo menos até que o país fosse pacificado, mas Allenby argumentou e convenceu seus superiores de que a situação estava insustentável. No dia 28 de fevereiro de 1922, o governo britânico emitiu um comunicado declarando o fim do protetorado sobre o Egito, que a partir de então seria considerado um estado soberano independente. Todavia, ainda restavam quatro pontos a serem negociados:

1. A segurança do sistema de comunicações do Império Britânico no Egito.
2. A defesa do Egito contra agressões ou interferências externas.
3. A proteção das minorias e dos interesses estrangeiros no Egito.
4. O status do Sudão. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.115).

Na prática, os britânicos estavam cuidando de manter seus interesses estratégicos no país, que conseguiu não a independência desejada pelo Wafd. Os Reserved Points, como vieram a ser chamados, limitaram severamente a independência egípcia e nos próximos 30 anos seriam fatores importantes nas conturbadas relações anglo-egípcias (DALY, 2008).

A despeito da independência política formal, a dependência dos estrangeiros continuou. As forças armadas egípcias eram demasiado pequenas e sucateadas para defender o país e o Sudão sem assistência britânica. Quase todos os serviços públicos, bancos, companhias de seguros, hotéis e indústrias eram ou de propriedade ou gerenciados por estrangeiros. Não havia egípcios na mesa de diretores da Companhia do Canal de Suez, e as Capitulações ainda eram válidas para os mais de 200 mil estrangeiros que lá viviam (GOLDSCHMIDT, 2008). Em suma, o Egito continuou sob ocupação militar e controle econômico e financeiro britânico (NEWSINGER, 2013). Todavia, limitada que tenha sido, a independência não deve ser desprezada.

Ainda que o envolvimento britânico no Egito fosse continuar de uma forma ou de outra até 1956, às vezes lembrando em muito a época do protetorado (como durante a Segunda Guerra Mundial), os eventos que culminaram na declaração de 1922 marcam

mais do que uma divisão formal artificial. Para os egípcios, mesmo levando em conta os Pontos de Reserva, a declaração foi uma conquista real; todos os atributos da soberania seriam ganhos apenas por meio do prolongamento da luta depois de 1922, mas o controle administrativo do governo foi depositado, em grande parte, em mãos egípcias. Todavia, é inegável que o subsequente desenvolvimento do governo constitucional foi seriamente prejudicado pelos britânicos; pode-se dizer que o status de protetorado havia conferido um grau de legitimidade às ações britânicas no Egito que tanto a ocupação antes da Primeira Guerra e a clara interferência depois de 1922 não tinham. Para os britânicos, a declaração de 1922 marcou um retorno aos métodos de controle informal, livres da inegável responsabilidade trazida pelo protetorado. [...] [A partir de então] a liberdade de ação não tinha limites formais, e seria limitada em grande parte pelas mudanças das noções britânicas quanto à importância geopolítica do Egito, não por seus efeitos, por desastrosos que fossem, no desenvolvimento político egípcio. Inerente à lógica da ocupação de 1822-1922 [...] e também aos métodos pelos quais os britânicos prolongaram seu controle até a década de 1950, estava a ideia de que o Egito não podia e não teria permissão para governar a si próprio. (DALY, 2008, p.251).

No período entre a conquista de independência e a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a considerável afrouxamento do controle político e econômico britânico sobre o Egito. A situação, inclusive, dá espaço a tentativas, por parte da classe dominante, de um desenvolvimento econômico um tanto mais autônomo, que em última instância não pôde nem pretendeu se desvincular da função subordinada de fornecer produtos primários para os países centrais. Esse período também permitiu o surgimento de uma gama relativamente grande de grupos políticos com direcionamentos e ideologias variados, não poucos dos quais se opunham ao governo e ao restante da influência britânica.

Tomando a totalidade do moderno sistema-mundo como referência, poderemos constatar que o que se passava no Egito estava relacionado, no geral, aos estertores do CSA britânico e, no particular, à crescente incapacidade de Londres em manter sua presença no mundo árabe/islâmico. Tirando vantagem desse enfraquecimento, Washington reforçou o apoio e incentivo para a penetração das empresas americanas. É precisamente durante esse período que a presença dos EUA na região abandonou seu caráter pontual para começar a adquirir consistência.

No próximo subitem abordaremos, portanto, o alargamento das possibilidades de ação política e econômica para os nativos do Egito, enquadrando essa tendência no largo processo de fenecimento da influência britânica no Norte da África e Oriente Médio e o avanço americano. Começam, agora, a se entrelaçar a maioria dos principais elementos que em 1956 culminarão na crise de Suez e no encerramento da influência britânica no Egito.

3.3 De volta ao domínio informal

Nas décadas de 1920 e 1930 recuava a presença britânica no Oriente Médio. Mesmo que a estratégia dos Estados Unidos fosse então, como já mencionamos, não acelerar a saída do Império Britânico na região, isso não impediu que as corporações petroleiras adentrassem a região com o respaldo do governo americano e a despeito das tentativas britânicas de barrar o processo (FUSER, 2005). Em 1931 a Standard Oil California (futura Chevron) começou a perfurar o solo do Bahrein, e em 1934 a Gulf Oil Corporation, do Texas, passou a agir no Kuwait (FUSER, 2005). No final da década, “os interesses econômicos dos EUA estavam firmemente ancorados nas margens ocidentais do Golfo Pérsico [...]” (FUSER, 2005, p.93).

O grande golpe dos EUA na influência britânica no Oriente Médio foi sua entrada na Arábia Saudita (FUSER, 2005). Em 1933, prospectores americanos e o Rei Ibn Saud chegaram a um acordo: a Standard Oil pagou ao monarca o equivalente a cinco mil libras esterlinas em ouro pelos direitos de perfurar o solo saudita (ALI, 2002). Em busca de se fortalecer frente à concorrência britânica, o governo americano fundiu a Mobil, a Esso e a Texaco para fundar a Arabian American Oil Company, que começou a extrair petróleo em 1938 (ALI, 2002). Durante a Segunda Guerra, os americanos reforçaram o elo com os sauditas, em detrimento cada vez maior dos britânicos, e estabelecer uma base das Forças Aéreas dos EUA em Dhahran, cidade da Província Oriental da Arábia Saudita (ALI, 2002).

Dada a situação, era de se esperar que Londres procurasse manter sua influência no país onde marcava mais presença, o Egito como forma de se contrapor ao recuo do restante da região. Não obstante, havia no país mais liberdade de ação não apenas política, como econômica. Caso contrário, seria impossível que Talaat Harb, um capitalista egípcio, tivesse feito o que fez: fundou uma gigantesca instituição financeira, o Banco Misr, cujo objetivo era ser um banco egípcio a serviço apenas dos egípcios, que financiou o desenvolvimento industrial — um significativo passo para a *relativa* independência econômica egípcia —, criado em 1920 com o capital de vários proprietários de fazendas de algodão (BEININ, 2008; GOLDSCHMIDT, 2008). Em 1922, um grupo de industrialistas europeus egipcianizados⁷⁹ fundou a Federação Egípcia da Indústria. Os interesses agrários também assumiram forma organizacional: em 1921, grandes proprietários de fazendas de algodão, tentando reagir às flutuações dos preços de algodão de 1920-21, que eles viam como resultado de maquinações de bancos estrangeiros e empresas de exportação, fundaram o Sindicato Agrícola Geral

⁷⁹ No Egito, os estrangeiros assimilados eram conhecidos como *mutatnassir*.

Egípcio (BEININ, 2008). Em 1924, o engenheiro egípcio Muhammad Abbud fundou uma empresa de construção que no espaço de duas décadas se transformaria em um gigantesco grupo do setor empreiteiro, o grupo Abbud (VITALIS, 1995).

No passado — durante o século XIX e na época da ocupação e da colônia formal — não seria imaginável que capitalistas egípcios ou assimilados pudessem fundar e sobretudo desenvolver de forma significativa empresas privadas autóctones. Não obstante, na medida em que foram crescendo, esses grupos, evidentemente, passaram a precisar de mais recursos para manter a estrutura e o ritmo de expansão. Paulatinamente os donos das intuições passaram a formar parcerias com a classe dominante britânica e captar os capitais que ela exportava. Com o tempo, o controle dessas empresas passou a mãos europeias (HUSSEIN, 1969; VITALIS, 1995).

Do outro lado do espectro, os sindicatos que vimos surgirem na primeira década do século passaram a ser mais ativos, ao mesmo tempo em que os nacionalistas intensificaram seu trabalho meio à população mais pobre. As pautas específicas das mulheres também ganharam espaço nos debates na imprensa e nas ruas (BEININ, 2008). A movimentação cultural também refletiu os novos tempos: começaram a ser debatidas no Egito, com mais forças, várias ideias conflitantes dentro das discussões sobre que rumo tomaria o país: monarquia, liberalismo ocidental, fundamentalismo islâmico, marxismo, etc. (BOTMAN, 2008). Quando da independência, o título de sultão foi substituído pelo de rei, e começou a época que os historiadores convencionaram a chamar de *era liberal* do Egito (1923-1952), caracterizada por

[...] um sistema político caracterizado por um constitucionalismo em estilo ocidental e pelo governo parlamentar. A constituição do Egito foi baseada em documentos liberais ocidentais e elaborada por experts legais egípcios com simpatias pelo rei e pelos britânicos. Os elaboradores da constituição tinham a intenção de limitar a força do nascente Partido Wafd, restringir o movimento popular de massas que havia emergido durante a revolução nacionalista de 1919, e introduzir uma forma limitada de auto-governo no país. Eles criaram um parlamento constituído por um senado e uma câmara de deputados eleitos pelo sufrágio masculino, com exceção de dois quintos do senado, que eram nomeados pelo rei. As leis elaboradas pelo parlamento não se efetivavam até serem assinadas pelo monarca. (BOTMAN, 2008, p.286).

Após a independência, logo se configuraram três forças políticas no Egito: a monarquia, o Partido Wafd, surgido do núcleo inicial da delegação *wafd*, e a influência britânica. Buscando governar autocraticamente, o Rei Faud procurava firmar alianças nos setores militares, serviço público e entre alguns líderes islâmicos. O Partido Wafd possuía o apoio da maioria dos eleitores, todavia as eleições via de regra eram fraudadas pelos

proprietários de terras, que forçavam os *fellahin* a votarem nos candidatos de sua escolha. Os britânicos, por sua vez, frequentemente invocavam os Quatro Pontos Reservados para bloquear qualquer mudança que pudesse ferir seus interesses (GOLDSCHMIDT, 2008).

Não se deve pensar que o estágio terminal do CSA britânico e a maior autonomia política e econômica tivessem alterado significativamente a relação fundamental de complementaridade centro/periferia entre a Grã-Bretanha e o Egito. Durante as décadas de 1920 e 1930, o Egito ainda era um país agrícola dependente em grande parte da exportação de algodão. A população crescia rapidamente e também aumentava a disparidade entre os donos de terra e o crescente número de trabalhadores rurais sem terra. A diversificação da colheita e a industrialização encontravam dificuldades tanto para encontrar clientes como para competir com produtos estrangeiros.

Mesmo no setor algodoeiro, o Egito passou a sofrer a competição de novos tecidos artificiais, além do declínio da produção por área, devido a problemas de salinização e irrigação excessiva causados pelo avanço dos sistemas de irrigação permanente. Em busca de gerar empregos e auxiliar a economia nacional, o governo baixou uma tarifa protecionista em 1930, mas a Grande Depressão acabou por reduzir os investimentos tanto em capital nacional quanto capital estrangeiro. A década de 1930 foi marcada pelo aumento da população, declínio geral de salários e a lentíssima industrialização (GOLDSCHMIDT, 2008).

Os anos 1930 também deixaram claro que a Primeira Guerra não havia solucionado os problemas que a geraram, e, portanto, era tragédia há muito anunciada o desencadeamento de um novo conflito global, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (HOBSBAWM, 2010). Em 1935 a Itália Fascista invadiu a Etiópia, angariando no Egito a simpatia do Rei Fuad e a desconfiança do Partido Wafd e de grande parte da população. Segundo a avaliação da direção do Wafd, o grande conflito que se avizinhava podia jogar ao Egito em uma situação similar à da Primeira Guerra, quando foi usado como base militar britânica. De fato, os britânicos, diante da crescente belicosidade do Eixo e da deterioração de sua posição no Oriente Médio, viam como crescente a necessidade de fortalecer suas posições no Egito. Para isso, era necessário um entendimento com o partido de maior penetração popular no país, o Wafd (GOLDSCHMIDT, 2008).

Em 1936, o Rei Fuad morreu e foi substituído por seu filho de 16 anos, Farouk. Também nesse ano, nas eleições parlamentares, o Wafd ganhou controle tanto do Senado quanto da câmara dos deputados. Foi quando os governos egípcio e britânico começaram a

negociar e chegaram a um acordo — o Tratado Anglo-Egípcio — para uma aliança de 20 anos. Os britânicos reiteraram o reconhecimento à independência egípcia, concordaram em reduzir as tropas no Egito, durante os tempos de paz, para 10 mil pessoas, reduzir as bases na Zona do Canal e advogar entre os demais países europeus o fim das Capitulações e a entrada do Egito na Liga das Nações. Os egípcios aceitaram que os britânicos permanecessem no Canal por mais 20 anos (ou seja, até 1956), e que suas tropas permanecessem no Cairo e em Alexandria até novos quartéis e demais elementos de infra estrutura fossem construído com verba do estado egípcio. Em 1937 foi decretado o fim das Capitulações: depois de 1949, os estrangeiros residentes estariam tão sujeito às leis egípcias quanto os nativos. Também em 1937 o Egito ingressou na Liga das Nações e a partir de então pôde abrir consulados e embaixadas em outros países (GOLDSCHMIDT, 2008).

Na medida em que a Itália de Mussolini reforçava sua presença na Etiópia e na Líbia, sinalizava interesse no Vale do Nilo. Transmissores de rádio italianos faziam propaganda fascista no país, enquanto o não desprezível número de italianos residentes também ajudavam nas tarefas propagandísticas. O expansionismo alemão, por sua vez, levou Londres a procurar reforçar seu apoio nos novos países independentes do Oriente Médio. Por isso, passou a tomar uma posição pró-árabe na questão palestina, que se tornava cada vez mais tensa na medida em que judeus europeus emigravam para a região, estimulados pelo movimento sionista.

Em maio de 1939, o governo [britânico] emitiu [...] [um documento] que colocava severos limites na imigração judaica e compra de terras, e prometeu a independência, dentro de 10 anos, para a Palestina Árabe. Ainda que os egípcios notassem menos as ações britânicas na Palestina e menos a política de Londres de separar o Sudão do Egito, [...] [a política britânica para a Palestina] provavelmente aproximou o Cairo e Londres quando a guerra começou em setembro de 1939. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.129).

No dia 10 de junho de 1940, quando a derrota da França já era dada como certa, Mussolini finalmente levou a Itália à guerra. Uma boa parte do exército britânico que estava em solo francês conseguiu escapar, mas foi necessário deixar grande parte de suas armas e demais equipamentos para trás, não deixando, portanto, nenhum recurso para reforçar as tropas inglesas estacionadas no Egito e no Sudão no caso de uma hipotética invasão do exército italiano pela Líbia e pela Etiópia. A situação se agravou pelo fato de, com a entrada da Itália na guerra, as rotas marítimas do Mar Mediterrâneo tornarem-se perigosas, e os reforços britânicos passaram a precisar chegar ao Norte da África via Cabo da Boa Esperança (LIDDELL HART, 2011). Winston Churchill, então Primeiro Ministro britânico, é explícito a respeito das prioridades de defesa para seu país.

Durante julho e agosto [de 1940], os italianos entraram em atividade em muitos pontos. Houve uma ameaça partindo de Kassala para o oeste, em direção a Khartum. Espalhou-se um sobressalto no Quênia pelo medo de uma expedição italiana que marchasse quatrocentas milhas da Abissínia para o sul, em direção ao rio Tana e a Nairóbi. Tropas italianas em número considerável avançaram na Somália Britânica. Mas todas essas angústias eram insignificantes, comparadas a uma invasão italiana do Egito, a qual vinha sendo claramente preparada em máxima escala. (CHURCHILL, 2005, p.440).

Em setembro do mesmo ano, o exército italiano, liderado pelo general Graziani, iniciou uma expedição militar contra o Egito. Porém, depois de cinco meses de batalha, foram derrotados pelas forças britânicas (CHURCHILL, 2009; LIDDEL HART, 2011). Foi nessa ocasião, em fevereiro, que o general alemão Erwin Rommel recebeu diretamente de Hitler a ordem de liderar tropas no Norte da África para auxiliar os italianos (LIDDEL HART, 2011).

Foi calculado pela maioria dos nacionalistas que, por mais que fosse contra seus interesses colaborar com os britânicos, em caso contrário ficariam sujeitos ao domínio de outro país, muito possivelmente os italianos. Em 1939 e 1940, o Egito se tornou uma grande base para tropas do Império Britânico — uma vez que, levando vantagem na Europa Ocidental, o foco do III Reich se voltava para o leste europeu e o norte da África. Ainda que o Egito não tivesse oficialmente declarado guerra ao eixo, a forte presença militar britânica o tornou, aos olhos dos estrategistas italianos e alemães, um alvo lógico para ataque. Em 1940, o governo britânico pressionou o Rei Farouk a destituir o primeiro-ministro nacionalista — e conhecido simpatizantes dos fascistas — Ali Mahir, com o intuito de facilitar o manejo britânico do governo egípcio (GOLDSCHMIDT, 2008).

A percepção dos egípcios quanto aos países beligerantes foi se alterando no decorrer da guerra. Se no começo era esperado que os Aliados rapidamente derrotariam o Eixo e portanto as forças militares britânicas logo sairiam do Egito, a queda de Paris nas mãos do III Reich em 1940 deixou claro que a guerra duraria mais do que o esperado, e isso levou parte considerável da população e de membros do governo e dos partidos políticos a olhar mais favoravelmente para Berlim, um potencial contraponto a Londres — se esta fosse derrotada por aquela, então finalmente a influência britânica no Egito terminaria de vez (BOTMAN, 2008; GOLDSCHMIDT, 2008).

Alguns membros do governo egípcio iniciaram conversas secretas com oficiais alemães — inclusive o Coronel Anwar al-Sadat, que viria a ser presidente da república em 1970. Quando as forças alemãs, comandadas pelo general Rommel, entraram na Líbia, alguns nacionalistas egípcios aplaudiram a sua iminente chegada ao Egito. Segundo a análise de Sadat (s/d), os britânicos sabiam que o sentimento de hostilidade contra eles era geral, e as

tropas de Rommel, se chegassem ao Egito, quase certamente receberiam auxílio da população. Por isso, em fevereiro de 1942, pediram ao Rei Farouk que pressionasse o Paxá al-Nahas (do Wafd), líder da maioria no Parlamento, a formar um novo governo, mais inclinado aos britânicos e que trabalhassem para tentar alterar a opinião pública.

Quando o rei disse “não”, Lorde Killearn, então embaixador britânico, ordenou que os tanques ingleses cercassem o Palácio Real de Abidin. Em 4 de fevereiro de 1942, um ultimato foi dirigido ao monarca para que aceitasse a exigência britânica ou então abdicasse. Diante de tal ameaça, o rei convocou El-Nahas e lhe pediu para formar um novo governo. (SADAT, s/d, pp.42/43).

Mesmo tendo recuado, Faruq considerou o ultimato uma clara violação ao Tratado Anglo-Egípcio, enquanto os oficiais britânicos o consideraram um ato de urgência justificável perante uma emergência militar. El-Nahas, por ser um vocal anti-fascista, era visto com confiança pelos britânicos, e por isso os oficiais ingleses queriam que ele formasse o novo partido. Porém, o episódio foi uma desgraça para todos os envolvidos. Por conta de sua aproximação com os britânicos, El-Nahas e todo o seu Partido Wafd tiveram relações rompidas com a corte de Farouq, além de haver perdido suas credenciais nacionalistas e grande parte de sua força (BOTMAN, 2008).

No verão daquele ano, Rommel alaçou a parte ocidental do Egito e destruiu o Oitavo Exército Britânico, conseguindo assim chegar a El-Alamein, cidade a setenta quilômetros de Alexandria. Os moradores saíram às ruas entoando a palavra de ordem “Adiante, Rommel!”. De suas posições, era extremamente factível para os alemães ocuparem, em um curto espaço de tempo, Alexandria, e depois, o Cairo. As negociações entre egípcios e alemães⁸⁰, porém, não avançaram. Alguns dias depois de iniciados os diálogos, estes foram descobertos por agentes dos serviços de inteligências britânicos, e Sadat e alguns companheiros acabaram sendo aprisionados por isso (SADAT, s/d).

⁸⁰ Por mais que atualmente possa parecer condenável querer entrar em algum tipo de acordo com os nazistas, como fizeram alguns oficiais já mencionados, há de se colocar essas ações em suas devidas circunstâncias. Aqui, é de grande serventia o depoimento de Sadat: “Marquei uma reunião com meus amigos da Organização de Oficiais Livres. Algo tinha de ser feito, disse-lhes então, pois não podíamos permitir que Rommel invadisse o Egito sem resistência. Ficou combinado que um de nós iria a El-Alamein dizer a Rommel que éramos egípcios honestos, promotores de uma organização dentro das fileiras do Exército, que, “como o senhor”, estávamos lutando contra os britânicos; que nos achávamos prontos para recrutar um exército inteiro para combater “a seu lado” e fornecer-lhe fotos com a demarcação das linhas e posições ocupadas pelas forças britânicas no Egito; e que não diexaríamos que nenhum soldado inglês escapasse do Cairo. Em troca, ele nos garantiria a completa independência do Egito, para que assim nosso país não fosse doado à Itália ou viesse a ficar sob o domínio germânico, e que ninguém mais, fosse quem fosse, interferisse em seus negócios, internos ou externos.” (SADAT, s/d, p.44).

El-Alamein foi ainda palco de outras duas batalhas, a primeira em agosto e a última entre outubro e novembro de 1942. Nesta última, as forças britânicas, já contando com tanques americanos (CHURCHILL, 2005), conseguiram derrotar os alemães, em um embate que foi um dos principais pontos de viragem a partir dos quais as forças do eixo foram obrigadas a recuar até finalmente serem derrotadas (LIDDEL HART, 2011).

Um dos efeitos colaterais da participação egípcia na guerra foi a propulsão de certa prosperidade econômica. Contrariando a tendência histórica até então, Londres precisou fazer empréstimos do Cairo, totalizando em 400 milhões de libras esterlinas em 1945. A presença de tropas e funcionários dos Aliados aumentou a demanda por produtos egípcios, e isso também gerou 200 mil postos de trabalho, já que a guerra havia reduzido em muito a importação de produtos europeus. A prosperidade, contudo, ficou restrita basicamente às classes dominantes, e os trabalhadores rurais e urbanos, assim como as camadas médias, expressavam cada vez mais seu descontentamento com o *status quo*, e o governo se desgastava progressivamente. A aproximação do Partido Wafd aos britânicos e o vazamento de escândalos de corrupção com participação do governo e da corte do rei causavam o enfraquecimento dessas instituições. Outros grupos políticos passaram a ser mais atraentes. O Partido Comunista Egípcio ganhou mais visibilidade durante a guerra, devido à aliança entre Grã-Bretanha e União Soviética, especialmente entre trabalhadores urbanos sindicalizados. O movimento mais popular, todavia, era a reacionária Irmandade Muçulmana, conhecida por suas bem organizadas manifestações políticas e atos terroristas, além de construir escolas e instituições de seguridade social nas periferias do Cairo e Alexandria, angariando muito apoio entre os mais pobres.

Finda a Segunda Guerra Mundial, terminou o CSA britânico e foi consolidado o CSA americano. Seguindo essa grande mudança na economia-mundo capitalista, um dos primeiros efeitos imediatos foi o começo do desmonte das posses coloniais oficiais da Grã-Bretanha, com grande destaque para a Índia, a se independizar em 1947. A independência da Índia e das posses britânicas no Oriente Médio acarretaram em uma drástica redução na importância estratégica do Egito para Londres. Não obstante, os britânicos tentaram manter a todo custo sua presença militar no Egito. A História nos mostra que quando um ciclo de acumulação se encerra, o estado nuclear daquele ciclo *continua a ser um estado central*, detentor de grande parte do controle dos processos produtivos e política e militarmente proeminente no sistema interestatal — ainda que passe a se subordinar ao núcleo do novo ciclo de acumulação. A Grã-

Bretanha, ainda um importante nexos de comando da produção capitalista, não havia perdido o interesse na Zona do Canal, importantíssimo ponto da circulação global de mercadorias.

Foi no imediato pós-guerra que interesses americanos e britânicos começaram a entrar em conflito no mundo árabe/islâmico. É justamente no Egito que a contradição se acentuará, posto que é o país onde a presença britânica era proeminente e onde se despertavam os interesses estratégicos dos EUA, preocupados não apenas com as reservas energéticas da região, mas também com o poder de influência de seu maior rival, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Para melhor compreendermos a situação, é necessário novamente desviar-se do Egito para que tracemos um panorama da consolidação do CSA americano e da rivalidade dos EUA com a URSS em primeiro plano e, em segundo lugar, os antigos estados centrais europeus, dando destaque também para o crescimento da influência americana no Oriente Médio.

3.4 A consolidação do ciclo americano de acumulação de capital

Se o CSA americano se iniciou na virada do século XIX para o século XX, foi o período de *caos sistêmico* das duas guerras mundiais que consolidaram o ciclo e asseguraram sua hegemonia no sistema interestatal, a partir de 1945.

O confronto [entre 1939 e 1945] culminou na completa desintegração do mercado mundial e em violações sem precedentes dos princípios, normas e regras do Sistema de Westphalia. E mais, como as Guerras Napoleônicas, a Segunda Guerra Mundial agiu como uma poderosa correia de transmissão para a revolução social que, durante e depois da guerra, se espalhou por todo o mundo não-ocidental na forma de movimentos de libertação nacional. Sob o conjunto impacto de guerra e revolução os últimos resquícios da ordem mundial do século XIX foram eliminados e a sociedade mundial parecia uma vez mais estar em um estado de organização irremediável. (ARRIGHI, 2010, p.66).

Washington entrou na Segunda Guerra após o ataque japonês à base de Pearl Harbor no Havaí, em 1941. Os EUA tinham interesse em impedir as ações do Eixo, afinal, não podiam permitir o crescimento de rivais econômicos — a Alemanha e o Japão. As Forças Armadas dos Estados Unidos agiram tanto no Teatro do Pacífico quanto na Europa, a partir do desembarque na Normandia em 6 de junho de 1944. Não obstante, os grandes responsáveis pela derrota do nazismo na Europa não foram os americanos, mas os soviéticos, que também arcaram com o maior esforço de guerra e a maior parcela de mortes e destruição da infraestrutura (BANDEIRA, 2009; HARVEY, 2013). Heróica foi a batalha de Stalingrado (1942-1943), que conseguiu barrar a Whermacht e fazê-la recuar. Nesse processo, a URSS

acabou por conquistar os países do Leste Europeu (que em breve fariam parte do bloco soviético⁸¹), até finalmente adentrar Berlim em abril de 1945. Hiroshima e Nagasaki podem ser consideradas o epílogo da Segunda Guerra e o primeiro ato da Guerra Fria, uma demonstração de força para Moscou (BANDEIRA, 2009).

[...] além de testar a terrível arma em uma guerra real, [o presidente] Truman pretendeu, ao que tudo indicou, compelir o imperador Hirohito a render-se e terminar mais rapidamente o conflito, de modo que, no pós-guerra, só os Estados Unidos pudessem impor sua vontade ao Japão, sem participação dos aliados. Com esse feito, inaugurando a *diplomatie fondée sur la menace atomique*, Truman procurou impressionar, talvez intimidar a União Soviética, para que os Estados Unidos negociassem com ela a partir de uma posição de força. Ele não estava disposto a conciliar. (BANDEIRA, 2009, p.140).

Emergindo da guerra consolidados como substitutos da Grã-Bretanha como centro global de acumulação capitalista, o primeiro passo dos EUA rumo à hegemonia mundial foi liderar o sistema interestatal rumo à restauração dos princípios de Westphalia, e a partir daí, refazer e organizar o sistema de acordo com suas necessidades. Como no passado, essa capacidade dependia da generalização da percepção meio aos governantes e governados de que os interesses do estado ora dominante incorporavam um interesse geral que, aplicado, traria benefícios a todos. Tal percepção vinha da capacidade dos americanos de propor e de fato executar uma solução para os problemas em torno dos quais lutavam forças revolucionárias, conservadoras e reacionárias desde a eclosão de importantíssimo acontecimento no entre-guerras: a Revolução Russa de 1917.

Mesmo antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, poderosos movimentos de protesto social começaram a causar mobilizações ao redor do mundo [inclusive no Egito, como vimos no último capítulo]. Esses movimentos surgiam da dupla exclusão, de um lado, dos povos não-ocidentais, e, de outro, das massas não-proprietárias do Ocidente — exclusão na qual se baseava o imperialismo de livre comércio, exclusão a qual os movimentos queriam subverter. (ARRIGHI, 2010, p.64).

Sob os olhos dos britânicos, na época de sua hegemonia, os povos não-ocidentais não se qualificavam como comunidades nacionais. Antes disso, os holandeses haviam, por meio do sistema de Westphalia, dividido o mundo entre a Europa e o restante não-civilizado, e a Grã-Bretanha levou essa divisão mais adiante. Enquanto o direito dos países ocidentais em acumular capital foi elevado ao posto máximo, os povos não-ocidentais foram privados, tanto em princípio quanto na prática, dos mais elementares direitos de auto-determinação — o que,

⁸¹ Por “bloco soviético” nos referimos à União Soviética (composta pela Rússia, Ucrânia, Estônia, Geórgia, Bielorrússia, Armênia, Arzeibaijão, Kazaquistão, Kirguistão, Lituânia, Letônia, Moldávia, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) e sua esfera de influência no Leste Europeu: Bulgária, Tchecoslováquia, Romênia, Hungria, Polônia e Alemanha Oriental. A Iugoslávia não se alinhou à URSS.

evidentemente, se traduziu no colonialismo europeu. Simultaneamente, as nações que contituíam o sistema interestatal sob hegemonia britânica eram via de regra comunidades de proprietários das quais os não-proprietários eram excluídos (ARRIGHI, 2010).

No final do século XIX, dentro do contexto da intensificação das disputas interestatais, os movimentos de contestação a esse status quo começaram a ganhar volume. Mas o grande marco viria apenas em 1917, quando a Rússia se tornou o ponto focal da onda de rebelião. Levantando a bandeira da luta socialista pela emancipação da classe operária, dos povos oprimidos e da humanidade em geral, a Revolução levantou o espectro de uma onda contestatória sem precedentes. Depois da Segunda Guerra, com o grande aumento de poder tanto dos EUA quanto da URSS, foi criado o quadro para que o sistema interestatal fosse remodelado de forma a acomodar *algumas* demandas dos povos não-ocidentais e das classes trabalhadoras do Ocidente (ARRIGHI, 2010).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a todas os povos, “ocidentais” ou “não-ocidentais”, foi garantido o direito à auto-determinação, isto é, de se constituírem em uma comunidade nacional e, assim, serem aceitos como membros integrais do sistema interestatal. Nesse aspecto, a “descolonização” global e a formação das Nações Unidas, cuja Assembleia Geral uniu todas as nações em pé de igualdade, têm sido os mais significantes correlatos da hegemonia americana. (ARRIGHI, 2010, p.67).

Ao mesmo tempo, tornou-se a meta principal dos membros do sistema interestatal melhorar os padrões de vida de suas populações — na forma do consumo capitalista em massa (ARRIGHI, 2010). Evidentemente, trata-se de uma ideologia conveniente a ser propagada em um ciclo de acumulação de capital que está em sua fase de expansão material.

Com os países rivais destruídos ou enfraquecidos⁸², os EUA se encontraram em posição de incomparável segurança, detendo controle de seu hemisfério e os oceanos Atlântico e Pacífico. Segundo Arrighi (2010), os EUA foram o país mais beneficiado pela escalação dos conflitos mundiais.

⁸² Para além dos soviéticos, os americanos não estavam dispostos a negociar sua predominância com nenhum outro país ocidental. Melhor exemplo disso foi o tratamento dispensado, durante a Segunda Guerra e no imediato pós-guerra, à Alemanha. Para as ambições de dominação global dos Estados Unidos — sua posição como núcleo de acumulação de capital —, era uma necessidade que a Alemanha como força econômica, política e militar fosse destruída. O propósito do presidente americano Franklin Roosevelt era a rendição incondicional da Alemanha e sua ocupação como país derrotado, “[...] de modo que pudesse reparti-la, como desejava, em três ou mais Estados, sem indústria de armamento ou qualquer atividade militar” (BANDEIRA, 2009, p.135). Para isso, as Forças Armadas americanas lançaram mão de intensos bombardeios aéreos, atacando não apenas alvos militares, mas principalmente cidades, para aterrorizar a população civil (BANDEIRA, 2009). Ao final da guerra, mais de 70% das cidades alemãs estavam em ruínas graças ao despejo de milhares de bombas americanas e britânicas, atingindo cerca de 30 milhões de habitantes e matando aproximadamente 570.000 civis (BANDEIRA, 2009).

Enquanto o Canal da Mancha deixava a desejar em termos de insularidade na época da Segunda Guerra Mundial, o Oceano Atlântico era eficiente. Os EUA conseguiram notavelmente se abrigar da guerra hegemônica de 1914-1945. Ademais, na medida em que a economia mundial se desenvolvia e as inovações tecnológicas continuavam a reduzir as limitações de distância, a economia mundial cresceu a ponto de abranger todas as partes do mundo. A posição remota da América, então, se tornou cada vez menos uma desvantagem do ponto de vista comercial. De fato, quando o Pacífico começou a emergir como uma zona econômica rival do Atlântico, a posição dos EUA se tornaram central — uma ilha do tamanho de um continente com acesso ilimitado a ambos os maiores oceanos do mundo. (GOLDSTEIN, apud ARRIGHI, 2010, p.63).

Com seu território continental intocado pelas batalhas da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos em 1945 possuíam uma economia três vezes maior que a soviética e cinco vezes maior que a britânica. Também controlavam metade da produção industrial do mundo e três quartos de suas reservas de ouro. Os *policy makers* de Washington tinham o objetivo de configurar o sistema interestatal do pós-guerra de modo a preservar essa predominância, *i.e.* assegurar a reprodução do capital em escala planetária tendo os EUA como seu núcleo (ANDERSON, 2015).

Fora das áreas de influência soviética, a ameaça à predominância econômica estadunidense residia nos antigos impérios coloniais, especialmente o Império Britânico. As colônias eram, mais do que nunca, um obstáculo à vazão da produção industrial ianque, posto que estavam atreladas à acordos com suas metrópoles que dificultavam sua abertura ao mercado externo. Particularmente inconveniente às necessidades da classe capitalista americana era a Preferência Imperial, um sistema de reduções tarifárias e acordos de livre comércio entre as colônias do Império Britânico. Era necessária uma ampliação da Política de Portas Abertas: liberalizar o comércio em âmbito mundial. Nas negociações para o pós-guerra, que seriam oficializadas na Carta do Atlântico, os delegados de Washington deixaram claro que não mais aceitariam barreiras para suas exportações⁸³ e que Londres deveria abandonar a Preferência Imperial depois que cessassem as hostilidades (ANDERSON, 2015).

A mais conhecida ameaça aos interesses americanos, obviamente, era a União Soviética. Já no primeiro semestre de 1944 o avanço soviético era causa de aguda preocupação no gabinete do presidente Franklin Roosevelt, somado à eclosão de movimentos de resistência na Europa liderado por variadas correntes de esquerda, principalmente na França, Bélgica, Iugoslávia, Itália e Grécia. O regime soviético, por não respeitar a ideologia e

⁸³ O artigo VII da Carta sintetiza os imperativo da circulação de mercadorias de origem estadunidense: “[...] essa paz deve permitir que todos os homens cruzem os altos mares e os oceanos sem impedimentos” (NATO, 2009, sp).

a prática da propriedade privada dos meios de produção, era um inimigo muito mais radical dos EUA do que o próprio fascismo. Por isso a tarefa mais urgente para Washington era impedir que as duas regiões industriais avançadas entre os EUA e a URSS — o Japão e principalmente a Europa Ocidental — não caíssem nas mãos do chamado socialismo real (ANDERSON, 2015).

Desde o início, no entanto, os estrategistas norte-americanos estavam cientes de que o campo de batalha global era mais amplo. Outra paisagem os confrontava ao longo de vastos territórios na Ásia, África e América Latina. Estes não possuíam centros industriais de grande porte, tinham baixos níveis de alfabetização e eram muito mais atrasados em termos de estrutura social. Ao mesmo tempo, eram um tesouro de recursos naturais necessários para o funcionamento das economias avançadas e o desenvolvimento de poderosas tecnologias militares — petróleo no Oriente Médio, estanho e borracha no sudeste da Ásia, urânio e cobalto na África Central, cobre e bauxita na América do Sul e muito mais. Eles também acomodavam a grande maioria de população mundial. Mantê-los sob controle era, obviamente, fundamental. (ANDERSON, 2015, p.67).

A nova ordem econômica foi organizada por acordos comerciais e organizações multinacionais a fim de implementar principalmente a livre circulação do capital, o comércio multilateral e o câmbio livre (ARRIGHI, 2010). Da Conferência de Bretton Woods nasceu o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a finalidade de fornecer ajuda financeira e técnica aos países membros que porventura estivessem deficitários em sua balança exterior, sempre seguindo o princípio da condicionalidade. Desta forma, os países que recebiam ajuda eram obrigados a satisfazer determinadas exigências em relação a sua própria administração econômica, o que conferia ao FMI poder para ingerir de forma draconiana nas políticas internas dos Estados auxiliados (BANDEIRA, 2009). A instituição irmã do FMI, o *International Bank for Reconstruction and Development* (BIRD), conhecido mais comumente como Banco Mundial, tinha a tarefa de restaurar a economia dos países-membros destruídos pela guerra. Tanto o FMI quanto o Banco Mundial foram sediados em Washington, e os funcionários do Departamento do Estado e do Departamento do Tesouro americanos exerciam grande influência para que as duas instituições agissem de modo a respaldar os interesses e objetivos da política internacional dos EUA (BANDEIRA, 2009).

Ainda no plano econômico, uma das prioridades era reconstruir a indústria da Europa Ocidental de forma a atender os requisitos dos interesses empresariais americanos e absorver a superprodução industrial americana e criar oportunidades de investimento. Era esse o objetivo do Plano Marshall, que acabou por preparar o solo europeu para as grandes corporações americanas (CHOMSKY, 2004). Também existia a preocupação em barrar a

influência soviética, algo que dificilmente seria possível realizar *manu militari*. Ainda que possuíssem a bomba atômica, os EUA então dispunham de apenas 12 artefatos, e o Exército Vermelho detinha gigantesca superioridade de homens e armamentos. Já havia ocupado o continente até Berlim, e de lá poderia facilmente chegar à Península Ibérica e dominar o resto da Europa (BANDEIRA, 2009). Por isso era mais recomendável o emprego de meios econômicos, os quais os EUA tinham em abundância, para ajudar a reconstrução da Europa Ocidental e evitar que ela fosse eventualmente atraída para a órbita soviética (BANDEIRA, 2009). Também foi nesse sentido que os EUA prestaram ajuda financeira ao Japão, Coreia e Taiwan, geograficamente muito próximos à esfera do chamado socialismo real, especialmente depois da Revolução Chinesa em 1949 (HARVEY, 2013).

No âmbito político-diplomático, as potências capitalistas dos Aliados, buscaram, logo depois da derrota alemã, conformar a ordem política sob a direção de um grupo formado pelas potências vitoriosas. Contudo, não era possível ignorar a União Soviética, que havia destruído a *Wehrmacht* e ocupado o Leste Europeu. Surgiu aí a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo Conselho de Segurança foi constituído por cinco países com poder de veto: EUA, URSS, Grã-Bretanha, França e China — expressão e resultado das conferências de Ialta e Potsdam, onde foi decidida entre as potências ocidentais e a URSS a divisão do mundo em esferas de influência. “A Europa foi repartida entre os Estados que estavam sob o domínio do Exército Vermelho e aqueles que de uma forma ou de outra se aliarão ao Ocidente, entendido como Estados Unidos e Grã-Bretanha.” (BANDEIRA, 2009, p.138). No entanto, mesmo dentro do Conselho de Segurança, o desequilíbrio de poderes era evidente. Progressivamente as Nações Unidas passaram a ser tratadas como meros instrumentos usados pelos Estados Unidos para atingirem seus objetivos (MÉSZÁROS, 2007). Quando não atende aos ditames americanos, a ONU é simplesmente ignorada. Esta e outras agências se tornaram irrelevantes nas últimas décadas por não seguirem as ordens dos Estados Unidos, e, durante o governo Clinton, até mesmo os “falcões” da análise política (*i.e.* planejadores e comentaristas ultraconservadores) tinham receio de tamanho desprezo pela ordem mundial (CHOMSKY, apud MÉSZÁROS, 2007).

E, por último, mas não menos importante, existe o aparato militar de alcance global utilizado para dar apoio à manutenção e expansão do capitalismo americano. Para além das numerosas bases militares instaladas em dezenas de países ao longo das décadas seguintes (MÉSZÁROS, 2007), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujos principais membros eram os EUA, a Grã-Bretanha e a França, se configurou no braço militar combinado

das grandes potências capitalistas e outras menos importantes. Seus membros se garantem mutuamente quanto a não agressão entre si e à cooperação na área de segurança e ajuda mútua no caso de ataques externos (BANDEIRA, 2009). O Tratado de Bruxelas, que deu origem à OTAN, foi assinado em 1948. Os EUA aderiram em 1949 e logo se tornaram predominantes na organização, estabelecendo uma rede de pactos e alianças que lhes permitiram “[...] determinar a vontade de outros Estados, de acordo com seus próprios interesses imediatos e permanentes” (BANDEIRA, 2009, p.166). Os outros países-membros, embora pouco satisfeitos com a supremacia americana, aceitavam-na como um preço a pagar pela proteção contra a máquina militar do chamado socialismo real (HOBSBAWM, 2010). Ademais, a OTAN e seus pactos internos ajudavam a evitar que as contradições do desenvolvimento do capitalismo desembocassem em novas guerras entre as potências (HARVEY, 2013).

A nova configuração do sistema interestatal se traduziu no Oriente Médio e no Norte da África, na época principalmente por meio da disputa pelas reservas energéticas. Embora no período da guerra o Golfo Pérsico produzisse apenas 5% do petróleo contra 63% dos Estados Unidos, especialistas ligados ao governo americano tinham informações suficientes para perceber que o centro de gravidade da produção petroleira se deslocaria para o Oriente Médio nos anos seguintes (FUSER, 2005). A partir daí, a presença militar americana na região tornou-se constante. A Grã-Bretanha só foi capaz de garantir suas posições no Mundo Árabe durante a Segunda Guerra por meio do auxílio econômico e militar dos EUA (FUSER, 2005). Enquanto a extração de petróleo nas áreas controladas por empresas britânicas caía por falta de capital, aumentava a produtividade nos setores americanos, principalmente no Bahrain e na Arábia Saudita (FUSER, 2005). As companhias petrolíferas americanas, por sua relação com os regimes locais, tornaram-se a expressão perfeita da nova forma de dominação — centrada na ação de empresas multinacionais — que os EUA propagariam pelo globo nas próximas décadas.

Alguns dos primitivos acordos de concessões petrolíferas, e mesmo alguns feitos no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, davam virtualmente às companhias petrolíferas americanas a soberania sobre os territórios implicados. Concediam às companhias o direito de explorarem o território nacional sem qualquer obstáculo. Depois, se elas descobrissem reservas de petróleo, o direito de determinar por si só se deviam ou não serem exploradas, e se decidissem explorá-las, até onde pretendiam fazê-lo. E tudo isto em troca de um pequeno pagamento de royalties e de uma parte nos lucros, cuja determinação, em qualquer caso, dependia dos cálculos feitos pelas ditas companhias. (ODELL, 1974, p.31).

Concluída a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a exercer papel mais ativo na política regional. Sua atuação nesse quesito foi complexa e aparentemente

contraditória. Com o objetivo de atropelar os regimes coloniais franceses e britânicos, favoreceram movimentos de independência árabe capitaneados pelas burguesias nacionalistas locais. A crescente necessidade das reservas energéticas e a pressão do lobby dos trustes de petróleo sobre a administração Truman (1945-1953) fizeram o governo americano procurar acelerar a saída inglesa (KOLKO, 2006). De qualquer modo, após a declaração de independência da Índia em agosto de 1947, a Inglaterra perdeu parte do interesse estratégico pelo Oriente Médio — afinal, não havia mais a “maior jóia do Império” a salvaguardar (BANDEIRA, 2009). Não obstante a diminuição massiva da presença militar, a atuação inglesa na região continuou, ainda que reduzida — tal fonte de investimentos, petróleos e mercados não podia ser totalmente descartada (HOURANI, 2006).

Além das questões diretamente econômicas, o novo contexto da Guerra Fria exigia que a Casa Branca não deixasse pontos no planeta livres de sua presença, sob o risco deles serem ocupados pela URSS (HALLIDAY, 2011). Moscou exercia forte poder de atração sobre as lideranças do nacionalismo árabe, de modo que se tornou estrategicamente impossível para os Estados Unidos permitir o livre desenvolvimento de governos nacionalistas e neutros, espaços férteis para a influência soviética⁸⁴ que, se generalizada, seria um grande empecilho à reprodução do capital norte-americano. Os Estados Unidos iniciaram, geralmente por meio da Agência Central de Inteligência (CIA), criada em 1947, uma série de operações secretas para derrubar os regimes nacionalistas da região. Na medida em que conseguiam impedir o fortalecimento de governos e movimentos independentistas⁸⁵, os Estados Unidos construíram alianças bilaterais com regimes repressivos, tais como o Kuwait e a Jordânia, que se tornaram alvos de financiamentos militares, compradores de armas e experiência técnica e mercado consumidor para as multinacionais norte-americanas (SAID, 2011). Sinal do sucesso da manipulação da política árabe é que entre 1940 e 1967, as empresas americanas aumentaram o controle das reservas de petróleo do Oriente Médio de

⁸⁴ De fato, entre 1955 e 1974, a URSS se estabeleceu como grande aliada de regimes árabes nacionalistas, como o Egito, o Iraque, a Síria e o Iemen do Sul, tornando-se significativo contraponto ao domínio americano (HALLIDAY, 2012).

⁸⁵ Entre 1956 e 1957 foram feitas várias tentativas frustradas de retirar o primeiro ministro nacionalista sírio Sabri al Asali (BLUM, 2004). Foi também em 1957 que a política externa para o Oriente Médio foi oficializada na Doutrina Eisenhower. Sua retórica afirmava que “os Estados Unidos consideram vital para seus interesses a para a paz mundial a identidade e integridade das nações do Oriente Médio”, e que o governo americano estaria “preparado para usar suas forças armadas para assistir” qualquer país da região “que requisitasse assistência contra agressões armadas de qualquer país controlado pelo comunismo internacional” (apud BLUM, 2004, p.88). Em 1958, tropas americanas invadiram o Líbano para garantir a continuidade do governo pró-ocidental do presidente Michel Chamoun, ameaçado pelo crescimento de movimentos nacionalistas de oposição que exigiam distanciamento das políticas de Washington (BLUM, 2004).

10% até chegar aos 67%, ao mesmo tempo em que as reservas britânicas caíram de 72% para 30% na mesma época (HARVEY, 2013).

Grosso modo, assim foi o processo em que os Estados Unidos, na medida em que se firmavam como centro de acumulação capitalista, se apoderaram do Mundo Árabe, já afirmado como área periférica na época do domínio britânico, e mantiveram essa condição periférica, por meios sobretudo econômicos — como expresso mais claramente pelas multinacionais petroleiras —, respaldados por movimentos políticos e militares. Trata-se de uma área periférica indispensável — em grande parte por conta do controle das reservas de petróleo⁸⁶ — para que os Estados Unidos se mantenham como centro de acumulação de capital.

Após essa breve recapitulação da consolidação da hegemonia americana no mundo, do aumento de sua influência no Oriente Médio, e sua preocupação em conter a União Soviética, torna-se patente a impossibilidade histórica de a Inglaterra ser bem sucedida em sua insistência em manter presença no Egito.

Ao longo deste capítulo abordamos vários elementos: a conquista da independência formal egípcia, a decadência e fim do CSA britânico, o surgimento de movimentos contestatórios no Egito, a insistência dos britânicos em lá manter sua presença, o surgimento e consolidação do CSA americano, a rivalidade dos EUA em relação à URSS e o interesse americano no Oriente Médio. No próximo e derradeiro subitem deste capítulo, o foco será dirigido na ascensão e tomada de poder dos Oficiais Livres do Egito, o distúrbio causado por Israel no Oriente Médio e o acirramento do conflito de interesses entre EUA e Grã-Bretanha na região.

As questões a serem tratadas abaixo e os pontos já abordados constituem os elementos principais que, relacionados, eclodirão na Crise de 1956 em Suez, e ao fim definitivo da dominação britânica no Egito.

⁸⁶ O petróleo foi a matéria prima mais importante do século XX e serve como fonte de energia para quase todas as necessidades imediatas (FUSER, 2005). “Na forma de gasolina, óleo diesel e querosene, entre outros derivados, o petróleo responde por 95% da energia destinada aos meios de transporte, no mundo inteiro. É também um dos principais combustíveis utilizados na geração de eletricidade, além de servir de matéria-prima para uma infinidade de produtos, como os plásticos, os fertilizantes, os tecidos sintéticos e os explosivos. Atualmente, o petróleo fornece 39,3% de toda a energia consumida no planeta [...]” (FUSER, 2005, pp.32/33).

3.5 Do fim da Segunda Guerra Mundial à Crise de Suez: o canto do cisne britânico no Egito (1945-1956)

O final da Segunda Guerra foi seguido por uma onda de movimentos anticoloniais nos países periféricos. Segundo Judt (2008), os britânicos já não alimentavam esperanças realistas de manter seu legado colonial.

Os recursos do país estavam extremamente escassos, e os custos de manutenção, até mesmo do império índico, já não eram contrabalançados por vantagens econômicas ou estratégicas; enquanto, em 1913, as exportações destinadas ao subcontinente índico chegavam a quase um oitavo do total das exportações britânicas, depois da Segunda Guerra Mundial estas representavam apenas 8,3% com tendência à queda. Em todo caso, era evidente que a pressão em prol da independência se tornara irresistível. (JUDT, 2008, p.301).

Em 1947 a Índia, o Paquistão e a Birmânia conquistaram a independência, e o mesmo ocorreu no Ceilão em 1948. O processo foi violentíssimo — milhões de hindus e muçulmanos foram massacrados em faxinas étnicas e massivos deslocamentos populacionais que se sucederam. Todavia, para os funcionários e residentes britânicos da região, o recuo colonial foi relativamente tranquilo. No território da Palestina, a Grã-Bretanha abandonou suas posições em 1948 meio ao crescente antagonismo entre árabes e judeus sionistas. No Iraque, Londres e Washington tinham interesses em comum relacionados às reservas de petróleo, e lá os americanos progressivamente tomaram o lugar dos britânicos como influência externa predominante (JUDT, 2008).

Dentro desse contexto, o governo egípcio tentou, nos anos imediatamente após 1945, entrar em um acordo com os britânicos para revisar os tratados de 1936, sem sucesso. O turbilhão social, embora não tenha chegado aos níveis de 1919, se agravou consideravelmente. Em fevereiro de 1945 o Primeiro Ministro Ahmad Mahir foi assassinado apenas quatro meses antes de ter assumido o cargo. No ano seguinte, uma manifestação estudantil saiu de controle quando a polícia abriu a ponte movediça sob a qual marchavam os estudantes, fazendo com que mais de 20 deles morressem afogados no Nilo. Não demorou até as manifestações contra o governo e a influência britânica tornarem-se recorrência diária, com destaque para organizações estudantis e sindicatos.

A população Egípcia estava farta de ser tratada como um país independente apenas no nome, mas na prática, como uma colônia britânica. O novo governo trabalhista britânico compreendeu os riscos e retirou suas tropas do Cairo e Alexandria, concentrando-as na Zona do Canal de Suez. Depois que a Índia e o Paquistão se tornaram independentes em 1947, todavia, os britânicos passaram a ver Suez como sua rota vital. O Canal continuou importante, eles argumentaram, para o carregamento de

petróleo do Golfo e sua defesa, e então a Zona do Canal se tornou a maior base militar fora do bloco Comunista. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.134/5).

Por essa época, já eram inegáveis os interesses americanos em trazer o Egito para sua esfera de influência. A instabilidade social no Egito preocupava Washington de sobremaneira. Quem quer que ganhasse força — nacionalistas, comunistas ou fundamentalistas islâmicos — não dava sinais de facilitar a influência americana no país. Nos últimos dias da Segunda Guerra, colocava-se a questão de como os EUA suplantariam o Reino Unido nas antigas concessões do Império Britânico. Fazer uma transição segura dependeria, concordaram os *policymakers* de Washington, na habilidade em convencer o rei Farouk e outros líderes do Oriente Médio que os EUA não permitiriam que os velhos poderes colonialistas clamassem pelas possessões de antes da guerra, e que estavam de fato pronto para oferecer ajuda econômica e talvez militar, para assegurar independência e segurança interna desses países.

Tudo isso teria que ser abordado para facilitar a transição da velha ordem colonial para uma nova política global liderada pelos EUA, sem permitir que nacionalistas extremistas ou, pior, comunistas, tomassem vantagem da situação. Em 13 fevereiro de 1945, dois dias depois do fechamento da Conferência de Ialta, Roosevelt se encontrou com o Rei Farouk e lhe aconselhou que fizesse a reforma agrária e distribuísse a terra para os felahin, e colocar pelo menos 100.000 acres de terra em um programa contínuo de irrigação do governo. Era uma forma de garantir a estabilidade interna egípcia e evitar que o país caísse nas mãos de radicais ou nacionalistas. Roosevelt queria a reforma agrária no Egito para evitar uma revolução. Também foram conversadas, no encontro, as expectativas sobre as relações comerciais entre os dois países. Esperava-se, com o fim da guerra, o crescimento da compra americana de algodão egípcio, entre outros produtos (GARDNER, 2011). Porém, as recomendações quanto à questão agrária não puderam ser atendidas.

[...] a família real possuía um décimo das terras aráveis do Egito, a maior fonte de riqueza e poder em uma sociedade agrária. Mesmo se Farouk houvesse cedido suas terras, muito dificilmente ele teria conseguido persuadir os outros [...] [proprietários] a seguir seu exemplo. O Egito tinha um crescente número de médicos, advogados, economistas, professores e outras pessoas instruídas. Todas concordaram que a brecha entre os ricos e os pobres devia ser reduzida. Ainda assim, [...] [muitos latifundiários com cargos importantes no governo] seriam prejudicados se as terras fossem redistribuídas (GOLDSCHMIDT, 2008, p.136).

Enquanto isso, o plano americano Lend-Lease, de ajuda financeira, foi estendido para o Egito para solidificar as duas nações depois da guerra. Ajuda foi dada seguindo esforços diplomáticos para assegurar leis de investimento favoráveis para encorajar companhias joint-stock com firmas americanas (GARDNER, 2011).

Londres relutava entregar Suez, mesmo face ao crescente sentimento nacionalista. Era consenso para a equipe de Roosevelt que uma das missões da América era ajudar na transição de saída do Reino Unido no caso de Suez e em situações similares em outros lugares. Os *policymakers* americanos estavam cientes que sabotar os britânicos no Oriente Médio não era um caminho para alcançar os objetivos americanos na região. O líder da equipe de planejamento do Departamento de Estado, George Kennan, autor do famoso *Artigo X*, “As fontes da conduta soviética”, que resumizou a política de contenção da guerra fria⁸⁷, insistiu que não seria desejável tentar duplicar as instalações estratégicas britânicas no Oriente Médio como a base de Suez, porque para começar, as instalações britânicas estariam disponíveis para os EUA em caso de uma guerra com a URSS. Tentar tirar as bases britânicas enfraqueceria os aliados e poderia abrir espaço para os inimigos soviéticos. Os americanos ainda precisavam de suporte militar britânico para defender seus interesses estratégicos. Porém, se aliar a um poder colonial arriscava alienar forças anticoloniais poderosas que se erguiam na Ásia e na África, e possivelmente torná-las simpáticas à URSS (GARDNER, 2011).

O agravante era a questão palestina. EUA eram cuidadosos, não queriam desagradar os árabes quanto à Palestina e a iminente fundação de Israel. A declaração de Truman, à época, foi a seguinte:

Há tensão contínua no Oriente Próximo como resultado da questão Palestina, e como temos interesses na área que são vitais para os EUA, sentimos que esse assunto deve ser tratado com o maior cuidado e tendo em vista os interesses a longo prazo para nosso país. (apud GARDNER, 2011, p.11).

Enquanto isso, a URSS apoiou tanto árabes quanto israelenses. Declararam apoio à partição da Palestina em 1947. Experts americanos concluíram que os russos tentariam influenciar o Oriente Médio via Israel, depois de terem sido barrados em outros países pela Doutrina Truman (GARDNER, 2011). De fato, em 1947 e 1948, a URSS apoiou veementemente a criação de Israel, com Stalin participando em primeiro plano da defesa da criação e apoio, tanto diplomático quanto militar⁸⁸. Já em 1945 Moscou começou a vender

⁸⁷ Kennan: “Nós temos 50% da riqueza mundial mas apenas 6,3% de sua população... Nessa situação, nós não podemos evitar ser o objeto de inveja e ressentimento. Nossa tarefa real no período à frente é elaborar um padrão de relações [internacionais] que nos permita manter essa posição de disparidade sem que nossa segurança nacional seja ameaçada.”

⁸⁸ “O desejo [soviético] [era] de solapar as posições britânicas no Oriente Médio (objetivo perseguido também por Truman, não por acaso de acordo também em apoiar a fundação do Estado de Israel) e de conseguir o apoio ou pelo menos a benevolência das comunidades judias americanas e europeias durante a Guerra Fria, a esperança de que o novo Estado, fundado com a contribuição decisiva de imigrantes provenientes da Europa oriental e de orientação não poucas vezes de esquerda, iria assumir uma posição filo-soviética. (LOSURDO, 2011, p.228).”

armamentos aos sionistas por intermédio da Iugoslávia. Três anos depois, com a colaboração da Tchecoslováquia, a URSS forneceu novas armas e organizou o fluxo de jovens judeus do leste europeu que reforçaram o exército do Estado judeu contra os países árabes (LOSURDO, 2011).

Enquanto se adensava o auxílio soviético, o rei Farouk se encontrou em 1947 com representantes da Síria, Líbano, Iraque, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen e ficou concordado que esses países uniriam forças para lutar, pelas armas, contra qualquer plano de partição da Palestina e criação de um estado judeu em território palestino (GOLDSCHMIDT, 2008). Em 1948 Farouk decidiu mobilizar as forças para lutar contra o novo estado sionista em formação. O principal motivo para Farouk ir à guerra era para impedir que o emir da Transjordânia, Amir Abdallah, um antigo rival, ocupasse a Palestina caso os árabes ganhassem. O primeiro ministro egípcio e seu gabinete desaconselharam Farouk veementemente, afirmando que o exército não estava pronto para um embate. Porém, a maioria da população egípcia era a favor da guerra, já que a decisão da ONU quanto à partição da Palestina causou grande desagrado meio ao público árabe muçulmano, e assim Farouk viu no combate uma forma de desviar as atenções dos problemas internos e assim tentar apaziguar o Egito.

Quando eclodiu a guerra, os israelenses sofreram alguns reveses no início, fizeram seus inimigos recuar em todas as frentes. Surpreendendo a maioria dos observadores da época, Israel foi extremamente bem sucedida, ocupando mais territórios do que lhe havia sido designada nos acordos da ONU. Também fizeram movimentos para invadir a Península do Sinai, mas Londres ameaçou invocar o Tratado Anglo-Egípcio de 1936 e os sionistas recuaram. Os planos israelenses de expulsão dos palestinos fizeram com que milhares de refugiados cruzassem as fronteiras dos países vizinhos. Uma delegação egípcia negociou o armistício com Israel, seguida pelos outros estados árabes envolvidos. Dois mil soldados egípcios foram mortos, e os oficiais culpavam o Rei, a corte e o parlamento pelo desperdício de vidas e recursos em uma guerra na qual não havia a possibilidade de vencer. O rancor se agravou quando começaram a circular no exército evidências de que alguns políticos próximos ao rei haviam participado da venda de armas defeituosas para as tropas.

O governo tentou mitigar a situação anunciando eleições parlamentares para Janeiro de 1950. Quando esta chegou, o Wafd venceu a maioria dos assentos, com 40% dos votos. A partir daí até 1952 o governo tentou empreender reformas para melhorar as condições de vida

dos trabalhadores urbanos e rurais. O ministério da educação aboliu as tarifas para o ensino secundarista e técnico e foram construídos centros de serviço sociais em muitas vilas, além de ser implantado um sistema de seguridade social para viúvas, órfãos, deficientes e idosos.

O Partido Wafd retomou sua campanha para retirar os britânicos do Egito e do Sudão, mas as negociações foram difíceis, porque a perda da Palestina, a guerra civil grega e o início da guerra na Coreia fortaleceram a determinação britânica de manter seus 80 mil homens, além de equipamentos no valor total de um bilhão de dólares, para o caso de uma guerra entre EUA e URSS. Também havia o problema do Sudão. Londres estava mais receptiva às exigências de autodeterminação do Partido Umma do Sudão do que do desejo egípcio por unificar o vale do Nilo, que ficava entre território egípcio e sudanês. Em 1947 os administradores britânicos em Cartum elaboraram um projeto de constituição para um Sudão Anglo Egípcio, que previa um corpo legislativo popularmente eleito. O governo egípcio, porém, era receoso de que a presença britânica no Sudão fosse fazer pender as eleições para o lado do Umma, e não do Partido Ashiqa, que era pró-egípcio. Por isso eles se opuseram a esse projeto e ignoraram as eleições sudanesas. Em 1951, o Parlamento unilateralmente revogou o Tratado Anglo-Egípcio de 1936 e declarou Farouk rei do Egito e do Sudão.

Os nacionalistas radicais agora podiam alegar que a presença de tropas britânicas no Canal de Suez era ilegal e poderia ser rechaçada pela força. Trabalhadores egípcios nos campos militares britânicos entraram em greve, enquanto fiscais de alfândega começaram a reter o envio de produtos que eram destinados à base, trabalhadores do cais se recusavam a descarregar cargas britânicas e comerciantes se recusavam a vender suas mercadorias e serviços. As tropas britânicas retalharam ocupando as estradas e pontes próximas à zona do canal, além da casa de alfândegas de Suez. O governo egípcio sumariamente demitiu seus empregados britânicos e abertamente encorajou estudantes, trabalhadores e apolícia a se tornarem fedayeen (muçulmanos que se sacrificam por uma causa) e atacarem as tropas britânicas no Canal. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.140).

No dia 25 de janeiro de 1952, as tropas britânicas atacaram o quartel de polícia da cidade de Ismailia, que havia provado ser um foco forte de problemas, e mais de 50 egípcios foram mortos no confronto. O massacre engendrou, logo no dia seguinte, uma manifestação gigantesca no Cairo, envolvendo a categoria policial, estudantes, o Partido Wafd, a Irmandade Muçulmana e o Movimento Jovem Egito. Alguns desentendimentos no centro rapidamente deram lugar a uma onda de distúrbios, saques e vandalismo. A multidão ateou fogo a edifícios considerados símbolos do Ocidente e da influência estrangeira, como hotéis, cassinos e restaurantes. Um total de 400 prédios foram destruídos e 30 pessoas morreram. O exército foi convocado para restaurar a ordem e foi decretada lei marcial. O episódio, que veio a ser

conhecido como o Sábado Negro, foi extremamente significativo (GOLDSCHMIDT, 2008). Nove britânicos foram assassinados de forma que exprime eloquentemente o ódio egípcio a décadas de dominação: quatro deles foram estripados e um foi pisoteado até a morte (GARDNER, 2011).

Ninguém conseguiu provar quem começou o “Sábado Negro”. Provavelmente não foi a Irmandade Muçulmana, que ainda estava se recuperando de repressões sofridas recentemente e de sua reputação de fanatismo. Alguns suspeitaram que o Movimento Jovem Egito havia começado a incendiar o Cairo, logo seguidos por outros grupos e gangues de rua. É possível que Farouk tenha mandado alguns de seus agentes para provar que os Wafd eram incapazes de governar. Alguns egípcios acusaram os britânicos de usar os incêndios para fazer cair em descrédito os movimentos nacionalistas do Egito e obrigar o governo a pedir que as tropas inglesas restaurassem a ordem. O consenso é que nenhum grupo foi o único responsável. O Sábado Negro foi a expressão coletiva da hostilidade de muitos egípcios ao Ocidente e sua riqueza, poder e influência cultural. Também expôs a falência do velho regime. Depois do episódio. O reino de Farouk durou apenas mais seis meses. [...] [O rei] tentou fortalecer seu controle sobre os oficiais do exército concentrando os lealistas contra os dissidentes. Mas havia poucas opções; seu regime estava condenado, e o debate público girava em torno de quando e por quem ele seria derrubado. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.149).

Na esteira das revoltas populares no Iêmen em 1948, na Síria em 1949 e do assassinato do Rei Abdullah da Jordânia (ex Transjordânia) em 1951, parecia eminente que Farouk fosse seguir o mesmo caminho. Em 1952, a monarquia finalmente foi derrubada. O feito foi realizado pelo movimento dos *Oficiais Livres do Egito*.

Voltemos à década de 1930. Quando do Tratado Anglo-Egípcio de 1936, a Academia Militar do Egito, até então reservada apenas a membros das classes dominantes, foi aberta para qualquer estudante secundarista que passasse por um processo seletivo, o que levou à entrada de muitos membros de camadas sociais mais modestas. Foram alguns desses cadetes que fundaram o Movimento dos Oficiais Livres. Os relatos sobre os anos iniciais da formação do movimento, no final dos anos 1940, são variados e frequentemente conflitantes, mas podemos considerar um marco da organização o documento dos seis pontos de orientação por eles estabelecidos em 1951: *1) destruir a ocupação britânica e seus apoiadores egípcios; 2) eliminar o que eles consideravam como relações econômicas feudais e desenvolver o país; 3) acabar com a dominação capitalista do poder político; 4) estabelecer a igualdade social; 5) formar um exército popular forte; 6) estabelecer um regime democrático*. Esses pontos de fato eram generalistas, e isso se deve ao fato de que os Oficiais Livres não possuíam ideologia definida. Seus membros eram ecléticos: encontrava-se adeptos ao islamismo, comunismo, fascismo e todo tipo de moderados, e os seis pontos de orientação recebiam interpretações

variadas de acordo com a matriz ideológica de cada integrante. A maioria não pensava em governar o país a longo prazo, mas apenas cumprir esses pontos e voltar para o quartel (KANDIL, 2011; GOLDSCHMIDT, 2008).

De forma imediata, o que impeliu os oficiais para o planejamento e para a ação foram a humilhação nacional de 1942, quando o exército britânico cercou o palácio de Farouk, o que denotou a real falta de autonomia egípcia; e principalmente a derrota para Israel em 1948. A moral entre os combatentes estava tão baixa que entre setembro e dezembro de 1948, 28 oficiais e 2100 soldados foram presos no campo de batalhas e deportados para o Egito por fazer motim. Soldados enfurecidos voltaram para casa e encontraram milhares de seus conterrâneos trancafiados em centros de detenção: o rei encontrou na guerra palestina uma boa oportunidade para declarar lei marcial e silenciar a oposição. Farouk queria que o exército terminasse o serviço e silenciasse a oposição⁸⁹. A derrota para Israel foi o que politizou a corporação de oficiais, colocando-a na oposição ao governo, responsabilizado pela derrota (KANDIL, 2011).

O golpe dos Oficiais Livres em 1952 foi uma oportunidade que os Estados Unidos encontraram de fundamentar sua influência no Egito. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha, extremamente recuada no Oriente Médio, relutava em entregar suas posições egípcias. Tanto Londres quanto Washington estavam sob alerta para os perigos do nacionalismo fora de controle desde 1950, quando Mohamed Mossadegh foi eleito primeiro ministro no Irã e nacionalizou a petroleira inglesa Anglo Iranian Oil Company (KINZER, 2004; COGGIOLA, 2007). No caso egípcio, era necessário não perder controle da Zona do Canal. Tanto a base militar em Suez e o canal em si eram vistos como um ponto importante para lançar ataques contra a União Soviética no caso de uma guerra na Europa e na Ásia, e especialmente para manter uma base militar no Oriente Médio para prevenir que países da região fossem tomados por nacionalistas que não pudessem ser controlados — como no caso de Mossadegh — ou por simpatizantes dos soviéticos. Conectar o Egito a uma organização de defesa ocidental também o transformaria, potencialmente, num agente apaziguador de conflitos intra-árabes e do conflito Israel-Palestina.

Dessa forma, o Egito era considerado a chave para uma política de “contenção” especial para o Oriente Médio, que, como a política da OTAN na Europa, funcionaria em várias direções. A OTAN não seria apenas a proteção contra a União Soviética, mas também [...] resolveria a rivalidade franco-germânica do último século. Por todas

⁸⁹ O rei delegou essa tarefa ao exército depois que a polícia não se digna de confiança, tendo organizado greves anti-governamentais no ano anterior, em outubro de 1947.

essas razões a explosão de violência entre as tropas britânicas e a polícia egípcia em Ismailia no 25 de janeiro de 1952 foi um aviso para Washington de que os Estados Unidos estavam sob risco de serem colocados em uma situação que poderia acabar mal e levar a uma recusa por parte do Egito de desempenhar qualquer papel no grupo de nações do “mundo livre” liderado pelos americanos. (GARDNER, 2011, pp.38/9).

Por isso, os *policymakers* americanos adotaram a medida de não mandar tropas para auxiliar os britânicos contra a insurreição egípcia. Na avaliação do Departamento de Estado americano, os britânicos já não tinham mais condições políticas de manter suas posições em Suez de forma estável, e tentar ajudá-los seria contraproducente e poderia dificultar futuras alianças entre Washington e o Cairo. Depois da guerra, Londres havia construído uma grande base aérea na zona do canal, manteve lá 80 mil homens (violando o tratado de 1936) e equipamentos militares no valor de 1 bilhão de dólares. Também pretendia expandir sua presença militar na região por meio de bases na Líbia, além de manter presença militar no Egito e no Sudão. Suez era fundamental para a intenção britânica de preservar alguma presença em âmbito global no pós-guerra, mesmo que seu império formal estivesse desaparecendo. Seus planos acabaram por criar tensão com Washington, que via a batalha entre os nacionalistas egípcios e ingleses como um desgaste desnecessário que, potencialmente afastando o Egito do bloco ocidental, poderia favorecer os soviéticos. Em junho de 1952, o secretário de relações exteriores britânico, Anthony Eden, recebeu de Washington o alerta de que o uso da força para manter as posições em Suez seria um erro terrível cujas consequências seriam incalculáveis (GARDNER, 2011).

Um mês depois, no dia 23 de julho, o Movimento dos Oficiais Livres executou um bem sucedido golpe de estado que derrubou Farouk, ainda que não tenha imediatamente abolido a monarquia. O parlamento foi dissolvido, mas a administração foi deixada nas mãos de um primeiro-ministro civil e um gabinete, os quais os militares tentavam influenciar. De início, Nasser e seus associados não procuravam um papel direto na administração do Estado. Os Oficiais não pensavam em mudar o regime político, mas reforma-lo, e mesmo para isso não possuíam um plano desenvolvido. Havia, contudo, consenso quanto ao objetivo de forjar um sistema político reformado que seguisse a mesma linha de funcionamento do sistema parlamentar que eles haviam acabado de derrubar, mas com significativos dispositivos contra a corrupção e os excessos típicos da política egípcia pré-golpe. Para isso, seria essencial que a velha guarda dos políticos se retirasse de cena, voluntariamente ou à força, e fosse substituída por pessoas com princípios morais semelhantes aos dos Oficiais Livres (COOK, 2013).

No plano econômico, as primeiras medidas foram tomadas no sentido de tentar amenizar a desigualdade social. Com a ajuda de intelectuais de esquerda, os Oficiais elaboraram um plano de reforma agrária⁹⁰. À época, cerca de 1,5% dos proprietários de terra controlavam 35% das terras cultiváveis. Pela nova legislação, as propriedades individuais não poderiam exceder 200 fedans (ou 210 acres). Quando Ali Mahir, o primeiro ministro escolhido pelos oficiais, se opôs à reforma agrária, foi retirado do cargo, em novembro de 1952, e substituído pelo General Mohammed Naguib (COOK, 2013).

A retirada de Mahir deixou claro que o governo do novo regime. Em outubro, os Oficiais começaram a esboçar um plano de desenvolvimento econômico a ser dirigido pelo estado, por meio do estabelecimento do Conselho Permanente para o Desenvolvimento da Produção Nacional, cuja tarefa central seria redirecionar o cerne da economia egípcia da agricultura para a indústria. Assim como a reforma agrária, o esforço para mudar as bases da economia egípcia era um golpe no poder das antigas elites econômicas agrárias, o principal sustentáculo interno da monarquia que havia sido derrubada⁹¹ (COOK, 2013).

Em de janeiro de 1953, foram ilegalizados todos os partidos políticos do Egito. No mesmo mês, foi fundado o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), formado pelos líderes dos Oficiais Livres. A intenção era que o CCR, tendo o primeiro ministro Naguib como autoridade máxima, governasse o país por um período de transição de 3 anos, depois dos quais o governo do Egito seria entregue à população civil. Um grupo de 50 figuras políticas de confiança foi convocado para elaborar uma nova constituição. O golpe de julho passou a ser referido oficialmente como uma revolução, da qual, nas palavras de Nasser, a reforma parlamentar seria apenas uma pequena parte (COOK, 2013).

O CCR criou o Comício da Liberação, um partido político autorizado e atrelado ao governo, com o intuito de mobilizar a população e aumentar o apoio ao novo regime. Foi estabelecido um programa de onze pontos para guiar as ações do governo e do Comício: retirada das tropas estrangeiras do vale do Nilo; auto-determinação para o Sudão; elaboração

⁹⁰ O processo da reforma agrária não apenas limitou o tamanho das propriedades de terra, mas também estabeleceu pisos salariais e permitiu o estabelecimento de cooperativas e sindicatos, limitou os preços dos aluguéis de terras.

⁹¹ Em que pese esses tipos de medidas, é essencial aclarar que, ainda que sob alguma inspiração de ideias de esquerda, os Oficiais não podem ser considerados de esquerda, e menos ainda comunistas, e também não eram comprometidos em criar um governo não autoritário (COOK, 2013). “A natureza elusiva das crenças dos Oficiais Livres acabaram sendo de grande serventia para eles nos tempos imediatamente seguintes à sua intervenção. Todas as facções políticas do Egito podiam declarar que o movimento dos Oficiais era um dos seus, o que livrou Nasser e seus associados de precisar confrontar uma ampla oposição ao golpe, pelo menos temporariamente.” (COOK, 2013, p.47).

de uma nova constituição; construção de um sistema de bem-estar e previdência social; garantia de liberdades políticas; reforma educacional; estreitamento de relações com os países árabes; formação de um exército totalmente árabe; adesão aos princípios da Carta da ONU e estreitamento de relações com países amigáveis⁹² (COOK, 2013).

Em junho de 1953, o CCR aboliu a monarquia e declarou o Egito uma república. Naguib deixou o cargo de primeiro ministro e passou à presidência, enquanto cinco Oficiais Livres ocuparam importantes cargos ministeriais — com Nasser assumindo os cargos de ministro do interior e primeiro ministro adjunto. Setores de esquerda, principalmente os comunistas, começavam a se colocar como franca oposição ao novo governo, devido ao progressivo estreitamento das relações entre Egito e Estados Unidos (COOK, 2013). De acordo com Gardner (2011) e Goldsmith (2011), há indícios consistentes, embora inconclusivos, de que a CIA esteve envolvida, em conluio com os Oficiais Livres, para a derrubada da monarquia. De qualquer modo, não há dúvidas de que a queda de Farouk foi recebida com satisfação nos círculos em torno da presidência americana. Algumas horas antes do golpe, um representante dos oficiais livres se encontrou com um adido militar americano para assegurar que os revolucionários se posicionavam favoravelmente ao bloco capitalista, e pediu auxílio para persuadir os britânicos a não intervirem no golpe (GARDNER, 2011). Nos dias e meses seguintes, Naguib travou várias entrevistas com o embaixador estadunidense James Caffery, enquanto Nasser fez o mesmo com o conselheiro político da Embaixada dos EUA, William Lakeland. Extremamente significativo foi o fato de que Kemit Roosevelt Jr., o agente da CIA que desempenhou um papel central na derrubada de Mossadegh no Irã em 1953, foi despachado para o Cairo para auxiliar os Oficiais no desenvolvimento de um serviço de inteligência egípcio (COOK, 2013).

Conversas subsequentes entre representantes americanos e egípcios deixaram claro que o novo governo militar estava disposto a cooperar com os Estados Unidos, incluindo aí participar do Middle Eastern Defense Organization (MEDO), uma proposta de aliança militar da qual participariam os EUA, Grã-Bretanha, França, Turquia e Egito. A intenção era proteger a Zona de Suez, Irã, a Turquia e as regiões produtoras de petróleo de eventuais avanços

⁹² Outro objetivo, não expresso publicamente, mas igualmente importante, era firmar o Comício de Liberação como um instrumento de controle social, com a capacidade de deliberar as pautas das discussões políticas e vigiar a arena política para assegurar sua conformidade com as prerrogativas do CCR. O Comício não demorou muito a se mostrar um fracasso em cumprir seus objetivos, uma vez que não conseguia penetrar no público simpático à esquerda e, principalmente, à Irmandade Muçulmana. No meio universitário do Cairo, por exemplo, os estudantes estavam divididos entre o apoio ao agora ilegal Wafd e o apoio à Irmandade Muçulmana, com apenas uma pequena fração ligada ao Comício de Liberação. As classes trabalhadoras, por sua vez, ainda eram suscetíveis às organizações de esquerda (COOK, 2013).

soviéticos. Além do comprometimento com o MEDO, Washington buscava garantias de acesso à Zona do Canal, e uma resolução, no sentido da paz, com Israel (GARDNER, 2011). Nasser viu na aproximação americana uma forma de se livrar dos britânicos. Em outras palavras: “Washington queria que o Egito se unisse a um pacto anti-URSS e fizesse as pazes com Israel; Nasser queria que os americanos pressionassem os britânicos a desistir de sua base no Canal de Suez” (GOLDSCHMIDT, 2008, p.152).

O que mais interessava à população egípcia era a saída britânica de Suez. Ainda que o governo britânico estivesse convencido de que era contraproducente manter a ocupação em um país com um povo hostil, insistiu em manter técnicos na base, no caso de uma guerra contra o bloco do Leste Europeu. Após extensas negociações, Londres e Cairo chegaram a um acordo ratificado em outubro de 1954. Ficou acordada a retirada de todas as tropas britânicas do Canal em um prazo de 20 meses; pelos próximos sete anos, o governo egípcio permitiria que aviões da Força Aérea Real britânica pousassem nas bases do Canal e que técnicos britânicos continuassem a trabalhar lá. Em caso de algum membro da Liga Árabe ou a Turquia serem atacados, os britânicos receberiam de volta o direito de ocupar o Canal.

A inclusão da Turquia, que pertencia à OTAN e era mais diretamente ameaçada pela URSS do que o Egito ou qualquer outro país árabe, parecia colocar o Egito dentro do sistema de defesa ocidental. Os comunistas egípcios e a Irmandade Muçulmana repudiaram o pacto, assim como alguns nacionalistas próximos do presidente Naguib, agora sem qualquer poder perante o CCR. Muitos diziam que o pacto empurrou os britânicos pela porta da frente apenas para deixá-los entrarem de volta pelas portas de trás. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.153).

Uma semana depois, o trato rendeu um atentado contra a vida de Nasser, executado por membros da Irmandade Muçulmana. O primeiro-ministro reagiu reativando o tribunal revolucionário e executando os conspiradores diretamente envolvidos no atentado e vários líderes da Irmandade. A organização passou a ser perseguida e suas instituições, e logo depois os comunistas passaram a ser um dos alvos primários da repressão do governo. Todavia, ainda que o governo — especialmente depois de 1954 — estivesse jogando toda e qualquer oposição para a ilegalidade, nunca teve a ilusão de que conseguiria administrar o país sem a obediência voluntária da maioria da população. Foi em parte em busca de apaziguar a oposição que a junta de Nasser buscou agir no sentido de proteger o Egito. E a maior ameaça, Israel, estava logo ao lado. Ainda que o Egito possuísse um território e população muito maiores, as más condições e anacronismo de seu exército incapacitava a defesa no caso de outro ataque israelense. Uma vez que, desde 1950, por acordo, Londres, Washington e Paris estavam impedidas de fornecer armas tanto para os israelenses quanto para qualquer país

árabe, a única solução que se apresentava, por ora, ao Cairo, seria encontrar uma maneira de alcançar a paz com Tel Aviv. Abertas as negociações — também era do interesse de Israel amenizar os conflitos com seu vizinho mais forte — os egípcios pleitearam pela repatriação dos refugiados palestinos em território israelense e pela concessão de Tel Aviv para a construção de uma via de transporte para a Jordânia através do Deserto Negev.

As negociações foram severamente prejudicadas, ainda no final de 1954, pela explosão de edifícios pertencentes às organizações culturais americanas em Cairo e Alexandria. Os atentados foram executados por agentes israelenses orientados pela Mossad, o serviço secreto israelense, no que ficou conhecido como Operação Susannah, uma tentativa de, colocando a culpa das explosões nos egípcios, fragilizar as relações do Egito com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Os agentes de Israel foram presos pela polícia egípcia, julgados e executados. Em fevereiro de 1955, forças israelenses entraram em Gaza para reprimir ataques perpetrados contra *fedahins* palestinos treinados pelos egípcios (GOLDSCHMIDT, 2008). Foi também nesse mês que o Iraque e a Turquia se juntaram a um pacto de segurança regional que já continha a Grã-Bretanha, o Irã e o Paquistão, e que futuramente viria a ser conhecida como o Pacto de Bagdá (GOLDSCHMIDT, 2008; COOK, 2013).

O *raid*⁹³ em Gaza e o Pacto de Bagdá apresentaram um duplo desafio para Nasser. Por isso ele intensificou sua busca por uma fonte de armamentos, primeiro tentando sondando a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, mas nenhum governo estava disposto a vender-lhe armas sem condições. Suas retaliações contra Israel, portanto, tomaram a forma da intensificação dos *raids* de *fedahin* palestinos. Enquanto as tensões cresciam, ele também tomou medidas econômicas contra Israel, apropriando-se de cargas israelenses nos navios que transitavam o Canal de Suez. Quanto ao Pacto de Bagdá, Nasser argumentava publicamente que este não representava os interesses dos países árabes, mas sim do imperialismo ocidental na região. A inclusão do Iraque, o mais poderoso e influente estado árabe depois do Egito, significava que os hashemitas em Bagdá e Aman desafiavam a proeminência do Cairo e minavam a solidariedade árabe. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.154).

Segundo Cook (2013), o Pacto de Bagdá foi um significativo fator que contribuiu para uma mudança da postura política do Cairo, da qual o marco foi a participação proeminente de Nasser na Conferência das Nações Asiáticas e Africanas, em Bandung (Indonésia) em maio de 1955. Nesse período, quase todos os territórios coloniais da Ásia Oriental haviam reconquistado a independência⁹⁴. Concomitantemente, era claro o adensamento da presença

⁹³ Trata-se de uma tática militar em território inimigo, geralmente realizada por unidades com especialidades táticas, com o objetivo de concluir uma missão específica (que normalmente não passa pela conquista ou manutenção do território) e em seguida se retirar rapidamente do local.

⁹⁴ A Coreia se independeu em 1945, as Filipinas em 1946, a Índia e o Paquistão em 1947, a Birmânia e o Ceilão em 1948, a Indonésia em 1949, o Vietnã, Laos e Camboja em 1954. Restavam apenas pequenos enclaves coloniais portugueses, holandeses e britânicos.

americana na região, cujo primeiro marco importante foi a ocupação do Japão e, a partir daí, a construção de laços econômicos, financeiros entre EUA e Japão. O governo americano também passou a apoiar, desde 1945, o governo do Kuomintang na China até sua queda em 1949, na Revolução, e quando esse governo, liderado por Chiang Kai Chiek se exilou em Formosa (Taiwan), continuou como protegido de Washington. Ademais, firmaram-se acordos militares e econômicos dos EUA com a Tailândia, Filipinas e Paquistão, três países que em 1954 ingressaram no bloco militar da OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático). Também houve a ocupação militar da Coreia do Sul e sua subordinação política e econômica a Washington, no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), e o mesmo movimento no Vietnã do Sul a partir de 1954 (CHESNEAUX, 1976).

As preocupações diretamente econômicas eram claras: a burguesia americana inundou a região de empréstimos e créditos para estimular a compra de produtos americanos, além de realizar outros tipos de investimentos. Na Índia, os investimentos americanos quintuplicaram entre 1948 e 1957, ao passo que os investimentos britânicos no mesmo período apenas dobraram. Washington aproveitou todas as ocasiões para minar a influência europeia na área (CHESNEAUX, 1976).

O aumento da presença americana também atendeu, obviamente, a necessidades estratégicas:

Os Estados Unidos, que antes da Segunda Guerra Mundial desempenhavam papel secundário na Ásia Oriental, em poucos anos transformaram-se numa das principais forças políticas dessa parte do mundo. Suas múltiplas intervenções respondiam, sem dúvida, a complexas preocupações, sendo certamente a principal debilitar o comunismo: essa foi a finalidade confessada de sua ajuda ao Kuomintang, antes como depois de sua queda em 1949, de sua intervenção na Guerra da Coreia, do seu papel na fundação da OTASE [...]. Assim, desde 1945 constituíram sobre o flanco oriental da União Soviética, e a partir de 1949, sobre os confins da China popular, uma série de bases militares (Coreia, Japão, Okinawa, Taiwan, Filipinas, Vietnã do Sul, Tailândia, Paquistão). (CHESNEAUX, 1976, p.110).

Nesse contexto, os novos estados recém independentes, sendo obrigados a lidar tanto com a consolidação do CSA americano em substituição ao britânico quanto com o desenrolar da Guerra Fria, se encontraram em um cenário delicado para determinar sua orientação internacional. Enquanto a Mongólia, a Coreia Popular, o Vietnã do Norte e a China se alinharam ao bloco comunista; o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas e Tailândia se alinharam ao bloco de Washington. Entre os demais países surgiu, impulsionado principalmente pelo primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru, um movimento de não-engajamento internacional, que viria a ser conhecido no futuro como o Movimento dos Não-

Alinhados. A Conferência de Bandung foi o primeiro ato público do Movimento, reunindo dezenas de países da África e da Ásia e a Iugoslávia. Basicamente, seus princípios giravam em torno da política de não-engajamento e coexistência pacífica tanto com Washginton quanto com Moscou (CHESNEAUX, 1976).

Nasser foi recebido na Conferência como o herói que havia conferido grave derrota ao Império Britânico, e esteve entre os estadistas de destaque — saiu da Conferência como um dos três nomes principais do Movimento dos Não-Alinhados, junto com Nehru e o Marechal Tito da Iugoslávia. O primeiro-ministro chinês Chou En-lai também esteve presente na reunião, e aconselhou Nasser, se oferecendo como mediador, para se aproximar dos soviéticos com o intuito de comprar armamentos. Uma aproximação com chineses e soviéticos também traria vantagens econômicas. O algodão egípcio estava rapidamente perdendo espaço e importância no mercado nacional — a exportação foi reduzida em 26% em menos de um ano, em parte graças às políticas de subsídio do governo americano que possibilitava que os proprietários rurais americanos abastecessem o mercado mundial com algodão baratíssimo. A China, a União Soviética e o Leste Europeu, portanto, eram um potencial mercado alternativo para o algodão egípcio (GARDNER, 2011; GOLDSCHMIDT, 2008).

Em setembro de 1955 foi firmado um acordo entre o Egito e a União Soviética, com a Tchecoslováquia como intermediário, para a compra de armamentos no valor de 200 milhões de dólares a serem pagos por meio da exportação de algodão egípcio. Essa venda, a maior do Oriente Médio até então, praticamente anulou o acordo de 1950 entre EUA-França-Grã-Bretanha para limitar as vendas na região, e isso deu início a uma corrida armamentista árabe-israelense. A França começou a vender armamentos para Israel e os Estados Unidos tentaram, sem sucesso, persuadir Nasser a cancelar o contrato com o bloco socialista. Todavia, apesar desse atrito, o governo egípcio não pretendia romper relações com o bloco ocidental. O já mencionado projeto de desenvolver as forças produtivas no Egito e mudar o eixo econômico principal da agricultura para a indústria demandava vultuosos investimentos, que o governo seria obrigado a buscar no exterior, e nesse quesito os países capitalistas estavam mais aptos do que o bloco soviético (GOLDSCHMIDT, 2008).

A peça central para a estratégia de desenvolvimento do governo era o projeto da Alta Represa de Aswan. Como mencionado no capítulo anterior, a primeira represa de Aswan foi inaugurada em 1902. Porém, essa represa se mostrou incapaz de produzir energia hidrelétrica adequada, e nem duas reformas (nos períodos 1907-1912 e 1929-1934) solucionaram o

problema. Uma das primeiras questões abordadas pelos Oficiais Livres foi a necessidade da construção de uma nova represa a 8km da antiga. Segundo o planejamento, a nova represa expandiria a agricultura em cerca de 30%, gerando terras cultiváveis para assentar 500 mil famílias, e produzir 10 bilhões de kilowatts para a industrialização. No início de 1956, o Egito recorreu ao BIRD, que concordou em prover 200 milhões de dólares em financiamento para a construção da represa. Londres e Washington se comprometeram a fazer um investimento somado de 70 milhões de dólares (COOK, 2013). Em contrapartida, o governo egípcio teve de aceitar, a partir daí, que assuntos internos ficassem sob escrutínio anglo-americano: o Egito não deveria fazer outras compras de armamentos e deveria proibir os países do bloco socialista de participarem de qualquer empreitada no país (GOLDSCHMIDT, 2008).

O Egito sabia que o Ocidente estava fazendo uma oferta política para contrabalançar a crescente influência comunista no Egito e em outros estados árabes depois do acordo de venda de armas. A Síria e o Iêmen seguiram o exemplo egípcio e compraram armas do bloco comunista [...]. Representantes britânicos foram recebidos por uma multidão enfurecida quando chegaram em Aman no final de 1955 para incluir a Jordânia no Pacto de Bagdá. A oposição nacionalista naquele país dissuadiu o governo do Rei Hussein de se juntar ao Iraque no tratado anticomunista. [...] Os franceses travavam uma amarga guerra na Argélia contra rebeldes muçulmanos que estavam sendo apoiados pelo Cairo. Com a Tunísia, Marrocos e Sudão ganhando a independência no início de 1956, a maré do imperialismo ocidental estava recuando no mundo árabe. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.159).

Todavia, o auxílio financeiro não se efetivou. O Congresso americano, que tinha a prerrogativa de aprovar ou negar o auxílio do governo, fez objeções em nome dos proprietários de fazendas de algodão no sul do país. Tal desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pela construção da represa de Aswan certamente possibilitaria o algodão egípcio de retomar uma presença maior no mercado internacional, em maiores quantidades e menores preços, o que prejudicaria as elites agrárias sulistas. O lobby sionista dentro dos EUA também pressionou o Congresso por uma negativa, posto que o desenvolvimento econômico egípcio poderia tornar esse país ainda mais ameaçador para Israel (GOLDSCHMIDT, 2008). A gota d'água se deu na segunda reunião dos países não-aliados, em Brioni, na Iugoslávia, em julho de 1956, onde Nasser reconheceu o governo da China Popular. Como já mencionamos, os Estados Unidos estavam empenhados em proteger e financiar os nacionalistas anticomunistas chineses exilados em Taiwan. Para o governo de Eisenhower, esse ato foi a comprovação de que Washington não podia contar com o Cairo como um aliado confiável na Guerra Fria. No dia 19 de julho, o governo americano revogou a ajuda ao Egito; a Grã-Bretanha e o BIRD fizeram o mesmo logo em seguida (COOK, 2013).

O cancelamento do auxílio financeiro se configurou em grave incidente diplomático ao qual o Egito respondeu veementemente uma semana depois. Na Praça Manshiya, em Alexandria, Nasser preferiu um discurso de três horas perante gigantesca multidão. Falou sobre todos os avanços realizados pelo regime e criticou as atitudes do BIRD, de Washington e Londres. E — principalmente — anunciou que a partir de então, a França e a Grã-Bretanha não teriam absolutamente mais nenhum direito sobre o Canal de Suez. No fechamento do discurso, proferiu:

O Canal de Suez foi uma frente de opressão, extorsão e humilhação. Hoje, cidadãos, o Canal de Suez foi nacionalizado e esse decreto foi publicado na Gazeta Nacional e transformado em lei. Hoje, cidadãos, nos declaramos que nossa propriedade nos foi devolvida. Nossos direitos, sobre os quais silenciávamos, foram restaurados. (NASSER, apud COOK, 2013, pp.67/8).

A intenção era que os lucros provenientes do Canal nacionalizado fossem transferidos para o Estado, possibilitando assim a construção da Represa de Aswan. A nacionalização foi uma aberta violação do acordo anglo-egípcio de 1954, que — tendo a ver com uma estrutura tão importante do ponto de vista estratégico — Londres não podia aceitar. Quanto à França, apesar da grande perda de espaço para os britânicos no controle do Canal, em meados da década de 1950, cidadãos franceses ainda detinham 50% das ações da Companhia do Canal. Antes mesmo da nacionalização, o primeiro-ministro francês Guy Mollet declarava que Nasser não passava de um novo Hitler — o *Hitler do Nilo* —, determinado a conquistar o norte da África e o Oriente Médio e exterminar os judeus de Israel. Em 1956, Paris adentrava o segundo ano da guerra de independência argelina, e na época supunha-se erroneamente que Nasser era a principal força de financiamento da Frente de Libertação Nacional (COOK, 2013). Quanto aos EUA, a preocupação era se a nacionalização afetaria seus direitos de navegação pelo Canal; também temia-se que o episódio pudesse inspirar movimentos semelhantes no Canal do Panamá. Os sionistas temiam que o Egito, detendo controle do Canal, pudesse utilizá-lo para chantagear os países ocidentais de modo prejudicial a Israel (GOLDSCHMIDT, 2008).

O que poucos ocidentais se lembravam era que o Canal de Suez era legalmente egípcio, um fato reconhecido desde sua construção, e confirmado recentemente no Acordo Anglo-Egípcio de 1954. [...] O direito de governantes de nacionalizar companhias dentro de suas fronteiras, desde que se compense os acionistas, é reconhecido pela lei internacional. Apesar disso, o ato de Nasser foi altamente elogiado e estridentemente condenado pelo seu significado simbólico. (GOLDSCHMIDT, 2008, p.160).

Para a França e a Grã-Bretanha, uma invasão imediata do Egito para retomar o Canal era uma impossibilidade. Nos EUA, o presidente Eisenhower, em plena campanha pela reeleição, declarou que nenhuma ação militar seria apoiada por Washington sem apoio do congresso, e aconselhou uma saída diplomática. Na Europa Ocidental, cuja maior parte da importação de petróleo por meio de navios que transitavam o Canal, a maior parte dos governos advogava que o Canal fosse colocado sob administração internacional. Para isso realizou-se uma conferência em Londres, mas o Egito se recusou a mandar representantes e a Índia e a URSS votaram contra o controle internacional. As 18 nações favoráveis a esse plano, lideradas pelo primeiro ministro australiano, mandaram uma delegação ao Cairo, sem sucesso (GOLDSCHMIDT, 2008).

Quando o Egito aceitou participar de negociações, seus diplomatas concordaram em se encontrar com representantes franceses, britânicos e americanos em Genebra, em outubro do mesmo ano. Apesar disso, Londres e Paris ameaçaram utilizar a força para recuperar o Canal (GOLDSCHMIDT, 2008). Mollet entrou em contato com o primeiro-ministro israelense David Ben Gurion e começaram a planejar um ataque conjunto, ao qual aderiu o primeiro-ministro britânico Anthony Eden depois de alguma hesitação, por temer que uma aliança ostensiva com Israel causasse ainda mais indisposição entre os países árabes. A França e a Grã-Bretanha tinham um objetivo específico bem demarcado: reverter a nacionalização do Canal. O projeto israelense era mais amplo.

Ben Gurion e o Ministro de Defesa, o general Moshe Dayan, claramente buscaram explorar a tensão sobre o Canal para infligir dano no exército egípcio, que estava estacionado no Sinai, desconfortavelmente próximo de Israel; também procuraram demolir bases terroristas palestinas em Gaza; e acabar com o controle egípcio do Estreito de Tiran. De acordo com a Lei Egípcia 32 de 1950, os egípcios formalmente proibiram que navios israelenses navegassem por esse estreito estratégico que separa a Ilha de Tiran do sul da Península do Sinai. [...] Isso constituía uma ameaça para o desenvolvimento econômico de Israel, uma vez que o estreito era um único caminho de entrada e saída do Golfo de Aqaba. (COOK, 2013, p.69).

No dia 29 de outubro de 1956, exatamente no dia em que representantes egípcios, americanos, ingleses e franceses deveriam se encontrar em Genebra, paraquedistas israelenses pousaram no Passo de Mitla, no Sinai, e forças terrestres cruzaram a fronteira da Península do Sinai. As forças egípcias resistiram ferrenhamente em Mitla e na região norte do Sinai. No dia seguinte, britânicos e franceses emitiram um ultimato para Egito e Israel: as forças dos dois países deveriam cessar hostilidades e fazerem suas tropas recuarem 10 milhas a oeste e leste do Canal de Suez, respectivamente. Também foi exigido que o Egito garantisse liberdade de navegação no Canal para todos os países; caso as demandas não fossem atendidas, o Canal

seria temporariamente ocupado pela França e pela Grã-Bretanha. Esse ultimato, na realidade, era um estratagema combinado entre Eden, Mollet e Ben Gurion antes da invasão israelense, escrito de forma que Nasser não pudesse aceitá-lo, garantindo assim a justificativa para a ação militar anglo-francesa, que começou no dia 31 de outubro, com o ataque a bases aéreas egípcias. No cinco de novembro, paraquedistas ingleses e franceses aterrissaram em Port Said, na entrada norte do Canal (COOK, 2013).

Do outro lado do Atlântico, Eisenhower estava determinado a impedir o sucesso da operação militar, como havia prometido em sua campanha eleitoral. “Se não cumprirmos nossa palavra, é muito provável que a Rússia adentre a situação no Oriente Médio”, afirmou (apud GARDNER, 2011, p.71). Dois dias antes dos ataques, Washington alertou a Tel-Aviv que invadir o Egito poderia prejudicar seriamente as relações EUA-Israel. Já há algum tempo o Conselho Nacional de Segurança Americano discutia as possibilidades de retirar Nasser de circulação através de operações secretas, mas oficiais americanos na Europa deixaram claro a Londres e Paris que um ataque ao Egito não seria apoiado (GARDNER, 2011; COOK, 2013).

Uma crise no Oriente Médio envolvendo dois membros fundadores da OTAN tão perto das eleições presidenciais de 6 de novembro poderia complicar o desempenho de Eisenhower. No cenário mais amplo, em que pesasse as ligações estreitas dos EUA com a Grã-Bretanha e a França, os EUA certamente se opunham aos esforços europeus em manter os últimos vestígios de seus impérios. A administração Eisenhower calculou (corretamente) que as tentativas de seus aliados europeus — geralmente violentas — de manter suas posses coloniais no Oriente Médio, na África e na Ásia poderiam levar os grupos nacionalistas desses lugares a se aproximar dos soviéticos. (COOK, 2013, p.70).

Também havia uma preocupação imediata na ação militar soviética que tentava esmagar o levante nacionalista na Hungria. No dia 4 de novembro, mil tanques soviéticos entraram na capital húngara, Budapeste, enquanto a força aérea soviética bombardeava a cidade. Washington estava envolvida na denúncia internacional da agressão soviética, mas perdia muito de sua credibilidade justamente porque seus aliados estavam agindo de forma semelhante no Egito. No dia 5, quando Port Said foi invadida, Moscou emitiu uma toda diplomática para os israelenses aconselhando que cessassem as operações “enquanto ainda havia tempo”, e MiGs soviéticos interceptaram e neutralizaram um avião de reconhecimento britânico que sobrevoava Damasco (COOK, 2013). Em seguida, o governo soviético entrou em contato com os governos israelense, britânico e francês, e ameaçou bombardear Tel-Aviv, Londres e Moscou com mísseis nucleares caso continuassem as agressões (GARDNER, 2011; GOLDSCHMIDT, 2008).

Portanto, era duplamente enfurecedor [para o governo americano] que os soviéticos pudessem aparecer como os defensores da revolução egípcia ao mesmo tempo em que destruíam prédios na Hungria para esmagar o levante. Eisenhower avaliou que existia uma boa chance, por outro lado, que os soviéticos temiam perder a Europa Oriental e por conta disso poderiam entrar violentamente no Oriente Médio em uma tentativa desesperada de compensação. “Os britânicos e os franceses escolheram o pior caso possível pelo qual lutar—e nisso jogaram todos nós em um buraco” [disse Eisenhower]. (GARDNER, 2011, p.71).

Moscou e Washginton pleitearam com sucesso que a ONU emitisse resoluções exigindo o cessar-fogo e retirada imediata das tropas agressoras. Londres e Paris cessaram de mandar novas tropas mas se recusaram a retirar as que já estavam em solo egípcio. Os americanos começaram a pressionar os ingleses, por se recusar a auxiliá-los a comprar petróleo proveniente do hemisfério ocidental, já que as tropas egípcias estavam afundando, no Canal, navios petroleiros que iriam para a Grã-Bretanha; e também por se recusar a apoiar o governo Eden quando este pediu ao FMI um empréstimo de 1 bilhão de dólares para tentar resolver os significativos problemas econômicos com os quais a Inglaterra se deparava. Em contato com Paris, o Departamento de Estado deixou claríssimo que a única solução para a crise seria a retirada de todas as tropas estrangeiras. Os israelenses foram informados pelos americanos de que não receberiam auxílio militar se os soviéticos cumprissem sua promessa de atacar Tel-Aviv (GARDNER, 2011; COOK, 2013).

No dia 8 de novembro, os britânicos concordaram em abrir negociações para transferir os territórios egípcios ocupados para uma força de emergência da ONU. Em dezembro, todas as forças estrangeiras de agressão já haviam se retirado do Egito, embora Israel tivesse conseguido que as Forças de Emergência das Nações Unidas mantivessem o Estreito de Tiran aberto (COOK, 2013). O Egito perdeu boa parte de sua força aérea e seu exército perdeu parte da credibilidade. Mas também ficou claro que os egípcios foram capazes de suportar a pressão britânica. A Guerra de Suez enfraqueceu sobremaneira a influência francesa e britânica no Oriente Médio ao mesmo tempo em que aumentou a influência e reputação tanto dos EUA quanto da URSS. Muitas companhias britânicas e francesas no Egito foram nacionalizadas, e o Cairo cortou relações diplomáticas com Londres e Paris (GOLDSMISTH, 2011).

A crise de Suez efetivamente marcou o fim dos esforços britânicos para controlar o curso da política doméstica egípcia. Mais do que isso, foi um dos últimos grandes esforços por parte dos estados centrais europeus de manter o protagonismo dos processos de dominação do Oriente Médio. Segundo Judt (2008), duas lições ficaram claras no desfecho da crise.

Em primeiro lugar, tornou-se evidente que a Grã-Bretanha não era mais capaz de manter uma presença colonial planetária — não havia recursos econômicos e militares para tanto. Alguns anos depois de Suez, eclodiram reivindicações de independência.

Após uma pausa de quase uma década, em que apenas o Sudão (em 1956) e a Malásia (em 1957) haviam rompido os laços com a Grã-Bretanha, este país entrou em fase acelerada de descolonização, primordialmente na África. A Costa do Ouro tornou-se independente em 1957, como Estado independente de Gana, o primeiro de uma série. Entre 1960 e 1964, outras 17 colônias britânicas realizaram cerimônias de independência, e as autoridades britânicas viajavam mundo afora, arriando a bandeira do Reino Unido e estabelecendo novos governos. (JUDT, 2008, p.306).

A segunda lição foi que Londres jamais deveria se opor a Washington novamente. A partir daí, os governos britânicos — todos eles, fossem do Partido Trabalhista ou do Partido Conservador — aderiram lealmente aos posicionamentos americanos (JUDT, 2008). Desde então, a Grã-Bretanha vem atuado como um país central secundário, sob a égide dos Estados Unidos da América — uma política externa que reflete, segundo Newsinger (2013), os interesses pragmáticos das classes dominantes britânicas em garantir apoio americano para preservar seus interesses globais com o menor custo possível.

Estava pavimentado o caminho para o crescimento da influencia americana no Egito. O governo de Nasser foi marcado por boas relações com a URSS e a proeminência no mundo árabe — o Cairo se transformou na capital do Pan-Arabismo⁹⁵. Apenas durante o governo do sucessor de Nasser, Anwar al-Sadat, o Egito começou a se afastar de Moscou e se aproximar progressivamente de Washington. O Egito havia passado por duas desgastantes guerras com Israel (a Guerra dos Seis dias em 1967 e a Guerra do Yom Kipur em 1973), e na avaliação do governo, era necessário colocar um fim em contendas bélicas que os egípcios não tinham condições de vencer (HOURANI, 2006). Uma vez consolidada a paz com Israel, o Egito tinha potencial para se tornar um grande aliado dos Estados Unidos, e conseqüentemente angariar apoio econômico e militar. Em 1979 foi consolidado o alinhamento pró-ocidental, no acordo de paz assinado por Tel Aviv e o Cairo, com mediação de Washington. A partir de então, o Egito atuaria no mundo árabe como agente de defesa dos interesses americanos.

⁹⁵ O movimento Pan-Arabista, do qual Nasser foi o principal articulador, visava construir a união política de todos os países árabes sob liderança egípcia, como uma forma de se fortalecer política e economicamente para enfrentar a influência dos países centrais.

Considerações finais

No decorrer desta dissertação, percorremos um 152 anos da história do Egito buscando destacar alguns de seus principais processos econômicos e políticos, entrelaçando-os com os maiores eventos de envergadura mundial que se desenrolaram nesse período. Ao fim e ao cabo, a pesquisa resultou na narrativa histórica de um país milenar cuja trajetória econômica e política foi tragada pelo processo de longa duração e larga escala que concretamente unificou a humanidade em uma história verdadeiramente universal — a expansão da economia capitalista a partir de seu núcleo europeu. Independentemente dos projetos dos vários governos egípcios e das classes sociais que compõem sua sociedade, a trajetória desse país foi em *última instância* determinada pelas necessidades do capitalismo de incorporar em suas cadeias mercantis os vastos territórios das Américas, do extremo asiático, da África e do Oriente Médio.

Nossa proposta foi fazer um estudo histórico da *especificidade* egípcia desse processo generalizado de subsunção de povos não europeus aos imperativos de uma organização socioeconômica tipicamente europeia. A chave para compreender essa especificidade estava em determinar qual foi o principal agente da incorporação do Egito ao moderno sistema-mundo e quais os interesses particulares desse agente. A construção do controle sobre o Egito foi objeto de uma longa, quase secular disputa entre a França e aquela que então estava posicionada como principal centro capitalista, a Grã-Bretanha, com a eventual derrota francesa no final do século XIX.

Procuramos mostrar duas determinações principais da incorporação periférica do Egito à economia-mundo capitalista sob liderança britânica, uma imediatamente econômica e outra de caráter estratégico. No plano diretamente econômico se deu a transformação do Egito em pólo exportador de algodão, a matéria-prima necessária para a indústria têxtil — então o setor mais importante para a economia britânica. Estrategicamente — e, em última análise, também atendendo a necessidades econômicas —, o Egito se tornou uma peça na estrutura construída pela Grã-Bretanha para otimizar a circulação de mercadorias em escala planetária e a defesa de suas possessões coloniais.

Desde a segunda metade do século XVIII era possível constatar a tendência do Egito em se transformar em uma economia exportadora de algodão, então atendendo principalmente a demanda francesa, que na época havia construído relações mercantis mais amplas e densas com o Império Otomano. Quando Mohammad Ali tomou o governo da província egípcia, seu

projeto de desenvolvimento econômico, industrialização e autonomia relativa em relação a Constantinopla não procurou — e se procurasse certamente fracassaria — reverter essa tendência. Ao contrário, Ali — assim como, guardadas as proporções e diferenças, seus sucessores — tentou usar a demanda europeia por algodão e outros produtos agrícolas para reunir recursos para desenvolver as forças produtivas de seu país. Principalmente por meio dos monopólios, do protecionismo e do controle estatal sobre a produção e circulação das mercadorias, Ali procurou ditar o ritmo e a proporção com que o Egito se relacionaria economicamente com a Europa. Como vimos, na medida em que transcorria o século e a influência britânica se sobrepunha à francesa, o governo egípcio encontrou crescente dificuldade em manter o controle dessas relações. Por variados meios os britânicos desmantelaram o controle do governo local sobre a economia egípcia. Nos albores do século XX a infraestrutura econômica egípcia estava totalmente adaptada ao fornecimento de algodão para as ilhas britânicas e simultaneamente era significativo mercado consumidor de manufaturados ingleses e alvo de investimento de capital ocioso inglês.

Os investimentos europeus, além de atenderem à necessidade de movimentar capital excedente, gradativamente adequou a infraestrutura egípcia às necessidades da circulação planetária de mercadorias. Parte dos investimentos resultaram na construção de meios de comunicações e transporte, com destaque para as ferrovias, que atendiam às necessidades econômicas europeias, e principalmente para o Canal de Suez e se constituiu em base militar para que Londres pudesse proteger o subcontinente indiano de forma mais eficiente.

Analisadas a incorporação e periferação do Egito à economia-mundo capitalista nucleada em Londres, concluímos o trabalho narrando o declínio da dominação britânica sobre o Egito, dentro do contexto geral do fim do CSA britânico e da ascensão e consolidação do CSA americano. Na medida em que Londres perdia força mundialmente e no Egito cresciam os movimentos de contestação ao seu domínio, Washington paulatinamente ocupava abria brechas na influência britânica no Oriente Médio. Essa região continuou a manter sua importância estratégica durante o CSA americano, mas por outros motivos. Se durante a hegemonia britânica o mundo árabe era rota de passagem entre três continentes e ponto de apoio para a defesa de importantes coloniais, na época americana a importância vinha principalmente do petróleo disponível no subsolo, a principal fonte energética do século XX.

É digno de nota o fato de que a trajetória do Egito durante o período por nós analisado acabou se tornando uma síntese dos principais disputas de poder entre os países centrais da

economia capitalista. Podemos constatar que quando a França definitivamente é derrotada pela Grã-Bretanha na disputa pela hegemonia no sistema interestatal depois de 1815, essa disputa continua, de forma residual, no Egito, e lá foi apenas em 1882 que a França conheceu a derrota. Nas duas guerras mundiais que selaram o fim do CSA britânico, o Egito foi totalmente envolvido — tanto fornecendo infraestrutura, suprimento e força de trabalho quando se transformando em campo de batalha. Nas duas guerras foi objetivo de conquista dos inimigos de Londres⁹⁶. No pós-guerra, não demorou a despertar o interesse dos EUA, que se preparavam para assumir a posição britânica no mundo árabe. A Crise de Suez de 1956 foi um marco importante no fim do colonialismo clássico europeu na região e, mais do que isso, também foi indicativo de que o mundo árabe passava a ser inserido nas novas disputas de poder assinaladas pela Guerra Fria.

Além de tudo isso, o Egito foi, principalmente, uma síntese da efetiva mundialização do sistema capitalista a partir da Europa Ocidental. Como afirmamos na introdução, citando Losurdo (2010), o que desde o século XVIII vem determinando as relações entre o mundo árabe e os países centrais do Ocidente têm sido a *desigualdade*, a *agressão*, o *domínio* para manter e reproduzir uma violenta *exploração econômica*. Ao longo da pesquisa, procuramos deixar claro, sempre que possível, que o peso dessas relações recai sempre sobre as classes exploradas dos países periféricos — seja sendo tratadas como cidadãos de segunda categoria dentro de seu próprio país, pagando taxas abusivas sob golpes de açoite ou literalmente tendo de comer grama para driblar a inanição.

Já há séculos as conexões de dominação e exploração entre povos são escamoteadas pelos complexos ideológicos criados nos países dominantes com o intuito de justificar essas conexões e torná-las mais palatáveis⁹⁷. Não raro, a expansão colonialista adquiria verniz humanitário. Era necessário o uso e reafirmação dos estereótipos étnicos e raciais comuns na Europa: a ideia de que em outros continentes viviam povos exóticos, selvagens e primitivos, que para seu próprio bem precisavam ser incluídos no processo civilizatório — o famoso “fardo do homem branco”, como definiu o poeta britânico Rudyard Kipling.

As “nações adiantadas” tinham uma “missão civilizadora” a cumprir: livrar as “nações atrasadas” do canibalismo e dos sacrifícios humanos, convertê-las ao cristianismo,

⁹⁶ Durante a Primeira Guerra Mundial, a conquista do Egito foi um dos objetivos da Alemanha (McMEEKIN, 2011).

⁹⁷ Nesse sentido, Samir Amin (1989) dá atenção particular à questão do *eurocentrismo*, que considera um fenômeno cultural e ideológico moderno, específico do capitalismo, uma reconstrução mitológica da história da Europa e do mundo, auxiliando a expansão capitalista.

proporcionar-lhes hospitais e escolas para melhorar as condições de vida. Igualmente recorreu-se à justificativa da “superioridade racial”: os homens brancos eram superiores aos não brancos. Partindo de premissas pseudocientíficas, reforçadas com ideias religiosas (predestinação metafísica), formularam mitos justificadores da submissão de povos africanos, asiáticos e latino-americanos. Esses foram integrados no circuito econômico capitalista na condição de áreas periféricas dependentes. (AQUINO *et al.*, 2001, p.309).

Particularmente sofisticada foi a construção ideológica que encobriu *especificamente* o saque dos povos árabes — o *orientalismo*, entendido como o estudo, acadêmico ou não, dos assuntos referentes ao Oriente, desde uma perspectiva europeia (SAID, 2003). Foi precisamente na invasão do Egito por Napoleão que o orientalismo começou a tomar forma. Juntamente com os exércitos, Bonaparte trouxe vários sábios, cientistas e historiadores para estudar a região do Egito, facilitando o processo de ocupação e dominação, e essa seria a principal motivação dos estudos orientalistas nos próximos tempos.

O homem oriental entrou no processo de expansão do mundo do capital retratado como mais um dos povos que os europeus deviam salvar. Foi reforçada a dicotomia entre Ocidentais e Árabes-Orientais: “[...] os primeiros são (em nenhuma ordem específica) racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de sustentar valores reais, sem suspeita natural; os últimos não são nada dessas coisas” (SAID, 2003, p. 49). E por isso mesmo os primeiros precisam dominar e os últimos são dominados, o que na prática consiste em “[...] ter sua terra ocupada, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e tesouro colocados à disposição de um ou outro poder Ocidental” (SAID, 2003, p. 18).

Não por acaso, o imenso desenvolvimento da produção intelectual orientalista⁹⁸ coincidiu exatamente com o período da expansão capitalista europeia sem precedentes, entre 1815 e 1914 (SAID, 2003). Contudo, quando do fim do colonialismo clássico europeu e da consolidação do CSA americano, a tradição orientalista teve continuidade, com as devidas

⁹⁸ É necessário deixar claro que o melhor do orientalismo não é uma estrutura ideológica formada apenas por mitos e mentiras. Os estereótipos, utilizados maciçamente, não são falsidades em si, mas reduções a certas características que são tomadas como universais para o objeto retratado, ignorando assim uma série de determinações, nuances e motivos (por exemplo: é normal dizer que todo árabe é um terrorista islâmico, e uma minoria de fato o é, mas ignora-se a existência de terroristas de outras etnias e religiões e a situação política violenta e complicada que gera o terrorismo no Oriente Médio). E é essa mescla de mentiras e distorções que torna o orientalismo tão potente. Said (2003, p.6) alerta que devemos ter consciência da “[...] força bem-estruturada do discurso Orientalista, seus laços próximos com as instituições sócio-econômicas e políticas vigentes, e sua durabilidade. Afinal, qualquer sistema de ideias que consegue permanecer o mesmo como sabedoria a ser ensinada (nas academias, livros, congressos, universidades, institutos de serviços estrangeiros) desde o período de Ernest Renan na década de 1840 até os Estados Unidos de hoje deve ser mais formidável do que uma mera coleção de mentiras. Logo, o Orientalismo não é simplesmente uma fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo fabricado de teoria e prática no qual, por muitas gerações, tem havido muito investimento material”.

adaptações. Os acadêmicos profissionais pagos pelos antigos impérios europeus deram lugar aos conselheiros da Casa Branca e do Pentágono e principalmente à indústria de entretenimento e comunicação em massa. A popularização do cinema e as inovações das mídias eletrônicas contribuíram para uma sedimentação mais eficiente da imagem do homem do Oriente Médio:

Em filmes e na televisão, o árabe é associado ou ao parasitismo ou à desonestidade sedenta de sangue. Ele aparece como um degenerado sexólatra, capaz, verdade, de intrigas inteligentes e intrincadas, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo. Mercador de escravos, montador de camelos, dinheirista, exuberantemente vil: esses são alguns papéis tradicionais dos árabes no cinema. (SAID, 2003, p.287).

A fixação sistemática e ampla divulgação de estereótipos acerca do mundo árabe escamoteiam a *historicidade*, o *processo de desenvolvimento das sociedades*. Dentro desse quadro intelectual, causa estranhamento quando estudos mais profundos mostram, por exemplo, que a Grécia Clássica deve muito de seu patrimônio intelectual às suas relações com os povos do Norte da África e do Oriente Médio, especialmente egípcios, mesopotâmios e persas, que tiveram muito de sua produção cultural apropriado pelos gregos (AMIN, 1989). Causa estranhamento constatar que até fins do século XV o mundo árabe era uma zona econômica, cultural e tecnicamente superior à Europa, que conseguiu reverter sua situação graças, em parte, ao desenvolvimento do capitalismo (AMIN, 1986; DEL ROIO, 2008). E causa estranhamento, sobretudo, assistir aos diversos tipos de reação à dominação ocidental. Da guerra de libertação da Argélia à resistência iraquiana contra os invasores americanos, passando pelos atentados terroristas de 2001 em Nova York, os atos de revide sempre nos parecem gratuitos, porque esquecer os processos históricos significa necessariamente esquecer as relações de dominação capitalista que abrangem todo o planeta. Às décadas de orientalismo somaram-se uma profusão de ideologias também *ahistóricas*, especialmente após a derrota do chamado socialismo real. A partir do final do século XX, assistimos a

[...] inúmeras tentativas de políticos de todo o mundo de promulgar uma nova lógica de política global: um carnaval de meta-análise neohegeliana varreu o mundo, com muitas ideias curiosas, de uma “nova ordem mundial”, “o fim da história”, “o triunfo do ocidente”, e, não menos importante, o “confronto cultural” ou o “choque de civilizações”. (HALLIDAY, 2012, p.155).

A importância da Análise de Sistemas-Mundo foi importante para esse trabalho justamente por nos permitir romper, em grande parte, com esses construtos ideológicos que falseiam o real — o orientalismo, o eurocentrismo, a tese de confronto cultural, etc. —, e mostrar *relações de subordinação/dominação, de concorrência e de complementaridade que*

existem entre as regiões centrais do capitalismo e o Oriente Médio e o Norte da África, estes transformados em periferia dominada por aqueles. Nossa pesquisa histórica consistiu em estudar o trabalho de diversos historiadores, que *grosso modo* podemos dividir em três temas: obras sobre a expansão mundial do capitalismo sob a égide britânica, obras sobre a história dos povos árabes no geral e, finalmente, obras sobre a história do Egito moderno em particular. As informações coletadas foram analisadas e sintetizadas à luz da ASM, e assim pudemos expor as determinações econômicas e estratégicas de um longo e violento processo de dominação.

Como dissemos na introdução, nossa pesquisa não se pretendeu mero exercício de curiosidade histórica. Primeiramente pelo fato de se propor a explicar uma parcela das relações entre Europa Ocidental e mundo árabe com base nos imperativos da totalidade da economia-mundo capitalista, e assim romper com a maioria das interpretações baseadas em pressupostos orientalistas e, mais especificamente, na noção de choque de civilizações⁹⁹. Em segundo lugar, porque analisar a dominação britânica no Egito confere uma noção concreta de como um país árabe teve sua estrutura socioeconômica paulatinamente formatada de modo a atender os interesses do capitalismo europeu.

O estudo de todo o ciclo da dominação, até seu desfecho em 1956, nos permite captar o início da influência americana na região e, portanto, as raízes dos complexos problemas que hoje afligem o mundo árabe. Do período que analisamos, entre 1804 e 1956, curto foi o período em que a dominação britânica no Egito transcorreu sem contestações significativas externas (advindas de outros países centrais) ou internas (provenientes de movimentos de libertação nacional e independência). De 1804 até 1882 houve a ferrenha disputa entre Londres e Paris pelo Cairo, na medida em que a declinante Constantinopla assistia impotente à erosão de seu poder real. Em 1882 os britânicos detinham a supremacia sobre o Egito. Todavia, já em 1907 era patente a força de pelo menos uma organização antibritânica, o Partido Nacional. Nas duas guerras mundiais o Egito foi alvo da cobiça dos inimigos dos britânicos. No imediato pós-guerra, a oposição interna já era fortíssima — com óbvio destaque para os oficiais livres — e externamente os EUA se preparavam para aumentar sua

⁹⁹ Expressão cunhada pelo influente cientista político americano Samuel Huntington, em 1993. O “choque de civilizações” é considerado por muitos — na imprensa, na área acadêmica e em diversos círculos políticos dos países centrais — uma característica fundamental da nossa época. Essa visão, referendada por uma crescente hostilidade ocidental ao islamismo, explica as complexas relações entre as potências e os países subdesenvolvidos por um suposto confronto civilizatório, no qual se chocariam valores e culturas inerentemente incompatíveis e inevitavelmente opostos.

influência sobre o país. De um processo de 152 anos, em 74 a Grã-Bretanha foi a força externa principal sobre o Egito — e *grosso modo* pode-se dizer que, desses 74 anos, em apenas 25 a supremacia foi exercida sem graves ameaças.

Todavia, os efeitos da dominação britânica foram profundos. Se a influência política e a dominação militar e estratégica foram relativamente breves, no espaço de quase um século Londres deu conta de atrelar economicamente o Egito ao capitalismo mundial, formatando-o de acordo com as necessidades globais do sistema. Certo é que a incorporação se deu para atender às necessidades específicas de uma economia-mundo cujo centro era a Grã-Bretanha, para a qual a indústria têxtil era um setor fundamental, assim como era grande a necessidade de transformar um Egito em mercado para produtos manufaturados. Mas mesmo quando o desenvolvimento geral do capitalismo tornou obsoleto o CSA britânico e a exportação de algodão começou a declinar em importância, o Egito continuou incorporado à economia-mundo e em constante processo de periferização.

Os EUA *herdaram* dos britânicos uma região por eles incorporada de forma periférica à economia-mundo capitalista e a partir daí, de acordo com suas necessidades específicas, deram continuidade à reprodução da condição periférica dessa região. O que tentamos mostrar ao longo desta pesquisa foi como se construíram as bases das relações entre os países centrais do sistema interestatal e o Egito, um país árabe de destaque em sua região. Em que pesem todas as alterações e todo o acúmulo que inevitavelmente trazem o processo histórico, a gama de eventos da chamada Primavera Árabe têm parte de suas raízes no esgotamento de modelos socioeconômicos que foram desenvolvidos a longo prazo, desde o início do século XIX, para atender a necessidades econômicas e estratégicas das classes dominantes francesas, britânicas e, posteriormente, americanas.

Referências bibliográficas

ALI, T. **A nova face do Império**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. **Between past and future**. *The New Left Review*, 2011.

_____. **Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AMIN, S. **A economia árabe contemporânea**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Eurocentrism**. New York City: Monthly Review Press, 1989.

_____. O imperialismo, passado e presente. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 77-123, 2005.

_____. The Ancient World-Systems versus the Modern Capitalist World-System. **Review (Fernand Braudel Center)**, New York City, Vol. 14, No. 3, pp. 349-385, 1991.

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **On the concatenation in the Arab World**. *The New Left Review*, 2011.

AQUINO, R. S. L. *et al.* **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARRIGHI, G. **The long twentieth century: Money, Power and the origins o our times**. London: Verso, 2010.

AVALON PROJECT. **President Woodrow Wilson's Fourteen Points**. Yale Law School Lillian Goldman Law Library, 2008.

BANDEIRA, L. A. M. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos, das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BENIN, J. **Egypt: society and economy, 1923-1952**. In: DALY, Martin W (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BLUM, W. **Killing Hope: U.S. Military and CIA interventions since WorldWarII**. Maine: Common Courage Press, 2007.

BOTMAN, S. **The liberal age, 1923-1952**. In: DALY, Martin W (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BRAUDEL, F. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRUNSCHWIG, H. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

CARLSON, J. D. **Externality, contact periphery and incorporation**. In: BABONES, S. J. e CHASE-DUNN, C. (org.). **Routledge handbook of world-systems analysis**. New York City: Routledge, 2012.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The world factbook: Egypt**. S/d. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/eg.html>.

CHESNEAUX, J. **A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CHOMSKY, N. **Deterring democracy**. London: Verso, 1991.

_____. **Failed States: the abuse of power and the assault on democracy**. New York City: Metropolitan Books, 2006.

_____. **Hegemony or survival: America's quest for global dominance**. New York City: Owl Books, 2004.

CHOTZIDIS, A. A. **The Impact of the Ottoman Public Debt Administration on the Economies of Epirus, Macedonia and Thrace (1881-1912): A Preliminary Approach**. Tessalônica: Departamento de História e Arqueologia da Universidade Aristóteles, s/d. Disponível em: http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/research/hellenicObservatory/pdf/4th_%20Symposium/PAPERS_PPS/HISTORY%20I/CHOTZIDIS.pdf

CHURCHILL, W. S. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. 2 v.

CLAUDIN, F. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COGGIOLA, O. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Edunesp, 2007.

COOK, S. A. **The Struggle for Egypt: From Nasser to Tahrir Square**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DALY, M. W. **The British occupation, 1882-1922**. In: DALY, Martin W (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DECCA, E. **O colonialismo como a glória do império**. In: REIS FILHO, D. A., et al. (org): **O século XX: o tempo das certezas — Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DEL ROIO, M. (org.). **Marxismo e Oriente: quando as periferias se tornam centros**. São Paulo: Ícone Editora/Oficina Universitária, 2008.

_____. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo**. São Paulo: Ícone Editora, 1998.

DROZ, J. **Europe between revolutions 1815-1848**. London: Fontana Press, 1988.

DYKSTRA, D. **The french occupation of Egypt, 1798-1801**. In: DALY, Martin W. (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FAHMY, K. **The era of Muhammad ‘Ali Pasha, 1805-1848**. In: DALY, Martin W. (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FUSER, I. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 2005. Dissertação. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Disponível em:
http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser_i_me_mar.pdf?sequence=1

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

GARDNER, L. C. **The Road to Tahrir Square: Egypt and the United States from the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak**. New York City: The New Press, 2011.

GOLDSCMIDT, Arthur. **A brief history of Egypt**. New York City: Facts of File, 2008.

HALLIDAY, F. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2007a.

_____. **A era do capital 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2007b.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era dos impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007c.

_____. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOUSE, E. **Interpretation of President Wilson's Fourteen Points**. S/d. Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/doc31.htm>

HUNTER, F. R. **Egypt under the successors of Muhammad 'Ali**. In: DALY, Martin W. (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HUSSEIN, M. **La lutte de classes en Égypte de 1945 à 1968**. Paris: François Maspero, 1969.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **World energy outlook 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/publications/weo-2014/>

JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KANDIL, H. **Soldiers, spies and statesmen: Egypt's road to revolt**. London: Verso, 2012.

KINZER, S. **Todos os homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOLKO, G. **The age of war: The United States confronts the World**. London: Lynne Rienner Publishers, 2006.

LENIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Estado e revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, A. C. **História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIDDELL HART, B. H. **History of the Second World War**. London: Pan Books, 2011.

LOSURDO, D. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Stalin: história crítica de uma lenda negra**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

LUTSKY, V. B. **Modern History of the arab countries**. Moscow: Progress Publishers, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/arab-world/lutsky/>.

MAGDOFF, H. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARIUTTI, E. B. **A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências.** In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; e FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

_____. **Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo.** Revista NovosEstudos nº 69, 2004. Disponível em: <http://www.novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/103/20080627_consideracoes_sobre_a_perspectiva.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2014, às 16:36.

MARSOT, A. L. A. S. **A history of the Egypt: from the arab conquest to the present.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. E do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1, 2 volumes. São Paulo: Difel, 1985.

MCMEEKIN, S. **O expresso Berlim-Bagdá: O Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918.** São Paulo: Globo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NEWSINGER, J. **The blood never dried: a people's history of the British Empire.** London: Bookmark Publications, 2013.

ODELL, P. R. **Petróleo: mola do mundo.** Rio de Janeiro: Record, 1974.

OGEN, O. **The economic lifeline of the British global empire: a reconsideration of the historical dynamics of the Suez Canal, 1869-1956.** Istanbul, The Journal of International Social Research, vol. 1/5, pp.523-533, 2008.

OSPINA, H. C. **O terrorismo de Estado na Colômbia.** Florianópolis: Insular, 2010.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REID, D. M. **The 'Urabi revolution and the British conquest, 1879-1882.** In: DALY, M. W. (org.). **The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SADAT, A. **Autobiografia.** São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SAID, E. W. **A questão da Palestina.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Orientalism**. New York City: Vintage Books, 2003.

SHARP, J. M. **Egypt: background and U.S. relations**. Washington, Congressional Research Service, 2009. Disponível em <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA501061>. Acesso em 30 de novembro de 2012.

SUÁREZ, L. **Un siglo de terror en América Latina: crónica de crímenes de Estados Unidos contra la humanidad**. La Habana, Ocean Sur, 2006.

VIEIRA, R. L. **Fernand Braudel: a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

VIEIRA, R. L. **Economia política dos sistemas-mundo e as novas perspectivas de pesquisa para a História Econômica**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo: 2011

VITALI, R. **When capitalists collide: business conflict and the end of empire in Egypt**. Berkeley: University of California Press, 1995.

WALLERSTEIN, I. **A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber**. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

_____. **Historical capitalism**. London: Verso, 2011a.

_____. **O moderno sistema mundial volume I**. Lisboa: Afrontamento, s/d.

_____. **The World class struggle: the geography of protest**. 2012, disponível em <http://www.iwallerstein.com/world-class-struggle-geography-protest/>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. **Universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s**. Los Angeles: University of California Press, 2011b.

_____. **The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914**. Los Angeles: University of California Press, 2011c.

_____. **Análisis de sistema mundo: una introducción**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

WALLERSTEIN, I.; DECDELI, H; KASAB, R. **The incorporation of the Ottoman Empire into the world-economy**. In: ISLAMOGLU-INAN, H. (org.). **The Ottoman Empire and the world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. São Paulo: IPRI, 2002.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina**. São Paulo: Edunesp, 2008.

ZINN, Howard. **A people's history of the United States: 1492 – Present**. New York City: Harper, 2005.